

FRoNteiRA

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Alexandre Rezende Guimarães; Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



**editora
PUC Minas**

EDITORA PUC MINAS

Direção e coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Conselho editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura; Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot.

EDITORA PUC MINAS • Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico

Tel: (31) 3319.9904 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

e-mail: editora@pucminas.br

ISSN: 1679-5377

FRoNteira

Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais



Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais
PUC Minas Curso de Relações Internacionais

Belo Horizonte
v. 22 n. 43
p. 1 - 203
2º sem. 2023

FRONTEIRA

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Ramos

Estagiários

Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Marina D'Lara Siqueira Santos
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Vinícius Tavares de Oliveira
Victor de Matos Nascimento
Yasmin Maia de Paiva

Conselho Editorial

Alexandre César Cunha Leite (Universidade Estadual da Paraíba)
Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília)
André Luiz Reis da Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília)
Antônio Jorge Ramalho da Rocha (Universidade de Brasília)
Carlos Augusto Canedo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Carlos Aurélio Pimenta Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Clóvis Brigagão (Universidade Cândido Mendes)
Domicio Proença Júnior (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Eduardo José Viola (Universidade de Brasília)
Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Flávia de Campos Mello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Henrique Altamani (Universidade Estadual da Paraíba)
João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
José Flávio Sombra Saraiva (Universidade de Brasília)
Léa Guimarães Souki (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Leonardo Nemer Caldeira Brant (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Marcelo Galuppo (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Elizabeth Marques (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Maria Izabel Valladolid de Carvalho (Universidade de Brasília)
Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Mônica Herz (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Nizar Messari (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Onofre dos Santos Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Ricardo Seitenfus (Universidade Federal de Santa Maria)
Taiane Las Casas Campos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Tullo Vigevani (Universidade Estadual Paulista)

Apoio

Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)
Chefe do Departamento: Chyara Salles Pereira

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F935 Fronteira: Revista de Iniciação Científica. – v.1, n.1
(2001-). – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2001- .
v.
ISSN 1679-5377
Semestral
1. Relações internacionais - Periódicos. I. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Curso de Relações
Internacionais.

CDU: 327(05)

Sumário

Turismo e Gênero: Uma Investigação sobre a objetificação e os estereótipos da Mulher na publicidade da Embratur para atrair turismo internacional	7
---	---

Tourism and Gender: An Investigation into the objectification and stereotypes of women in Embratur advertising to attract international tourism

Turismo y Género: una investigación sobre la cosificación y los estereotipos de las mujeres en la publicidad de Embratur para atraer turismo internacional

Elisa Caiafa Ferreira Machado

Consenso de Washington no Brasil: Desestatização, Superexploração e uma relação de Dependência Econômica	32
--	----

Washington Consensus in Brazil: Privatisation, Superexploitation and a Relationship of Economic Dependence.

Consenso de Washington en Brasil: Desestatización, Sobreexplotación y una relación de Dependencia Económica.

Ana Leticia Pires Bastos, Karla Cristine Azevedo Inacio, Luiz Felipe de Lucas Elizado

Diálogos e embates: Teoria Queer e Pós-colonialismo nas Relações Internacionais	55
---	----

Dialogues and conflicts: Queer Theory and Postcolonialism in International Relations

Diálogos y conflictos: Teoría Queer y Poscolonialismo en las Relaciones Internacionales

Leticia Sanches Rezende

O Engajamento da China nas missões de Paz e para a Estabilidade no Continente Africano: Para Além da Cooperação econômica no Sul Global.....	77
--	----

China's Engagement in Peace and Stability Missions on the African Continent: Beyond Economic Cooperation in the Global South

El compromiso de China en misiones de paz y estabilidad en el continente africano: más allá de la cooperación económica en el Sur Global

Breno Lukeny Baptista Flor

O paradoxo da democracia libertadora: A intervenção forçada estadunidense no Iraque em 2003	99
---	----

The paradox of liberating democracy: The forced US intervention in Iraq in 2003

La paradoja de la democracia libertadora: Intervención forzada de Estados Unidos en Irak en 2003

Ana Vitoria Marcolino Barboza

Análise econômico-política da violência sexual nos conflitos da República Democrática do Congo	120
--	-----

Economic-Political Analysis of Sexual Violence in the Conflicts of the Democratic Republic of the Congo

Análisis Económico-Político de la Violencia Sexual en los Conflictos de la República Democrática del Congo

Jade Cassius Araujo, Talita Soares de Andrade

O uso da violência sexual em conflitos armados como tática de guerra e a jurisdição do tribunal penal internacional	142
---	-----

The use of sexual violence in armed conflicts as a war tactics and the jurisdiction of the international criminal court

El uso de la violencia sexual en los conflictos armados como táctica de guerra y la competencia de la corte penal internacional

Isabella Pereira Carvalho de Lima

A atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto: Uma perspectiva da Governança Ambiental à vista do Sistema-Mundo Moderno.....	163
---	-----

Brazil's Role in the Kyoto Protocol Discussions: A perspective on Environmental Governance in the Modern World-System

La actuación de Brasil en las discusiones del Protocolo de Kyoto: Una perspectiva de la Gobernanza Ambiental en el contexto del Sistema-Mundo Moderno

Ana Clara de Souza Andrade, Bianca Rodrigues Pereira, Dillyan Figueiredo Tudisco, Nathanny Isabella Ramos Ferreira, Victorya Almeida Abreu

A Comparative Analysis of the Chinese and US Financial System in Times of Global Economic Crisis: The COVID-19 Response	186
---	-----

Uma análise comparativa do sistema financeiro chinês e dos EUA em tempos de crise econômica global: a resposta à COVID-19

Un análisis comparativo del sistema financiero chino y estadounidense en tiempos de crisis económica global: la respuesta al COVID-19

Nathan Cardoso Farinha

Turismo e Gênero: Uma Investigação sobre a objetificação e os estereótipos da Mulher na publicidade da Embratur para atrair turismo internacional¹

Tourism and Gender: An Investigation into the objectification and stereotypes of women in Embratur advertising to attract international tourism

Turismo y Género: una investigación sobre la cosificación y los estereotipos de las mujeres en la publicidad de Embratur para atraer turismo internacional

Elisa Caiafa Ferreira Machado²

Recebido em: 21 de março de 2024

Aceito em: 14 de outubro de 2024

Resumo: O presente artigo busca, na interseccionalidade das teorias feministas e pós-colonialistas de Relações Internacionais, realizar uma análise das propagandas veiculadas pela Embratur nos anos 60-90 para responder de que maneira este construiu e utilizou estereótipos que sexualizavam a figura feminina brasileira. Ainda, discorre sobre como a utilização dessas propagandas eram realizadas no intuito promoção do país, onde as mulheres eram colocadas como instrumento político para atrair turismo internacional. Assim, a presente pesquisa recorreu à semiótica e à uma análise qualitativa do conteúdo publicitário da época da atual Agência, verificando que as propagandas que utilizavam a figura da mulher ajudaram a criar um

estereótipo brasileiro e colocaram o Brasil como destino turístico sexual.

Palavras-Chave: Feminismo pós-colonial. Turismo sexual no Brasil. Sexualização da figura feminina brasileira. Embratur.

Abstract: This article seeks, in the intersectionality of feminist and post-colonial theories of International Relations, to carry out an analysis of the advertisements broadcast by Embratur in the 1960s and 1990s in order to answer how it constructed and used stereotypes that sexualized the Brazilian female figure. It also discusses how these advertisements were used to promote the country, where women were used as a political tool to attract international tourism. Thus, this research used semiotics

1. Orientador: Prof. Dr. Cristiano Garcia Mendes

2. Bacharel em Relações Internacionais em 2023/2 pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

and a qualitative analysis of the advertising content of the time of the current Agency, verifying that the advertisements that used the figure of women helped to create a Brazilian stereotype and placed Brazil as a sexual tourist destination.

Key words: Post-colonialism feminism. Sex tourism in Brazil. Sexualization of the female figure. Embratur.

Resumen: Este artículo pretende, en la interseccionalidad de las teorías feminista y poscolonial de las relaciones internacionales, realizar un análisis de los anuncios emitidos por Embratur en las décadas de 1960 y 1990 para responder a la pregunta de cómo se construyeron y utilizaron estereotipos que

sexualizaban la figura femenina brasileña. También se analiza cómo se utilizaron estos anuncios para promocionar el país, en los que se utilizaba a la mujer como herramienta política para atraer el turismo internacional. Así, esta investigación ha utilizado la semiótica y un análisis cualitativo del contenido publicitario de la época del actual Agencia, y se ha comprobado que los anuncios que utilizaban la figura de la mujer ayudaban a crear un estereotipo brasileño y situaban a Brasil como destino turístico sexual.

Palabras clave: Feminismo postcolonial. Turismo sexual en Brasil. Sexualización de la figura femenina brasileña. Embratur.

1-Introdução

As campanhas turísticas tanto de marcas privadas quanto oficiais do governo influenciam a imagem de um Estado, seja positiva ou negativamente. As propagandas, portanto, são capazes de despertar o desejo e necessidade de consumidores e contribuir para a formação e reafirmação de pensamentos, identidades e estereótipos culturais. Dessa forma, ao serem pensadas a partir de uma estratégia política e cultural, influenciam os indivíduos de modo a orientar os modos de viver e a criar imaginários chamativos, como, no caso estudado (Brasil), os imaginários da sexualidade e sensualidade.

Sendo imprescindível tratar as propagandas como uma forma de política pública do governo, cujos órgãos oficiais promovem ideias e imagens, essa pesquisa pretende discutir como as propagandas veiculadas pela Embratur utilizavam estereótipos que sexualizavam a figura feminina brasileira de modo a legitimar certos conteúdos nacionais que reforçam uma identidade machista, contribuindo para veiculação de propagandas que objetificam a mulher brasileira, sejam essas publicidades domésticas ou de marcas internacionais. Ainda, esse trabalho torna-se importante para o campo das Relações Internacionais ao mostrar que os elementos das propagandas turísticas são parte da política internacional e nacional.

As propagandas foram selecionadas a partir dos sites e planos do governo e fotos de propagandas encontradas no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília – CET/UNB, retiradas de duas dissertações referências no assunto, cujas autoras são Kelly

Akemi Kajihara e Louise Prado Alfonso, e sob o critério de conter a imagem da mulher brasileira. Quanto às bases conceituais, as teorias que melhor se adequam ao tema são pós-colonialismo, feminismo e, mais especificamente, o feminismo pós-colonialista. Buscando acen-tuar a interseccionalidade das teorias, será debatido, por exemplo, a imagem da mulher brasileira e o conceito de turismo sexual. A aná-lise das propagandas parte do estudo de conteúdo e da metodologia semiótica, isto é, do estudo da construção de signos, símbolos e men-sagens e seus possíveis significados e interpretações na sociedade.

Dessa forma, a construção do artigo perpassa, em primeiro lu-gar, discussão teórica interseccional das teorias utilizadas (Femi-nismo e Pós-Colonialismo), perpassando o estudo do turismo sexual nas Relações Internacionais para então discutir a criação estratégica de um Brasil repleto de mulheres seminuas sensuais e bronzeadas, perpassando a estratégia das roupas utilizadas (4.1), da ideia de “pais do Carnaval”, representado pelas “mulatas”³ (4.2) e da cons-trução das praias do Rio de Janeiro como um lugar paradisíaco (4.3).

Provocando uma reflexão acerca das consequências da pro-pagação de certas imagens e símbolos para identidade nacional e para o imaginário estrangeiro, o presente trabalho busca ampliar as fronteiras do campo das RI quanto à percepção dos papéis das mulheres como socialmente construídos e moldados pela estrutura machista e patriarcal principalmente no que diz respeito às mulhe-res do Brasil, que além de sofrerem a opressão de gênero também sofrem opressão de raça. Nesse sentido, esse trabalho possui o ob-jetivo geral investigar e analisar as propagandas e atuações da Em-bratur nas décadas iniciais de seu trabalho (anos 60 a 80), sendo instrumento formador e intensificador de ideais e valores do Brasil.

2-Marco Teórico

Diante o campo das Relações Internacionais, o feminismo introduz a questão do gênero na política internacional, defenden-do que as características masculinas e femininas são socialmente construídas, com tipos ideais, relacionais e desiguais, o que reflete

3. Apesar de atualmente a palavra possuir conotações racistas e perversas contra mu-lheres negras, no artigo ela é utilizada a partir do marco temporal das propagandas da Embratur, quando, por exemplo, a profissão mulatólogo existia e a palavra fazia parte da estratégia da hoje Agência de Turismo. Portanto, no presente artigo ela é utilizada com fins meramente esclarecedores do que perpassava a construção das propagandas.

no sistema internacional. A teoria Pós-Colonialista examina também a utilização do conhecimento e do discurso como instrumento de poder e coerção. Como o presente trabalho trabalhará a construção das propagandas dentro da estrutura de poder machista, que leva à criação de estereótipos e maneira específica de enxergar as mulheres do Brasil, será utilizado como aparato teórico o feminismo pós-colonialista, haja vista que como o trabalho tem o Brasil como ponto focal, esse estuda as relações coloniais de subordinação e dominação e sua persistência pós-independências, bem como os estereótipos raciais e culturais e de gênero. Nele, para além da crítica às descrições das mulheres do terceiro mundo, fatores como cultura, classe social, etnia, localização geográfica são importantes (Mohanty, 1988).

2.1-O Feminismo Pós-Colonial: A interseccionalidade das teorias

O termo interseccionalidade, cunhado por Crenshaw (1989), aparece como mais que uma simples somatória de teorias. Se antes discutia-se o feminismo de maneira isolada e o pós-colonialismo de maneira única, aqui discutimos como as mulheres dos países colonizados sofrem uma opressão ainda maior, com reflexos principalmente no que se refere aos estereótipos do corpo da mulher colonizada.

Seguindo a linha de pensamento de Kimberle Crenshaw (1985), as teorias possuem certas dificuldades para levantar debates de grupos dominados por mais de uma forma de opressão. Dito de outra maneira, existem grupos que, nas teorias, são frequentemente reduzidos a apenas uma forma de opressão, ignorando a coexistência de duas ou mais dominações, resultando na ainda maior marginalização e exclusão e dificultando o reconhecimento da sua própria existência e identidade. (Crenshaw, 1993, p.1249)

Portanto,

O sexismo, o racismo, a homofobia e outras formas de desigualdades e injustiças sociais numa sociedade não acontecem em terrenos mutuamente exclusivos, mas historicamente cruzam-se uns com os outros e são mutuamente co-constituídos. Por conseguinte, quando as injustiças sociais, como o racismo ou o sexismo, são reduzidas a uma ou outra bases, relegam as experiências multidimensionais das mulheres de cor para um lugar oculto ou mais difícil de explicar, porque utilizam apenas uma categoria de análise (ou seja, “gênero”) em vez de analisarem a forma como o gênero,

a raça e a classe se cruzam em contextos específicos (Akbari-Dibavar, 2018, p. 65 apud Crenshaw, 1991, tradução própria)⁴

Ainda, para melhor entendimento do termo trazido pela autora, Crenshaw (1989) faz uma analogia conhecida como a metáfora do cruzamento de vias, onde explica que as diferentes categorias de opressão podem se cruzar, causando um “acidente”:

A discriminação, tal como o tráfego num cruzamento, pode fluir em uma ou outra direção. Se ocorrer um acidente num cruzamento, este pode ser causado por carros que circulam em várias direções e, por vezes, em todas elas. Do mesmo modo, se uma mulher negra for prejudicada por estar na interseção (cruzamento), o seu prejuízo pode resultar de discriminação sexual ou racial (Crenshaw, 1989, p.149, tradução própria)⁵.

Embora a autora (Crenshaw, 1989) utilize a metáfora das vias de trânsito para falar sobre as mulheres negras, o mesmo ponto é válido para as mulheres latinas, uma vez que essas podem sofrer racismo, xenofobia e sexismo. Cada opressão seria vista como uma via do trânsito que pode se cruzar e gerar uma nova experiência diferente daquela separadamente, sofrendo dois ou mais tipos de dominação, que devem ser entendidos como um só processo, particular e único, e não como parte de um **ou** outro tipo de discriminação.

Diante a necessidade de se falar da interseccionalidade e de debater a constituição dessa múltipla opressão, outro termo surge nos anos 80 e faz-se de extrema relevância: “*double colonization*” (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2007). Referindo-se à junção das duas teorias anteriormente citadas, o termo faz menção ao fato de algumas mulheres estarem sujeitas tanto à dominação masculina (patriarcado) quanto à dominação colonizadora e imperialista, que exercem, em conjunto, uma nova pressão e controle de poder. É com esse pensamento em vista que “o feminismo pós-colonial continua a analisar

4. Sexism, racism, homophobia and other forms of social inequalities and injustices in a society do not happen on mutually exclusive terrains but historically they intersect with one another and are mutually co-constituted. Hence, when social injustices, such as racism or sexism are reduced to either/or bases, they relegate the multidimensional experiences of women of color into a location that is hidden or harder to explain because they use only one category of analyses (i.e. ‘gender’) instead of looking at how gender, race, and class intersect in specific contexts (Crenshaw, 1991).

5. Discrimination, like traffic through an intersection, may flow in one direction, and it may flow in another. If an accident happens in an intersection, it can be caused by cars traveling from any number of directions and, sometimes, from all of them. Similarly, if a Black woman is harmed because she is in the intersection, her injury could result from sex discrimination or race discrimination.

a perpetuação do preconceito de gênero e da “dupla colonização”, mesmo nos Estados pós-independência, vendo a persistência da dominação “neocolonial” das mulheres nos patriarcados nacionais”. (Ashcroft; Griffiths; Tiffin, 2007, p. 67, tradução própria)⁶

Também ressaltando diferentes níveis de opressão, a autora Spivak (1988, p.287) aponta que “a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, nos permitindo dizer que as relações coloniais de subordinação e a dominação patriarcal possuem consequências profundas e geram características únicas para quem os sofre mutualmente. Portanto, é foco da abordagem feminista pós-colonialista os estereótipos raciais e culturais, a crítica ao feminismo ocidental e às apresentações das mulheres do terceiro mundo (normalmente Sul Global) e a colocação dos sujeitos ex-coloniais como inferiores. Ainda, o feminismo pós-colonial desempenha um papel crucial na desconstrução dos estereótipos historicamente associados às mulheres brasileiras. (Mohanty, 1988)

2.2- Turismo sexual como estudo feminista pós-colonial de Relações Internacionais

Definida por Laura María Agustín (2005), a cultura da indústria deve ser estudada e repensada pois

Os atores sociais envolvidos na indústria do sexo incluem não apenas aqueles que vendem sexo diretamente e os seus clientes, mas também os proprietários de empresas e investidores, contratantes independentes e empregados não sexuais (empregados de mesa, caixas, guardas, motoristas, contabilistas, advogados, médicos) e intermediários que facilitam os processos comerciais (alguns agentes de viagens, guias, agentes imobiliários, agentes matrimoniais, editores de jornais e revistas, empresários da Internet). (Agustín, 2005, p. 622, tradução própria)⁷

6. Post-colonial feminism continues to analyse the perpetuation of gender bias and ‘double colonization’ even in post-independence states, seeing the persistence of ‘neo-colonial’ domination of women in national patriarchies.

7. Social actors involved in the sex industry include not only those who sell sex directly and their customers but also business owners and investors, independent contractors and non-sexual employees (waiters, cashiers, guards, drivers, accountants, lawyers, doctors) and middlemen who facilitate business processes (some travel agents, guides, estate agents, matrimonial agents, newspaper and magazine editors, Internet entrepreneurs).

Assim sendo, não podemos limitar a ideia de que a indústria do sexo é apenas o ato da prostituição, haja vista que, na verdade, perpassa camadas muito mais profundas e complexas e diz muito sobre a cultura, condições socioeconômicas e a postura do Estado internamente no que é relativo aos direitos das mulheres. Também diz respeito a como seus corpos são construídos e que papel exercem. Nesse sentido, o turismo sexual também aparece como elemento da política internacional, como revela a obra *Bananas, Beaches and Bases* (2014), de Cynthia Enloe - autora referência que se debruçou nos estudos de como as pautas feministas podem ser entendidas na Política Internacional. Ainda que seu estudo nesse aspecto tenha o foco na Tailândia, é possível, e é o que faremos, aplicá-lo ao Brasil.

O turismo sexual, que envolve o patriarcado, a política, a comercialização e o internacional, porém, é propriamente definido por ela como

o processo que consiste em encorajar turistas, na sua esmagadora maioria homens - da América do Norte, da Europa Ocidental, do Médio Oriente, da Rússia e do Leste e Sudeste Asiático - a viajar de um país para outro para ter acesso a serviços sexuais femininos. Criam-se aliciantes racializados e sexualizados (utilizando a Internet com grande eficácia), utilizam-se fantasias de masculinidade, marcam-se voos, mercantilizam-se e disponibilizam-se hotéis, suborna-se a polícia. lucros são obtidos. (Enloe, 2014, p. 74/75, tradução própria) 8

Ainda, faz-se pertinente aqui citar a definição de turismo sexual da Organização Mundial de Turismo (OMT), que considera o conceito como:

viagens organizadas dentro do seio do sector turístico ou fora dele, utilizando, no entanto, as suas estruturas e redes, com a intenção primária de estabelecer relações sexuais comerciais com os residentes do destino (Organização Mundial de Turismo, 1995, p.1, tradução nossa)⁹

8. Sex tourism is the process of encouraging overwhelmingly male tourists—from North America, western Europe, the Middle East, Russia, and East and Southeast Asia—to travel from one country to another to gain access to women's sexual services. Racialized, sexualized enticements are created (using the Internet to great effect), fantasies of masculinity are wielded, flights are scheduled, hotels are commodified and made available, police are bribed. Profits are made.

9. trips organized from within the tourism sector, or from outside this sector but using its structures and networks, with the primary purpose of effecting a commercial sexual relationship by the tourist with residents at the destination

Uma vez que “o turismo sexual internacional reúne economia política e cultura, relações materiais e representações,” (Pettman, 1997, p. 96, tradução própria)¹⁰, torna-se evidente que o tema é uma das muitas vertentes que o feminismo trabalha, haja vista que as ideias de feminilidade e masculinidade embebedam o conceito de turismo sexual de maneira a sustentar agenda e a indústria turística. A estrutura do turismo internacional, como citado anteriormente, é mais profunda que apenas o ato de viajar e vai além até mesmo da maneira como a sexualidade afeta as mulheres nos países ricos e nos países pobres, visto que mostra como que o turismo depende do patriarcado para viver. Assim, a política internacional do turismo depende da capacidade e sagacidade do homem de controlar a autoestima e valorização das mulheres. (Enloe, 2014)

Ainda que o tema seja relevante para a política internacional, poucas autoras de Relações Internacionais ou autores do setor turístico debatem de forma explícita a questão do turismo sexual, o utilizando de exemplo ou como subtópico de outro tema. A questão do turismo sexual abarca muito mais os países considerados como “subdesenvolvidos” ou de “terceiro mundo”, de forma que

o sexo representa importante atração turística e é considerado um fenômeno político e econômico. Como qualquer outro mercado, não poderia existir se não houvesse demanda que legitimasse socialmente transações dessa natureza. (Dutra, 2008, p.61 *apud* Leheny, 1995).

De acordo com Pettman (1997, p.95), o campo das RI deixa frequentemente de lado o terceiro mundo e, com isso, deixa de abordar certos sujeitos relevantes para essa parte do mundo, como o corpo, que cada vez mais é utilizado como uma forma de “moeda internacional”. A dominância de autores anglo-saxões na academia tornou difícil a incorporação de assuntos considerados dos países mais pobres, focando até recentemente nos estudos sobre Guerra Fria e dificultando uma discussão mais abrangente, restando aos estudos regionais ou estudos de desenvolvimento tratar temas como o turismo sexual.

A invisibilidade em questão não é relativa apenas aos países, mas, nesse caso, às mulheres que neles vivem também, visto que existe um movimento onde “homens dos países ricos atravessam

10. International sex tourism brings together political economy and culture, material relations and representations

as fronteiras do Estado para turismo sexual racializado” (Pettman, 1997, p. 95, tradução própria)¹¹. O turismo sexual, portanto, também diz respeito a como os corpos são construídos e que papel exercem, sendo representados e associados muitas vezes como objeto pecaminoso e sexual.

Não somente o campo das RI que relutou em considerar os corpos como objeto de estudo, mas o próprio campo do turismo até recentemente negligenciava a questão do gênero em seus estudos, ainda que os corpos das mulheres fizessem parte do comércio no turismo sexual. (Pettman, 1997). Ainda,

A intersecção entre a prostituição e o turismo não pode ser entendida como acontecimentos descontínuos resultantes de comportamentos individuais, ou simplesmente como uma expressão sincrônica do sexismo e do racismo. Em vez disso, tem de ser colocada no contexto das operações das relações de poder e de produção no campo das viagens aéreas de poder [...] A emergência do turismo e do entretenimento relacionado com o sexo é uma articulação de uma série de relações sociais desiguais, incluindo relações Norte-Sul, relações entre capital e trabalho, homem e mulher, produção e reprodução. (Truong, 1990, p.129, tradução própria)¹²

Portanto, a contribuição do feminismo nas Relações Internacionais permitiu trazer para o debate que na realidade

O turismo sexual - e todos os homens e mulheres que tornam o turismo sexual possível - continua a moldar as relações econômicas, políticas e culturais entre os países. Em particular, levar a sério o funcionamento do turismo sexual ilumina as formas como ambos masculinizam as ansiedades sexuais [...] moldam as relações. (Enloe, 2014, p.75, tradução própria)¹³

3 - As propagandas da Embratur como forma de objetificação das mulheres

11. rich states’ men moving across state borders for racialised sex tourism

12. The intersection of prostitution and tourism cannot be understood as a patchwork of discontinuous events resulting from individual behaviour, or simply as a synchronic expression of sexism and racism. Instead, it must be placed in the context of the operations of relations of power and production in the field of air travel which preceded its development. The emergence of tourism and sex-related entertainment is an articulation of a series of unequal social relations including North±South relations, relations between capital and labour, male and female, production and reproduction.

13. Sex tourism—and all the men and women who make sex tourism possible—continues to shape the economic, political, and cultural relationships between countries. In particular, taking the workings of sex tourism seriously shines a bright light on the ways in which both masculinized sexual anxieties[...] shape relationships.

Criada para mascarar a violência brasileira, a Embratur, tinha forte ligação com o imaginário que os governos ditatoriais visavam construir, sendo esse um Brasil repleto de mulheres seminuas sensuais e bronzeadas, o “país do Carnaval”, representado pelas “mulatas¹⁴” e um lugar paradisíaco, com o Rio de Janeiro e suas praias sendo referência. Com essas representações, as propagandas das décadas dos anos 60 a 80 foram fundamentais para consolidar um estereótipo brasileiro nacional e internacional. Essa influência foi reconhecida pelos próprios funcionários da empresa cujo boletim de imprensa nº18 declarou:

A EMBRATUR e o próprio turismo como indústrias foram criados e embalados no regime autoritário. Sem embargo dos fatos positivos que felizmente ocorreram no setor turístico, muitas marcas foram deixadas no corpo deste jovem segmento da nossa economia. Marcas [...] de ineficiências, de incompreensões [...] (Embratur, n. 18, dez.1987)

As campanhas publicitárias feitas e apoiadas pela Embratur ainda na ditadura convidavam os turistas a “verem o que o Brasil tem de melhor” às custas do corpo da mulher, que, retomando o tópico “Turismo Sexual como estudo de Relações Internacionais”, é cada vez mais utilizado como moeda internacional. Causando excitação pelos corpos das mulheres brasileiras, a forma como essas eram representadas quando colocadas como produtos perpassa uma ideia de que a figura feminina do Brasil é facilmente acessada pelos turistas, o que leva à Embratur ser apontada pelos próprios técnicos, segundo a jornalista Patrícia Parenza (2022), “como um dos órgãos responsáveis pela consolidação do Brasil como rota do turismo sexual” dado o emprego do apelo sexual logo nas décadas de criação e consolidação da instituição.

A entidade referência nacional no setor de turismo, ainda que tenha gerado devida atenção e fomento turístico, acaba por criar uma imagem do Brasil muito difícil de ser revertida:

A imagem do País que tem sido considerada positiva ao longo das décadas na realidade tem se demonstrado um estereótipo extremamente prejudicial em termos éticos e inclusive em Marketing [...] O Brasil continua negando seus heróis e produções nacionais e opta culturalmente por se vender, nacional e internacionalmente, com suas loiras ou morenas televisivas seminuas. (Bignami, 2005, p.105 e 106)

14. Rever nota de rodapé número 2.

Considerando a história do feminismo internacional e nacional, discutidos no segundo capítulo, podemos inferir que o público-alvo das campanhas realizadas era majoritariamente masculino, o que “justifica” a escolha da figura feminina como elemento de convencimento nas campanhas publicitárias, uma vez que o objetivo dessas é chamar atenção desse público até que haja o consumo do produto ofertado, nesse caso, até que o turista escolha o Brasil como seu próximo destino turístico. Assim sendo, as propagandas veiculadas pela Embratur na época em questão utilizava do apelo sexual feminino para persuadir o público masculino, instigando um desejo aos corpos das mulheres brasileiras a partir das imagens. Essa tática, entretanto, não é exclusiva da Embratur, muito pelo contrário:

Ao longo da história da publicidade a mulher tem sido associada aos mais diversos produtos, mesmo que estes não lhes sejam destinados, como é o caso dos produtos para homens. Nestas situações, a mulher acaba por ser ela própria um produto, um objeto, já que emerge nas mais diversas poses, funcionando como um elemento altamente persuasivo. (Verissimo, 2005, p.7)

Portanto, a erotização, objetificação e sensualização das mulheres nas propagandas mostradas nos tópicos constituem uma estratégia persuasiva para que o consumidor alvo (masculino) entenda que é aquela imagem que ele vai encontrar e “apreciar” caso seu próximo destino de viagem seja o Brasil, mais especificamente o Rio de Janeiro (Reichert, 2002).

Ademais, com foco quase total nos desfiles das escolas de samba do Rio, as propagandas da Embratur ajudaram a denominar o estereotipo de “País do Carnaval”, esse sendo comparado a um espetáculo onde, como evidenciado no primeiro capítulo, “o que mais se nota é a associação da imagem do Brasil com suas manifestações culturais, com *loucura, frenesi total*, algo sem limites, onde o brasileiro se libertaria de tudo”. (Bignami, 2005, p.118). Como será discutido, a Embratur mobiliza uma “categoria” muito específica do Brasil para representar o país: A mulata.

Quanto ao Rio de Janeiro, de acordo com reportagem da revista Tutto Turismo “É fácil encontrar companhia, as mulheres brasileiras não se fazem de difícil” (Kajihara, 2008, p. 47 apud Capponero, 2007, p.227), o que comprova que a imagem da mulher brasileira é vinculada e associada ao sexo fácil, representando, como visto no tópico 2.3.1, importante atração turística. O apelo à

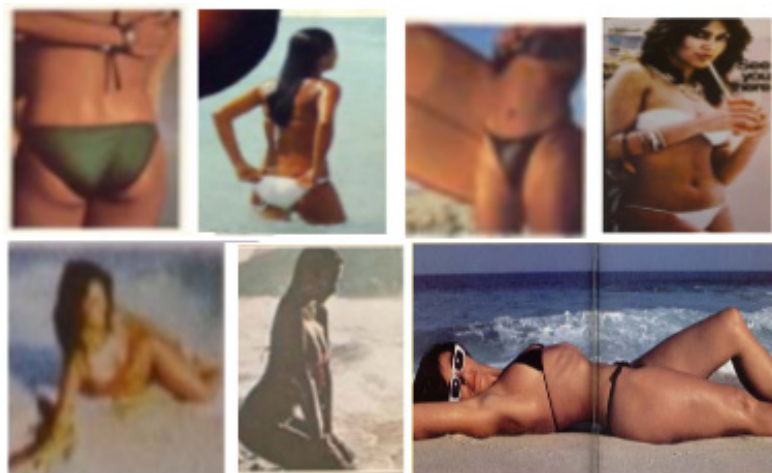
imagem de sensualidade fica ainda mais escancarada: o jornalista, além de destacar que as mulheres estão dispostas a dançar e fazer companhia durante (toda) a viagem, reforçando a ideia de fácil acesso, afirma que “as garotas do Rio são *tentadoras*, as mulatas são *esplêndidas*, as brasileiras *magníficas*, e que Copacabana é o “único lugar no mundo onde se encontra a maior quantidade de belas filhas de Deus por metro quadrado” (Bignami, 2005, p. 113 *apud* Buffa, 1981, p.92), associando a cidade carioca a um lugar paradisíaco, como será debatido no tópico 3.1.3, intitulado Rio de Janeiro e praias como pano de fundo paradisíaco.

Portanto, ao conjugar o carnaval, o Rio de Janeiro e a erotização das mulheres brasileiras, a Embratur instrumentaliza as propagandas como uma maneira de converter as mulheres a produtos turísticos. Como consequência, a figura feminina no Brasil, ainda mais especificamente as “mulatas”, foi erotizada, configurando o segmento do turismo sexual a ser “a parte do mercado turismo que mais cresce em todo o mundo e principalmente no Brasil” (Dutra, 2008, p.61). Para provar essa conclusão, analisaremos a seguir os elementos utilizados pela Embratur para construir esse estereótipo, sendo eles 1) a escolha das roupas, 2) a representação da mulata quanto ao Carnaval e 3) Rio de Janeiro e praias como construção paradisíaca, ignorando os problemas enfrentados na cidade.

3.1 – Roupas Utilizadas

Analisando as propagandas elaboradas pela Embratur, é evidente a intencionalidade de destacar a mulher brasileira como atrativo turístico do país, principalmente nas décadas de 70 e 80, onde seus corpos, sempre magros e bronzeados devido ao “clima tropical”, estrategicamente posicionados de biquíni, com busto e/ou nádegas “perfeitas”, eram colocados em primeiro plano. Explicita ou implicitamente, o conteúdo linguístico acoplado exaltava a beleza brasileira e deixava-se em evidência a “grande disponibilidade” das mulheres para os turistas, essas sendo colocadas como se fossem paisagens a serem apreciadas e tocadas. (Kajihara, 2008)

Figura 1– Figura feminina pela Embratur na década de 70 e 80



Fonte: Compilação da autora¹⁵

A partir da compilação das propagandas da Embratur nas décadas e 70 e 80 (figura 1), podemos perceber que a forma em que a figura feminina é apresentada não varia: padrão magro, seminua, bronzeada (ou pegando sol) e estrategicamente posicionada, isto é, são encontradas em ângulos que valorizam as curvas e partes de seu corpo, como, por exemplo, de costas. Além disso, é perceptível que as mulheres estão vinculadas às praias, o que faz um forte apelo para uma ideia de país paradisíaco. (Bignami, 2005)

Utilizando dessas artimanhas, por meio das suas publicidades a Embratur constrói o papel da mulher como sendo um produto de admiração e posse dos homens, sendo essas submissas aos seus prazeres. (Kajihara, 2008) Ainda, seguindo os pressupostos do feminismo construtivista – também usados no feminismo pós-colonialista, mostrados no capítulo anterior, a partir do uso intenso e constante desses elementos que formam um cunho objetificador, forma-se uma construção social a ser interiorizada que fez com que as mulheres por muito tempo assim fossem entendidas (e se entendessem) na sua maneira de existir no mundo.

A utilização de mulheres sempre bronzeadas, “da cor do pecado”, seminuas, em praias e estrategicamente posicionadas (de costas, deitadas, evidenciando as curvas) no intuito de atrair o olhar

15. Recorte das propagandas da Embratur nas décadas de 70 e 80 que utilizaram a figura da mulher seminua. Retirada de Kajihara (2008) e Alfonso (2006).

do estrangeiro e o convencer leva ao turista internacional a, como dito anteriormente, viajar para o Brasil buscando essas mulheres e, possivelmente, ter relações com essas. É nesse sentido que

o país passa a ser conhecido como lugar do sexo fácil e barato. Mesmo aos olhos do observador pouco atento, é óbvia a tentativa de atrair turistas ao Brasil por intermédio de imagens de belas mulheres e com referência ao apelo sexual. São inúmeros os dizeres que relacionam a imagem do Brasil com um destino turístico onde o sexo é elemento de fácil aquisição, sugerindo francamente a possibilidade de se fazer turismo sexual. (Bignami, 2005, p.113)

O emprego e manipulação do corpo feminino por parte da Embratur não se restringia apenas à elaboração das próprias publicidades, mas também a empresa tinha um papel fundamental ao apoiar propagandas de grandes revistas da época de mesmo cunho, acabando por legitimar ainda mais a erotização e objetificação da mulher. A revista Rio, Carnaval e Samba, como já demonstrado, foi uma grande beneficiária desse apoio e realizou propagandas ainda mais explícitas de que a mulher é um atrativo turístico. (Alfonso, 2006)

Figura 2- Revista Rio Carnaval e Samba 1973 e 1975



Fonte: Compilação da Autora¹⁶

Ao referir-se que a mulher é a maior atração, a revista reafirma o uso do corpo da mulher para vender o país e criar uma identidade nacional. Ademais, na imagem mais à direita, mesmo que por meio de poucas palavras, o próprio desenho de um homem observando uma mulher seminua em uma praia do Rio de Janeiro – identificado pela palavra carioca na manchete – com um olhar “faminto” contribui para a construção de papéis de gênero e do corpo da mulher,

16. Imagem referente a propaganda da Revista Rio, Carnaval e Samba de 1973 e 1975, respectivamente.

associando-o como objeto sexual e de “livre posse” masculino, uma vez que não coloca nenhum impedimento para “alcançar” a mulher da imagem, muito pelo contrário, a coloca como risco e, portanto, como um objeto pecaminoso.

Com o passar dos anos, e com a conscientização feminina e pressão externa de organizações, a problemática do turismo sexual foi sendo reconhecida, o que, em tese, faria com que na época Instituto não produzisse, endossasse e apoiasse campanhas associadas ao corpo feminino, não o propagando como cartão postal e atrativo turístico. Entretanto, além de abrir precedente para que propagandas desse cunho sejam produzidas, a Embratur, já no final da década de 90, continuou a vincular a mulher ao cartão postal do Brasil, sendo mais uma vez associada à praia e às paisagens, como mostra a figura abaixo. (Alfonso, 2006)

Figura 3 – Silhueta de mulheres sendo associadas ao símbolo brasileiro



Fonte: Embratur, 1999-2002. In: Kajihara, 2008.

Por fim, retomando os pressupostos do feminismo construtivista, os elementos e o modo como esses foram dispostos nas propagandas, como citado nesse tópico, na realidade fazem parte de um sistema de simbologias e possuem significados que mantêm a estrutura de gênero patriarcal e reduzem as mulheres a mero produto e atrativo sexual brasileiro.

3.2 – “Mulata”¹⁷ como representação do “país do Carnaval”

A sensualidade, as diversas cores e a alegria estampada em relação ao Carnaval também eram elementos das publicidades que

17. Rever nota de rodapé número 2

moldavam uma ideia da mulher brasileira, e mais especificamente da mulata brasileira, palavra cujo significado apresenta:

1. filha de pais de etnias diferentes, sendo um negro e outro branco.
2. mulher que apresenta traços físicos característicos de descendente de brancos e negros.
3. mulher mestiça de pele morena clara ou escura, mas cujos traços físicos não são associados a nenhuma etnia definida.
4. mulher de cor parda, acastanhada. (Oxford Languages, 2023)

As publicidades que evidenciavam o Carnaval nas décadas de 70 e 80, e um pouco além, sempre foram ligadas à imagem da mulata sambando seminua, com uma produção artística que tampava, quando tampava, as partes íntimas femininas, como mostra a figura a seguir:

Figura 4 – Propagação do Carnaval pela Embratur



Fonte: Compilação da autora¹⁸

Assim, é perceptível que as negras/mulatas são colocadas em uma situação de alegria, alvoroço e como referência do que Bignami (2005, p. 118) diz ser associação à liberação sexual: Mesmo que o carnaval seja uma manifestação cultural, esse é colocado como atrativo turístico pela sensualidade, de forma a transmitir aos estrangeiros a ideia de 4 dias de loucura total, período ao qual se pode render ao “mais completo ritual de luxúria e sensualidade”, de uma “busca pelo prazer sem freios” (p.119). Assim, o Carnaval torna-se uma mistura de cultura, sensualidade e alegria desenfreada, onde as então chamadas de “mulatas” brasileiras são ainda mais erotizadas, sofrendo um tipo mais específico e complexo de exploração, como evidencia Crenshaw (1989) e sua teoria da interseccionalida-

18. Imagens referentes às propagandas da Embratur em 1975, retirada de Kajihara, 2008, e do Calendário turístico 1971, retiradas de Rosa e Alves, 2021.

de. Seguindo o que foi debatido por Enloe, importante teórica feminista do campo das RI destacada no segundo capítulo, aqui podemos relacionar a forma com que a Embratur utilizou das fantasias de masculinidade para encorajar turistas a visitarem o país, o que pode configurar-se, de acordo com a autora, parte do que envolve o turismo sexual.

Assim, de acordo com Rosa e Alves (2021, p.100) é possível inferir que a imagem passada pela Embratur é de que “branca (é) para casar, mulata pra f*der”, revelando o olhar masculino colonizador sobre as mulheres. Por essa ser a exibição considerada comum, nas imagens que sexualizam mulheres torna-se mais fácil visualizarmos mulheres “pardas” ou negras. Ainda, a maneira com que são retratadas representam, uma forma muitas vezes invisível à primeira vista de poder e opressão, que estão sempre presentes.

Retomando o tópico anterior, o apoio da Embratur à Revista Rio, Carnaval e Samba também se aplica nesse caso. Como o próprio nome do magazine evidencia, Carnaval e Samba eram seus principais temas e, assim como a Embratur, recorriam a imagens de mulatas. Assim sendo, propagandas como as anteriores eram comuns. (Alfonso, 2006) O fato das duas figuras mais à esquerda datarem 1994, pós-campanha contra o turismo sexual e conscientização do tema, mostra que não houve uma mudança de papel de fato.

Figura 5 – Revista Rio, Carnaval e Samba sobre o carnaval



Fonte: Compilação da autora¹⁹

Desde o início da colonização de Portugal sobre o Brasil, as mulheres negras, além de serem consideradas mão de obra barata, possuíam um papel de objeto sexual, de maneira a reduzi-las a um espaço de exploração e representação sexual, onde seus corpos desempenham um papel de objeto. Seguindo o conceito pós-colonial de turismo cultural, a forma como as mulatas brasileiras são

19. Imagens retiradas de Alfonso, 2006, em ref. à conteúdo da revista Rio Carnaval e Samba: as duas primeiras fotos (esquerda para a direita) datam 1975 e as duas da esquerda datam 1994.

representadas acaba por transformá-las não apenas em elementos exóticos (diferentes e únicas) como também eróticos. A utilização das mulatas como atrativo brasileiro- converte a existência das dessas mulheres a um apelo para os estrangeiros conhecerem as “belas mulheres sensuais do Brasil”, sendo uma estratégia da indústria turística até os dias atuais. Para mais, a erotização excessiva das mulatas comprova que o poder colonial – e toda a lógica de opressão de raça e gênero nele contida – extrapola o período da colonização e, contrariamente, ele é perpetuado, muitas vezes de forma invisível. (Soares; Rodney, 2020)

3.3 - Rio de Janeiro e praias como pano de fundo paradisíaco

Nas propagandas supracitadas, ainda, é possível perceber que as mulheres se fundiam à natureza (praias e mar), de maneira a evocar a ideia de que o Brasil é um lugar paradisíaco. Assim como o Carnaval, as praias eram cariocas, o que demonstra a intenção de fazer com que o Rio fosse o lugar referência do Brasil. Ao utilizar as praias como principais atrativos brasileiros, a história cultural brasileira até a metade da década de 80 foi deixada em segundo plano pela Embratur, passando a ser instrumento de propaganda apenas com a gestão de João Dória o que contribui ainda mais para o esquecimento da riqueza histórico cultural do Brasil. (Alfonso, 2006)

Conforme descrito, a Embratur desde sua criação teve seu foco voltado para a promoção do Rio de Janeiro, e ainda que hoje outros locais sejam divulgados, a cidade continua sendo de fundamental importância para o turismo brasileiro. A escolha pelo Rio, como citado diversas vezes, perpassou uma estratégia do hoje instituto que, assim como os elementos mulher, carnaval, praia e sol, gerou consequências no setor turístico. Sabendo disso, a própria instância contratou uma empresa terceirizada para análise dos efeitos gerados, sendo esses encontrados nos Planos Aquarela. (Kajihara, 2008) Sendo assim, o presente tópico busca explorar os diagnósticos de cada plano, evidenciando e reforçando que as ações publicitárias da Embratur de fato contribuem para o cenário atual do turismo.

A partir de diversas reuniões realizadas com, entre outros, representantes das organizações, secretários estaduais e lideranças dos setores público e privado ligados ao turismo no Brasil, o Rio ainda é extremamente associado à imagem cultural do Brasil e mais

especificamente do carnaval e sua música, sendo considerado, também, “o grande ícone brasileiro lá fora, um destino mundialmente mágico” (Chias Marketing, 2005, p.77), propagando a ideia de ser um lugar lúdico e paradisíaco, o que pode ser o reflexo do que a Embratur propagou na época do regime militar e na década seguinte, que retoma algumas ideias tidas no Brasil colônia.

Gráfico 1 – Cidades mais visitadas do Brasil ao longo dos anos

CIDADES VISITADAS	1990	1995	2000	2002
Rio de Janeiro	41,80%	41,80%	34,10%	38,58%
São Paulo	22,40%	22,40%	19,70%	20,84%
Foz do Iguaçu	16,00%	16,00%	12,90%	9,28%
Florianópolis	11,40%	11,40%	18,70%	6,48%
Porto Alegre	9,70%	9,70%	5,90%	7,93%
Salvador	8,80%	8,80%	13,50%	12,78%
Camboriú	6,20%	6,20%	6,60%	4,90%
Recife	5,70%	5,70%	5,80%	8,24%

Fonte: Evolução do Turismo no Brasil. Embratur. In: Chias Marketing, 2005, p.61) Grifo do autor.

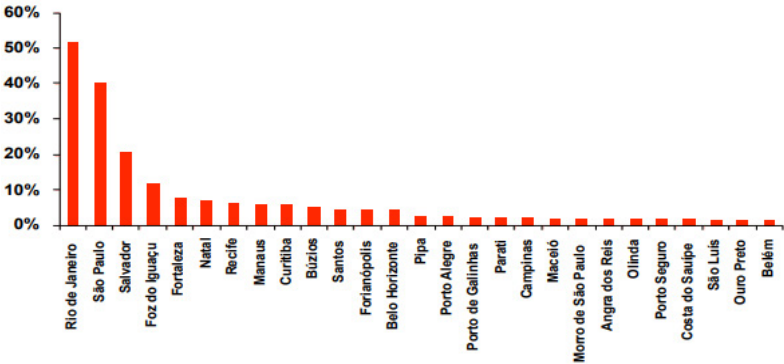
No gráfico acima, percebe-se que o Rio ainda é o estado de maior interesse internacional, mesmo que sua porcentagem venha diminuindo durante os anos. Percebe-se também que os locais do Nordeste são os únicos do presente gráfico que apresentam aumento relativo, o que também pode ser reflexo do aumento da oferta nas propagandas, principalmente Salvador.

Ainda de acordo com o relatório gerado pelas reuniões com representantes da área de turismo, foram apontados alguns pontos fracos no que se refere ao turismo no Brasil, onde 31% apontam a imagem estereotipada como um problema, seguido de “desconheci-

mento do Brasil” (26%) (CHIAS MARKETING, 2005, p.78). Portanto, a falta de material sobre as diversidades do Brasil durante muito tempo no material da Embratur, juntamente com a fetichização da mulher, contribui para esse quadro apontado.

Como resultado, o ranking de cidades visitadas pelos turistas em 2004:

Gráfico 2 – Ranking de cidades visitadas pelos turistas em 2004



Fonte: CHIAS MARKETING, 2005, p. 62.

Dentre as pesquisas e gráficos elaborados pelo Plano de Marketing, encontram-se a análise de alteração ou não do perfil dos turistas e suas experiências e expectativas, o motivo de escolha do Brasil como destino, bem como estudar intenções de retornar ou não ao país dado o grau de satisfação.

Gráfico 3 – Motivo da escolha do Brasil como destino turístico 2004-05

MOTIVO DA ESCOLHA DO BRASIL 2004 - 2005

MOTIVO DA ESCOLHA	LAZER		NEGÓCIOS		OUTROS	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005
CLIMA TROPICAL	9%	13%	5%	9%	5%	4%
BELEZA NATURAL DO PAÍS	38%	39%	16%	26%	13%	19%
ATRAÇÕES	6%	5%	11%	2%	3%	1%
CURIOSIDADES	4%	3%	4%	8%	3%	2%
PREÇO	14%	5%	11%	4%	8%	3%
HOSPITALIDADE						
GOSTO PELO BRASIL	36%	36%	33%	45%	37%	27%
CULTURA DO PAÍS	4%	5%	4%	4%	4%	3%
COMIDA/GASTRONOMIA BRASILEIRA	1%	3%	4%	5%	3%	1%
VISITAR PARENTES QUE MORAM NO BRASIL	3%	6%	11%	8%	35%	48%

Fonte: Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil 2004/2005 Embratur/FIPE.

Fonte: Plano Aquarela 2007-2010, p. 40

Gráfico 4 - Motivo da escolha do Brasil como destino turístico 2004-06

MOTIVO DA ESCOLHA 2004 – 2006

	2004	2006
PRAIAS / MAR	31%	37%
CLIMA TROPICAL	20%	18%
BELEZA NATURAL DO PAÍS	16%	17%
CONHECER LUGARES ESPECÍFICOS DO BRASIL	16%	23%
CONHECER/VISITAR O BRASIL	10%	9%
DIVERSIDADE	5%	20%
POVO	12%	19%
CULTURA DO PAÍS	12%	12%
COMIDA/GASTRONOMIA BRASILEIRA	6%	6%
VISITAR PARENTES QUE MORAM NO BRASIL		10%
NEGÓCIOS, CONGRESSO, PESQUISA APROVEITOU P/FAZER TURISMO	11%	7%
RECOMENDAÇÃO/INDICAÇÃO DE PESSOAS	7%	5%

Fonte: Vox Populi

Fonte: Plano Aquarela 2007-2010, p. 41

A partir dos gráficos estudados, podemos concluir que as praias, o clima e a beleza natural do Brasil continuam a se sobressair, o que demonstra que a imagem do país ainda é marcada por esses elementos tidos como paradisíacos, o que pode ser reflexo das

medidas adotadas anteriormente, quando as outras riquezas e locais específicos eram ignorados. Contudo, o trabalho e esforço que a Embratur vem demonstrado para diversificar sua oferta surgem efeitos, dado que a variável diversidade e conhecer lugares específicos foram os que tiveram maior aumento percentual de 2004 para 2006 (gráfico 2), juntamente com praias e mar. Esses pontos foram identificados pelo Plano Aquarela como fundamentais e, portanto, foram elementos utilizados nas campanhas promocionais. (Plano Aquarela, 2007-2010)

Com os resultados adquiridos e divulgados pela Embratur e pela empresa CHIAS Marketing, fica ainda mais evidente que o Rio de Janeiro foi e é um dos principais destinos turísticos do Brasil e compõe a imagem do país internacionalmente, em grande medida graças às ofertas, interesse e foco dado nas propagandas da Embratur. O erotismo e exotismo da imagem do Rio de Janeiro revestem a paisagem carioca e brasileira e as características de mestiçagem e sensualidade constroem o imaginário e o símbolo da cidade, de forma que “tais idealizações acabam por construir um turismo específico, onde existe um forte apelo sexual” (Dutra, 2008 p.73). É justamente nesse sentido que a proibição de certas propagandas se fez necessário.

4- Considerações Finais

Neste presente trabalho investigou-se o papel da Embratur como formadora, contribuidora e legitimadora do estereótipo feminino brasileiro internacional, descrevendo e demonstrando alguns de seus trabalhos nos anos 60 a 80. A partir de uma perspectiva feminista Pós-Colonialista das Relações Internacionais, buscou-se comprovar a hipótese de que a intensa sexualização das mulheres principalmente durante a época da ditadura, mais especificamente a partir do período de linha dura (1969), contribuiu para a solidificação do estereótipo da figura feminina brasileira, em especial a imagem das “mulatas”, de modo a perpetuar uma visão machista e patriarcal onde as mulheres são colocadas em um papel de submissão e prazeres do homem.

A cultura da imagem e dos símbolos desempenham fundamental papel como parte do nosso cotidiano e faz-se necessário colocar um olhar mais atento às publicidades, uma vez que, como demonstrado ao longo do trabalho e principalmente tendo em vista

a teoria Feminista Pós-Colonialista, essas reproduzem estruturas de poder colonial e, nesse caso, sexualizam a mulher do Brasil de forma a consolidar um ideário feminino brasileiro. No intuito de atrair turismo internacional, a Embratur mobilizou uma série de elementos que mascaravam a difícil realidade brasileira na época e colocava o país como um destino paradisíaco – e sexual- pelas características de suas mulheres, praias e pelo evento do carnaval.

Sendo possível encontrar material onde as mulheres eram representadas com cunho sensual até o final da década de 80, as campanhas publicitárias da Embratur tinham um viés muito pejorativo, erotizado e estereotipado quanto às mulheres brasileiras, o que trouxe consequências. Assim, respondendo à pergunta do artigo, a associação - por parte do próprio governo - da figura feminina do Brasil como um produto a ser consumido influencia os indivíduos da sociedade e orienta os modos de ser e viver, o que, como demonstrado, acaba por favorecer a prática do chamado turismo sexual. Ainda, legítima propagandas nacionais que até recentemente utilizavam da figura feminina extremamente objetificadora.

Apesar do cunho do material produzido pela Embratur variar ao longo de sua história e contexto e de passar por várias mudanças e se reposicionar ao longo dos governos, a imagem da mulher brasileira criada principalmente nas suas campanhas das décadas dos anos 70 e 80 acabou por contribuir para um cenário onde a mulher brasileira, e mais fortemente a mulata brasileira, é objetificada, criando e intensificando um estereótipo do país internacionalmente, bem como incentivando práticas que culminaram em consequências no turismo.

Tendo isso em mente, a teoria feminista Pós-Colonialista elucida principalmente a forma que o corpo é objeto de política internacional e como que as mulheres historicamente foram invisíveis e apagadas enquanto indivíduos da sociedade, sendo mobilizadas apenas quando era objeto de interesse dos homens. A estratégia da Embratur, portanto, contribui para a proliferação e reprodução de valores e para a consolidação de um modelo de objetificação sexual da mulher e da cultura do turismo sexual. Apesar das lutas feministas e pós-coloniais, dos direitos conquistados ao descrever a história desses dois movimentos - e de ser possível observar avanços quanto à proibição de propagandas de cunho sexual, ressalta-se que mensagem da mulher como produto e como argumento de persuasão ainda está internalizada e consolidada no meio nacional e internacional.

Referências

AGUSTÍN, Laura María. **New Research Directions: The Cultural Study of Commercial Sex**. Vol 8, Issue 5, 2005.

ALFONSO, Louise Prado. Embratur: formadora de imagens da nação brasileira. 2014.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth e TIFFIN, Helen. **POST- COLONIAL STUDIES: The Key Concepts**. Routledge. Taylor e Francis Group. Segunda edição, 2007.

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no Turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. Editora Aleph, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> Acesso em: 23 ago. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color**. University of California, Los Angeles, 1993.

DUTRA, José Luis Abreu. **O estado-da-arte: situação, ações, distorções e omissões na relação entre turismo e combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na cidade do Rio de Janeiro**. In: TENÓRIO, Fernando G.; BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. O setor turístico versus a exploração sexual na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.

EMBRATUR. Relatório de atividades de 1997. Brasília, 1997.

HARDING, S. 2016. **‘Sandra Harding: On Standpoint Theory’s History and Controversial Reception.’** Villa Nova University YouTube channel [online], 4 May. Disponível em: [Sandra Harding: On Standpoint Theory’s History and Controversial Reception - YouTube](#). Acesso em: 19 ago. 2023.

<https://jornaldaparaiba.com.br/politica/estados-nordestinos-lancam-campanha-contra-apologia-de-bolsonaro-turismo-sexual/> Acesso em: 23 abr.2023.

KAJIHARA, Kelly Akemi. **A imagem do Brasil no exterior: Análise do material de divulgação oficial da Embratur, desde 1966 até os dias atuais**. 2008. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Universidade de São Paulo, 2008.

MOHANTY, C. T. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourse**. In: Feminist Review, v. 30, n. 3, p. 61–88, 1988.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **CÓDIGO de ÉTICA MUNDIAL para o TURISMO**, Assembleia Geral em Santiago do Chile, 1º de outubro de 1999. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/home/progra->

[mas/Imagens_programas_home/VersoFinalAERI.pdf](#). Acesso em: 15 abr. 2023.

PARENZA, Patrícia. **Vocês acreditam que esse era um material para divulgar o turismo elaborado pela Embratur, na década de 1980?** [S.l.], 19 mai. 2022. Instagram, @patriciaparenza, Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cdv-NyjBuSne/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 29 mar.2023.

Plano Aquarela: Marketing Turístico Internacional do Brasil 2007 – 2010. [S. l.]: Embratur, [2007]. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/assuntos/5299-planos-demarketing.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PETTMAN, Jan Jindy. **Body politics: International sex tourism** Third World Quarterly, Vol. 18, No. 1. Mar, 1997, pp. 93-108.

REICHERT, Tom. **Sex in advertising research: A review of content, effects, and functions of sexual information in consumer advertising.** Annual Review of Sex Research, v. 13, pp. 241-273, 2002.

ROSA, Crislaine Custódia; ALVES, Kerley dos Santos. **O MARKETING TURÍSTICO DA EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR) E A CONCEPÇÃO DE MULHER BRASILEIRA EM TERRAS ESTRANGEIRAS COMO MULATAS.** In: SILVA, WILLIAM CLEBER DOMINGUES. (Org.). Turismo, Cidades, Coleccionismo e Museus. 01ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2021, v. 01, p. 95-108.

SOARES, Marli Pereira; RODNEY, Walter. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica.** In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (Org). POR UM FEMINISMO AFRO LATINO AMERICANO. Editora Zahar, 2020, v. 01, p. 43-57.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (Eds.). Marxism and the Interpretation of Culture. Urbana: University of Illinois Press, 1988.p. 271-313.

TRUONG, Thanh-Dam (1990) **Sex, Money and Morality: Prostitution and Tourism in Southeast Asia.** London: Zed Books.

VERÍSSIMO, José Domingos Carapinha. **A mulher “objecto” na publicidade.** Universidade do Porto, LIVRO DE ACTAS – 4º SOPCOM, 2005.

WIESINIESKI, Livia Cristina Barros da Silva; SANTOS, Paula Schulz dos. A política pública.

Consenso de Washington no Brasil: Desestatização, Superexploração e uma relação de Dependência Econômica

*Washington Consensus in Brazil: Privatisation,
Superexploitation and a Relationship of Economic
Dependence*

*Consenso de Washington en Brasil: Desestatización,
Sobreexplotación y una relación de Dependencia
Económica*

Ana Letícia Pires Bastos¹
Karla Cristine Azevedo Inacio²
Luiz Felipe de Lucas Elizado³

Recebido em: 17 de março de 2024

Aceito em: 30 de agosto de 2024

Resumo

O artigo aborda o impacto das políticas neoliberais alinhadas ao Consenso de Washington, na estrutura social brasileira durante a década de 1990, para enfrentar a crise.

Nesse sentido, foi implementado políticas de abertura econômica, privatizações e redução dos gastos públicos, além da fragilidade de direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa da economia brasileira à economia norte-americana, especificamente ao dólar. Para essa análise, são utilizados pressupostos da Teoria Marxista da

Dependência, como a superexploração da classe trabalhadora e o subimperialismo. Nesse sentido, o artigo foca compreender em que medida as decisões tomadas pelos governos, principalmente, no Governo Collor e Governo FHC, levaram a uma fragilidade dos direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa.

Palavras-chave: Políticas Neoliberais; Consenso de Washington; Superexploração; Dependência.

Abstract

The article discusses the impact of neoliberal policies aligned with the Washington Consensus on

1. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

2. Graduanda do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

3. Graduando do curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Brazil's social structure during the 1990s in order to deal with the crisis.

In this sense, policies of economic openness, privatization and a reduction in public spending were implemented, in addition to the weakening of labor rights and an increase in the external dependence of the Brazilian economy on the US economy, specifically the dollar. This analysis uses assumptions from the Marxist Theory of Dependency, such as the super-exploitation of the working class and sub-imperialism. In this sense, the article focuses on understanding the extent to which the decisions taken by the governments, especially the Collor and FHC administrations, led to a weakening of labor rights and an increase in external dependence.

Keywords: Policies Neoliberals; Washington Consensus; Overexploitation; Dependence.

Resumen

El artículo analiza el impacto de las políticas neoliberales alineadas con el Consenso de Washington

en la estructura social de Brasil durante la década de 1990 para hacer frente a la crisis.

En este sentido, se implementaron políticas de apertura económica, privatizaciones y reducción del gasto público, además del debilitamiento de los derechos laborales y el aumento de la dependencia externa de la economía brasileña de la economía estadounidense, concretamente del dólar. Este análisis utiliza premisas de la Teoría Marxista de la Dependencia, como la superexplotación de la clase trabajadora y el subimperialismo. En este sentido, el artículo se centra en comprender en qué medida las decisiones tomadas por los gobiernos, especialmente los de Collor y FHC, llevaron a un debilitamiento de los derechos laborales y a un aumento de la dependencia externa.

Palabras clave: Políticas Neoliberales; Consenso de Washington; Sobreexplotación; Dependencia.

1. INTRODUÇÃO

O final da década de 1980 e início dos anos 1990 foram marcados pelo desenvolvimento das diretrizes do Consenso de Washington, e suas aplicações nas políticas públicas de países africanos, alguns asiáticos e latino-americanos, especificamente no Brasil. Para explicar as implicações destas políticas econômicas neoliberais, utiliza-se de aspectos analíticos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), enfatizando a superexploração da classe trabalhadora, a dependência e o subimperialismo. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo explorar em que medida as decisões tomadas pelos governos, principalmente, no Governo Collor e Governo FHC, levaram a uma fragilidade dos direitos trabalhistas e um aumento da dependência externa.

Nesse sentido, os argumentos buscam explicar que essas políticas foram adotadas com o objetivo de tentar estabilizar a crise econômica, por meio da promoção da abertura da economia, da implementação de iniciativas de privatizações, em virtude da redução dos gastos públicos, e da aplicação de medidas para tentar controlar a inflação. No entanto, esta escolha implicou em efeitos adversos

no cenário social brasileiro, manifestando-se na demissão em massa de servidores públicos, em conjunto com estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda e riqueza maior, gerando graves sequelas sociais oriundas dessa exploração da força de trabalho. Portanto, ocorreu o desgaste socioeconômico, ao amplificar os problemas sociais e aprofundar a miséria e a pobreza da população brasileira. Sendo assim, o artigo vai abordar os principais conceitos da TMD, assim como o processo histórico do Brasil no período de 1990-2002, além de analisar as perspectivas e os desafios da época sob a luz da teoria de Ruy Mauro Marini.

2. TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CONSENSO DE WASHINGTON: BASES CONCEITUAIS EM DEBATE NO BRASIL

Esta seção irá apresentar dois segmentos principais, no primeiro serão examinados os pontos principais da Teoria Marxista da Dependência, sendo essa uma teoria de destaque na América Latina. Desse modo, uma ênfase fundamental desta corrente teórica reside na análise da ação política e estratégia econômica da classe dominante perante a classe trabalhadora. Ela busca examinar as estruturas sociais internas nos países latino-americanos, destacando as relações de classe em conexão intrínseca com o agravamento das desigualdades e a superexploração dos trabalhadores, especialmente em relação aos centros imperialistas, criando uma relação de dependência entre centro e periferia.

O outro segmento a ser abordado, retrata o contexto histórico apresentado nas décadas de 1990 na América Latina, com a implementação de políticas neoliberais aconselhadas pelo Consenso de Washington, com ênfase nas aplicações políticas na economia brasileira durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para embasar a explicação e compreender os principais acontecimentos deste período foram utilizados como guia autores, como Paulo Nogueira Batista, Marcos Cordeiro Pires, Jobson Monteiro Souza, Carlos Eduardo Martins, dentre outros. Esses estudiosos apresentaram minuciosamente como foi fundamentada essa “Era Liberal” e seu desenvolvimento. Dessa forma, ao utilizar essas referências, foi elaborado um panorama abrangente sobre os eventos decorrentes

das políticas adotadas para mitigar a crise econômica, resultando em efeitos adversos no contexto social brasileiro.

2.1 *Pressupostos da Teoria Marxista*

O marxismo tem uma grande variedade de estudos desenvolvidos com vastas vertentes da teoria. Portanto, é necessário entender que todas essas obras produzidas a partir dessa lente teórica, partem de pontos importantes dos escritos de Karl Marx, que são: a filosofia social dialética e o materialismo histórico. Dessa maneira, a teoria marxista visa abordar questões que foram negadas por outras teorias de Relações Internacionais, a fim de recuperar as possibilidades analíticas, procurando assim, iluminar os processos de autoprodução social e as possibilidades que eles podem implicar. Sob esse viés, o principal ponto de coerência diante de todas as abordagens fornecidas pelo marxismo, é o caráter de fornecer uma interpretação crítica do capitalismo, que é entendido como um capitalismo produzido historicamente e mutável, além de ser umas das primeiras abordagens teóricas de Relações Internacionais a questionar o *status quo*, que permitiu um avanço nesse sentido (Rupert, 2013).

Por conseguinte, Marx vai abordar uma visão de vida social humana para constituir a compreensão dialética da história, já que para ele os humanos são seres históricos e podem ser simultaneamente, produtores e produtos desses processos. Nesse sentido, as interações individuais e as instituições que formam a estrutura da ação individual é o que Karl Marx vai entender como dialética. Nessa visão, a política ganha destaque como uma luta pelos processos de autoprodução social, desenvolvendo uma crítica da vida social capitalista. Sob esse aspecto, o materialismo histórico-dialético caracteriza-se por descobrir as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens em uma sociedade através da história (Rupert, 2013). Sendo assim, tendo em vista esses pressupostos, foram elaboradas diversas teorias com base nessas concepções, exposto isso, o objetivo do artigo é abordar uma corrente da Teoria Marxista, a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

2.1.1 *Teoria Marxista da Dependência*

A Teoria da Dependência surgiu, na década de 1960, como resultado de uma reflexão acerca das mudanças na estrutura so-

cioeconômica da América Latina, com a entrada do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, sob o controle de multinacionais que passaram a ditar o ritmo do desenvolvimento industrial desses países, aprofundou a dependência destes em relação aos centros econômicos. Por conseguinte, um dos principais teóricos dessa corrente foi o brasileiro, Ruy Mauro Marini, partindo de algumas noções já discutidas por Raúl Prebisch e Celso Furtado, inserindo uma crítica marxista nestas. Em 1972 foi publicado uma das principais obras da teoria da dependência, o livro “Dialética da Dependência”, que lança as bases para uma interpretação marxista da formação dependente latino americana e como este processo constitui uma maneira específica de reprodução do capitalismo, que exacerba e modifica as relações de produção nas nações dependentes para assegurar a reprodução ampliada da dependência, assim, nos termos de Marini em “Dialética da Dependência” ele afirma que: “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”. Nesse sentido, Marini está argumentando que, para romper com o ciclo de dependência, é necessário mudar radicalmente as bases econômicas e as relações de produção dos países que se encontram nessa posição. Sem essa mudança estrutural, a dependência apenas se perpetua e se intensifica. Essas ideias formaram a teoria marxista da dependência (TMD) (Marini, 2017).

Desse modo, um dos principais pontos dessa corrente teórica é o seu destaque para a ação política e a estratégia da classe trabalhadora, na medida em que entende que os problemas do subdesenvolvimento latino-americano não se deve a nenhuma falta de desenvolvimento, ou seja, subdesenvolvimento não é uma etapa que leva ao desenvolvimento, mas é a forma particular de manifestação das relações capitalistas nos países dependentes. Essa tese confrontava as teorias que marcaram o desenvolvimento latino-americano, sobretudo o estruturalismo da CEPAL, criticado por considerar que alterações de ordem econômicas seriam capazes de possibilitar a passagem do subdesenvolvimento para a condição de desenvolvimento dos grandes centros mundiais. Por conseguinte, a situação de dependência conduz a um cenário global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes, voltando-se para os aspectos de ordem sociais e políticos que definiram ou foram definidos pelo processo de industrialização

nessas regiões. Essa relação perpassa não apenas as de exploração entre os países, mas é fundamentalmente explicada pela associação desta realidade com a estrutura de poder interna nessas sociedades. Deste modo, o desafio para a superação da dependência e do subdesenvolvimento passa necessariamente pela luta para suprimir o próprio capitalismo, que condiciona os países à dependência e ao subdesenvolvimento (Marini, 2017).

A partir dessa visão, a TMD buscou analisar as estruturas sociais internas presentes nos países latino-americanos e as relações de classe com os centros imperialistas como fatores intrinsecamente relacionados ao aprofundamento das desigualdades e à superexploração dos trabalhadores. Assim, para a referida teoria, a superexploração da força de trabalho possui um caráter central como característica específica das economias periféricas e constitui uma resposta do capitalismo dependente às diferentes formas de transferência de valor para as economias centrais. É a partir disso que se pode entender a deterioração do termos de troca, que se trata de uma transferência de valor onde parte do mais-valor produzido aqui fará parte da dinâmica de acumulação de capital nos países centrais (Marini, 2017).

Com base nesses fundamentos, Marini desenvolveu uma compreensão detalhada de como o sistema capitalista de produção se localiza em regiões periféricas. Para ele, a superexploração da força de trabalho, a dependência e o subimperialismo são conceitos fundamentais. Ele argumenta, que existe uma conexão entre a dinâmica global do sistema capitalista e uma relação complexa entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Isso implica que o avanço rápido de certas economias ocorre em detrimento do atraso de outras. O processo de acumulação, crucial no capitalismo, estabelece uma interdependência baseada na divisão internacional do trabalho. Assim, quando um país se torna dependente, a tendência é que sua dependência aumente, pois a acumulação de capital muitas vezes se dá pela transferência de valor dos países periféricos para os dependentes (Marini, 2017).

A TMD considera a superexploração da força de trabalho como um conceito central, oferecendo uma visão mais precisa da situação histórica da América Latina dentro do contexto global de reprodução do capital. Isso se torna evidente na relação entre a deterioração dos termos de troca e o ciclo contínuo de endividamento. Os déficits na balança de pagamentos eram constantemente resolvi-

dos por meio de novos empréstimos externos, resultando na transferência de valor das economias periféricas para as centrais. Essa dinâmica impede que os capitalistas das economias dependentes capturem o valor agregado nos seus processos produtivos. Como resultado, há uma intensificação da exploração da força de trabalho nas economias subordinadas, já que os capitalistas desses países buscam compensar as perdas de lucro decorrentes das trocas desiguais no mercado internacional (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Neste sentido, esse foi o processo pelo qual a América Latina se inseriu no comércio internacional, tal dinâmica ao promover o aprofundamento da divisão do trabalho, solidificou a especialização dos países centrais como produtores de manufaturas e os países em desenvolvimento como fontes provedoras de bens primários. Nessa abordagem, destacam-se três principais mecanismos de superexploração: aumento da intensidade do trabalho, extensão da jornada de trabalho e a apropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador possa reproduzir sua própria força de trabalho. Dessa maneira, não se busca estabelecer um desenvolvimento da capacidade produtiva nas economias dependentes, mas sim um modelo baseado na intensificação da exploração do trabalhador. Isso resulta em um baixo avanço das forças produtivas na América Latina e na limitação das atividades econômicas desses países (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Ao analisar os três mecanismos de superexploração da força de trabalho, observa-se que nos dois primeiros há um uso maior da força de trabalho do que o normal, levando ao desgaste precoce dos trabalhadores. No terceiro mecanismo, impede-se o acesso do trabalhador ao essencial para manter sua capacidade de trabalho. Isso resulta em uma disparidade entre os trabalhadores das economias centrais e periféricas. Os trabalhadores periféricos enfrentam uma constante redução de seus salários, impedindo que se tornem consumidores em seus próprios países. Por outro lado, os trabalhadores das economias centrais são considerados consumidores, impactando assim o mercado interno de seus países. Ao analisarmos a dependência da América Latina em relação aos países desenvolvidos, observa-se que essa subordinação leva à reestruturação de seu processo produtivo para atender às demandas do mercado internacional. Isso implica na criação de mecanismos para conter as perdas decorrentes das relações desiguais e da transferência de valor para as economias desenvolvidas, em que elas incentivam es-

sas disparidades para expandir seu mercado interno e reforçar sua supremacia. É importante ressaltar que pagar aos trabalhadores menos do que o valor real de sua força de trabalho nas economias subordinadas resulta em um agravamento da desigualdade de renda e riqueza, isso amplifica os problemas sociais, aprofundando a miséria e a pobreza (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Além disso, o subimperialismo, é um dos principais conceitos da teoria de Marini, que introduziu o termo para descrever um estágio avançado do capitalismo dependente. Isso ocorre quando países periféricos, se integram ao sistema produtivo imperialista, alinhando-se com potências como os EUA. Essa conexão fortalece a expansão industrial local, mas também cria uma dependência em relação aos centros imperialistas, estabelecendo hierarquias na divisão global do trabalho na América Latina. Essa dinâmica gera tensões entre interesses nacionais e estrangeiros, destacando os desafios enfrentados pelas economias periféricas para equilibrar seu desenvolvimento industrial e sua autonomia dentro de um sistema internacional desigual. Essa representação é uma fase avançada do capitalismo dependente, onde a dinâmica das trocas no mercado internacional leva países que ainda estão em posição de dependência a se apropriarem do valor de outras nações também dependentes. Nesse sentido, é pertinente analisar como essa fase avançada das relações dependentes se manifestou globalmente. O Brasil, África do Sul, Índia e Israel surgem, ao longo das décadas após a formulação da TMD, como exemplos reais dessa dinâmica de apropriação de valor entre economias dependentes. Esses países assumem regionalmente papéis visíveis de poder e articulação de interesses com as demais nações ao seu redor (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Em suma, a Teoria Marxista da Dependência foca na análise do desenvolvimento capitalista na periferia, especialmente na América Latina. Ele usa a teoria marxista do valor para entender as contradições do sistema capitalista nessa região e propõe soluções para seus desafios, destacando a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor através do intercâmbio desigual e a divisão no ciclo do capital como elementos principais na estrutura das relações econômicas, sociais e políticas dos países latino-americanos. Ele acredita que a superação dos problemas da dependência só pode ocorrer com a eliminação do sistema capitalista, destacando a necessidade de uma política revolucionária (Marini, 2017).

2.2 O surgimento do Consenso de Washington e sua implementação na América Latina

No final da década de 1980, os países da América Latina viram-se incapazes de soluções eficazes para lidar com seus desequilíbrios econômicos. Diante de uma dívida externa insustentável e de um processo inflacionário fora de controle, os governos enfrentaram uma crescente instabilidade política, social e econômica. Diante desse contexto, começou a ser formulado, em novembro de 1989, em um encontro informal entre economistas e funcionários de governos latino-americanos, norte-americanos e de organizações financeiras internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Consenso de Washington que foi definido e proposto por John Williamson, economista e pesquisador, do *Institute for International Economics*. Dessa forma, houve a tentativa de trazer estabilização e reforma econômica dos países periféricos, a partir de um controle inflacionário e um crescimento sustentado. Todavia, a iniciação deste projeto levou a uma crise que tem consequências até o momento atual (Batista, 2009).

O Consenso foi elaborado em dez critérios principais de alinhamento para a reforma econômica, constituída por políticas de disciplina fiscal e redução dos gastos públicos, em que buscavam priorizar e limitar os gastos a serviços públicos fundamentais, como saúde, segurança e educação, eliminando déficits públicos. Assim como uma reforma tributária em busca de uma ampliação de base tributária e redução nos impostos diretos, além da liberalização econômica, trazendo um estímulo para financiamentos estrangeiros, e abertura do mercado nacional para empresas internacionais atuarem. Ademais, tinham como ideia a anulação de barreiras de investimento estrangeiro direto, a desestatização de todos os serviços e empresas possíveis e a desregulamentação do controle de processos econômicos e trabalhistas, dentre outros critérios empregados em políticas neoliberais (Negrão, 2004).

Para alguns estudiosos, as políticas neoliberais do Consenso de Washington foram aplicadas em duas fases: uma de acumulação financeira e outra de acumulação produtiva. A primeira foi desenvolvida para uma tentativa de criação de reserva internacional, atraindo capital estrangeiro com alta taxa de juros, entretanto, apenas causou o aumento dos títulos das dívidas públicas pelo setor

privado. A segunda fase, acumulação produtiva, a única maneira que difere-se da primeira fase, é que esteve focada nas taxas de lucro, não de juros, também em uma atração de mercado estrangeiro no país. Dessa forma, diminuindo os preços nacionais, como a outra fase, esta também acabou gerando a crise do câmbio fixo, a partir da sua desvalorização, produzindo o financiamento da dívida pelo dólar (Martins, 2005).

Entretanto, para se compreender o motivo da idealização do consenso precisa-se entender seus precedentes, como o momento de crise econômica na década de 1970 que assolavam os países latino-americanos, em decorrência de políticas econômicas implementadas em governos ditatoriais militares, como ocorreram no Chile, Brasil, Argentina, dentre outros, que causou o aumento da dependência comercial, elevando o endividamento externo. Ademais, outro fator que aprofundou a crise na América Latina foi a tentativa de estruturação de uma ordem internacional monetária e financeira, devido à crise que foi ocorrendo em todo globo desde a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), destruindo países do planisfério norte e estagnando as economias dos Estados, na época, considerados “Terceiro Mundo”. Sendo assim, os países em desenvolvimento ficaram à margem dessa nova estruturação que começou a ser fomentada a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), possuindo características assentadas em instituições e políticas de bem-estar social patrocinadas pelas superpotências, como os Estados Unidos (Mendonça; Pires, 2012).

Nesse sentido, o sistema internacional passava por um período conhecido como Guerra Fria, em que se divergiam em questões políticas e econômicas, de um lado os Estados Unidos, um regime democrático e capitalista, enquanto de outro lado, a União Soviética com um regime socialistas. Além do mais, a década de 1970 também ficou marcada por dois choques do Petróleo que afetaram as economias do mundo todo, o primeiro em 1973 e, por conseguinte, a segunda crise em 1979. No entanto, apenas o segundo choque foi sentido por todo o globo, trazendo reflexos até os dias atuais, tendo ocorrido devido às consequências da Revolução Iraniana⁴ (Mendonça; Pires, 2012).

4. A Revolução Iraniana é caracterizada pelas revoltas contra a liderança de Ayatollah Khomeini, este que foi a autoridade religiosa e política na Revolução Iraniana, fez com que os países integrantes da OPEP zerassem a extração de petróleo no Irã, desse modo, o preço do barril de petróleo teve um aumento drástico. (Mendonça; Pires, 2012)

Alguns intelectuais afirmam que a inserção das políticas neoliberais em países latino-americanos se iniciou com experiências localizadas, nos anos 1980, no Chile, na Argentina e no Uruguai, se expandindo para o restante da região ao longo dos anos. Essas iniciativas foram consideradas concluídas com a tomada de poder das autoridades presidenciais como, Fernando Collor de Mello no Brasil, Carlos Salinas de Gortari no México e Carlos Andrés Pérez na Venezuela, dentre outros representantes eleitos na região. O autor, Armando Luiz Cervo, em seu livro *Relações Internacionais da América Latina*, caracteriza o continente latino-americano como uma região que tenta a sua integração entre norte e sul, principalmente o Brasil. Por isso, muitas das vezes o país busca implementar em suas políticas nacionais medidas exemplificadas ou aconselhadas pelas potências globais, devido ao nível de desigualdade entre as nações dos dois hemisférios. Desse modo os países da América Latina não poderiam excluir medidas adotadas pelas potências ocidentais, principalmente elaboradas e exercidas pelos Estados Unidos, destacando esses desajustes interferiram diretamente nos interesses comerciais do país latino-americano (Cervo, 2013). Entretanto, esta política econômica neoliberal adotada pelos países, a partir de 1992, começa a gerar déficits comerciais, eclodindo as crises na América Latina.

Em vista disso, o Brasil como outros países da América Latina estava percorrendo um momento de crise, com um endividamento externo nos períodos de ditaduras militares, além de um agravamento com os choques de Petróleo. Desse modo, começou uma busca para tentar reverter a situação se transformando em um receptor de superávits, acreditando que com isso mais recursos de liquidez iriam retornar ao Estado. Entretanto, essa possível solução gerou recessão do ciclo econômico, pois causou uma instabilidade inflacionária, tendo que enviar superávits comerciais ao exterior, além da tentativa de implementar o Modelo de Substituição de Importação (MSI) (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 1999).

Outrossim, o Brasil e os demais países da América Latina ainda acreditavam que a ordem econômica internacional submetia segurança, a partir da estabilidade do dólar e das taxas de juros. Sendo assim, destaca-se que em 1991 se inicia um novo processo de endividamento, com a inserção do Brasil no Sistema Internacional a partir de uma abertura financeira no governo de José Sarney (1985-1990), se aprofundando no governo de Fernando Collor de

Mello (1990-1992), com um processo de liberalização cambial. No início do governo de José Sarney, em 1986, foi implementado um projeto político-econômico conhecido como Plano Cruzado, para combater a inflação, porém fracassou no mesmo ano (Gremaud;-Vasconcellos; Toneto, 1999; Batista, 2009).

Com este fracasso, as políticas neoliberais foram se desenvolvendo profundamente a partir do governo Collor, com a construção de um novo modelo econômico, inaugurando o que alguns intelectuais chamam de “Era Liberal” no Brasil, além de uma reconfiguração da classe dominante com grupos econômicos nacionais favorecidos no âmbito financeiro e produtivo. Com a posse presidencial de Collor, em 16 de março de 1990, ele deixou claro em seu discurso de posse que produziria a adesão das políticas neoliberais consolidadas no Consenso de Washington, além do desejo de alinhamento com os Estados Unidos, em negociar bilateralmente a reforma administrativa e econômica. Dessa maneira, baseado nos conselhos do Banco Mundial, prosseguiu com um plano de liberalização do mercado brasileiro (Souza, 2012; Almeida, 2010; Batista, 2009).

Nesta perspectiva, é anunciado o Plano Collor, em que buscava implementar iniciativas de privatizações, em virtude da redução dos gastos públicos e medidas para tentar controlar a inflação. Este plano buscava implementar as ideias neoliberais a partir de desestatização, abertura econômica, diminuição de gastos públicos com demissão de servidores públicos, e uma estagnação dos preços salariais, dentre outras políticas, aplicando assim, um modelo heterodoxo de ajuste econômico. Entretanto, tais medidas não se mostraram tão eficazes para o plano político-econômico brasileiro, se distanciando do Consenso de Washington. Porém, neste momento já não era possível retornar às políticas anteriores, então os governos seguintes continuaram na mesma direção de implementação de políticas baseadas no consenso (Belo, 2013; Batista, 2009).

Primeiramente, o Plano Collor possuiu o apoio dos blocos Político-econômicos de poder, principalmente os grandes empresários exportadores. Este plano conteve políticas de uma radical contenção da liquidez por meio de embargo a todas as atividades superiores a 50 mil cruzados novos, moeda da época, depositados na poupança, além de um ajuste fiscal com objetivo de reverter o déficit em 2% de superávit. Este ajuste aconteceria a partir de cortes de despesas, ou seja, congelamento de preços de salários e demissões, além da privatização de empresas estatais por meio do

Programa Nacional de Desestatização (PND). Portanto, este plano estava em busca de uma reestruturação econômica, com uma reorientação do desenvolvimento brasileiro e ofensiva aos direitos sociais e trabalhistas, a partir de abertura comercial e financeira (Novaes *et al.*, 2023; Souza, 2012).

Desse modo, as reformas econômicas previstas, estavam causando muitos problemas, principalmente, pelo tipo de acumulação e legislação econômica, pois não havia melhorias trabalhistas, as economias se encontravam limitadas e o Produto Interno Bruto (PIB) em queda. Como consequência, seu governo começou a decair, por não apresentar o resultado almejado e atender as necessidades da burguesia. A tabela a seguir ilustra a relação entre as privatizações realizadas nesse período e a evolução da dívida externa, evidenciando como essas políticas estavam interligadas e como contribuíram para a fragilização da economia nacional. A análise dos dados apresentados permitirá uma compreensão mais clara dos efeitos das medidas neoliberais sobre a estrutura econômica e social do Brasil.

Tabela 1 - Dívida externa, Desemprego e Privatizações de 1992 - 1998 (%)

Ano	Dívida externa	Desemprego	Privatizações
1992	22,6	7,2	8,4
1994	24,6	5,1	5,75
1996	30	7,6	16,25
1998	40,3	9,7	93,75

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES e IPEA

Dessa maneira, de acordo com a tabela acima destaca-se que as privatizações não apenas resultaram em uma transferência de ativos estatais para o setor privado, mas também foram acompanhadas por um aumento significativo no desemprego. Assim, após o fracasso do primeiro plano, o governo foi em busca de outras medidas anunciando o Plano Collor II, em fevereiro de 1991, desta vez a execução do novo plano seria de cunho ortodoxo, e as políticas de ajuste relacionadas, de forma nítida, com as receitas enviadas pelo Consenso de Washington. Nesta perspectiva, tomaram medidas para a extinção das operações *overnights* e a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF), em que a partir deste fundo os bancos

eram obrigados a direcionar dinheiro investido pelos cidadãos aos títulos públicos, como os títulos estaduais, Título de Desenvolvimento Econômico (TDE) e ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDSs). Desse mesmo modo, houve a criação da Taxa Referencial (TR), ou seja, o BNTs que era responsável pelo pagamento nos títulos públicos. Com isso, a TR fazia os pagamentos nos títulos públicos a partir das infrações futuras. No entanto, como o plano anterior, este também foi ineficaz, fazendo com que ambos conseguissem prejudicar ainda mais a situação econômica brasileira, com o Plano Collor II, a inflação acumulou a 400%, o desemprego aumentou ainda mais, em conjunto com a diminuição do PIB de acordo com os dados da primeira tabela (Belo, 2013; Souza, 2012).

Nessa perspectiva, vieram as consequências políticas após dois anos de governo Collor, estes fracassos, em conjunto com acusações de esquemas de corrupção, levaram ao processo de *impeachment*. Desta forma, Itamar Franco, seu vice-presidente, foi quem assumiu o posto de Presidente da República. Em seu governo, ele buscou implementar de fato essas políticas econômicas neoliberais que ocorreram no governo do Fernando Henrique Cardoso (Carinhato, 2008). Com o Governo Collor foram desenvolvidas políticas que desregulamentaram a economia e as ordens trabalhistas, já no Governo Itamar Franco, as primeiras diretrizes políticas para a estabilidade econômica são de fatos implementadas, alterando a legislação trabalhistas e aumentando a recessão. Pois, para a implementação das práticas neoliberais era necessário desregulamentar as legislações trabalhistas, para que a economia se tornasse eficiente e competitiva (Novaes *et al.*, 2023). Além disso, o presidente alterou o comando do Ministério da Fazenda, por Fernando Henrique Cardoso, que aumentou a esperança de uma estabilização econômica para se livrar da crise. Iniciando-se então um processo de um novo planejamento econômico, o Plano Real (Souza, 2012).

O Plano Real foi desenvolvido em três fases, a primeira fase contou com o ajuste fiscal, no qual Fernando Henrique Cardoso anunciou o Programa de Ação Imediata, com viés de uma reorganização do planejamento e orçamento público, havendo a criação de uma nova proposta orçamentária e corte de gastos em todos os ministérios. A segunda fase foi delimitada pela criação da Unidade Referencial de Valor (URV), e com isso, a criação de uma nova moeda, porém uma moeda-índice, que era ajustada conforme o valor do dólar. Por último, a terceira fase, que foi a chamada “âncora

cambial”, ou seja, a nova moeda ficou “ancorada” a uma moeda que tinha poder aquisitivo e que variasse pouco ao longo do ano. Isto foi possível, pois contavam com as reservas internacionais, que poderiam ser gastas em uma emergência. Posto isso, o Plano Real obteve sucesso em conseguir recuar e inflação de 40% mensais em junho de 1994, para 1% e 2% nos outros meses, além de assegurar um ritmo no crescimento econômico (Souza, 2012).

Sendo assim, com a participação de Fernando Henrique Cardoso no Plano Real, ele foi facilmente eleito em 1994. Conforme Mendonça e Pires (2012), ambos os governos, de Collor e FHC, buscaram a privatização e diminuição de leis trabalhistas:

Os discursos de posse de Collor e Fernando Henrique apresentaram um traço em comum: ambos intentavam sepultar a chamada “Era Vargas”. Para tanto, deveriam liquidar seus mais importantes legados, ou seja, a industrialização local, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as empresas públicas. Para fazer frente às imposições externas, ambos estavam comprometidos em abrir a economia brasileira aos fluxos de mercadorias e capitais internacionais (Mendonça;Pires, 2012, p. 388).

Nesta perspectiva, deu-se prosseguimento ao projeto que visava a estabilização monetária e o fim da hiperinflação, entretanto, é importante enfatizar que este plano como todos os outros, seguiu muitas das normas redigidas pelos Consenso de Washington, como o combate a hiperinflação através da dolarização da economia e valorização da moeda nacional. Além do mais, destaca-se que a reforma do Estado foi em busca de uma estabilização apenas econômica e não social, então ainda foi composto pelas privatizações, nas revisões orçamentárias e administrativas dos órgãos públicos, gerando a liberalização comercial e financeira, para o crescimento apenas econômico (Carinhato, 2008).

À vista disso, o plano acabou fragilizando as relações de trabalho devido a inexistência de qualquer política pública de ordem econômica e previdenciária, que buscasse a flexibilização do desemprego. Na realidade, o governo desenvolveu medidas que prejudicaram os direitos trabalhistas, e irrelevância em outras medidas de regulação de trabalho, podendo assim observar, de acordo a tabela 1, que de 1994 a 1996 o desemprego aumentou 2,6% chegando a 9,7% em 1998. Dessa maneira, pode ser citado como algumas dessas medidas a Lei n.º 8.949, de 1994, que defende a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus empregados.

Ademais, outro exemplo pode ser demonstrado no quesito remuneração, em que como todos os planos FHC continuou com a mesma diretriz, em que cedeu ao empregado negociar o salário e seu possível aumento, a partir do MP n.º 1.053, de 1995, que estabelecia a desindexação salarial. Desse modo, não só as políticas implementadas por FHC, como também todos os governos anteriores que adotaram as políticas neoliberais do consenso, não houve nenhuma reorganização socioeconômica (Novaes *et al.*, 2023).

3. TENSÕES NEOLIBERAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

No Brasil, a aplicação do Consenso de Washington na década de 1990 foi vista por muitos críticos da teoria da dependência como um aprofundamento dessa dependência estrutural. A abertura indiscriminada dos mercados, a privatização de empresas estatais e a desregulamentação financeira foram medidas que, segundo a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência, fortaleceram a subordinação do país aos interesses das potências globais e ampliaram a vulnerabilidade econômica e social. Dessa maneira, durante os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização das leis trabalhistas levaram a uma precarização das condições de trabalho. Os dados da tabela 1 indicam que, entre 1992 e 1998, a taxa de desemprego cresceu consideravelmente, refletindo a instabilidade gerada por essas políticas. Além disso, a superexploração da força de trabalho, caracterizada pela redução de salários e pela falta de proteção social, exacerbou as desigualdades existentes. A informalidade no mercado de trabalho aumentou, deixando muitos trabalhadores sem acesso a direitos básicos. Essa situação não apenas aprofundou a pobreza e a miséria, mas também gerou um ambiente de insegurança social que reverberou em diversas camadas da sociedade brasileira (Batista, 2009).

Dessa maneira, a crise econômica gerada pelas políticas neoliberais do Consenso de Washington no Brasil, foi um momento marcado por instabilidade, flexibilização das leis trabalhistas e privatização. Como observado, durante o governo de Collor houve dois planos, que possuíram o apoio, principalmente, de grandes exportadores. O plano Collor contava com políticas radicais de ajuste fiscal com o objetivo de reverter a situação econômica, a partir de

congelamentos de salários e demissões, em conjunto a desestatização. Entretanto, pela sua incapacidade de reverter a situação econômica, foi elaborado o Plano Collor II, que aplicou políticas para a extinção das operações *overnights* e a criação do Fundo de Aplicação Financeira (FAF), em que os bancos privados eram obrigados a direcionar dinheiro investido pelos cidadãos aos títulos públicos. Tal gestão foi marcada por um alinhamento com a agenda neoliberal reforçando as relações de dependência entre o desenvolvido, e o subdesenvolvido, demonstradas por Ruy Marini. Nesse sentido, os resultados práticos da implementação desta estratégia no Brasil, desde os anos 1990, são evidências dos efeitos que o neoliberalismo produz para economias dependentes. As privatizações acentuam os problemas estruturais de diferença de produtividades médias entre os capitais que atuam na região e os estrangeiros, ao mesmo tempo em que aprofunda as crises sociais (Souza, 2012).

Nesse sentido, assim como colocado por Martins, essas políticas foram aplicadas em duas fases, que o autor descreve como uma acumulação financeira e outra produtiva, com isso nota-se um quadro de desequilíbrio externo, o crescimento da dívida pública e o aumento da propensão a importar dos países da região. Sob esse aspecto, a acumulação financeira foi desenvolvida para uma tentativa de criar uma reserva internacional ao atrair capital estrangeiro com taxas de juros elevadas. No entanto, isso resultou apenas no aumento dos títulos da dívida pública pelo setor privado, gerando um déficit comercial crescente. Como consequência, foi necessário atrair capital especulativo de curto prazo para mitigar os impactos no comércio, o que exigiu manter altas taxas de juros internamente. Isso levou o Brasil a depender do capital financeiro, isso significava lidar com uma dívida pública em rápida expansão, como expressado na tabela 1, a qual se observa o aumento da dívida externa. Neste sentido, o Brasil se insere no mercado mundial de maneira subordinada ou em função das necessidades de acumulação dos países centrais, opera-se uma cisão do próprio ciclo do capital nas economias dependentes, no qual afirma Marini (2017) no seguinte trecho:

[...] a produção latino americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização [...] cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (Marini, 2017, p.13).

Como observado, a dependência do Brasil em relação a empréstimos e financiamentos externos foi um fator significativo. Muitas vezes, esses empréstimos estavam atrelados a condições desfavoráveis que beneficiavam mais os credores do que o país mutuário, acentuando sua dependência econômica. Além disso, a legislação trabalhista conquistada na década de 1930, e a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, começaram a perder sua aplicabilidade com as novas medidas trabalhistas implementadas ou retiradas no governo Collor e de FHC, o que fragilizou a relação de trabalho. Dessa maneira, a perspectiva de superexploração da força de trabalho desenvolvida pela TMD, foi aprofundada com a precarização e as desigualdades em relação às perdas da sua aplicabilidade, marcando um período de retrocesso da classe trabalhadora, devido ao modelo de acumulação e legislação econômica, implementados. Em relação à remuneração, a administração de FHC manteve a abordagem iniciada pelos governos Collor e Itamar Franco, que buscava progressivamente diminuir a intervenção do Estado, transferindo a negociação salarial para ser conduzida entre empregador e empregado, essas relações são destacadas em três aspectos da superexploração da força de trabalho de acordo com Marini (Novaes *et al.*, 2023).

Assim, não havendo nenhuma melhoria trabalhista, grande parte dos trabalhadores foi levada à informalidade, e outros empregados no regime formal tiveram enorme carência de proteção social. É importante ressaltar, de acordo com a teoria, que pagar aos trabalhadores menos do que o valor real de sua força de trabalho nas economias subordinadas resulta em um agravamento da desigualdade de renda e riqueza, isso amplifica os problemas sociais, aprofundando a miséria e a pobreza. Esses impactos sociais incidem não só na classe trabalhadora, como também em relação às mulheres e marginalizados, desencadeiam uma série de impactos socioeconômicos que reverberam por toda a estrutura da sociedade. Dessa maneira, em 1992 FHC criou uma série de medidas que prejudicou os direitos de proteção do trabalho, até então conquistados, esse argumento é notado nos anos de seu governo na tabela 1, em que houve um aumento da taxa de desemprego nesse processo. Ao promover a intensificação do trabalho e ampliar a jornada de trabalho, cria-se um ambiente propício à expropriação de parte do valor gerado pelo trabalhador, contribuindo assim para o aumento da concentração de renda e riqueza. Isto estava ligado às diretrizes

neoliberais do sistema capitalista, não só acentuando as disparidades socioeconômicas, como também servindo como descobertas para aprofundar o projeto (Batista; Carnut; Mendes, 2022).

Para além disso, o Brasil também enfatizou a segurança na ordem econômica internacional, regida pela estabilidade do dólar e das taxas de juros, dessa maneira, as normas do Consenso de Washington traziam um contexto de combater a hiperinflação através da dolarização da economia e valorização da moeda nacional. Posto isso, no Plano Real, como já destacado, traz a criação da Unidade Referencial de Valor (URV), ou seja, com a moeda utilizada no Brasil extremamente desvalorizada, foi criada uma nova moeda, especificamente uma moeda-índice. No entanto, isto só foi possível devido a utilização das reservas internacionais que estavam localizadas nos Estados Unidos, tornando-se dependente da construção da interdependência do Brasil com a economia norte-americana (Souza, 2012). Nesta lógica, enxerga-se as tendências de dependência destacado pela TMD, em que seria formas de subordinações cristalizado na relação centro-periferia, levando países em condição de submissão em se apropriar do valor de outros países, ou seja, criando uma situação de dependência econômica que conduz a uma situação global dos países dependentes os situando em atraso e sob a exploração da estrutura de poder pela hegemonia norte-americana.

Ademais, o conceito de subimperialismo, desenvolvido por Marini, delineia a fase avançada do capitalismo dependente, em que os países se inserem no sistema produtivo imperialista, adotando uma postura expansionista. Essa dinâmica é evidenciada através da aceleração da industrialização e da adoção de uma orientação geopolítica do Brasil voltada para a integração ao sistema imperialista, com ênfase na parceria, principalmente, com os Estados Unidos. Enquanto a integração reforça a expansão industrial nacional, ela simultaneamente dá origem a conflitos entre interesses locais e estrangeiros, forçando o governo brasileiro a explorar mercados externos para absorver sua produção excedente. Assim, as empresas brasileiras em outros países da América Latina foram criticadas por replicar os modelos de exploração e relações de trabalho semelhantes às que o Brasil enfrentava como país periférico. Esse subimperialismo culmina na estreita dependência do Brasil em relação aos centros imperialistas (Marini, 2017).

Nesse sentido, percebe-se o subimperialismo abordado no parágrafo acima como uma tentativa de reverter a situação de crise

econômica que já vinha ocorrendo desde a década de 1970. Nos anos 1980, tentam transformar o Brasil em um receptor de superávits, acreditando que com isso mais recursos de liquidez iriam retornar ao Estado. No entanto, esta alternativa potencial resultou apenas em recessão e desemprego, uma vez que provocou um aumento da instabilidade inflacionária. Isso obrigou o Brasil a enviar seus superávits comerciais para o exterior, além de tentar implementar o Modelo de Substituição de Importações (MSI), em uma investida de reduzir custos da industrialização (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 1999). Dessa forma, compreendemos que a dependência implica em economias orientadas para atender às demandas de outras economias, especialmente as potências globais, e o subimperialismo se caracteriza por ser uma economia dependente que não apenas transfere valor, mas também se apropria do valor das nações mais frágeis. Com base nisso, é demonstrado que o subimperialismo brasileiro contemporâneo desempenha um papel ativo no despojo da classe trabalhadora e dos povos, o que levanta questões em relação à categoria do subimperialismo (Marini, 2017).

Deve-se destacar que a execução destas políticas não provocou apenas mudanças na Divisão Internacional do Trabalho, mas também contribuiu para que o país ficasse submetido a diversos elementos de dependência. Isso inclui a supremacia das grandes corporações e a concentração econômica controlada pela indústria, especialmente em nível internacional, e também comprova o estabelecimento de um domínio monopolista no mercado, proporcionando o surgimento de uma camada gerencial dedicada à defesa dos interesses da capital de grande porte. A partir disso, entende-se que as bases e estruturas do capitalismo está fundamentadas em processos cíclicos de crise, pois, na concepção marxista, a severidade desses ciclos econômicos, são momentos em que a acumulação de riquezas da classe dominante é intensificada de maneira proporcional a exploração das classes subjacentes (Gilpin, 2002). Sendo assim, a partir das perspectivas apresentadas com a aplicação das políticas do Consenso de Washington no Brasil iniciou-se um processo de dependência que implicou em efeitos negativos no cenário social brasileiro, causando demissão de servidores públicos, em conjunto com estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda e riqueza, agravando sequelas sociais oriundas da exploração da força de trabalho e do processo de subimperialismo.

4. CONCLUSÃO

O Brasil na década de 1990 foi marcado pela implementação das políticas neoliberais aconselhadas pelo Consenso de Washington. Tais implementações possuíram como objetivo trazer estabilização e ajustes econômicos à crise que ocorria desde os anos 1970 e 1980, marcados pelo alinhamento da América Latina com as políticas norte-americanas. Sob esse aspecto, o artigo está centrado no impacto da adesão dessas políticas advindas do Consenso de Washington, e sua ineficácia quando colocada em contraste a sua proposta, acabou por intensificar ainda mais a relação de dependência do Brasil. Mediante a isto, a Teoria Marxista da Dependência, possui maior enfoque nos aspectos da superexploração das forças de trabalho, o subimperialismo e a relação de dependência entre o Brasil como periferia e EUA como centro. Esses aspectos teóricos formam o cerne da análise deste artigo. Ademais, a submissão econômica da América Latina, frente a economia dos “Centros capitalistas” sendo um processo relativo a esta incessante busca por acumulação de capital, e a inserção do Brasil enquanto um país periférico e sua localização nesta estrutura de transferência de valor.

Sendo assim, é destacada a vulnerabilidade externa e interna nas condições trabalhistas no Brasil a partir da década de 90, como forma de evidenciar a intensidade latente da superexploração da força de trabalho, e na relação de dependência, presentes na gestão de Collor e no governo de FHC, onde ocorrem políticas que visavam reduzir a intervenção estatal, e com isso, sucederam um estreitamento das relações de trabalho, juntamente ao aumento da jornada do trabalho. Por conseguinte, o legado teórico de Ruy Mauro Marini e dos autores da teoria marxista da dependência tem um papel muito importante para a ação política e a estratégia da classe trabalhadora, na medida em que entende que os problemas do subdesenvolvimento latino americano não se devem a nenhuma falta de desenvolvimento, mas é a forma particular de manifestação das relações capitalistas nos países dependentes. Diante disso, essas políticas que foram adotadas para tentar estabilizar a crise econômica, por meio de uma série de decisões que agravaram a mesma, acabou por implicar em efeitos negativos no cenário social brasileiro, causando demissão de servidores públicos, em conjunto com a estagnação dos preços salariais, e ainda com a utilização da superexploração se cristalizando numa concentração de renda

e riqueza maior, intensificando graves sequelas sociais oriundas da exploração da força de trabalho. Deste modo, o desafio para a superação da dependência e do subdesenvolvimento passa necessariamente pela luta para suprimir o próprio capitalismo, que engendra estruturalmente o que nos condiciona à dependência e ao subdesenvolvimento.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. P. **REFORMAS NEOLIBERAIS NO BRASIL: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BNDES. Receita anual das privatizações no Brasil. **Banco Nacional do Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Historico> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

BATISTA, M.; CARNUT, L.; MENDES, A. El Consenso de Washington, vulnerabilidad externa y sobreexplotación del trabajo en América Latina: un análisis a la luz de la Teoría Marxista de la Dependencia. De Raíz Diversa. **Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos**, v. 8, n. 15, p. 73–109, 2022. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/deraizdiversa/article/view/79707> . Acesso em: 18 nov. 2023.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a Visão Neoliberal dos Problemas Latino-Americanos**. In.: Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 115-161, 2009.

BELO, Werbeth Serejo. Por uma abertura da economia através das privatizações: a inserção de capital estrangeiro no Brasil no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **ANPUH**. Natal, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875808_be420ca3c38d3b1d24e-e9b7602de00d2.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do estado e políticas sociais nas últimas décadas do século xx no Brasil. **AURORA**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1192>. Acesso em: 03 nov. 2023.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2013.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 53-59.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1999.

IPEA. Dívida externa bruta anual de 1950 até 2022. **Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

IPEA. Taxa de desemprego anual de 1992 até 2014. **Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=486696880> . Acesso em: 18 de nov. 2023.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648/15300>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Neoliberalismo e Desenvolvimento na América Latina**. In.: La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, p. 139-167. 2005.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (org.). **Formação econômica da América Latina**. São Paulo, SP: LCTE, cap. 19-20. 2012.

NEGRÃO, J. J. O. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 1, p. 103–112, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18809>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NOVAES, Marcos A. Barbosa de *et al.* Neoliberalismo no Brasil e os ataques aos direitos trabalhistas de 1990 a 2021. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 96–114, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/39616/32327>. Acesso em: 08 nov. 2023.

RUPERT, Mark. **Marxism and critical theory**. In: DUNNE, Tim et. Al. (eds.). *International relation theories: Discipline and diversity*. Oxford: OUP, 2007, p. 153 - 167.

SOUZA, Jobson Monteiro de (org). **Economia brasileira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. p. 132-142. 2012.

Diálogos e embates: Teoria Queer e Pós-colonialismo nas Relações Internacionais

Dialogues and conflicts: Queer Theory and Postcolonialism in International Relations

Diálogos y conflictos: Teoría Queer y Poscolonialismo en las Relaciones Internacionales

Letícia Sanches Rezende¹

Recebido: 2 de Abril de 2024

Aceito: 30 de Agosto de 2024

RESUMO

O presente artigo busca explicitar as críticas feitas à Teoria Queer nas Relações Internacionais por acadêmicos pós-coloniais. Para tal, é realizada uma revisão bibliográfica de publicações que tratam das questões queer e pós-coloniais de forma conjunta e comparada, com ênfase para os trabalhos dos autores William J. Spurlin, Rahul Rao e Jasbir Puar. Assim, promove-se uma discussão acerca daquilo que aproxima ambas as correntes teóricas e, subsequentemente, apresenta-se os principais pontos de embate. Conclui-se que a Teoria Queer nas RI possui vieses coloniais e ocidentais, sendo necessária uma análise mais interseccional por parte dos teóricos queer para uma compreensão holística do ambiente internacional.

Palavras-chave: Teoria Queer; Pós-colonialismo; gênero; sexualidade; colonialidade.

ABSTRACT

The present article seeks to elucidate the criticisms made to Queer Theory in International Relations by post-colonial academics. To this end, a bibliographical review of publications that deal with queer and post-colonial issues in a joint and comparative way is carried out, with emphasis on the works of authors William J. Spurlin, Rahul Rao and Jasbir Puar. Thus, a discussion is promoted regarding what brings both theoretical currents closer, and subsequently, the main points of contention are presented. It is concluded that Queer Theory in IR exhibits colonial and Western biases, requiring a more intersectional analysis by queer theorists for a holistic understanding of the international environment.

Keywords: Queer Theory; Post-colonialism; gender; sexuality; coloniality.

1. Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: leticia.rezende.1264692@sga.pucminas.br.

RESUMEN

El presente artículo busca explicitar las críticas realizadas a la Teoría Queer en las Relaciones Internacionales por académicos poscoloniales. Para eso, se realiza una revisión bibliográfica de publicaciones que aborden las cuestiones queer y poscoloniales de manera conjunta y comparada, con énfasis en los trabajos de los autores William J. Spurlin, Rahul Rao y Jasbir Puar. De esta manera, se promueve

una discusión sobre aquello que aproxima ambas corrientes teóricas y, posteriormente, se presentan los principales puntos de debate. Se concluye que la Teoría Queer en las RI tiene sesgos coloniales y occidentales, siendo necesaria un análisis más interseccional por parte de los teóricos queer para una comprensión holística del ambiente internacional.

Palabras clave: Teoría Queer; Poscolonialismo; género; sexualidad; colonialidad.

1 INTRODUÇÃO

A Teoria *Queer* tem como seu ponto inicial uma série de conferências acadêmicas organizadas nos Estados Unidos, durante o fim da década de 1980, na qual se buscava discutir temas referentes à sexualidade humana e a sua relação com a organização social. Inicialmente, a Teoria *Queer* emergiu nos departamentos universitários de Filosofia e de Crítica Literária. No entanto, na contemporaneidade, é utilizada por acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento (Jesus, 2014; Miskolci, 2009).

Nas Relações Internacionais (RI), a Teoria *Queer* emerge a partir dos anos 1990, período no qual esta corrente teórica começa a dialogar com novas áreas do conhecimento. Apesar deste contato ter se iniciado na década de 1990, Richter-Montpetit (2018) afirma que foi a partir de 2014 que a Teoria *Queer* passou a ter maior visibilidade nas RI, quando os grandes periódicos acadêmicos passam a publicar pesquisas baseadas na Teoria *Queer*, promovendo maior visibilidade para esta vertente e mostrando a riqueza de temáticas que podem ser abordadas a partir de uma perspectiva *queer*. A autora denomina este processo de “virada *queer*”². A partir deste momento, torna-se “inconcebível para as RI acadêmicas fazerem parecer como se não existisse uma Teoria *Queer* das Relações Internacionais” (Richter-Montpetit, 2018, p. 222, tradução nossa)³.

Desde a virada *queer*, essa perspectiva vem sendo escrutinada e criticada por teóricos das mais diferentes vertentes das RI, apontando os méritos, as falhas e os pontos que merecem maior

2. No inglês original, “queer turn”.

3. inconceivable for disciplinary IR to make it ‘appear as if there is no Queer International Theory.

análise e desenvolvimento. Dentre as críticas, surgem debates enraizados no pós-colonialismo. Dentro das RI, esta corrente teórica introduz perspectivas críticas ao pensamento ocidental hegemônico, destacando a importância das categorias analíticas do racismo e da branquitude, e colocando sujeitos marginalizados como produtores ativos do conhecimento (Tickner, 2011; Espanhol, 2017). É a partir desta lente que autores pós-coloniais examinam a Teoria *Queer*, apontando as inconsistências e vieses que acompanham sua produção teórica até o momento.

Nesse contexto, este artigo busca explorar as críticas feitas à Teoria *Queer* nas Relações Internacionais por teóricos pós-coloniais. Para este fim, será realizada uma revisão bibliográfica de artigos, de livros e de publicações em revistas científicas que tratem das questões *queer* e pós-colonial. Divide-se, assim, este artigo em cinco seções: primeiramente, uma contextualização do surgimento da Teoria *Queer* e sua aplicação nas Relações Internacionais. Em seguida, explora-se a abordagem pós-colonial nas Relações Internacionais. Em terceiro lugar, são analisadas críticas, embates, diálogos e convergências entre a Teoria *Queer* e o pós-colonialismo. Após, serão apresentadas perspectivas para além da crítica, que buscam conciliar a Teoria *Queer* com o pós-colonialismo, criando novas possibilidades. Por fim, são apresentadas considerações finais, incorporando a necessidade de maior disrupção na produção *queer* contemporânea e considerando o progresso já feito.

2 A TEORIA QUEER E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A criação do termo “Teoria *Queer*” é majoritariamente atribuída à Teresa de Lauretis em seu artigo “*Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities*”, publicado em 1991 em uma edição especial da revista *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*, que consistia em uma edição feita por Lauretis dos documentos de uma conferência sobre estudos de gênero e sexualidade realizada na Universidade da Califórnia (Santos, 2006). No entanto, deve ser apontado que a estudiosa Gloria Anzaldúa já havia utilizado o termo “Teoria *Queer*” antes de Lauretis, nos anos 1980; porém, o artigo de Lauretis é tido como o difusor do termo e da Teoria *Queer* enquanto instrumento acadêmico (Goldberg, 2016).

Historicamente, no entanto, a Teoria *Queer* tem uma genealogia complexa. Autores que a precederam, em um momento no

qual o termo “Teoria *Queer*” sequer existia, ainda são uma grande influência para a formação do pensamento *queer* contemporâneo. A teoria feminista, em especial o trabalho de feministas lésbicas; o pensamento pós-estruturalista e os trabalhos sobre a história da sexualidade de Michel Foucault (1977, 1984, 1985, 2020); os Estudos Gays e Lésbicos; e o ativismo da comunidade lésbica, gay, bissexual, transgênero, transsexual e *queer* (LGBTQ+) durante a crise da AIDS são algumas das principais referências históricas da produção teórica contemporânea (Rosenberg, 2008; McCann; Monaghan, 2020).

A Teoria *Queer* não é apenas um empreendimento acadêmico, mas também uma empreitada política. O *queer*, enquanto um movimento não só intelectual, mas também social, busca contestar e subverter as categorias de gênero e sexualidade consideradas normais e naturais, desestabilizar a ordem social construída com base na hierarquização identitária de gênero e sexualidade (Goldberg, 2016; Pelúcio, 2014). Segundo Pelúcio, “o *queer* [...] vai ser uma resposta atrevida das pessoas marginalizadas por uma ordem regulatória dos corpos, das sexualidades e assim também das subjetividades” (2014, p. 28).

Por sua própria natureza de contestação e de subversão, a Teoria *Queer* não apresenta uma única visão ou proposição acadêmica; mas sim se configura como um conjunto de pontos de vista e de teorias críticas que investigam as relações de poder construídas com base no controle e na categorização de corpos e de desejos sexuais. O *queer* busca iluminar as contradições presentes nos conceitos aparentemente estáveis e naturais do gênero e sexualidade, desnaturalizando-os e problematizando as interpretações da realidade produzidas a partir destes conceitos (Santos, 2006). Nas palavras de Edelman, o *queer* é “uma zona de potencialidades” (1974 *apud* Santos, 2006, p. 7).

Enquanto para alguns campos teóricos a falta de precisão e a multiplicidade de interpretações possibilitadas pela Teoria *Queer* possa parecer problemática, esta diversidade é um benefício e um fim em si mesmo na lógica própria dos teóricos *queer*. Como aponta Jagose, “parte da [...] eficácia política [da Teoria *Queer*] depende da sua resistência a definições” (1996, p. 1, tradução nossa)⁴. A Teoria *Queer* não busca ser hegemônica ou convencional, seu objetivo é investigar as marginalizações, a construção dos padrões de normalidade e de anormalidade. Uma investigação *queer* é, por definição, uma investigação periférica (Goldberg, 2016; SANTOS, 2006). Em suma, “quan-

4. part of its political efficacy, depends on its resistance to definition.

to mais se aproxima de se tornar uma disciplina acadêmica normativa, menos *queer* a Teoria *Queer* pode plausivelmente afirmar ser” (Halperin, 1995, p. 113 *apud* Jagose, 1996, p. 1, tradução nossa)⁵.

Nas Relações Internacionais, a Teoria *Queer* busca revelar como as lógicas de gênero e sexualidade moldam, muitas vezes de forma sutil e implícita, as estruturas de poder do sistema internacional e influenciam as perspectivas teóricas que buscam analisar e compreender tais estruturas (Wilcox, 2014; Richter-Montpetit, 2017). Em outras palavras, o objetivo da Teoria *Queer* é desestabilizar o que é considerado comum, usual, a ordem (supostamente) natural das coisas (Peterson, 2014). Da mesma maneira que outras correntes teóricas das Relações Internacionais – tais como o realismo, o feminismo, o marxismo, entre outras, a Teoria *Queer* se preocupa em entender os fenômenos internacionais, tais como a economia política internacional, questões de segurança, direito internacional, instituições e organizações internacionais. Entretanto, a Teoria *Queer* lança sobre estes fenômenos um olhar que busca compreender de que maneira estes estão relacionados às noções de gênero e sexualidade, como estes fenômenos são moldados por tais lógicas – e também as moldam (Richter-Montpetit; Weber, 2017). Conforme Wilcox (2014),

Projetos de “queerizar” as RI não são sobre fazer as RI queer como se elas já não o fossem, mas eles são sobre revelar como sexualidades, afiliações, e afetos são produzidos e regulados dentro das práticas existentes das RI e nossas estruturas conceituais subjacentes para entender as RI.⁶ (Wilcox, 2014, p. 612, tradução nossa)

Nesse sentido, apesar do aspecto da identidade sexual ser uma temática central para a Teoria *Queer*, ela não lida somente com tais questões. “Queerizar” as Relações Internacionais não é apenas uma questão de se estudar a comunidade LGBTQ+ em um contexto internacional ou a difusão de normas acerca da proteção deste grupo. Ainda que os direitos LGBTQ+ em um contexto global façam parte da agenda de pesquisa dos teóricos *queer* nas Relações Internacionais, a Teoria *Queer* não se limita a tal questão.

De acordo com Richter-Montpetit (2018), a Teoria *Queer* nas RI possui como papel investigar de que maneira as políticas inter-

5. the more it verges on becoming a normative academic discipline, the less queer “queer theory” can plausibly claim to be.

6. Projects of queering IR are not about making IR queer as if it weren’t already, but they are about revealing how sexualities, affiliations, and affects are produced and regulated with existing practices of IR and our underlying conceptual frameworks for understanding IR.

nacionais são formadas pelos discursos, pelas normas e pelos significados de gênero e sexualidade, colocando tais temas como intrinsecamente relacionados a questões de segurança internacional, de política externa, de desenvolvimento internacional, de geopolítica, entre outros. As normas de gênero e sexualidade são essenciais para a formação política e social dos Estados e da construção da identidade nacional (Richter-Montpetit; Weber, 2017).

Os teóricos *queer* problematizam e analisam sob perspectivas pouco convencionais os objetos usuais das Relações Internacionais. V. Spike Peterson (1999) investiga o fenômeno do nacionalismo sob uma ótica *queer*, apontando que os teóricos de RI geralmente assumem que a identidade nacional é unitária e monolítica, negligenciando a multiplicidade de identidades dentro de um Estado. Peterson, a partir da Teoria *Queer* e do feminismo, desafia o conceito convencional de Estado como um ator unitário e racional, buscando “expor a ilusão de homogeneidade promovida pelas narrativas nacionalistas”⁷ (Peterson, 1999, p. 35, tradução nossa). Nesse sentido, a autora aponta como o gênero e as identidades de gênero alteram as experiências políticas dos indivíduos, e utiliza o gênero como um ponto de partida para a compreensão do nacionalismo. Ela demonstra que o nacionalismo é fundado em um processo de opressão do feminino e de dominação masculina, contribuindo para a reprodução continuada destes padrões.

Em seus estudos, a autora Laura Sjoberg se utiliza da Teoria *Queer* para investigar as questões contemporâneas de segurança internacional. O projeto dos teóricos *queer* no campo da segurança internacional é se perguntar “onde estão os *queers* nas Relações Internacionais e na segurança internacional, e como isso pode importar para entender como exércitos, guerras e conflitos vêm a ser e como estes funcionam”⁸ (Sjoberg, 2015, p. 451, tradução nossa).

Nesse sentido, Sjoberg e Shepherd (2012) se atentam ao binarismo de gênero presente nos discursos contemporâneos sobre segurança – e nos escritos acadêmicos das Relações Internacionais como um todo –, destacando que, apesar das questões de gênero serem mais proeminentes nas análises contemporâneas, corpos trans ainda são marginalizados e omitidos destas discussões. No entanto, Sjoberg e

7. expose the illusion of homogeneity promoted in nationalist narratives.

8. where queers are in international relations and international security, and how that might matter for understanding how militaries, wars, and conflicts come to be and function.

Shepherd argumentam que corpos trans sempre estiveram presentes nos assuntos de segurança e, contemporaneamente, são ainda mais visíveis: a fluidez de gênero foi um elemento presente na maioria das grandes guerras históricas; scanners de corpo inteiro que são utilizados como medidas antiterrorismo colocam pessoas trans em posições de vulnerabilidade e de destaque em ambientes altamente securitizados, tais como aeroportos; a construção discursiva de pessoas trans enquanto desviantes ou perigosas; entre outros. Desse modo, é destacada a violência física e discursiva enfrentada por corpos trans, majoritariamente ignorada pelo pensamento acadêmico de segurança internacional na atualidade, e é sugerido um programa de pesquisa na área que busque investigar o privilégio dos corpos cisgênero no âmbito atual da segurança internacional (Sjoberg, Shepherd, 2012).

A Teoria *Queer* também é utilizada como arcabouço teórico na economia política internacional, como exemplificado por Nicola Smith. Segundo Smith (2016), sexualidades não-normativas são constantemente ignoradas em debates acerca da economia política internacional, e iluminar de que maneira a economia afeta as vidas de pessoas *queer* e como relações de poder econômico estão intimamente ligadas à manutenção do heterossexismo são questões essenciais. Smith (2018) destaca que problemas como serviços públicos, trabalho precário e falta de acesso à moradia e saúde afetam desproporcionalmente pessoas *queer*, exemplificando a marginalização socioeconômica desta parcela da sociedade. Portanto, a autora argumenta que a justiça social e econômica deveria estar “no coração da luta por justiça sexual, para que as lutas sexuais sejam definidas explicitamente como lutas econômicas, e vice-versa”⁹ (Smith, 2020, p. 18, tradução nossa).

Nesse sentido, é possível visualizar o panorama atual da pesquisa em Relações Internacionais no âmbito da Teoria *Queer*, os projetos e perguntas de pesquisa postulados, as limitações e avanços do campo. No entanto, apesar das problemáticas relevantes e originais colocadas pelos teóricos *queer* das RI, esta corrente teórica ainda possui pequena produção acadêmica publicada se comparado a outras abordagens do campo, e ainda é vista com desconfiança e como um modismo por determinados acadêmicos da área. De acordo com Weber (2016),

9. at the heart of the fight for sexual justice, so that sexual struggles are explicitly defined as socioeconomic struggles, and vice versa.

ao não levar totalmente em consideração as percepções dos seus colegas dos estudos queer sobre a possibilidade e a impossibilidade de produzir e implementar subjetividades sexualidades, a maioria dos estudiosos de RI regularmente subteoriza como a vontade de conhecimento sobre a sexualidade é parte do que faz os jogos internacionais de poder possíveis e impossíveis.¹⁰ (Weber, 2016, p. 2, tradução nossa)

3 O PÓS-COLONIALISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mignolo (2017) apresenta a colonialidade como um projeto constitutivo da modernidade, afirmando que “não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 2). Quijano (2009) afirma que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista” (Quijano, 2009, p. 73). Dessa maneira, observa-se que a compreensão da organização social contemporânea passa, necessariamente, por uma compreensão dos projetos colonial e neocolonial – que, segundo Mignolo (2017), desenrola-se desde o Renascimento até a modernidade – e seus desdobramentos.

No entanto, enquanto área do conhecimento, as Relações Internacionais vêm, desde sua fundação, marginalizando análises que enfocam questões de raça e colonialidade. A disciplina em si foi fundada sobre bases que privilegiam o racismo científico, a hierarquização de raças e o eurocentrismo, “tendo a branquitude patriarcal euro-estadunidense como sujeito norteador, organizador e normatizador das RI” (Silva, 2021, p. 38). Assim, as discussões sobre raça, colonialismo e as realidades dos chamados “países de Terceiro Mundo¹¹” são sistematicamente ignoradas dentro das teorias hegemônicas das Relações Internacionais. Segundo Tickner, o pós-colonialismo indica “a importância de mudar o locus de enunciação da teoria das RI de forma a expor os problemas globais que as perspectivas dominantes de RI falham em enxergar” (Tickner, 2003, p. 297, tradução nossa).

10. by failing to fully take on board the insights of their queer studies colleagues about the possibility and impossibility of producing and deploying sexualized subjectivities, most IR scholars regularly undertheorize how the will to knowledge about sexualities is part of what makes international games of power possible and impossible.

11. A expressão “Terceiro Mundo”, utilizada por Tickner vem sendo substituída, nas últimas décadas, pelo termo “Sul Global”. Mantém-se, aqui, “Terceiro Mundo” em respeito ao texto original da autora.

A teoria pós-colonial busca destacar a maneira como o Sistema Internacional é construído em cima de bases eurocêntricas e capitalistas. Enquanto as teorias *mainstream* de RI veem o sistema internacional como dado, como natural e real, o pós-colonialismo busca mostrar que a emergência do capitalismo global em conjunção com o colonialismo – pois os dois fenômenos estão intrinsecamente conectados – moldou o Sistema Internacional estudado hoje pelos acadêmicos de Relações Internacionais (Persaud; Sajed, 2018).

Da mesma forma, o pós-colonialismo busca romper com o “nacionalismo metodológico”¹² (Persaud; Sajed, 2018, p. 22, tradução nossa) das RI tradicionais, que tendem a analisar o ambiente internacional como um conjunto de Estados-nação autônomos. O pós-colonialismo defende que movimentos sociais, ideologias políticas, manifestações culturais, entre outros, devem ser analisados também como parte das Relações Internacionais, visto que são criados a partir de um processo global de interação e de maneira interdependente; ou seja, os eventos que ocorrem dentro das fronteiras de um Estado-nação não são produzidos de forma completamente independente do resto do contexto global. Nessa perspectiva, “eventos e processos históricos não podem ser entendidos em seu isolamento nacional, mas sim como interações que atravessam o tempo e o espaço e transformam todo o planeta”¹³ (Krishna, 2009 *apud* Persaud; Sajed, 2018, p. 22, tradução nossa).

Outra grande crítica feita às teorias *mainstream* das Relações Internacionais pelos pensadores pós-coloniais é o eurocentrismo da disciplina. Segundo Matin, o eurocentrismo se configura como “um modo específico de compreender a modernidade que começa e termina com a Europa”¹⁴ (2013, p. 2, tradução nossa). A Europa, portanto, é compreendida como o centro de emergência autônoma do sistema internacional vigente, e as perspectivas europeias de moralidade, desenvolvimento, cultura, instituições e normas são inerentemente superiores às aquelas não-europeias e destinadas a se tornarem as práticas universais (Matin, 2013; Seth, 2011). A partir desse contexto, o conhecimento produzido por europeus é favorecido em relação ao que é produzido em outras localidades,

12. Methodological nationalism.

13. Historical events and processes cannot be understood in their national isolation but rather as interactions that span across time and space and transform the entire planet.

14. a specific mode of comprehending modernity that begins and ends with Europe.

legitimando a produção de conhecimento europeia como superior à todas as outras – como colocado por Seth, existe um “privilegio epistemológico” (2011, p. 168).

A crítica ao eurocentrismo nas Relações Internacionais feita pelo pós-colonialismo, seu apontamento da arbitrariedade do Sistema Internacional e seu status enquanto uma construção social, e a tentativa explícita de promover o conhecimento feito por teóricos do Sul Global fazem com que o pós-colonialismo seja percebido como “mais do que somente uma teoria; ele [o pós-colonialismo] também é apresentado como uma forma de prática ou mesmo um movimento”¹⁵ (Chibber, 2013, p. 2, tradução nossa). Nesse sentido, o pós-colonialismo busca mais do que somente teorizar, analisar e compreender o ambiente internacional e os impactos do colonialismo e neocolonialismo, mas também traçar estratégias para “resistir ou decolonizar historiografias dominantes, assim como suposições epistemológicas e ontológicas que se baseiam em experiências eurocêntricas”¹⁶ (Wilkins, 2017, *s.p.*, tradução nossa).

4 CRÍTICAS PÓS-COLONIAIS À TEORIA QUEER EM RI

A partir da perspectiva do pós-colonialismo, é perceptível que qualquer ocorrência da contemporaneidade requer lentes pós-coloniais para ser analisada efetivamente. Por conseguinte, o gênero e a sexualidade se caracterizam também como legados de um projeto colonial e neocolonial, socialmente construídos a partir de perspectivas ocidentais e eurocêntricas. O colonialismo e o neocolonialismo impõem estruturas epistemológicas de conceber gênero e sexo/sexualidade – mais especificamente, uma estrutura heteropatriarcal –, em uma tentativa de suprimir ou mesmo de extinguir as expressões tradicionais de gênero e sexualidade dos povos colonizados (Morgensen, 2012). Portanto, mostra-se impossível destacar a homofobia, o heterossexismo e a cisnormatividade das relações de gênero, raça, classe, colonialismo (Welzer-Lang, 2001; Jesus, 2014; Judge, 2017). No entanto, Spurlin (2001) aponta que as interações entre a Teoria *Queer* e o pensamento pós-colonial se mostram insuficientes. Segundo o autor,

15. more than just a theory; it is also presented as a form of practice or even a movement.

16. resist or decolonize dominant historiographies as well as epistemological and ontological assumptions that draw on Eurocentric experiences.

na sua análise de marginalização, da experiência subalterna, sua ênfase na identidade nacional e nas fronteiras, e na sua atenção à raça, gênero e classe, os estudos pós-coloniais negligenciaram seriamente as maneiras através das quais o heterossexismo e a homofobia também moldaram o mundo do poder hegemônico.¹⁷ (Spurlin, 2001, p. 185, tradução nossa)

Da mesma maneira, Spurlin se atenta às insuficiências apresentadas pela Teoria *Queer*:

um problema paralelo é que os estudos *queer*, mais proeminente-mente desenvolvidos nos Estados Unidos, tem mostrado pequeno interesse nas variações transculturais de expressão e representação do desejo entre pessoas do mesmo gênero; homossexualidades, em sociedades não-ocidentais são, no melhor dos casos, imaginadas ou inventadas através da lente imperialista da política identitária euroamericana [...], ou, no pior dos casos, inteiramente ignoradas.¹⁸ (Spurlin, 2001, p. 185, tradução nossa)

A Teoria *Queer* e o pensamento pós-colonial possuem diversos pontos de convergência. A epistemologia de ambas as correntes parte de um pensamento pós-positivista e pós-estruturalista, que busca analisar a ordem social a partir de uma posição marginalizada da sociedade, criticando os comportamentos e normas colocados como normais ou aceitáveis. Ademais, o questionamento dos universalismos é expressivamente presente em ambas as teorias: de um lado, a crítica ao suposto universalismo dos binários homem/mulher, hétero/homo feita pela Teoria *Queer*; já a abordagem pós-colonial expõe que os supostos universalismos – linguísticos, artísticos, entre outros – não existem por si mesmos, mas sim fazem parte de um projeto colonialista que impôs suas normas culturais como verdadeiras e superiores (PUNT, 2008). Jesus (2014) complementa este pensamento, afirmando que “tanto teóricos *queer* como os teóricos pós-coloniais buscam desnaturalizar narrativas de origem e o conceito de nação na área de Relações Internacionais” (Jesus, 2014, p. 47).

17. In its analyses of marginalization and subaltern experience, its emphasis on national identities and borders, and its attention to race, gender and class, postcolonial studies have seriously neglected the ways in which heterosexism and homophobia have also shaped the world of hegemonic power.

18. A parallel problem is that queer studies, most highly developed in the U.S., have shown little interest in cross-cultural variations of the expression and representation of same-sex desire, homosexualities in non-Western societies are, at best, imagined or invented through the imperialist gaze of Euroamerican queer identity politics [...], or, at worst, altogether ignored.

Em vista disso, Rao estabelece que “o poder imperial definiu as subjetividades sexuais onde quer que tivesse” (Rao *apud* Jesus, 2014, p. 48). A introdução de novas normas morais nas sociedades não-ocidentais da relação entre pessoas do mesmo sexo como anti-natural foi orientada de acordo com uma perspectiva heterossexista europeia: “a heteronormalização da sociedade era vista como uma marca da modernidade no século XIX” (Jesus, 2014, p. 48).

A heteronormatividade imposta pelos colonizadores europeus também se fundava em um temor das possibilidades de relações sexuais não-normativas que o ambiente das colônias poderia oferecer para os colonos – em geral, homens brancos. Dessa forma, foram introduzidas políticas coloniais com o intuito de conter tais possíveis práticas, que incluíam a prostituição, o sexo interracial e a sodomia (Rao, 2020). A lei da sodomia, elemento comum a diversos países com uma história de colonização por países europeus – são destacadas, por Rao, as colônias britânicas, tais como Uganda e Índia – foi “um elemento em um aparato biopolítico mais amplo de regulamentação colonial”¹⁹ (Rao, 2020, p. 8, tradução nossa).

Rao (2020), no entanto, atenta para a ideia de “homorromanticismo”²⁰ que, segundo o autor, seria uma perspectiva de análise na qual a colonização europeia é tratada como o único fator contribuinte para as questões de homo/LGBTQfobia no espaço africano. A população nativa seria tratada, em uma perspectiva homorromântica, como indivíduos sem capacidade de agência, totalmente inocentes e desamparados frente ao conflito cultural causado pelas potências ocidentais. Ademais, esta perspectiva ignora a possibilidade da população nativa de possuir aversão a determinadas expressões de sexualidade consideradas não-normativas no contexto local antes da chegada dos colonizadores; ou seja, o homorromanticismo “romantiza o indígena pré-colonial como um espaço-tempo de tolerância absoluta”²¹ (Rao, 2020, p. 45, tradução nossa).

Em contrapartida ao homorromanticismo, Rao (2020) cita o conceito desenvolvido por Jasbir Puar de “homonacionalismo”²², caracterizado como “uma fabricação na qual os direitos LGBT têm sido mobilizados com os novos marcadores para uma velha divisão entre

19. was one element in a broader biopolitical apparatus of colonial regulation.

20. No inglês original, homorromanticism.

21. romanticises the indigenous precolonial as a spacetime of unmitigated tolerance.

22. No inglês original, “homonationalism”.

o civilizado e o selvagem”²³ (Puar *apud* Rao, 2020, p. 54, tradução nossa). O homonacionalismo de Puar denuncia que os direitos liberais da população LGBTQ+ se tornaram um novo parâmetro para que as nações – principalmente as grandes potências ocidentais – meçam a legitimidade e o merecimento dos países do Sul Global à sua soberania, à assistência estrangeira, e é frequentemente utilizado em discursos de securitização, de forma a justificar a ameaça representada por outro Estado. Segundo Puar (2013), seu conceito de homonacionalismo “não é outra política identitária, não é outra maneira de distinguir entre gays maus e gays bons, não é uma acusação, e não é uma posição”²⁴ (Puar, 2013, p. 337, tradução nossa), mas sim uma descrição de um fenômeno moderno que coloca alguns países como dignos de se autodeterminarem e de serem soberanos – ou seja, os países “civilizados” –, enquanto outros são caracterizados como bárbaros, inimigos da liberdade de expressão sexual, e portanto não são dignos de se autodeterminarem e de existirem enquanto soberanos no ambiente internacional (Puar, 2013; Rao, 2020).

Partindo dos conceitos de homonacionalismo e de homorromanticismo e da complexidade de analisar o gênero e sexualidade enquanto facetas do poder no ambiente internacional, e das nuances trazidas pelo debate acerca dos direitos dos indivíduos LGBTQ+, Rao (2020) afirma que, para estudar tais questões, é preciso fazê-lo de maneira que “navegue entre a Cila do homonacionalismo e a Caríbdis do homorromanticismo”²⁵ (Rao, 2020, p. 34, tradução nossa). A partir desse cenário, percebe-se a complexidade das formações sócio-históricas das categorias de sexualidade, ainda mais quando é necessário articular um passado colonial e as influências estrangeiras para a sua construção.

5 ALÉM DA CRÍTICA: PERSPECTIVAS QUEER E PÓS-COLONIAIS EM DIÁLOGO

A partir das críticas tecidas à Teoria *Queer* segundo uma perspectiva pós-colonial, novos encontros entre essas duas correntes teóricas têm sido propiciados. Apesar de sua origem no Norte Global e em espaços majoritariamente brancos, a Teoria *Queer* está em constante res-

23. an assemblage in which LGBT rights have come to be mobilised as new markers for an old divide between the civilised and the savage.

24. it is not another identity politics, not another way of distinguishing good queers from bad queers, not an accusation, and not a position.

25. navigates between the Scylla of homonationalism and the Charybdis of homorromanticism.

significação e produção no Sul Global. Diversos autores buscam maneiras de viabilizar um novo caminho nas RI: um *queer* pós-colonial.

Roy (2021) afirma que, com o intuito de superar as tendências brancas e coloniais apresentadas pela Teoria *Queer*, urge uma produção vinda *do* Sul Global e *para* o Sul Global. É necessário “queerizar” essas localidades tradicionalmente marginalizadas pelos estudos *queer*, afirmando sua importância enquanto ambos produtores e sujeitos do conhecimento. Ademais, é preciso descentralizar as epistemologias do Norte Global, criando alternativas teóricas e políticas. Nesse sentido, raça, nacionalidade e classe devem ser outros elementos incorporados nesta produção analítica *queer*, de forma a “permitir a emergência de conhecimento e escrita que desestabilize produtivamente os discursos sexuais dominantes e hegemônicos”²⁶ (Roy, 2021, p. 4, tradução nossa).

Kapoor (2015) argumenta que o Sul Global é inerentemente *queer*: o Sul é representado como perverso, anormal, passivo e até mesmo afeminado, enquanto o Norte se coloca como moral, normal, ativo e masculino. Essa concepção está intimamente ligada às experiências coloniais e neocoloniais vividas por estas localidades: em uma tentativa do colonizador se diferenciar do colonizado, o último era retratado como *queer*. Dessa forma, a opressão colonial se tornava justificável a nível moral, apresentando a necessidade de uma “missão civilizatória”. Kapoor aponta que abraçar essa “queeridade” é uma forma de desestabilizar a ordem global vigente.

Entretanto, existe uma mentalidade heterossexista já consolidada, rejeitando a “queeridade” e a tratando como uma importação ocidental. Assim, para levar a frente a proposta de Kapoor, é preciso buscar estratégias fora da caixa neoliberal do Norte, assumindo uma posição criativa e independente. Recomenda-se, por exemplo, o cultivo de afetos *queer* como estratégias de resistência política,

ao invés de criticar diretamente estereótipos homofóbicos, misóginos ou orientalistas, mostrar uma certa fadiga, indiferença ou tédio em relação a eles [...]; ao invés de se conformar com as regras do mestre, esquecê-las ou ignorá-las deliberadamente [...]. Usar desta forma o afeto *queer* estereotipado – capricho, insinceridade, *camp*, absurdo, emoção exagerada, sexualidade degenerada, boba-

26. The re-imagining and reworking of gender and sexual knowledge-making subverts the dominant norms of the predetermined identity categories and knowledge claims and seeks new possibilities of negotiating racialized, sexualized and gender(ed) representations and resistances.

gem, tolce – interrompe e entorpece o poder hegemônico ao recusar-se a abordá-lo diretamente, o deslegitimando, desse modo²⁷ (Kapoor, 2015, p. 1621, tradução nossa).

Complementarmente, Kapoor sugere a disrupção do capitalismo, repensando as instituições econômicas heteronormativas, tais como a divisão sexual do trabalho e a primazia da acumulação de capital sob os direitos coletivos; a “queerização” do Estado, criando alternativas únicas e centradas nas realidades locais ao invés da escolha restrita às democracias neoliberais e às autocracias. Por último, ativistas LGBTQ+ do Sul Global devem direcionar seus esforços não para políticas puramente identitárias, mas sim nos encontros entre as pautas *queer* e outras questões socioeconômicas, construindo alianças mais amplas e profundas que questionam não apenas as normas de gênero e sexualidade, mas também as estruturas do poder hegemônico.

Em consonância com o proposto por Kapoor, outros autores vêm pesquisando e escrevendo sobre as “queeridades” do Sul Global. Rao (2020), por exemplo, escreve sobre a Lei Anti-Homossexualidade de Uganda como um paradoxo entre a tentativa de se afastar das “importações” culturais ocidentais e a homofobia promovida pela colonização, como também descrito por Kapoor (2015). O autor ilumina as complexidades da discussão de pautas *queer* em Uganda, atento para como um discurso que se diz decolonial pode ser um veículo para a homofobia política. Além disso, é considerada a utilidade linguística e descritiva do termo *queer* nestes contextos e a possibilidade do uso de outras terminologias, majoritariamente advindas de línguas indígenas do Sul, como a palavra *kuchu*, em suaíli, que vem sendo empregado em Uganda como um termo guarda-chuva para designar expressões de gênero e sexualidade não-normativas.

Adicionalmente, Roy (2021) evidencia as implicações do gênero para a cidadania em Bangladesh. A autora destaca a importância de contextualizar as lutas dos corpos *queer* e a emergência do ativismo ligado a essa questão na cultura de Bangladesh, que apresenta cir-

27. rather than directly criticising homophobic, misogynist or orientalist stereotypes, showing a certain fatigue, indifference or boredom towards them [...]; and rather than conforming to the master's rules, wilfully forgetting or ignoring them [...]. Using stereotypical queer affect in this way – whim, insincerity, camp, nonsense, over-the-top emotion, unregenerate sexuality, silliness, goofiness – interrupts and stupefies hegemonic power by declining to address it directly, thereby delegitimising it.

cunstâncias particulares, tais como a identidade de gênero *hijra* e sua invisibilização na mídia e nos processos governamentais, as disputas pela definição do papel da mulher na sociedade bangladesa pós-independência e a emergência de uma sociedade de consumo cada vez mais ligada ao modelo ocidental. Nesse contexto, ecoando a fala de Kapoor (2015), Roy advoga pela “queerização” do cenário bangladês, com a participação crescente das minorias sexuais e de gênero nas questões econômicas, políticas e culturais, criando alternativas para estes problemas que se distanciem dos modelos nortistas.

Ao mesmo tempo, para além de incorporar o Sul Global de forma contundente na produção acadêmica, é essencial mostrar como as políticas de gênero e sexualidade promovidas pelo Norte Global – muitas vezes percebidas como progressistas ou inclusivas – contribuem para a manutenção contínua das estruturas neocoloniais e as legitimam discursivamente. Rahman e Hossain (2023) chamam este fenômeno de “homocolonialismo”, descrevendo-o como “um processo político através do qual os direitos humanos LGBTQ2+ são implementados e depois resistidos como parte de uma dinâmica neocolonial real e percebida”²⁸ (p. 155, tradução nossa).

No contexto da discussão sobre as imposições do Norte Global e as pautas queer, Rahman (2020) examina a construção da imagem do “muçulmano homofóbico” como forma de negar a participação da população muçulmana na sociedade Ocidental. A tolerância à população LGBTQ+ é apresentada como uma marca do excepcionalismo branco ocidental, justificando a inferiorização dos países de maioria muçulmana e a o neocolonialismo nortista. A formulação global dos direitos LGBTQ+, por conseguinte, reproduz hierarquias coloniais ao reforçar o discurso de superioridade do Ocidente, contrastando-o com o “Oriente homofóbico”, negando as identidades e vivências queer que existem no mundo muçulmano.

O cenário apresentado por Rahman (2020) ilustra a forma como os direitos LGBTQ+ são utilizados como pretexto para a opressão e colonização continuada de populações marginalizadas – neste caso, com ênfase especial para o mundo muçulmano. Porém, o autor aponta a importância de entender o contexto LGBTQ+ muçulmano para além da dicotomia do Islã homofóbico – incitada pelos Estados Ocidentais neocolonialistas – e a homofobia puramente

28. a political process through which LGBTQ2+ human rights are deployed and then resisted as part of both an actual and perceived neo-colonial dynamic.

como uma importação colonial – visão que predomina nos estudos pós-coloniais atuais.

Para ir além desse paradigma, Rahman (2020) propõe o uso da ferramenta da interseccionalidade, que considera as existências sobrepostas e complexas de indivíduos que se identificam tanto como *queer*, como quanto minorias étnico-raciais. Contesta-se a ideia de uma realidade universal objetiva, reconhecendo que pessoas marginalizadas possuem uma experiência diferente da realidade daquela normativa, dentro do padrão cisgênero, heterossexual, branco e ocidental. Metodologicamente, deve-se permitir que os sujeitos compartilhem suas histórias e saberes nos seus próprios termos, ao invés de serem forçados a se enquadrar em categorias estabelecidas pela epistemologia dominante do Norte. Rahman sugere, assim, o uso de ferramentas qualitativas que permitam a amplificação das vozes dos sujeitos das pesquisas, tais como entrevistas não estruturadas; a análise crítica, repensando as teorias normativas e os discursos que possibilitam a omissão de identidades interseccionais; e a *praxis*, visto a necessidade de transformar as considerações teóricas em ações concretas. Cria-se, dessa forma, uma metodologia compatível com o projeto *queer* pós-colonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser relativamente recente, a Teoria *Queer* se mostrou um instrumento de extrema relevância para a análise das relações humanas – sejam políticas, sociais ou econômicas – e como estas estão permeadas pelas construções sociais acerca de gênero e sexualidade, ditando aquilo que é normal e aquilo que é anormal e que, portanto, deve ser excluído. A Teoria *Queer* nos apresenta maneiras de desnaturalizar estas visões, problematizando conceitos aparentemente naturais e imaginando outras realidades possíveis, nas quais as expressões sexuais são livres de estigmatização e de padronização.

No campo das Relações Internacionais, a Teoria *Queer* apresenta questionamentos quanto as estruturas que compõem o sistema internacional, analisando os objetos de estudo usuais das Relações Internacionais – tais como o Estado, a segurança internacional e as relações econômicas – por uma perspectiva marginal, destacando como as regulações sexuais tornam as relações de poder no meio internacional possíveis. Os chamados “regimes do normal”

são constantemente colocados em foco, problematizando aquilo que é visto como dado e como natural, desetabilizando binarismos e normatizações. A Teoria *Queer* busca precisamente perturbar, desacomodar, criar questionamentos nos teóricos que seguem as correntes *mainstream* de RI, apontando a invisibilização das questões de gênero e sexualidade em seus estudos, e como esta falta prejudica a sua compreensão de mundo.

No entanto, a Teoria *Queer* não está isenta de críticas acerca de suas origens brancas, estadunidenses e ocidentais, o que acarretou em um esquecimento acerca das vivências e das estruturas sexualmente não-normativas presentes em localidades não-ocidentais, racializadas e do Sul Global. Portanto, propõe-se um maior engajamento entre o pós-colonialismo e a Teoria *Queer*, buscando uma compreensão mais holística do ambiente internacional e das realidades regionais.

Nesse cenário, uma produção *queer* pós-colonial vem emergindo no ambiente acadêmico, com a missão de integrar ambas agendas e demonstrando que o Sul Global é *queer* por natureza. Assim, autores como Kapoor (2015), Rao (2020), Roy (2021) e Rahman (2020) tem elaborado trabalhos que propõem uma articulação complexa entre as preocupações do Sul e da Teoria *Queer*. Surgem, dessa maneira, teorizações sobre localidades tradicionalmente marginalizadas nas RI – a exemplo da Uganda e de Bangladesh –, alternativas para um ativismo mais potente e eficaz advindo do Sul e considerações sobre o papel da política sexual na construção do neocolonialismo. Obtém-se, portanto, uma análise interseccional da política internacional que compreende não só aspectos de gênero e sexualidade, mas também de raça, nacionalidade e classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHIBBER, Vivek. **Postcolonial Theory and the Specter of Capital**. Nova York: Verso, 2013.

ESPAÑHOL, Carla de Oliveira. O pensamento decolonial como perspectiva contra-hegemônica nos debates teóricos de Relações Internacionais. In: ENCONTRO DA ABRI, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498419261_ARQUIVO_ARTIGOABRI2017-CarlaEspanhol.pdf. Acesso em: 8 fev. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. IV: As confissões da carne**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOLDBERG, Abbie E. (ed.). **The SAGE Encyclopedia of LGBTQ Studies**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2016.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction**. Malásia: Melbourne University Press, 1996.

JESUS, Diego Santos Vieira. O Mundo Fora do Armário: Teoria Queer e Relações Internacionais. **Revista Ártemis**, [S. l.], v. XVII, n. 1, p. 41-50, jan/jul 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/18751>. Acesso em: 3 fev. 2024.

JUDGE, Melanie. **Blackwashing Homophobia: Violence and the Politics of Sexuality, Gender and Race**. [S. l.]: Routledge, 2017.

KAPOOR, Ilan. The queer Third World. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 9, p. 1611-1628, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2015.1058148>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MATIN, Kamran. Redeeming the universal: Postcolonialism and the inner life of Eurocentrism. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 2, p. 353-377, jun. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066111425263>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MCCANN, Hannah; MONAGHAN, Whitney. **Queer Theory Now: From Foundations to Futures**. Londres: Red Globe Press, 2020.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVlk>. Acesso em: 16 fev. 2024.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, [S. l.], v. 11, n. 21, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8863>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MORGENSEN, Scott Lauria. Theorising Gender, Sexuality and Settler Colonialism: An Introduction. **Settler Colonial Studies**, [S. l.], n. 2, p. 2-22, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2201473X.2012.10648839>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. **Florestan**, [S. l.], n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PERSAUD, Randolph B.; SAJED, Alina. **Race, Gender, and Culture in Interna-**

tional Relations: Postcolonial Perspectives. Oxon: Routledge, 2018.

PETERSON, V. Spike. Family Matters: How Queering the Intimate Queers the International. **International Studies Review**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 604-608, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24758506>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PETERSON, V. Spike. Sexing Political Identities: Nationalism as heterosexism. **International Feminist Journal of Politics**, [S. l.], v. 1, p. 34-65, jun. 1999. Disponível em: <https://www.yumpu.com/en/document/read/37423753/sexing-political-identities-nationalism-as-heterosexism.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PUAR, Jasbir. Rethinking Homonationalism. **International Journal of Middle East Studies**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 336-339, mai. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S002074381300007X>. Acesso em: 16 fev. 2024.

PUNT, Jeremy. Intersections in queer theory and postcolonial theory, and hermeneutical spin-offs. **The Bible and Critical Theory**, [S. l.], v. 4, n. 2, jun. 2008. Disponível em: <https://www.bibleandcriticaltheory.com/issues/vol4-no2/vol-4-no-2-2008-intersections-in-queer-theory-and-postcolonial-theory-and-hermeneutical-spin-offs/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, jan. 2009. p. 73-118.

RAHMAN, Momin. Queer Muslim Challenges to the Internationalization of LGBT Rights: Decolonizing International Relations Methodology through Intersectionality. In: BOSIA, Michael J.; MCEVOY, Sandra; RAHMAN, Momin (eds.). **The Oxford Handbook of Global LGBT and Sexual Diversity**. Nova York: Oxford University Press, 2020.

RAHMAN, Momin; HOSSAIN, Adnan. Navigating Homocolonialism in LGBTQ2+ Rights Strategies: Sexual and Political Possibilities beyond the Current Framing of International Queer Rights. In: CHASE, Anthony *et al.* (eds.). **Human Rights at the Intersections: Transformation through Local, Global, and Cosmopolitan Challenges**. Londres: Bloomsbury, 2023.

RAO, Rahul. **Out of Time: The Queer Politics of Postcoloniality**. Nova York: Oxford University Press, 2020.

RICHTER-MONTPETIT, Melanie. Everything You Always Wanted to Know about Sex (in IR) But were Afraid to Ask: The 'Queer Turn' in International Relations. **Millenium**, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 220-240, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0305829817733131>. Acesso em: 8 fev. 2024.

RICHTER-MONTPETIT, Melanie; WEBER, Cynthia. Queer International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, [S. l.], 24 mai. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/162931424>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ROSENBERG, Tiina. Locally Queer: A Note on the Feminist Genealogy of Queer Theory. **Graduate Journal of Social Science**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 5-18, 2008. Disponível em: <https://www.gjss.org/sites/default/files/issues/chapters/papers/Journal-05-02--01-Rosenberg.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ROY, Ahonaa. **Gender, Sexuality, Decolonization**: South Asia in the World Perspective. Londres: Routledge, 2021.

SANTOS, Ana Cristina. Estudos queer: Identidades, contextos e ação colectiva. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 76, p. 3-15, 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/813>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SETH, Sanjay. Postcolonial Theory and the Critique of International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 167-183, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0305829811412325>. Acesso em: 18 fev. 2024.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37. Acesso em: 16 fev. 2024.

SJOBERG, Laura. Seeing sex, gender, and sexuality in international security. **International Journal**: Canada’s Journal of Global Policy Analysis, [S. l.], v. 70, n. 3, p. 434-453, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0020702015584590>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SJOBERG, Lauren; SHEPHERD, Laura J. Trans- Bodies in/of War(s): Cisprivilege and Contemporary Security Strategy. **Feminist Review**, [S. l.], v. 101, n. 1, p. 5-23, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1057/fr.2011.53>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SMITH, Nicola. Toward a Queer Political Economy of Crisis. In: HOZIC, Aida A; TRUE, Jacqui. **Scandalous Economics**: Gender and the Politics of Financial Crises. Nova York: Oxford University Press, 2016.

SMITH, Nicola. Queer theory and feminist political economy. In: ELIAS, Juanita; ROBERTS, Adrienne (ed.). **Handbook on the International Political Economy of Gender**. Northampton, MA: Edward Elgar, 2018. p. 102-112.

SMITH, Nicola. **Capitalism’s Sexual History**. Nova York: Oxford University Press, 2020.

SPURLIN, William J. Broadening Postcolonial Studies/Decolonizing Queer Studies: Emerging “Queer” Identities and Cultures in Southern Africa. In: HAWLEY, John C. **Postcolonial, Queer**: Theoretical Intersections. Albany: State University of New York Press, 2001.

TICKNER, Arlene. Seeing IR Differently: Notes from the Third World. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 37-55, 1 jun. 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298030320020301>. Acesso em: 18 fev. 2024.

TICKNER, Arlene. Dealing with Difference: Problems and Possibilities for Dialogue in International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 39, n. 3, p.607-618, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0305829811400655>. Acesso em: 8 fev. 2024.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations: Sovereignty, Sexuality and the Will to Knowledge**. Nova York: Oxford University Press, 2016.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 460-482, 2º sem. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

WILCOX, Lauren. Queer Theory and the “Proper Objects” of International Relations. **International Studies Review**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 612-615, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24758508>. Acesso em: 13 fev. 2024.

WILKENS, Jan. Postcolonialism in International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190846626.013.101>. Acesso em: 16 fev. 2024.

O Engajamento da China nas missões de Paz e para a Estabilidade no Continente Africano: Para Além da Cooperação econômica no Sul Global

China's Engagement in Peace and Stability Missions on the African Continent: Beyond Economic Cooperation in the Global South

El compromiso de China en misiones de paz y estabilidad en el continente africano: más allá de la cooperación económica en el Sur Global

Breno Lukeny Baptista Flor¹

Recebido em: 25 de setembro de 2023

Aceito em: 05 de agosto de 2024

Resumo

O presente artigo pretende analisar o percurso da China para além da cooperação econômica que muito tem se estudado em vários níveis e áreas acadêmicas para trazer uma nova análise nas formas de cooperação, especialmente no campo multilateral, especificamente para a paz e a estabilidade no continente africano, sendo este fenômeno presente nos discursos do presidente Hu Jintao, nas Nações Unidas², em 2005 e o presidente Xi Jinping, em 2020, na cerimônia de abertura na expo internacional chinesa de importação e exportação³. Para isso, pretende-se responder, o porquê da China se engajar na paz e estabilidade em

África? Qual o percurso histórico comum, entre a China e o continente em questão? No entanto utilizou-se uma metodologia mista, que conta com metodologias quantitativas e qualitativas, teórico-explicativas, bem como também exploratórias.

Palavras-Chave: Missões de paz; Cooperação sul-sul; Guerra civil; Cooperação China- África; Paz e estabilidade; ONU

Abstract

This article aims to analyze China's path beyond economic cooperation, which has been studied at various levels and academic areas, and bring a new analysis of forms of cooperation, especially in the

1. Graduado em Relações Internacionais pela PUC-MG, Pós-Graduado em China Contemporânea pela mesma universidade. email:brenobaptista19@gmail.com. Orcid::0000-0002-1806-4489

2. Ver Hu Jintao

3. Ver Xinhua News

multilateral field, specifically for peace and stability in the African continent. This phenomena is present in the speeches of President Hu Jintao, at the United Nations, in 2005 and President Xi Jinping, in 2020, at the opening ceremony of the Chinese international import and export expo. For this, it is intended to answer, why does China engage in peace on the African continent? What is the common historical path between China and the African continent? However, the mixed methodology was used, which has quantitative and qualitative, theoretical-explanatory, as well as exploratory methodologies.

Key Words: Peace missions; South-South cooperation; Civil war; China-Africa cooperation; Peace and stability; United Nations

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el camino de China más allá de la cooperación económica,

que ha sido estudiado en varios niveles y áreas académicas, y traer un nuevo análisis de las formas de cooperación, especialmente en el ámbito multilateral, específicamente para la paz y la estabilidad en el continente africano. El fenómeno estuvo presente en los discursos del presidente Hu Jintao, en las Naciones Unidas, en 2005 y del presidente Xi Jinping, en 2020, en la ceremonia de apertura de la exposición internacional china de importación y exportación. Para ello, se pretende responder, ¿por qué China se compromete en la paz en el continente africano? ¿Cuál es el camino histórico común entre China y el continente africano? Sin embargo, se utilizó la metodología mixta, la cual cuenta con metodologías cuantitativas y cualitativas, teórico-explicativas, así como exploratorias.

Palabras-Clave: Misiones de paz; cooperación Sur-Sur; guerra civil; Cooperación China-África; paz y estabilidad; Organización de las Naciones Unidas

1-Introdução

Falar de ordem global atualmente sem falar da China é na realidade um pano sem fundo. As mudanças substantivas na ordem internacional são visíveis face à participação da China e de outras potências médias emergentes neste processo. Este processo, não é relativamente novo como muitos associam, mas sim desde a fundação da República Popular da China, em 1949. Apesar das circunstâncias que o país atravessava, a China nunca deixou de se solidarizar com os países do Sul Global, enfatizando as suas relações no âmbito multilateral, tendo como prova a sua posição permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Zhang, 2010). Por outro lado, a China, teve a necessidade de fortalecer e restaurar as suas fronteiras historicamente ceifadas pelo imperialismo e colonialismo, reafirmando a sua posição na região neutralizando as ameaças externas das grandes potências (Zhang, 2010). Este artigo apresenta uma metodologia mista como abordagem de pesquisa. A metodologia mista combina elementos qualitativos e quantitativos, proporcionando uma compreensão abrangente e holística do fenômeno estudado. Inicialmente, são delineados os princípios

teóricos que fundamentam a escolha dessa abordagem, destacando sua capacidade de integrar diferentes perspectivas e metodologias para responder às questões de pesquisa de forma mais completa. Em seguida, são enunciados os aspectos metodológicos específicos adotados, incluindo tabelas, gráficos, entre outros dados quantitativos e qualitativos. São explorados também os desafios e benefícios encontrados ao utilizar essa abordagem híbrida, enfatizando como ela contribui para uma interpretação mais profunda e robusta da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões derivadas da aplicação da metodologia mista, destacando suas implicações para a teoria, prática e futuras pesquisas na área de interesse. O presente estudo ilustra como a metodologia mista oferece uma abordagem metodológica robusta para explorar questões complexas na pesquisa científica. Ao incorporar perspectivas teórico-explicativas e exploratórias, a metodologia mista não apenas amplia a compreensão dos fenômenos estudados, mas também contribui significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas disciplinares.

O Presidente Chinês Hu Jintao, na comemoração do 60º aniversário das Nações Unidas, em setembro de 2005, Chamou de “construção de um mundo harmonioso, baseado na paz sustentável e na prosperidade comum”, como vemos no seguinte trecho do seu discurso de abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas:

Defender o espírito de inclusão para construir um mundo harmonioso juntos. A diversidade de civilizações é uma característica básica da humanidade e uma importante força motriz por trás do progresso humano. No curso da história humana, todas as civilizações deram, à sua maneira, uma contribuição positiva para o progresso humano geral (HU JINTAO, 2005, adaptado).

Além dos fatores puramente diplomáticos e políticos mencionados acima, não devemos esquecer do ímpeto econômico que a China alcançou nas últimas décadas e a forma que a posicionou no cenário internacional. Na economia doméstica, como afirma Jabbour, Dantas, Espíndola (2020), uma série de reformas nas dinâmicas institucionais foram criadas para que a China se tornasse uma economia de mercado (Jabbour, Espíndola, Paula, 2020), como reformas na propriedade privada, permitindo que os agricultores pudessem vender os seus produtos e os excedentes da produção para o mercado. Por outro lado, as mudanças nos fatores de produção foram cruciais, para que a China pudesse atrair empresas ociden-

tais e capital de investimento para dentro dos variados setores da economia, essa política conhecida como *Bonluan Fanzheng* () (Vogel, 2011) que numa tradução livre, significa “eliminar o caos e voltar ao normal” e os “quatro princípios cardeais”, promulgada por Deng Xiaoping⁴.

Este modelo econômico da China é atualmente classificado como um socialismo de mercado com características chinesas para a nova era (Jabbour, Espíndola, Paula, 2020, P.21), onde o alicerce econômico é um modelo socialista marxista com características extraídas dos períodos imperiais da história da China. Este conjunto de políticas, reconfiguraram uma série de mudanças na China pós-Mao, sendo que estes benefícios econômicos, foram também externalizados no âmbito regional, durante a crise financeira asiática de 1997.

No caso africano, ainda Lin (2011), afirma que no início da década de 2000 particularmente, muitos países africanos atingiram a marca de 5.5% de crescimento do PIB e alguns até 7%, graças a China, com políticas como o *going global* (LIN, WANG, 2017) de conglomerados estatais presentes em quase todo o mundo e a política de dupla circulação⁵. Esses fatores proporcionaram à China uma ascensão no cenário internacional contínuo. No contexto securitário, o excedente de capital permitiu à China alocar o respectivo capital na modalidade de investimentos externos diretos, principalmente nos setores de defesa e segurança. Segundo, esse crescimento econômico, garantiu à China uma posição privilegiada, devido a contribuição em organizações internacionais e não só; também o incremento da sua participação nas missões de paz ao redor do mundo (Peng, Zhao, Luo, 2010).

As relações entre o continente africano e a China já datam períodos remotos, Zheng He (1371–1433 DC) um saudoso Almirante da China Imperial, mais propriamente da Dinastia Ming foi responsável por dirigir expedições que chegaram até Moçambique para fins comerciais e culturais (Levathes, 1997). Nos anos 1950 e 60 a China apoiou veementemente os movimentos de libertação em Angola, ainda que com a ruptura sino - soviética, não deixou de exercer o apoio aos movimentos de libertação com armamentos e financiamentos (Tembe, Kangning, 2013 P.61). Já na Argélia, o

4. Ver Deng Xiaoping

5. Ver Voguel (2011, p.1)

governo da China popular concedeu o reconhecimento do Governo Provisório da República Argelina (GPRA), três dias após a sua proclamação, em setembro de 1958 (Zoubir, 2023 P.58). O seu modelo serviu de base a países como a Tanzânia e Zâmbia (Melber, 2014), fortalecendo de manutenção uma imagem de parceria e solidariedade para com o continente.

O continente africano, vivia um período de instabilidade e afirmação política, fruto da resistência e luta anticolonial, nas décadas de 1950 a 1970 (Allman, 2013) em que culminou em movimentos de independência por todo continente e longos períodos de guerra, levando a migrações forçadas, conflitos étnicos nos estados pós-independência, devido a lacunas contraídas após os longos períodos de colonização, onde, muitos desses estados, foram colocados na condição de relações neocoloniais.

Desta forma, pretende-se responder, por que a China se preocupa com a instabilidade no continente africano? Porque, eventualmente, busca mudar o panorama de intervenções militares no continente? Assim como os países do sul global, porque a China tem mais sucesso em relação aos países tradicionais? O poder ideacional chinês (Nye, 2004) tem surtido efeitos e aumentou o prestígio da China no mundo e no continente? Estas perguntas, estão no eixo de respostas do artigo que irei desenvolver no decorrer do mesmo, impulsionando assim uma outra forma de cooperação da China e do continente africano fora do prisma puramente econômico.

2- Conceituando Estados Falidos, conflitos étnicos e guerra civil

Os conflitos armados após o desfecho da segunda guerra mundial contaram com uma característica distinta aos conflitos tradicionais expostos a este período histórico. Fala-se propriamente em conflitos interestatais com diversos graus no uso da força. Estes conflitos eram motivados por razões multifacetadas e desembocaram em consequências imensuráveis, sem esquecer, do princípio da autopreservação da sua soberania, e um ciclo de edificação das capacidades militares em que os estados eram submetidos quase de uma forma involuntária (Richmond, 2014). Após o período de 1945, surge uma malha de estados recém formados, advindos dos processos de luta de libertação e descolonização no continente asiático e no Médio Oriente e também, através de uma forma negocia-

da entre colônias e ex-colônias por consequência.

Postos estes estados em independência, a disputa pelo poder e a construção do estado como uma máquina burocrática, para muitos estados nestes percursos históricos, nem sempre foram pacíficos e com facilidade na sua resolução, as composições étnicas e as suas clivagens históricas, que muitas delas têm ligações estreitas com as relações de dominação impostas pelo regime colonial (Woodward, 2017), foram trágicas até aos dias atuais (IBIDEM, 2017). Neste tópico, as teorias que pretendo utilizar, vão de acordo a esta reflexão histórico-sociológica, política e de certa forma econômica, que irei aprofundar nos próximos tópicos com mais clareza.

No arcabouço teórico, será mais aprofundado sobre o que está nas motivações dos conflitos no continente africano, numa perspectiva sociológico-histórica mas também antropológica, política e econômica sob o conceito de estados falidos e como soluções a nível multilateral adotados pela China têm sido alternativa para acudir problemas que estes países enfrentam, baseado nas suas experiências e o princípio da solidariedade entre os povos. Para tal fim, falarei sobre as teorias das relações étnicas e a política, principalmente nos estados pós-independência no continente africano, também a teoria das guerras civis e o que está na base desses conflitos de formas a eles se tornarem contínuos até os dias de hoje. Por fim, também utilizarei a teoria sobre estados falidos e como esta classificação desemboca a possibilidade destes estados entrarem em uma guerra civil.

O debate sobre estados falidos emergiu em torno da década de 1990, quando dois embaixadores nomeadamente Gerald Helman e Steven Ratner, em 1992 num artigo publicado no *foreign policy magazine* chamado “*saving the Failed states*”⁶, classificaram os estados como incapazes de manter as características primordiais como membros da comunidade internacional (HELMAN e RATNER, 1992). Os antecedentes aos estados falidos estão interconectados, entre eles, a guerra e um conjunto de outras formas de violência com menos intensidade, tanto guerras intra estatais como inter estatais, podem estar na origem dos estados falidos.

Como afirma Rotberg (2002), a classificação de estados falidos, é quando há um distanciamento da concepção weberiana de estado, ou seja, quando aquele estado se torna incapaz de manter

6. Ver Helman e Ratner (1992).

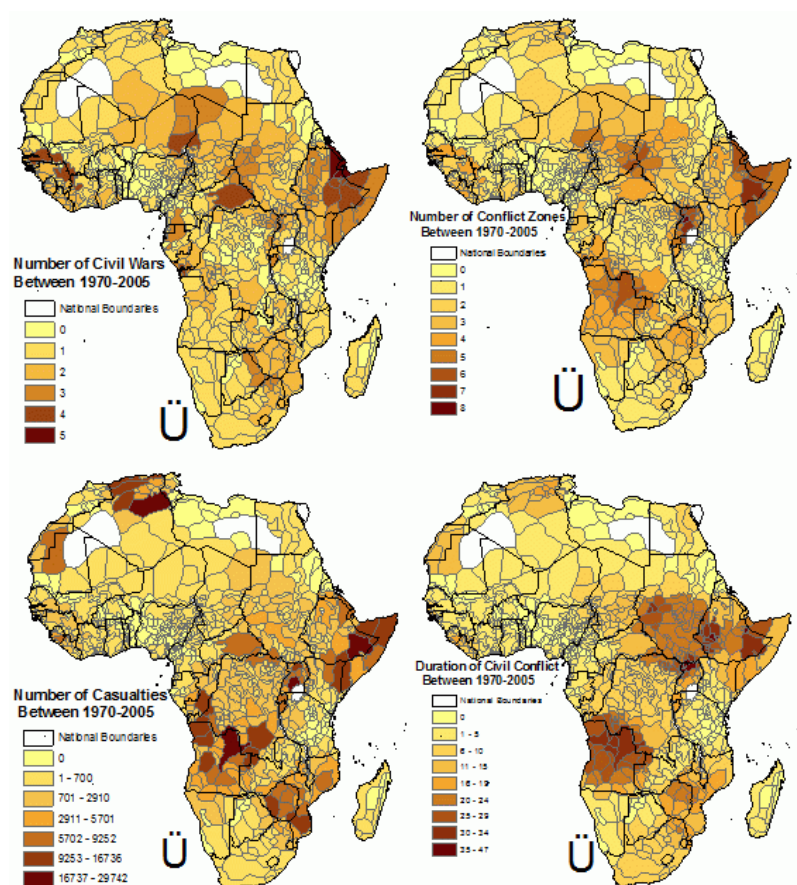
o monopólio da força física sobre os cidadãos de seu país ou dentro dos seus limites fronteiriços, como o mesmo afirma:

O caráter duradouro dessa violência (como em Angola, Burundi e Sudão), a direção dessa violência contra o governo ou regime existente e o caráter vigoroso das demandas políticas ou geográficas por poder compartilhado ou autonomia (...) O fracasso de um estado-nação se aproxima quando a violência se transforma em uma guerra interna total, quando os padrões de vida se deterioram maciçamente, quando a infraestrutura da vida cotidiana decai e quando a ganância dos governantes supera suas responsabilidades de melhorar seu povo e seus entorno(Rotberg,2002 P.24).

Os estados falidos originam-se a partir de diversos fatores e a sua última instância está na quebra do estado de direito e a decadência das instituições políticas capazes de garantir este princípio, ou período de transição de regimes políticos, chamado de anocracias (Vreeland, 2008 .P.604) nestas condições os estados falidos estão inabilitados de cumprir a sua tarefa enquanto estado-nação no mundo moderno (Rotberg,2002).As origens dos estados falidos podem variar de estado para estado e podem surtir efeitos diferentes em cada um dele, normalmente, guerras civis e interestatais podem estar na causas centrais, mas também golpes de estado palacianos ou militares podem abrir um leque de disputas brutais pelo poder, ataques terroristas e a incapacidade de resposta podem ser um outro fator importante.

Quando as nações entram para um ciclo de esgotamento institucional, as intervenções militares ficam ainda mais corriqueiras e a via encontrada por estes estados na busca pela restauração da ordem (Ezrow, Frantz, 2013), a exemplo disso, vimos o caso do Mali em solicitação a França, a Líbia pelos Estados Unidos, Síria pela Rússia e entre outros (Ezrow, Frantz, 2013). O surgimento de estados falidos estão atrelados a diversos fatores, entre eles, as dissidências internas entre o estado e grupos que buscam alterar algum tipo de ordem política vigente, ou a busca pelo poder. A revolta presente nestes grupos está atrelado a fatores históricos como: Divisão de fronteiras étnicas e culturais, criação de elites governativas que atendessem futuramente os interesses das ex colônias, rivalidades étnicas adquiridas, como o clássico caso do Ruanda, Sri lanka, ou ainda a inesquecível guerra na península balcânica.

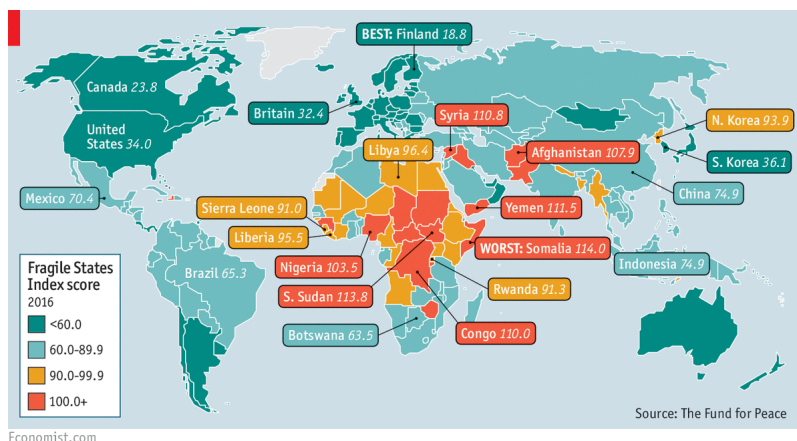
Figura.1: Distribuição espacial dos conflitos nos espaços étnicos geográficos no continente africano entre 1970-2005.



Fonte: Center of Economy and Policy Research, 2012

Ainda sobre o surgimento dos estados falidos em relação a violência organizada, quanto a sua origem como próprio Rotberg (2002) aponta, o terrorismo recorrente e a incapacidade de resposta dos estados para conter as ameaças, em muitos estados litoranêos, os crimes de pirataria em águas territoriais e adjacentes e também, a formação de grupos de violência organizada (Rotberg, 2002).

Figura. 2: Índice global de Estados Falidos no ano de 2016



Fonte: The Fund for Peace, 2016

O processo de estados falidos ele obedece um ciclo na qual os estados atravessam vários estágios até atingirem o nível de colapso, que é classificado como estágio final. Este ciclo inicia em um processo de fraqueza estatal, onde no estado em questão começam uma série de convulsões sociais, ou até mesmo ataques contra bens públicos e indivíduos, que colocam um determinado estado na condição de responder a estes ataques. Estes vão desafiar o ordenamento interno estatal e o seu aparato em si, em que numa primeira fase, o estado se torna incapaz de apresentar respostas face a estes desafios e não consegue responder às questões estruturais e básicas da sua população, até uma fase mais complexa, onde as instituições políticas e o ambiente político perdem as suas bases, clamando para uma disputa com recorrência ao uso da violência, com facções por todo o país (Rotberg,2002).

Os estudos étnicos, têm servido de estudo por diversas áreas de base, como também servido para outras áreas explicarem através dele, determinados acontecimentos, seja na ciência política, na sociologia, na antropologia ou nas Relações Internacionais, de um modo geral. Os grupos étnicos, têm uma extrema importância no espectro político, especialmente, no seu desenho institucional e também no processo de tomada de decisão, levando em conta as clivagens políticas, a sua formação sócio-antropológica que edifica as suas identidades. Como Daniel Posner (2005), afirma que as etnias moldam as instituições políticas com as suas preferências, assim

como as instituições políticas também moldam os grupos étnicos. Deste modo, os grupos étnicos, defendendo as suas identidades e buscar a manutenção delas, podem desencadear conflitos entre si, e com o estado ou o governo central, reivindicar direitos como inclusão política, maior assistência econômica, e com isto pretende-se esmiuçar os conceitos de etnicidade e como os grupos étnicos entram em conflito e de que forma são motivados (Posner,2005).

A maioria dos países têm a sua população multiétnica e multicultural, seja fruto de um processo natural e legítimo de ocupação daquele espaço geográfico ou ao longo do tempo, fruto de migrações por diversas razões socioeconômicas e políticas que assolam o mundo. Existem nações com mais de um grupo étnico e que ocupam a posição de majoritário em termos de número, da mesma forma, que existem países mais heterogêneos, em que a composição étnica ultrapassa dois grupos. A questão dos conflitos étnicos e a sua associação direta com instrumentos de violência, dá-se a partir da politização desses grupos étnicos e a ascensão da etnicidade (Posner,2005). As questões identitárias, como língua, religião e antecedentes históricos, são as principais categorias de divisão na multidimensionalidade dos grupos étnicos (Posner,2005).

As clivagens étnicas são produzidas a partir desses aspectos, sendo que um grupo dominante se sobrepõe ao outro como um expoente de dominação, fato esse reivindicado pelo grupo étnico subjugado. Ainda essas clivagens étnicas, podem produzir divisões nas estruturas ideológicas em uma determinada nação (Brown,1996), levando a cada um dos grupos a uma visão própria do que seria um modelo de estado-nação, sendo inevitável a recorrência a violência física. Por outro a construção social dos fatores culturais e a simbologia que carrega a sua identidade são imprescindíveis para analisar esses confrontantes, como afirma Horowitz

(in Senehl, et.al,2023) expõe o seguinte:

Uma explicação estrutural do conflito etnopolítico, começa com a origem dos grupos étnicos(...) e o entendimento “etno-simbolista” em que os elementos culturais como símbolo, mito, memória, (...) e tradição [são] cruciais para uma análise de etnicidade, nações e nacionalismo” (Senehl, et.al, 2023, p.21,adaptado)

As guerras civis de cunho étnico, são as mais recorrentes no continente africano, assim como em muitas partes do globo, devido a diversos fatores, um deles é a estrutura das instituições políticas depredadas pelo colonialismo europeu preexistentes a sua chega-

da, outras são as confissões religiosas dominantes que antagonizam a sociedade e tornam umas mais predominantes em relação às demais, sendo que muitos dos grupos étnicos, são seguidores de determinada confissão religiosa, tornando estes muita das vezes insolúveis (Bercovitch, Derouen, 2007).

Historicamente no final dos séculos XX e princípio do presente século, diversos países mergulharam em sangrentos conflitos e guerras civis de cunho étnico como em Angola, Libéria, Sudão, Birmânia, Camboja, Sri Lanka, Líbano. Segundo os mesmos autores (2007), definem guerras civis de caráter étnico, “aquelas em que grupos que possuem um senso de identidades sejam coletivas ou separadas, com ancestralidade e historiografia comum e atrelados a um determinado espaço territorial” (Bercovitch, Derouen, 2007,p.1). Os conflitos étnicos são dos mais sensíveis categorias de conflitos, por fatores já mencionados e que em muitos dos casos, são considerados intratáveis; pela profundidade histórico-sociológica das questões defendidas por cada um dos grupos e pelos conflitos serem historicamente contínuos.

Os conflitos internos como são comumente chamados, são potenciais ou reais conflitos que se sucedem dentro das fronteiras de um estado. Numa primeira forma, estes conflitos, se organizam dentro dos limites estatais através de grupos (Brown,1996). Os conflitos internos, como exemplo, podem ser violentos ou tendenciosas disputas políticas, envolvendo identidades militares e civis, grupos secessionistas, grupos étnicos (Brown,1996).

Segundo Brown (1996) Existem pelo menos quatro causas que segundo o autor, estão na origem destes conflitos, que são, os fatores estruturais que normalmente estão ligados ao conceito de estados falidos, questões de segurança interna e ordem pública, a geografia étnica, o segundo fator é o político que estão as instituições políticas discriminatórias, ideologias exclusionárias nacionais, elites políticas. O terceiro, são os fatores econômicos, que são a globalização, o sistema econômico e o sistema econômico discriminatório, e por último, os fatores culturais e perceptuais, como discriminação cultural, grupos históricos conflitantes (Brown,1996,P.14).

Segundo o Paul Collier (et.al,2003, P.11), a guerra civil define-se como um conflito armado quando uma organização rebelde identificável desafia o governo militarmente resultando em violência e na qual gera mais de mil mortes ligadas ao combate, com

pelo menos 5% de cada lado. Fica evidente, de certa forma, que as guerras civis são os estágios das manifestações de violência mais avançadas dentro de um estado, envolvendo um emprego de forças bastante considerável de ambas partes envolvidas no conflito. Como ainda afirma o autor, existem outras formas de manifestação de violência, mas que ocorrem em menor escala, como protestos, conflitos civis, rebeliões, levantes (Collier, et.al,2003).

2.5- História das Relações Sino-Africanas

As relações sino-africanas na metade séc. XX são resultado de uma iniciativa que provém da República Popular da China, no continente, devido ao paradigma em que o continente vivia, ainda sob jugo colonial, apoiando os movimentos de libertação. A presença diplomática, além de muito ativa durante um certo período, passou por outras áreas de cooperação técnica e econômica em países como : Mali, Tanzânia, Mauritânia, Congo Brazzaville, Guiné, Zâmbia, na década de 1960 (Ogunsanwo,1974).

A situação internacional bipolar da época, e aos eventos históricos internos, como a política do salto adiante e da revolução cultural, entre 1958 e 1976, respectivamente (Spence,1990), deu à recém-proclamada China popular, um desafio de afirmação, tendo o seu objetivo de fortalecimento das relações com o terceiro mundo e não-alinhamento, gerado choques ideológicos. A ruptura Sino-soviética, sendo a última já bem presente no continente africano, colocaram a China numa posição desafiante, dando início a uma disputa ideológica bipolar no continente. A presença diplomática chinesa no continente foi muito subjugada, devido a sua dimensão, por ser uma nação ser relativamente nova no processo, mas a sua expansiva e ideológica missão, dava passos cada vez mais largos (Brautigam, 2009)

O processo de independência no continente surge através de processos variados em todo continente e em períodos diferentes, uns de forma mais violenta como nos países do Norte de África, no Quênia, com a revolução Mau-Mau, (Ekwe-Ekwe, 1990) outras de forma gradual e pacífica. As causas anti-imperialistas tiveram no cerne da aproximação sino-africana, ajudando estes países a se libertarem do domínio imperialistas, sendo a China no passado uma vítima deste processo. O primeiro-ministro chinês Zhou En-Lai, lança os cinco princípios da coexistência pacífica (: *Hépíng gòngchǎn xiàng yuánzé*) (Bandung, 1955) que são:

1. O mútuo respeito pela soberania e a integridade dos territórios.

2. Não-agressão mútua.

3. A Não ingerência nos assuntos internos de uns aos outros.

4. Igualdade e benefícios mútuos.

5. Coexistência pacífica.

O périplo africano por dez países realizado pelo presidente Zhou En-lai, se deu entre os anos de 1963 e 1964, entre as razões, as ajudas externas concedidas aos recém-independentes países africanos para que iniciassem os seus processos de desenvolvimento e reduzissem a dependência. Uma outra razão, foi o desejo de privilégio nas relações com essas nações por parte da China, não esquecendo dos turbulentos momentos em que o país vivia com a União Soviética. A China enxergava no continente africano uma verdadeira extensão do campo revolucionário para o campo socialista, criando alicerces para a vanguarda anti-imperialista (Jackson, 1995).

Segundo Ogunsanwo (1974,P.18), existiam nos anos 1950 pelo menos três categorias de atividades de acordo com o status de cada área:

1. Os países africanos independentes, considerados de progressistas e anti-imperialistas.

2. Áreas coloniais avançadas, como a Argélia, Camarões e numa menor extensão o Kenya.

3. Territórios coloniais, que até então estiveram relativamente pacíficos, mas com uma ascensão do conhecimento político da época e em alguns casos, levantaram um clamor pela independência.

A missão da China popular no continente africano, exigiu uma habilidade e perspicácia para executar a sua política no continente, as convulsões sociais, os eixos pró-ocidentais e a recém formação de estados, deram requerimento a uma envolvimento muito cuidadosa. Os objetivos chineses continente podem ser classificados em curto e longo prazo (Ogunsanwo,1974), em que o primeiro, remete a quebra de uma barreira propagandística de suspeita de imperialismo e para isso, a China estendeu relações diplomáticas, fortalecer o comércio e em certos casos, fornecer ajuda externa, convencendo governos de adotar posição anti-imperialista (Jackson, 1995).

O objetivo de longo prazo, era a capacitação tático-militar de cunho revolucionário, a população indígena que mais tarde se transformou em movimentos de libertação, transformando o continente africano numa verdadeira ala comunista. Ainda, a China

pretendia assegurar o reconhecimento do governo de Beijing em detrimento de Taipé, para isso, o compromisso de exportar a revolução e ajudar esses países a alcançar a sua independência, era indispensável para conseguir tal objetivo (Brautigam, 2009).

Após o presidente Zhou En-Lai, visitar as nações africanas, no Gana junto ao presidente Kwame Nkrumah, evidencia os oito princípios da ajuda externa chinesa, e em seguida, disponibilizou um pacote avaliado em 120 bilhões de dólares à: Tanzânia, Mali, Gana, Congo-Brazzaville e doravante, à países mais conservadores como Nigéria e Quênia (Brautigam, 2009).

As ajudas chinesas de certa forma tendiam mais a aqueles países que eram tendenciosamente de orientação socialista e que adotaram políticas em zonas rurais, espelhando-se no modelo chinês maoísta, países como Tanzânia, Guiné. No caso da Tanzânia, o Presidente Julius Nyerere, implementou o sistema coletivista de cultivo apreciado na China, associando ao seu viés próprio de socialismo africano conhecido como *Ujamaa* (Rotberg, 2008). Por fim, a presença da China em Angola e Moçambique nos seus movimentos de libertação também foram notórios apesar de breves, devido ao seu impasse com a União Soviética.

2.7- A China e sua Contribuição para as Missões de paz no Continente: Coexistência Pacífica e Prosperidade Comum

A preocupação com a paz e a segurança é constante entre as nações e a cada dia que passa, novas ameaças vêm sendo descobertas e incorporadas pelos estados. Em um mundo cada vez mais globalizado, a segurança entre os estados repercute diretamente em outros estados, e desperta a atenção das organizações internacionais competentes, quer seja na economia dos estados, quer seja na política e na geopolítica e geoestratégia dos estados. A diplomacia preventiva multilateral e também a diplomacia dos estados, responsabilizam-se em levar mecanismos de mediação de conflitos a estados na qual tenham esgotado todas as instituições políticas e formas de alcançar a paz, isto é, os países e as organizações internacionais vão envidando esforços para buscar a paz no continente (Richardson, 2011).

As missões de paz passaram por um processo evolutivo em diversas dimensões de acordo com a complexidade das missões e os fenômenos centrais, que cada conflito apresenta, um dos seus

grandes objetivos é a busca da paz e da estabilidade mundial, encontrando da negociação, a solução de litígios entre os estados. Como presente na sua carta constitutiva, ou seja a Carta de São Francisco, nos capítulos VI,VII E VIII, os estados membros devem buscar a negociação, conciliação e a mediação para resolver qualquer impasse (Thakur,2006).

Segundo Kenkel (2013,P.124), às missões de paz, passaram por uma evolução histórica que conta com três fases no seu propósito central e conta com cinco gerações desde a primeira missão em 1948 no Médio Oriente. As três fases históricas, consiste no uso da força por parte das missões de paz, passando pela integração local do conflito e a última é o *responsibility to protect (R2P)*⁷ que consiste na proteção de civis e de apoio humanitário. As cinco gerações, passam pelas tradicionais missões de paz, as tarefas civis, o *peacebuilding* ou seja, a construção da paz e as missões híbridas.

A China tem como estratégia na sua política externa a consolidação de um mundo harmonioso e pacífico, desde o período imperial até hoje. A participação da China em missões de paz, busca aumentar o prestígio internacional e a criação de bases para que assim se torne uma potência, a promoção dos seus interesses nacionais e internacionais, bem como a construção de uma *soft power*, baseado na solidariedade para com as nações arrasadas pelos conflitos internos e guerras civis (Herman,2015).

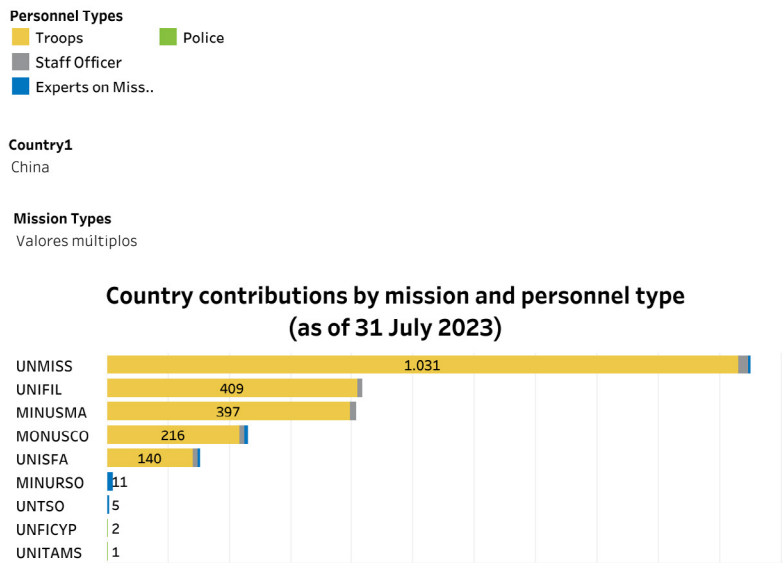
A segurança energética chinesa e o suprimento de matéria-prima, condicionam o governo chinês de buscar e investir em novos mercados e o continente africano é um dos maiores depósitos tanto de petróleo, gás natural, quanto de minérios e outros recursos. A estabilidade política do continente africano é crucial para o dinamismo econômico e para que os suprimentos destas cadeias de produção continuem sem interrupção e obstrução. Diante a esta gama de iniciativas criadas pela China e o seu apelo ao multilateralismo, o ex secretário-geral das Nações Unidas Ban Ki-Moon e o ex vice-secretário Asha-Rose, não pouparam manifestações acerca do desempenho da China e o seu compromisso com as missões de paz (Alden, 2018).

Ainda, a desconstrução de uma imagem depreciada da China, pelos países ocidentais, com base em alguns eventos históricos, como no caso do massacre da paz celestial, foi uma das motivações

7. Ver Thakur (2006,p.244)

centrais de ter investido em missões de paz se ser uma mais proeminente adepta ao multilateralismo.

Tabela.1: Contribuição humana da China em Missões de Paz em Julho de 2023.

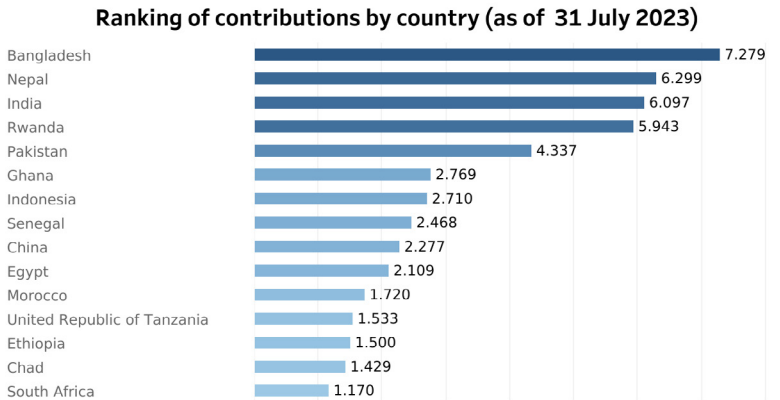


Fonte: Nações Unidas, 2023.

No ano de 2009, em Beijing, o exército popular de libertação realizou uma conferência sobre missões de paz, com a finalidade de capacitar as tropas taticamente e capacitando-as para desempenhar funções típicas nas missões de paz. Isto mostra a verdadeira preocupação da China em promover a paz ao redor do mundo, defendendo também os seus interesses no seio multilateral. Como o gráfico acima aponta, é na missão de paz no Sudão do Sul, em que a China possui mais contribuição humana, totalizando 1.031 de capacetes azuis coincidentemente, foi a missão que a China mais teve êxito até a presente data, com a sua infantaria mecanizada posta, neste país em 2012 (Herman,2012 P.43).

Foi justamente no continente africano em que a China deu suporte pela primeira vez numa missão de paz, em 1993, nas forças-tarefa unidas, e foi na Somália, onde colocou a disposição as suas forças militares na UNOSOM, operação das Nações Unidas na Somália,entre março de 1993 e 1995 (Alden,2018).

Tabela.2: Ranking dos 15 países que mais contribuem com pessoas em missões de paz em julho de 2023.



Fonte: Nações Unidas, 2023.

A China, desde o princípio da década de 2000, buscou restaurar o seu prestígio internacional, em especial no continente africano de diversas formas. Uma das formas, foi, aumentado categoricamente o seu volume de contribuição, como vê-se no gráfico acima colocado, está posicionada em 9º lugar, como contribuidora de pessoal em missões de paz, totalizando em 2.277 pessoas, entre capacetes azuis, polícias e especialistas em segurança pública, pessoal administrativo, engenheiros (Nações Unidas, 2023). Por outro lado, foi se abstendo do voto de veto e suporte às intervenções humanitárias e as missões de paz, que ao contrário do passado, a China se baseava em um dos princípios primordiais do direito internacional, que é o da não-intervenção nos assuntos internos dos estados.

Como aponta Fung (2019) em um estudo de caso sobre a intervenção chinesa no Sudão e consequente, as relações bilaterais, mediante a crise, China manteve as prerrogativas supracitadas, deixando a cargo interno, a resolução da crise, e a continuidade da crise de certa forma esteve ligada a decisão da China de não intervir assim, o autor afirma:

A crise de Darfur estava inextricavelmente ligada à China. A China enfrentou um desafio de críticas sobre a sua relação diplomática, econômica e armamentista com o Sudão (...) Como afirmou o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Zhou Wenzhong, em 2004, “negócios são negócios” [a] situação interna no Sudão é um assunto interno (Fung, 2019, p. 63).

Após as medidas não mostrarem resultados satisfatórios, pondo em risco a reputação internacional da China, a partir daí, os seus jogos olímpicos foram apelidados de “*genocide olympics*” (Fung, 2019). O discurso de Hu Jintao em 2005, demonstra o oposto das posições chinesas diante das questões de paz e segurança, dando a China uma margem de manobra e se comprometendo com os conflitos que assolam o mundo. Foi assim que a China decidiu enviar o seu contingente à UNAMID, missão de paz no Sudão.

2.8- Conclusão

A experiência chinesa histórica em conflitos confere à China, uma motivação interna para a busca da paz e estabilidade mundial, uma vez que a violência é uma “prática civilizacional” e que precisou de ser controlada ao longo da história. O envolvimento da China em missões de paz e em especial ao continente africano, apesar de recente, tem surtido efeitos e foi baseada em acertos e erros e que não se pode esquecer, de forma mais assertiva, não-letal e para o caso africano, adequada para eliminar os obstáculos da paz.

A dimensão multilateral, permitirá a China, gozar de uma imagem internacionalmente mais aceita e sua mais ambiciosa e já presente missão na transformação da ordem global, combatendo o isolamento diplomático, a manutenção das relações de independência e resgatando as relações materiais e ideacionais mantidas com os países africanos desde os movimentos de independência. Para o continente africano, a presença da China nas missões de paz no continente, de uma primeira forma, muda o paradigma tradicional das missões de paz no continente, como o uso desenfreado de violência e o desconhecimento sobre as dimensões internas e locais do conflito, na busca da reestruturação dos valores da democracia ocidental (Wuthnow, 2013) nestes países. Segundo, a partilha da China de uma história similar a destes países em termos de conflitos internos, também herdados de transgressões e interesses imperialistas, mobiliza a China na busca da paz e a estabilidade do continente africano, promovendo o progresso econômico a estabilidade política encopassando com os princípios da coexistência pacífica e da ascensão harmoniosa e prosperidade comum (Jintao, 2005)

A permanência da China no assento dos “grandes cinco” do conselho de segurança corrobora com a tendência da construção de um mundo multipolar, e criando novas formas de intervenção e

de resolução dos conflitos a nível mundial. As ações da China, por meio dos canais multilaterais, demonstraram formas menos agressivas e eficazes de buscar a estabilidade e a paz coadunando com os 5 princípios da coexistência pacífica (Bandung, 1960) no seio do continente (Wuthnow, 2013), estimulando o crescimento da economia com projectos de financiamento, a capacitação humana, mantendo o número de voluntários não só liga as forças de defesa mas também de diversas áreas para atender os problemas populacionais.

Através dessa perspectiva, a China vem transformando a ordem global e internacional com novas formas de intervenção, questionando a predominância ocidental e neo-liberal liderado pela União Europeia e os Estados Unidos no conselho de segurança, clamando assim, por mais países e nações a adaptarem os seus modelos de formas a conter intervenções ilegítimas e violentas, em países como Iraque, Síria, Ruanda, entre outros.

Bibliografia

ALLMAN, Jean. Between the Present and History: African Nationalism and Decolonization. In: PARKER, John; REID, Richard (ed.). **The Oxford Handbook of Modern African History**. London, United Kingdom: Oxford University Press, 2013. cap. 2, p. 224-240. ISBN 978-0-19-957247-2.

ALDEN, Chris *et al.* (ed.). **China and Africa: Building Peace and Security Cooperation on the Continent**. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2018. 401 p.

ASIAN-AFRICAN CONFERENCE . Bandung Conference. July de 1955. **BANDUNG CONFERENCE : TEXTS OF SELECTED SPEECHES AND FINAL COMMUNIQUE OF THE ASIAN-AFRICAN CONFERENCE BANDUNG, INDONESIA,,** Bandung, Indonesia, 13 abr. 1955. Disponível em: <https://dn720002.ca.archive.org/0/items/selecteddocument00asia/selecteddocument00asia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: The Real story of China in Africa**. New York: Oxford University Press, 2009. 414 p.

BERCOVITCH, Jacob; DEROUEN, Karl. **Managing Ethnic Civil Wars: Assessing the Determinants of Successful Mediation**. Civil Wars, London, p. 1-20, 24 jan. 2007. DOI10.1080/13698280500074453

.Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698280500074453>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BROWN, Michael E. **The International dimensions of Internal Conflict**. California, United States: MIT Press, 1996. 653 p.

COLLIER, Paul *et al.* **Breaking the Conflict Trap: Civil war and Development Policy**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2003. 239 p.

EZROW, Natasha; FRANTZ, Erica. **Failed States and Institutional Decay:** Understanding Instability and Poverty in The Developing World. New Delhi: Bloomsbury, 2017. 401 p.

EKWE-EKWE, Herbert. **Conflict and intervention in Africa:** Nigeria, Angola, Zaire. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

FUND FOR PEACE (Washington D.C, United States of America). **Fragile States Index.** Global Data. In: FUND FOR PEACE (Washington D.C, United States of America). *Fragile States Index*. Washington, United States of America, 2023. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/global-data/>. Acesso em: 7 maio 2023.

FUNG, Courtney J. CASES: Status and Intervention in Darfur, Sudan 2004–2008. In: FUNG, Courtney J. **China and Intervention at the UN Security Council:** Reconciling Status. New York: Oxford University Press, 2019. cap. cap.III, part.4, p. 63-88. 302.p

PENG Guanqian; ZHAO Zhiyin; LUO Yong **China's National Defense.** Beijing: China Intercontinental Press, 2010. 154 p.

HERMAN, Fanie *et al*, (ed.). **China 's African Peacekeeping Decision-Making in Hu Jintao 's Era.** New Delhi, India: Vij Books India, 2018. 247 p.

HELMAN, Gerald B., and Steven R. Ratner. **"Saving Failed States."** *Foreign Policy*, no. 89, 1992, pp. 3–20. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1149070>. Acesso em 4 de Maio de 2023.

JACKSON, Steven F. **"China's Third World Foreign Policy:** The Case of Angola and Mozambique, 1961-93." *The China Quarterly*, no. 142, 1995, pp. 388–422. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/655421>. Acesso em 2 de Julho de 2024.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos. **China and Market Socialism:** A New Socioeconomic Formation. *International Critical Thought*, [S. l.], p. 1-18, 15 mar. 2021. DOI 10.1080/21598282.2021.1886147. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21598282.2021.1886147>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JINTAO, Hu. **Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity** (Traduzido). In: JINTAO, Hu. Statement by H.E. Hu Jintao President of the People 's Republic of China At the United Nations Summit. New York, 15set.2005.Disponível em:<https://www.un.org/webcast/summit2005/statements15/china050915eng.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

KENKEL, Kai Michael. **Cinco gerações de operações de paz:** de "tênue linha azul" a "pintar um país de azul". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, p. 122-143, 18 mar. 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100007>. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mTGNK7hRXJBmJvmQmdQCZrh/abstract/?lang=en>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LIN, Justin Yifu. **Demystifying the Chinese Economy.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2011. 330 p.

LIN, Justin Yifu; YAN, Wang. **Going Beyond Aid:** Development Cooperation for Structural Transformation. United Kingdom: Cambridge University Press, 2017. 216 p.

LEVATHES, Louise. *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433*. London, United Kingdom: Oxford University Press, 1997. 256 p.

MELBER, Henning. Africa and China: Old stories or New Opportunities. In: MURITHI, Tim (ed.). **Handbook of Africa's International Relation**. 1st Edition. ed. London, United Kingdom: Routledge, 2014. cap. Part 5: Africa and International Partnerships, p. 333-337. ISBN 9781857438277.

NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque). Missões de paz. Ranking of contributions by country (as of 31 July 2023). In: NAÇÕES UNIDAS (Nova Iorque). Missões de Paz. **TROOP AND POLICE CONTRIBUTORS**. Nova Iorque, 2023. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors>. Acesso em: 11 set. 2023.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to success in World Politics**. New York: New York: Public Affairs, 2004. 212 p.

OGUNSANWO, Alaba. **China's Policy in Africa 1958-71**. New York: Cambridge University Press, 1974. 332 p.

.Center for Economy and Policy Research: **The long-run effects of the Scramble for Africa**. In: CEPR. VOXEU COLUMN DEVELOPMENT. [S. l.], 6 jan. 2012. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/long-run-effects-scramble-africa-0>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (Beijing, China). Ministry of Foreign Affairs. Position **Paper on China's Cooperation with the United Nations**. Beijing, China, 2021. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/wjzcs/202110/t20211022_9609380.html. Acesso em: 22 mar. 2023.

PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (San'a Yemen). People's Republic of China embassy in the Republic of Yemen. **Carrying Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence in the Promotion of Peace and Development**. San'a, Yemen, 2004. Disponível em: http://ye.china-embassy.gov.cn/eng/xntjgk/200406/t20040628_1853470.htm. Acesso em: 22 mar. 2023.

POSNER, Daniel. Introduction: ; II: Accounting the Ethnic Coalitions -Building choices: The Concept of Ethnic politics; Explaining the Changing Patterns of Ethnic Politics. In: POSNER, Daniel. **Institutions and Ethnic Politics in Africa**. New York: Cambridge University Press, 2005. cap. Introduction; II. 177 p.

RICHARDSON, Courtney J. **A Responsible Power? China and the UN Peacekeeping Regime**. *International Peacekeeping*, [S. l.], p. 3-14, 15 jun. 2011. DOI 10.1080/13533312.2011.563082. Disponível em: <https://researchers.mq.edu.au/en/publications/a-responsible-power-china-and-the-un-peacekeeping-regime>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RICHMOND, Oliver P. **Failed Statebuilding: Intervention and the Dynamics of Peace Formation**. New Haven: Yale University Press, 2014. 293 p.

ROTBERG, ROBERT I., editor. **China into Africa: Trade, Aid, and Influence**, Brookings Institution Press, 2008, pp. i-iv. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt6wphrg.1>. Acesso: 7 Mai. 2024.

ROTBURG Robert, '**O fracasso e o colapso dos Estados-nação**: colapso, prevenção e reparação', em Rotberg (ed), *When States Fail: Causes and Consequences*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004, p 5. Acesso em 03/09/2024

SENEHL, Jessica *et al.* **Routledge Handbook of Peacebuilding and Ethnic Conflicts**. New York: Routledge, 2023. 393 p.

SPENCE, Jonathan D. **The Search For Modern China**. First Edition. ed. New York: Norton Company, 1990. 1044 p.

THAKUR, Ramesh. Part III- Hard Security Issues: The Responsibility to Protect. *In*: THAKUR, Ramesh. **The United Nations Peace and Security**. London, United Kingdom: Cambridge University Press, 2006. p. 244-264. 388 p.

TEMBE, Paulo Elicha; KANGNING, Xu. **China- Africa Economic Cooperation: The Chinese Companies contributions to Africa Development - The Case of Mozambique and Angola**. *Research in World Economy*, [s. l.], ano 2013, v. 4, ed. 2, p. 61 - 74, 27 jul. 2013. DOI 10.5430. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5430/rwe.v4n2p61>. Acesso em: 1 jul. 2024.

VREELAND, James Raymond. **The Effect of Political Regime on Civil War**: Unpacking Anocracy. *Journal of Conflict Resolution*, [S. l.], v. 52, n. 3, p. 1-26, 28 maio de 2008. DOI 10.1177/0022002708315594.

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022002708315594>. Acesso em: 30 jul. 2023.

WOODWARD, Susan L. **The Ideology of Failed States: Why Interventions Fail**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2017.

Wuthnow, Joel. (2013). **Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the Veto**. *Chinese Diplomacy and the UN Security Council: Beyond the veto*. 1-220. 10.4324/9780203082041.

VOGEL, Ezra F. (26 de setembro de 2011). **Glossary**. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. [S.l.]: Harvard University Press. ISBN 9780674055445. LCCN 2011006925. OCLC 756365975

ZHANG QingMing. **China's Diplomacy**. Beijing: China Intercontinental Press, 2010. 160 p.

Zoubir, Y.H. (2023) **Algeria and China: Shifts in political and military relations**. *Global Policy*, 14(Suppl. 1), 58– 68. Available from: <https://doi.org/10.1111/1758-5899.13115>

O paradoxo da democracia libertadora: A intervenção forçada estadunidense no Iraque em 2003

*The paradox of liberating democracy: The forced US
intervention in Iraq in 2003*

*La paradoja de la democracia liberadora:
Intervención forzada de Estados Unidos en Irak en
2003*

Ana Vitoria Marcolino Barboza¹

Recebido: 22 de maio de 2023

Aceito: 20 de abril de 2024

Resumo:

A instabilidade política e social no Oriente Médio tem sido usada como pretexto para intervenções estrangeiras, motivadas por interesses econômicos, como a extração de petróleo, e políticos, como a perseguição a grupos extremistas. Após os ataques de 11 de setembro, os Estados Unidos intensificaram sua presença militar na região, sob a justificativa de combater o terrorismo. Dentre os países, destacamos a situação do Iraque, com a segunda maior reserva de petróleo e um presidente acusado de apoiar o terrorismo, tornou-se um alvo prioritário. Como resposta a esse contexto, em 2003, os Estados Unidos transgrediram a soberania do Iraque, visando derrubar o regime de Saddam Hussein tentaram instaurar um regime democrático. No entanto, essa ação violou a soberania iraquiana e contribuiu para a persistente instabilidade no país.

Diante disso, este artigo tem como proposta discutir como as narrativas sobre democracia e soberania podem ser flexibilizadas em nome da segurança.

Palavras-chave: Soberania; Democracia; Segurança Internacional; Iraque.

Abstract

The political and social instability in the Middle East has been used as a pretext for foreign interventions motivated by economic interests, such as oil extraction, and political interests, such as the persecution of extremist groups. After the September 11 attacks, the United States intensified its military presence in the region under the justification of fighting terrorism. Among the countries, we highlight the situation of Iraq, with the second-largest oil reserves and a president accused of supporting terrorism, it became a priority target. As a response to this context, in 2003, the United

1. Graduada em Relações Internacionais, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Email: ana.marcollino.barbozza@gmail.com

States transgressed the sovereignty of Iraq, aiming to overthrow Saddam Hussein's regime and trying to establish a democratic regime. However, this action violated Iraqi sovereignty and contributed to the persistent instability in the country. In light of this, this article aims to discuss how narratives about democracy and sovereignty can be softened in the name of security.

Keywords: Sovereignty; Democracy; International Security; Iraq.

Resumen

La inestabilidad política y social de Oriente Medio se ha utilizado como pretexto para intervenciones extranjeras motivadas por intereses económicos, como la extracción de petróleo, y políticos, como la persecución de grupos extremistas. Tras los atentados del 11 de septiembre, Estados Unidos

intensificó su presencia militar en la región, bajo la justificación de la lucha contra el terrorismo. Entre los países, destacamos la situación de Irak, con las segundas mayores reservas de petróleo y un presidente acusado de apoyar el terrorismo, se convirtió en un objetivo prioritario. Como respuesta a este contexto, en 2003, Estados Unidos transgredió la soberanía de Irak, con el objetivo de derrocar el régimen de Saddam Hussein e intentar instaurar un régimen democrático. Sin embargo, esta acción violó la soberanía iraquí y contribuyó a la persistente inestabilidad del país. En vista de ello, este artículo pretende debatir cómo pueden suavizarse las narrativas sobre la democracia y la soberanía en nombre de la seguridad.

Palabras clave: Soberanía; Democracia; Seguridad internacional; Irak.

INTRODUÇÃO

Este artigo é o resultado dos desdobramentos da pesquisa de iniciação científica realizada durante a graduação e, de certa forma, demonstra o percurso que se seguiu até o trabalho final de curso apresentado na graduação de Relações Internacionais, na Universidade Federal de Uberlândia. Nesse contexto, o objetivo é analisar e discutir a legitimidade da invasão do Iraque pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, observando como sua repercussão no Oriente Médio, na Europa e no sistema internacional foi essencial para causar a desestabilização política e social na região. Para tal análise, propomos uma estrutura dividida em três partes para abordar nossa temática.

Na primeira seção, introduz-se ao leitor o conceito de soberania, começando com o Tratado de Vestefália (1648) e o conceito desenvolvido por Jean Bodin. Reconhece-se que a soberania desempenha um papel central em conflitos, como as Guerras Mundiais, e, portanto, as guerras mundiais servirão como pano de fundo histórico. Além disso, busca-se brevemente compreender o conceito de soberania estabelecido no século XVI no contexto ocidental, a fim de entender como ele pode ser aplicado ao Oriente Médio no século XXI.

Na segunda seção, será abordada a importância da democracia, um sistema político burocrático no qual o sufrágio é universal,

originado das cidades-Estado de Atenas no século V a.C. e teorizado por Norberto Bobbio na era moderna. Será realizada uma análise crítica sobre a viabilidade da exportação e implementação bem-sucedida da democracia, levando em consideração as diferenças culturais entre o Ocidente e o Oriente.

Na terceira seção, será conduzida uma análise detalhada da intervenção no Iraque, abrangendo seus prelúdios, os envolvidos, os motivos e os resultados. Destaca-se que o Iraque teve sua soberania violada por justificativas questionáveis e sem provas legítimas, resultando em uma imposição forçada de democracia como medida de salvaguarda. As obras de Cynthia Weber serão utilizadas como base para embasar o debate contemporâneo sobre intervenção e soberania.

Por fim, na conclusão, será explicado por que a intervenção no Iraque se destaca em relação a todas as outras intervenções na história. Em resumo, será analisado o impacto dessa intervenção na sociedade moderna e como a postura dos Estados Unidos se torna ameaçadora, principalmente no que diz respeito à soberania dos Estados.

A soberania no contexto das intervenções estrangeiras

Para compreender a importância da soberania nas relações internacionais, é fundamental considerar sua origem histórica. O conceito de soberania foi primordialmente conceitualizado pelo filósofo político Jean Bodin em sua obra “Os Seis Livros da República” (1576). Segundo Bodin, a soberania era o “poder absoluto e perpétuo de uma República. Não residindo em um indivíduo, mas sim em um Estado” (Bodin, 1993). Para esse pensador, a soberania é a capacidade do Estado de tomar decisões e exercer autoridade sobre seu território e população. É importante destacar que, para Bodin, a soberania reside no Estado e não em um indivíduo. Por esse motivo, compreendemos que esse conceito é essencial para a compreensão da organização política dos Estados modernos e suas relações internacionais, especialmente no contexto das intervenções estrangeiras.

Outro cientista político relevante que merece destaque é Thomas Hobbes, autor da obra “Leviatã” (2003). Nessa obra, Hobbes apresenta sua teoria sobre a soberania e o contrato social. O Leviatã é a personificação de um ser supremo que comanda com mão de ferro uma população, sendo um contrato que a população abdica da sua força política transferindo assim para o soberano, consequen-

temente acabando com a luta de todos contra todos, pois o animal da sociedade é o homem moderno. Ou seja, o homem é o seu próprio inimigo acarretando conflitos sangrentos e desordem, homem é o lobo do homem.

Diferentemente de Bodin, que ao definir soberania colocou que esse conceito é associado pela capacidade de articular as leis, Hobbes definiu a soberania pela capacidade de força garantida pelo contrato social (Hobbes, 2003). Essa teoria foi fundamental para a compreensão da relação entre o Estado e a sociedade e influenciou o pensamento político moderno.

Os pontos principais da soberania, definidos por Bodin, são consensuais, tais como: “absoluta”, “perpétua”, “indivisível”, “inalienável” e “imprescritível”. A soberania não sofre limitações por parte de leis, pois quem define as leis é o soberano e não há ninguém juridicamente superior. É perpétua por ser um atributo das relações públicas da organização política, e é imprescritível e inalienável, pois é uma função pública e não privada. Por fim, é indivisível, visto que o poder se concentra nas mãos do soberano (Bodin, 1992; Bobbio, 1998). Entendemos ser possível encontrar na Guerra de Trinta Anos (1618 -1648) a ruptura com uma era antiga: a união intrínseca entre política e religião. Uma vez que a Santa Sé desempenhava soberania sobre os Estados assim como era ordenador internacional. Sendo, os papas eram considerados líderes supremos e inquestionáveis, portanto desobedecer suas ordens era quebrar o elo com a justiça, pois o mesmo era *speculator amnium* (vigilante de todos), logo o mesmo delegava o poder aos reis, que poderiam utilizar seu poder segundo as regras da Santa Sé (Magnoli, 2006; Weber, Bierterker, 1996)

A secularização da política é um resultado significativo do conflito, que foi alcançado por meio do acordo de paz que estabeleceu a união entre dogmas religiosos e a ordem civil política, resultando na implementação de um Estado laico e independente. O Tratado de Westphalia desempenha um papel fundamental nesse processo, ao estabelecer princípios consensuais, como a soberania estatal, o conceito de estado-nação, a igualdade jurídica entre os Estados, a territorialidade e a não intervenção. Esses princípios são fundamentais para a formação do Estado moderno (Magnoli, 2006; Weber, Bierterker, 1996).

A paz de Westphalia representa o equilíbrio entre Estados independentes em um sistema sem uma autoridade central, resultan-

do em um equilíbrio entre soberanos seculares. A Guerra dos Trinta Anos, que teve origem no Sacro Império Romano propagando a fé católica suprema e buscando dominar outros Estados, desempenhou um papel importante nesse contexto. No entanto, a concretização do conceito de soberania ocorreu ao mesmo tempo em que esse conceito era frequentemente violado (Magnoli, 2006).

Portanto, é essencial analisar as variáveis predominantes entre fronteiras e poder para entender o fenômeno dos conflitos internacionais. O Tratado de Westphalia também introduziu o conceito de territorialidade, que desempenha um papel importante na segurança do Estado. A fronteira determina o território pertencente a uma nação e o controle sobre o território e as pessoas dentro dele. As fronteiras estatais estabelecem a distinção crucial entre nacionais e estrangeiros, e são definidas pelos próprios Estados, que detêm o poder (Magnoli, 2006; Weber, Bierterker, 1996).

A fronteira possui uma dupla face da soberania: interna e externa. Internamente, o Estado atua como mediador entre os indivíduos, buscando eliminar conflitos internos para garantir a paz, essencial para proporcionar estabilidade econômica e social à nação e enfrentar ameaças externas. Externamente, o soberano toma decisões sobre guerra e paz com outros Estados-nações, sem um juiz supremo, apenas com base no direito internacional, tratados e acordos estabelecidos ao longo do tempo. No âmbito externo, o soberano é igual a todos os outros soberanos, enquanto internamente é a autoridade suprema, exigindo obediência de seus súditos (população) (Bobbio, 1998).

O poder em si é uma teia complexa, interligada a diversos elementos. Um deles é a potência, que se refere à oportunidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo diante de resistências, independentemente de onde essa oportunidade repouse. Max Weber aborda a potência de forma rigorosa, mas ela carece de um elemento complementar: a capacidade de cumprir. Por outro lado, o conceito de dominação, segundo Weber, envolve a probabilidade de um grupo de pessoas seguir uma ordem com um conteúdo específico. Assim, o poder-dominação é um jogo de soma zero, onde se um ator possui poder, o outro consequentemente não tem (Lebrun, 1981; Weber, Bierterker, 1996).

Outro conceito interligado é o de fronteira. A origem da palavra pode vir do espanhol (*frontera*), francês (*fronteire*) ou inglês (*frontier*), mas todos carregam o sentido de estabelecer um limite.

No século XIV, os militares franceses utilizavam a palavra “front” para proteger um local de invasões inimigas, que posteriormente se tornou o limite do alcance do inimigo, a fronteira entre aliado e inimigo. Ao longo do tempo, a ideia de fronteira foi se alterando. Antigamente, a territorialidade era determinada pela ocupação temporária do espaço, sustentada pela manutenção da terra e pela provisão alimentar, representando uma proteção temporária do território por meio de tribos, clãs e famílias. Transpor essa fronteira era frequentemente considerado místico e perigoso, visto como um lugar de expiação de pecados, mas também como uma possibilidade de descoberta de um novo mundo, como quando os vikings navegaram até a França e a Inglaterra explorando o desconhecido dos vastos mares (Martin, 1997).

Na modernidade, a fronteira se tornou possível com a instauração da linearidade das fronteiras, estabelecida pela primeira vez no Tratado de Tordesilhas. Essa linearização da fronteira foi um marco na concepção geográfica moderna, evidenciando uma época com novas noções de espaço e tempo. Portanto, é importante ressaltar que a definição moderna de limites e fronteiras só foi possível com a consolidação dos Estados, como afirma Raffestin (1993, p. 166): “o Estado moderno alcançou um controle territorial absoluto. Para isso, foram necessárias uma série de condições específicas, sendo a linearização da fronteira talvez a mais importante” (Foucher, 1991; Martin, 1997).

Um dos maiores símbolos da fronteira é encontrado na fundação de Roma. Segundo a lenda, Rômulo e Remo foram abandonados para sobreviver, mas foram salvos e amparados por uma loba. Mais tarde, eles retornaram ao local de seu abandono e fundaram Roma. Remo traçou um limite simbólico, um limite sagrado e símbolo de autoridade, impondo uma ordem de obediência e mesmo assim Rômulo atravessa. Seu sacrifício foi considerado um ato de sacrilégio e o Império Romano instaura-se com domínios territoriais sólidos, mas com flexibilidade de expansão. Compreender o Império Romano é, conseqüentemente, compreender a Europa, uma vez que, segundo Guarinello, “a história do Império Romano é a construção do pensamento europeu”. Não é surpreendente que os europeus não tenham esquecido a ideia de um império global semelhante ao que Roma se tornou. As maiores ambições de Napoleão e Hitler foram exatamente essas, ignorando fronteiras para buscar uma única nação para comandar e ter poder supremo (Foucher, 1991; Martin,

1997; Guarinello, 2010). Napoleão tinha o objetivo de deixar sua marca na história, assim como consolidar seu governo. Após sua ascensão e consolidação política, ele transformou o consulado em um império hereditário, resgatando instituições e títulos do antigo regime. Ao declarar guerra à principal ameaça eminente, a Inglaterra, e instaurar o Bloqueio Continental (que visava impedir os países europeus de comercializarem com a Inglaterra, com o objetivo de acabar com sua hegemonia econômica), Napoleão incorporou territórios europeus à França para criar o Grande Império. No entanto, sua expansão foi impedida pelo Império Russo e pelo Império da Prússia (futura Alemanha), o que acabou sendo o prelúdio de sua queda (Britannica, 2019).

Além disso, a consolidação do Império Alemão, descendente da Prússia e Áustria, trouxe uma nova potência para o cenário internacional, anteriormente ocupado pelo Império Napoleônico. Após quase um século de reestruturação dos atores e do sistema internacional em harmonia, outro conflito imperialista desencadeou a desestruturação da soberania. A Primeira Guerra Mundial tornou-se um conflito de interesses imperialistas nacionais, resultando em conflitos localizados e um armamentismo generalizado. A península Balcânica era uma das regiões mais disputadas, desejada por alemães, austríacos, russos e sérvios. A Grande Guerra foi a explosão das tensões nessa região, motivada pela principal ambição alemã de controle estratégico político da área, o que levou à carnificina e destruição da guerra (Britannica, 2019).

Consequentemente, a Segunda Guerra Mundial foi uma resposta à culpa imposta e à humilhação direcionada à Alemanha, conforme estipulado no Tratado de Versalhes. As sanções incluíam a limitação do exército, pagamento de multas à França e uma humilhação internacional. O resultado dessas sanções foi uma crise econômica alemã, alta inflação e desestruturação social no país, levando muitos à fome e morte. Nesse ambiente caótico e desesperador, Adolf Hitler emergiu como o Führer, o líder supremo (Britannica, 2019).

Após intensos combates entre as potências europeias e novas potências como EUA, União Soviética e Japão, juntamente com atrocidades como o Holocausto e a perseguição de minorias, a Alemanha foi derrotada e o sonho imperialista global acabou. Com a quebra dos estados europeus, os EUA emergiram como uma nova potência, e a invencibilidade alemã foi quebrada pela União Soviética, renunciando um futuro conflito (Britannica, 2019).

É importante lembrar que a construção da história moderna é pautada pelo conflito imperialista, que envolve ideias, mídias e mecanismos de determinação para políticas de expansão e domínio territorial, cultural e econômico de um país sobre outro. Trata-se de transpor fronteiras para violar a soberania de um determinado território ao bel-prazer do invasor. Essa dinâmica predominou na primeira metade do século XX. No entanto, quando a Segunda Guerra Mundial terminou e o processo de globalização começou a se desenvolver, a violação da soberania deixou de ser principalmente territorial e passou a ser uma violação ideológica. Uma nova era imperialista deu lugar à Guerra Fria (Britannica, 2019).

2. A democracia “benfeitora”

Por outro lado, a ideia central dos Estados Unidos é a democracia, um princípio que remonta à sua independência da Inglaterra em 1776. A noção de democracia é tão antiga quanto as relações entre os Estados, sendo primeiramente teorizada pelos atenienses como “o povo governando a si mesmo”, com base na participação de cada cidadão na sociedade. Assim, os EUA incorporam o discurso da democracia como parte essencial de sua identidade (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

A democracia foi o pontapé dado pelos países fundadores e se torna o alicerce em que se finca a bandeira estadunidense, considerando que a ordem emana do arranjo interno da multidão, e não da transferência do título de poder e direito. Em 1831, Alexis de Tocqueville partiu para os Estados Unidos com o objetivo de analisar a democracia na América. Sua pesquisa observou e catalogou os princípios fundamentais do sistema democrático, destacando a construção da identidade do povo americano e traçando os caminhos da evolução da democracia. Segundo o autor, o princípio da soberania do povo se manifesta como soberania popular, de forma semelhante ao que existia em Atenas: “o povo como um todo cria as leis, como em Atenas; por outro lado, os representantes eleitos pelo sufrágio universal o representam e agem em seu nome, sob sua vigilância constante”. Além disso, o autor percebe a organização nacional como uma federação, na verdade um conjunto de estados, cada um com suas leis independentes do Estado-nação (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

O termo social-democracia aborda e expõe a face abusiva do Estado de Bem-Estar Social, enquanto propõe a chegada da moder-

na sociedade de massas. A obra de Tocqueville, se mostra visionária ao debater sobre a “tirania da maioria” e o “despotismo democrático”, ambos como consequências da sociedade e do homem político. Para Tocqueville, a democracia na América é pura, fundamentada em pilares como liberdade, igualdade e identidade coletiva. Não havendo uma herança aristocrática ou absolutista, e sem passar por revoluções (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

Segundo Tocqueville, a identidade do americano é fundamentada no empoderamento (soberania), amor à pátria (patriotismo), respeito às leis divinas e estatais, empreendedorismo e costumes compartilhados. A construção da identidade americana tem suas raízes nos homens livres que chegaram ao Novo Mundo com apenas sua força de trabalho, buscando construir um mundo diferente da caótica Velha Europa. Essa noção perdura na sociedade americana com a ideia de buscar o sonho americano por mérito e trabalho árduo, especialmente considerando que os primeiros colonos eram predominantemente protestantes, acreditando que o trabalho dignifica o ser humano (Tocqueville, 1987; Karnal, 2011).

Entende-se que, à medida que a democracia nos Estados Unidos passa por reformulações, como a inclusão dos afro-americanos e das mulheres no processo decisório, ela se torna o ponto central da ideologia americana, sendo também desejada por outros países como uma forma de governo estruturada e benéfica para a população. Nesse tipo de governo, o povo tem liberdade para escolher seus governantes e desfrutar da propriedade privada, e, portanto, o livre mercado é um aliado inerente à democracia moderna, principalmente a partir do século XIX (Tocqueville, 1987; Karnal et al., 2011).

Durante a Guerra Fria, houve um confronto entre a democracia liberal e o comunismo, representando polos opostos em termos de organização governamental e econômica. Ao longo de 46 anos, essa guerra se desdobrou de forma indireta e também por meio de conflitos diretos em diferentes regiões, como a Coreia (Norte e Sul), o Vietnã (Norte e Sul) e a Alemanha (Oriental e Ocidental), além do financiamento de regimes de extrema-direita na América Latina. O colapso da União Soviética em 1989, simbolizado pela queda do Muro de Berlim que separava a Alemanha, marcou o fim desse período de confronto (Hobsbawm, 1995).

Nesse contexto, os Estados Unidos consolidaram-se como a potência hegemônica no sistema internacional. Embora houvesse outras potências, nenhuma delas possuía poder econômico e militar

suficiente para ameaçar a supremacia dos Estados Unidos. A Europa tornou-se parceira dos EUA, enquanto a América Latina emergente seguiu o caminho de aliado do seu vizinho americano. A África ainda sofria com a dominação imperial europeia, e a Ásia buscava sobreviver após o colapso da União Soviética. Nesse cenário, os Estados Unidos puderam consolidar o império moderno almejado anteriormente pela Alemanha e pela França (Hobsbawm, 1995).

3 O Império americano

O surgimento do império americano ocorreu após o colapso do sistema colonial e da sociedade soviética, em um contexto de instauração do globalismo e alteração da ordem global. Essa transformação gerou uma nova lógica e estrutura de poder, resultando em uma nova forma de supremacia, conforme apontado por Michael Hardt e Antônio Negri em sua obra “Império” (2001). Segundo eles, os Estados Unidos se consolidaram como uma força suprema que governa o mundo, sendo considerados o segundo maior império da história, perdendo apenas para o Império Romano (Hardt; Negri, 2001).

A democracia liberal desempenha um papel central nesse império. A democracia passou por um processo de reformulação desde sua concepção na Grécia Antiga, e o liberalismo surgiu como resultado da ascensão da burguesia em oposição a um sistema feudal colonial. Ao propor a ideia de propriedade privada, o liberalismo impediu que o Estado e a Igreja controlassem a maioria das terras, buscando autonomia e ascensão como classe dominante. A democracia liberal é uma construção que se desenvolveu ao longo do processo histórico da civilização ocidental, principalmente nos séculos XIX e XX. É impossível pensar na ideia democrática sem considerar os princípios liberais de liberdade individual, igualdade perante a lei e regime representativo (Karnal et al., 2011).

A democracia liberal foi expressa de forma mais concreta e clara por Schumpeter, que em sua teoria reduz a participação popular ao determinar a escolha do próximo governo (por meio de eleições diretas ou indiretas) e o direito de remover o governo. No entanto, Schumpeter afirma que a vontade popular é o produto, e não o motor, do processo político. Em outras palavras, a democracia é um arranjo burocrático semelhante à estrutura de mercado, com vários grupos e indivíduos competindo por votos, assim como empresas e empresários competem no mercado. Schumpeter nega a ideia de

um “governo do povo” e de um governo mais inclusivo ao analisar a democracia liberal (Karnal et al., 2011).

O império explora de forma exímia o conceito de democracia liberal. Após a vitória na Guerra Fria, a democracia liberal se torna teoricamente o melhor e mais justo sistema político e econômico, capaz de gerar um equilíbrio econômico e de poder no sistema internacional (Hardt; 2001). Desde os primórdios da nação, figuras como Thomas Jefferson, um dos pais fundadores dos Estados Unidos, já se inspiravam no antigo modelo imperial europeu, buscando criar um império do outro lado do Atlântico, onde o poder seria distribuído e autogovernado. A ideia de superar a Europa estava enraizada na mente dos pais fundadores (Hardt; Negri, 2001).

O império se diferencia do imperialismo por não ter fronteiras. A antiga ordem imperial colonial era baseada na relação entre a metrópole e a colônia, enquanto o império dos Estados Unidos, ao se tornar uma entidade sem fronteiras geográficas, busca dominar todo o mundo civilizado, assumindo características de onipotência. Outro fator que diferencia o império é que ele não é resultado de conquistas territoriais, como ocorreu com Holanda e Inglaterra, mas sim uma ordem que suspende a história e determina o estado atual das coisas, tendo uma característica onipresente (Hardt; Negri, 2001).

Em terceiro lugar, o império busca criar raízes sociais, também conhecido como *soft power*. Esse conceito, no campo das relações internacionais, refere-se à habilidade de um Estado influenciar indiretamente o comportamento e os interesses de outros Estados ou populações por meio de meios culturais. O império busca controlar não apenas os aspectos econômicos e políticos, mas também a vida social do mundo civilizado, tornando-se onisciente. As características adquiridas pelo império assemelham-se às de um ser supremo, com o livre mercado e a globalização sendo os principais mecanismos que viabilizam e facilitam suas ações. O fato de o dólar ser a moeda de maior volatilidade é apenas um detalhe dentro do amplo domínio exercido (Hardt; Negri, 2001).

O império necessitou de aproximadamente três séculos para se concretizar e se tornar tão influente. Seu início remonta à Independência dos Estados Unidos em 1776, e sua consolidação vitoriosa ocorreu com o fim da Guerra Fria. Com uma economia liberal e um sistema político democrático, os Estados Unidos foram capazes de apresentar modelos de prosperidade para a sociedade civilizada, consolidando-se como um império irrepreensível. Eles se tornaram

“o país mais poderoso desde Roma”. A questão que se coloca é o que aconteceria se os Estados Unidos, esse “império” inabalável e onipotente, sofressem um ataque em seu território sem qualquer previsão? (Hardt; Negri, 2001).

3.1 O Império contra-ataca

Por certo, nenhum Estado é impenetrável e onipresente, sendo demonstração disto o 11 de setembro em 2001. Foi uma série de quatro ataques terroristas pela rede Al-Qaeda contra os EUA. O ataque matou a cerca de 3 mil pessoas, incapacitando cerca de 6 mil pessoas e causando prejuízo de 10 bilhões em infraestrutura. Terroristas sequestram 4 aviões comerciais para executarem o ataque, o primeiro avião colidiu com o Pentágono em Washington DC (Centro de Defesa dos EUA), o segundo avião caiu campo aberto e outros dois caíram nas torres gêmeas, complexo empresarial do World Trade Center, em Nova York. (History, 2019)

Os atos de terrorismo consistem em crimes cometidos por indivíduos ou grupos que buscam causar caos em um determinado local, com o objetivo principal de gerar perturbações sistêmicas e disseminar terror em regimes governamentais. É importante destacar que, desde a Guerra Fria, os EUA não tinham um inimigo declarado ou uma missão ofensiva. Portanto, o 11 de setembro simboliza o início de uma nova era na conjuntura internacional e na agenda da política externa dos Estados Unidos, conhecida como a Doutrina Bush (Kober, 2006).

O presidente à época do ocorrido era George Bush e toda organização de sua administração focaram em demonstrar resultados ágeis para sua população e mundo ocidental que tremia de pavor diante da nova situação internacional. A Doutrina Bush foi caracterizada principalmente no documento publicado em setembro de 2002, “A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA”. Os pontos principais da doutrina são: guerra preventiva, unilateralismo/ supremacia militar e exportação de democracia (Kober, 2006).

A guerra preventiva é a ideia de que, em um mundo com organizações terroristas, regimes perigosos e armas de destruição em massa, os Estados Unidos podem precisar atacar primeiro e estar um passo à frente do inimigo, como alerta o documento da Estratégia Nacional de Segurança. O foco principal dos EUA é eliminar uma ameaça iminente de países hostis que desenvolvem armas químicas,

biológicas e nucleares de destruição em massa. Em outras palavras, a estratégia visa impedir as ameaças antes que as armas de grande potencial destrutivo sejam utilizadas, criando assim o “Eixo do Mal”, que diz respeito aos países categorizados como hostis, apoiadores do terrorismo e detentores de armas de destruição em massa, como Irã, Iraque e Coreia do Norte (Nyemba, Mhandara, 2013).

A Doutrina Bush identifica métodos para atingir seus objetivos, tais como o estabelecimento de novas bases militares ao redor do mundo, o desenvolvimento de tecnologia de defesa e a expansão da coleta de informações. Além disso, a diplomacia desempenha um papel crucial, especialmente na “batalha pelo futuro do mundo muçulmano” (Nyemba, Mhandara, 2013), favorecendo a atuação dos Estados Unidos em cooperação com aliados e instituições internacionais, como a ONU, para lidar com ameaças à paz mundial. No entanto, a estratégia de segurança afirma que os Estados Unidos “não hesitarão em agir sozinhos, se necessário” (Jervis, 2003).

Portanto, a supremacia americana deve ser estabelecida sem sombra de dúvidas. Bush foi muito claro em seus comentários aos graduados de West Point: “Os Estados Unidos possuem e pretendem manter forças militares superiores, tornando inúteis as corridas armamentistas desestabilizadoras de outras épocas e limitando as rivalidades ao comércio e outras atividades pacíficas” (Comentários à Academia Militar dos EUA em West Point, 1º de junho de 2002) (Nyemba, Mhandara, 2013).

De fato, os gastos militares aumentaram drasticamente, passando de US\$ 290,6 bilhões em 2000 para US\$ 308,5 bilhões no ano dos ataques terroristas e saltando para US\$ 606,5 bilhões em 2008, o último ano do governo Bush (Estimativas do orçamento da defesa nacional para os exercícios fiscais 2000-2008). O reforço da hegemonia militar americana tornou-se necessário para implementar uma doutrina de política externa baseada em ações preventivas unilaterais e na demonstração do poderio militar (Nyemba, Mhandara, 2013).

O terceiro elemento principal da Doutrina Bush é a ideia de que os Estados Unidos devem “estender os benefícios da liberdade em todo o mundo” para construir “um equilíbrio de poder que favorece a liberdade”. Isso implica na exportação da democracia para outros países, baseando-se na crença de que países democráticos não atacam outros países democráticos, e sim buscam solucionar conflitos por meio de encontros diplomáticos. A exportação da democracia foi ele-

vada ao status de princípio definidor da doutrina de política externa, tornando-se uma parte importante da resposta americana à ameaça terrorista. A estratégia também envolveu o foco em acabar com regimes que apoiam e financiam o terrorismo direcionado ao mundo ocidental. Em resumo, a abordagem consiste em primeiro exterminar a propagação do terrorismo, libertando os Estados “corrompidos pelo terrorismo”, e em seguida implementar um governo democrático e politicamente desenvolvido. O primeiro país a ser afetado por essa abordagem foi o Afeganistão (History, 2019; Jervis, 2003).

A Operação Liberdade Duradoura, notadamente o esforço internacional liderado pelos EUA para derrubar o regime talibã no Afeganistão e destruir a rede terrorista de Osama bin Laden, o mentor do ataque, teve início em 7 de outubro. Em apenas dois meses, as forças dos EUA efetivamente removeram o Taleban do poder operacional. No entanto, a guerra prosseguiu, com as forças dos EUA e da coalizão enfrentando uma campanha de insurgência do Talibã baseada no vizinho Paquistão. Em outras palavras, a guerra dos EUA estava apenas começando sendo intitulada como Guerra ao Terror em todo o Oriente Médio, sendo o Iraque o primeiro país a ser afetado (History, 2019).

4. O Iraque

Saddam Hussein foi o ponto central da intervenção no Iraque. Ele ascendeu ao poder por meio de um golpe em 1970, adotando uma postura progressista ao modernizar a infraestrutura, a indústria e o sistema de saúde, elevando os níveis sociais do país a um patamar sem paralelo em relação a outros países árabes da região. No entanto, Saddam também esteve envolvido no desenvolvimento do primeiro programa de armas químicas do Iraque e, para evitar golpes de Estado, estabeleceu um poderoso aparato de segurança, que incluía grupos paramilitares ba'atistas e o Exército do Povo, os quais frequentemente recorriam à tortura, estupro e assassinato para alcançar seus objetivos. A base do poder de Saddam era a minoria sunita no Iraque, porém seu domínio foi ameaçado quando seu país vizinho, o Irã, passou por uma revolução islâmica xiita liderada pelo aiatolá Khomeini. Isso resultou em conflitos, conhecidos como a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), nos quais a comunidade internacional não se envolveu diretamente, embora os EUA tenham apoiado o Iraque e a Rússia tenha apoiado o Irã.

Certamente, com o desenvolvimento do programa de armas químicas, Hussein ficou conhecido pelo uso constante dessas armas

contra civis iranianos e, principalmente, os curdos durante o que ficou conhecido como o Genocídio Curdo. O massacre ocorreu em virtude da Operação Anfal, que tinha como objetivo impossibilitar a concretização de um Estado curdo. Ali Hassan al-Majid, o Ministro da Defesa e primo de Hussein, ficou conhecido como “O Químico” quando, em 1988, ocorreu um ataque no povoado de Halabja, usando gás mostarda e sarin, vitimizando cerca de 10.000 curdos.

Além disso, Hussein invadiu o Kuwait logo depois, utilizando a justificativa de que o local fazia parte da história territorial do Iraque. Em resumo, a comunidade internacional se manifestou impondo sanções econômicas que foram ignoradas, e logo uma coalizão foi formada para expulsar o Iraque do Kuwait, resultando na Guerra do Golfo Pérsico (1990-1991). Posteriormente, a ONU localizou e destruiu grandes quantidades de armas químicas iraquianas, equipamentos e materiais relacionados, e o Iraque cessou seus programas químicos, biológicos e nucleares (Biography, 2019).

Em resumo, Saddam Hussein era um ditador com ambições imperialistas e moralistas, especialmente em relação à antiga divisão entre xiitas e sunitas. Após os eventos de 11 de setembro, ele passou a receber uma atenção diferenciada dos EUA. O presidente Bush acusou o Iraque de ter ligações com Osama Bin Laden e expressou a intenção de intervir no país. Tanto Tony Blair, primeiro-ministro do Reino Unido, quanto George Bush utilizaram diversas justificativas para a invasão do Iraque, incluindo a suposta posse de armas de destruição em massa, violações dos direitos humanos durante a ditadura, conexões com a Al Qaeda e a promoção da democracia.

A principal razão apresentada pelos EUA para a intervenção foi a busca por armas de destruição em massa. No entanto, essa justificativa não se mostrou plausível nem suficiente diante de um país soberano, sugerindo implicitamente que a democracia seria uma força libertadora. Além disso, a intervenção foi motivada pelas violações dos direitos humanos cometidas pelo governo ditatorial contra o povo iraquiano. Após o relatório do Grupo de Pesquisa do Iraque da CIA, as suspeitas e ações dos EUA tornaram-se cada vez mais alarmantes. Durante 15 meses, aproximadamente 1.200 inspetores conduziram uma extensa investigação sobre armas de destruição em massa, concluindo que Saddam Hussein tinha a intenção de reiniciar programas químicos e nucleares, mesmo após as sanções impostas.

Contudo, Saddam Hussein destruiu todas as armas de destruição em massa há mais de uma década (com fiscalização da ONU) e era financeiramente remota a capacidade de desenvolver novas (Kober, 2006). Entretanto, apenas suposições guiaram a invasão por parte de George Bush, presidente norte-americano, e Tony Blair, primeiro-ministro da Inglaterra. As ameaças internacionais, sob a ótica de tais autoridades, basearam-se em comentários enigmáticos e subjetivos oriundos de Hussein, que visava emanar poder e ameaças perante o seu inimigo Irã, como contrapeso para as ameaças do rival. (Kober, 2006)

A imposição da democracia é frequentemente utilizada como pretexto para a dominação e reconfiguração de uma determinada região, atendendo exclusivamente aos interesses do Estado responsável. A ordem no sistema internacional é mais eficaz quando há uma multiplicidade de países democráticos, uma vez que nações democráticas tendem a não atacar umas às outras, não apoiam o terrorismo e adotam modelos de mercado livre. A imposição da democracia tornou-se um argumento subsequente à invasão do Iraque, justificada pela violação dos direitos humanos durante o regime ditatorial de Saddam Hussein, com a alegação de agir em prol do povo iraquiano, visto que o governo não representa o povo. O propósito declarado era libertar o povo e implementar a democracia, quebrando o regime de medo e opressão para estabelecer um regime de liberdade e igualdade (Britannica, 2019; Hippel, 2003).

No entanto, é importante ressaltar que ao longo da história, o Iraque sempre esteve subjugado a entidades maiores, seja como parte da antiga Mesopotâmia, do Império Otomano ou do Império Britânico, o que torna a independência uma utopia. Mesmo quando a monarquia foi deposta e o nacionalismo árabe surgiu, resultando em um período de estabilidade política e econômica que transformou o Iraque em uma das maiores reservas de petróleo e uma das maiores forças armadas do mundo árabe por 10 anos, um regime ditatorial foi imposto por 30 anos. Portanto, a ideia de independência tem sido breve ou instável, requerendo o desenvolvimento de estruturas internas, em vez de ser imposta por forças externas. A imposição da democracia representa uma visão ingênua e simplificada dos processos sociais e políticos de uma nação soberana, presumindo que a exclusão de um governo ditatorial resultaria naturalmente na fluidez da democracia. No entanto, a intervenção resulta em destruição e colapso das estruturas estatais, criando um vácuo na segurança, na esfera política e na administração (Hippel, 2003).

O caos resultante da invasão em 2003 foi o percurso para a verdadeira violação dos direitos humanos. A comunidade de direitos humanitários internacional realizou várias pesquisas, como a da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg que concluiu que cerca de 655.000 iraquianos morreram em consequência da intervenção, além de milhares que sofreram os efeitos da insegurança. As tropas estadunidenses impregnavam armas desumanas, tóxicas ou indiscriminadas, inclusive químicas e biológicas. Os militares em busca de informações usavam sem escrúpulos abusos físicos, prisões, tortura, entre outros tratamentos desumanos. (Human Right Watch, 2011)

Não obstante, a mudança real era sobre, na verdade, troca de liderança, isto é, “Saddamismo Inferior”, expressões empregadas por Anthony H. Cordesman e Ahmed S. Hashim, para demonstrar como os EUA tinham interesse em trocar Saddam Hussein por outro líder ba’athista com ambições e cresças similares, mas sem carisma e autoridade de Saddam. (Rai, 2002)

A invasão do Iraque, ocorrida em 9 de abril de 2003, foi considerada um crime, uma vez que não foi aprovada pelo Conselho de Segurança, configurando-se como uma clara violação das leis internacionais. Além disso, foi ilegal devido à falta de provas suficientes da ligação de Saddam com a rede Al Qaeda e Osama Bin Laden, bem como a presença de relatórios inconclusivos sobre armas de destruição em massa. A invasão claramente representou um ataque a um país islâmico, o que culminou na invasão de diversos outros países. O suposto plano de libertação, na verdade, revelou-se um plano de guerra para a subjugação do Iraque pelos Estados Unidos, resultando na desintegração do país (Rai, 2002).

4.1 Espólios da guerra ao povo iraquiano

A intervenção no Iraque resultou em consequências devastadoras de natureza humanitária, política, econômica e na destruição do patrimônio cultural. O caos decorrente da invasão em 2003 foi o ponto de partida para a verdadeira violação dos direitos humanos. A comunidade internacional de direitos humanos realizou diversas pesquisas, incluindo a da Escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg, que concluiu que cerca de 655.000 iraquianos morreram como resultado da intervenção, além de milhares que sofreram os efeitos da insegurança. As tropas dos Estados Unidos utilizaram

armas desumanas, tóxicas e indiscriminadas, incluindo armas químicas e biológicas. Os militares, em busca de informações, recorreram a abusos físicos, prisões, tortura e outros tratamentos desumanos, como os ocorridos na prisão de Abu Ghraib. O principal resultado dessa intervenção foi a imigração em massa. Segundo o ACNUR, houve 1,9 milhão de deslocados internos no país e 2 milhões de refugiados fugiram para países vizinhos, resultando na segunda maior crise de refugiados (Human Right Watch, 2011).

Os Estados Unidos e seus aliados ignoraram as advertências de organizações e acadêmicos sobre a proteção da herança cultural do Iraque, incluindo museus, bibliotecas, sítios arqueológicos e outros preciosos repositórios. Os incendiários queimaram gravemente a Biblioteca Nacional e saquearam o Museu Nacional. Os saqueadores também danificaram ou destruíram muitos edifícios e artefatos históricos. Os EUA construíram uma base militar no local da antiga Babilônia. As forças da coalizão destruíram ou danificaram muitas áreas urbanas e edifícios históricos, enquanto os mesmos arruinaram milhares de sítios arqueológicos incomparáveis e desprotegidos (Global Policy Forum, 2003).

A intervenção dos EUA desde 2002 custou 5,6 trilhões de dólares, expandindo-se cada vez mais por inúmeras justificativas. O Iraque passou por anos de turbulência sob o governo de Saddam Hussein, resultando em má administração econômica, uma guerra com o Irã e sanções impostas pela ONU. No entanto, após quatro anos de ocupação dos EUA, o Iraque enfrenta extrema pobreza e desemprego, com mais de 4 milhões de refugiados deslocados interna e externamente. A infraestrutura do país está em ruínas e os planos de reconstrução dos EUA parecem estar completamente atolados em fraude, má administração e incompetência (Global Policy Forum, 2003).

A intervenção não apenas devastou o Iraque, mas também gerou instabilidade em todo o Oriente Médio, abrindo as “portas do inferno” na região. A intervenção no Iraque e no Afeganistão extrapolou suas fronteiras para a Síria e para qualquer outro lugar que os EUA desejassem. De acordo com relatos de generais norte-americanos, os EUA planejavam invadir outros seis países, como Síria, Líbano, Líbia, Irã, Somália e Sudão. Embora essa missão não tenha sido confirmada, houve um lançamento de uma agenda intitulada Guerra ao Terror. Em março de 2019, completaram-se 15 anos desde a intervenção no Iraque e suas consequências ainda são evidentes. A democracia frágil e a situação social instável no Iraque são apenas o começo de um ato

contínuo. Esse contexto fortaleceu a ideologia de grupos terroristas como o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e do Levante, criado em 2003 após a invasão) e a Al Qaeda, além de viabilizar intervenções dos EUA em outros países e influenciar a crise de refugiados em todo o Oriente Médio, com a Síria liderando seguida pelo Iraque, chegando até a Europa e alimentando a xenofobia contra os muçulmanos. O plano de “libertação” era, na verdade, um plano de guerra para subjugar o Iraque aos EUA, resultando na implosão do país (Rai, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a intervenção no Iraque representou uma ruptura na estabilidade internacional, abrindo uma fenda no Oriente Médio. Enquanto a intervenção no Afeganistão tinha como objetivo derrubar o regime Talibã e responsabilizar um governo por um ataque direto a outro país, a intervenção no Iraque foi conduzida de forma obscura, com pretextos falsos e impulsionada por interesses econômicos e políticos na região. O governo Bush impôs sua agenda no Iraque, buscando justificar a ação como uma espécie de “cruzada moderna”, com o objetivo de reconquistar a Terra sagrada e derrotar os muçulmanos.

No entanto, ao contrário da Primeira Cruzada convocada pelo Papa Urbano II em 1095, que tinha um caráter religioso e buscava a conquista de Jerusalém dos infiéis (muçulmanos), a visão de Bush sobre a Terra Santa representa a região do Oriente Médio, com foco especial na Mesopotâmia e no Golfo Pérsico. A busca pelo controle do Golfo Pérsico está intimamente ligada ao domínio das maiores reservas de petróleo e a uma área estratégica que abrange países como Iraque, Irã, Síria, Arábia Saudita, Dubai e Qatar.

É importante ressaltar que a ideia de um estado soberano é uma concepção moderna europeia, uma ruptura com o passado religioso e a secularização da política. No caso do Iraque, seu estado soberano foi construído pelo colonizador britânico, que impôs uma “independência” artificial e selecionou o primeiro regente, Emir Faysal, em 1921, por meio de Sir Winston Churchill. Os aparatos políticos internos foram exportados por estrangeiros ao Iraque, assim como o modelo de governabilidade imposto pelos Estados Unidos, a democracia.

A imposição forçada da democracia revelou-se um mecanismo de usurpação econômica e política, tanto por ser uma forma de impor governabilidade quanto por ignorar a construção histórica in-

dependente do território. Além disso, a missão “Guerra ao Terror” lançada pelos Estados Unidos levou à generalização e demonização dos árabes e muçulmanos, classificando todos eles como terroristas. Essa generalização do inimigo é semelhante ao que ocorreu durante a Guerra Fria com os comunistas.

A independência iraquiana foi marcada por momentos de instabilidade política, passando de colônia a uma ditadura. Além disso, houve uma falta de consenso nacional devido à divisão entre xiitas e sunitas, considerando que a maioria da população iraquiana na época era xiita, enquanto Saddam Hussein, um membro da minoria sunita, governava o país. Além das divisões étnicas milenares, havia uma repressão ao povo curdo que ocupava uma parte do território iraquiano.

Em resumo, o Iraque é um mosaico de culturas, etnias e povos com profundas disparidades e falta de união. Por isso, a invasão representou uma devastação, afetando diversas comunidades e expondo um território vasto às adversidades resultantes da guerra. O Iraque ainda está se recuperando da invasão de 2003.

REFERÊNCIAS

BIOGRAPHY. **Saddam Hussein**. Disponível em: <<https://www.biography.com/dictator/saddam-hussein>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRITANNICA. Iraq. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/iraq>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

BOBBIO, NORBETO. Liberalismo e democracia. 6 ed. SÃO PAULO: Brasiliense, 1998. 98 p.

BODIN, Jean. Bodin: On Sovereignty. Cambridge University Press, 1992.

BODIN, Jean. **Os seis livros da república**. Tradução de José Antônio Gontijo. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

COUNCIL, UN **Human Rights. Iraq: Grave Human Rights Violations during the War and Occupation in Iraq**. UN Human Rights Council, [S.L], fev./mar. 2019.

FOUCHER, Michel. Fronts et Frontières. Un tour du monde géopolitique. Paris: Fayard, 1991.

GLOBAL POLICY FORUM. **Consequences of the war and occupation of Iraq**. 2003. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/humanitarian-issues-iniraq/consequences-of-the-war-and-occupation-of-iraq.html>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. **Mare nostrum**, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HISTORY.**9/11attacks**. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/21st-century/9-11-attacks>>. Acesso em: 16 mai. 2019.

HIPPEL, Karin Von. **Democracia pela força: Intervenção militar dos EUA no mundo após a Guerra-Fria**. 744 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 2003. 264p.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: O breve século xx, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUMAN RIGHT WATCH. **At a crossroads human rights in iraq eight years after**

the us-led invasion. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2011/02/21/crossroads/human-rights-iraq-eight-years-after-us-led-invasion>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

JERVIS, Robert. **Understanding the Bush doctrine**. Political Science Quarterly, v. 118, n. 3, p. 365-388, 2003.

LEBRUN, Gérard. O que é poder. Edição de 1981 – Ed. Brasiliense

KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. Contexto, 2011.

KOBER, Stanley. The Bush Doctrine and the War on Terrorism: Global Reactions, Assessments and Implications. [S.l.]: Routledge, 2006.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras** São Paulo: Editora Contexto, 3 Ed. 2006, p.181

NYEMBA, Eve; MHANDARA, Lawrence. **Forced democracy in the middle east: the case of iraq**. Zimbabwe: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2013. 120 p.

J. V. et al. **Démocratie et démocratisation dans le monde arabe: un magnifique**

travail sur un problème crucial.. [S.L.]: CEDEJ, 1990. 416 p.

TOCQUEVILLE, Alex. **A democracia na América**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1987.

RAI, Milan. **Iraque**: Plano de Guerra. Oxford: DFL, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

WEBER, Cynthia; BIERTEKER, Thomas. **State sovereignty as social construct**. New York: Cambridge University Press, 1996. 315 p.

Análise econômico-política da violência sexual nos conflitos da República Democrática do Congo

Economic-Political Analysis of Sexual Violence in the Conflicts of the Democratic Republic of the Congo

Análisis Económico-Político de la Violencia Sexual en los Conflictos de la República Democrática del Congo

Jade Cassius Araujo¹
Talita Soares de Andrade²

Recebido: 22 de Setembro de 2023

Aprovado: 05 de Agosto de 2024.

RESUMO

O artigo avalia a violência sexual nos conflitos vigentes na República Democrática do Congo a partir de uma abordagem da economia política, analisando o capitalismo, o extrativismo mineral e o imperialismo como mecanismos de influência sobre a violência sexual na RDC. Para tanto, a pesquisa faz um aparato histórico e compara perspectivas de gênero, pós-coloniais e africanas sobre as variáveis atuantes no país, relacionando e criticando as interpretações teóricas supracitadas. Por fim, observa os aspectos econômico-políticos como influenciadores da violência sexual nos conflitos e denuncia epistemologias ocidentais que generalizam as relações de gênero de contextos não-ocidentais e terceiro-mundistas.

Palavras-chave: Guerra; República Democrática do Congo; Economia Política; Violência Sexual; Matriarcado; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

The article evaluates sexual violence in the ongoing conflicts in the Democratic Republic of the Congo from a political economy approach, analyzing capitalism, mineral extraction, and imperialism as mechanisms influencing sexual violence in the DRC. To this end, the research provides a historical overview and compares gender, postcolonial, and African perspectives on the variables at play in the country, relating and criticizing the aforementioned theoretical interpretations. Finally, it observes the economic-political aspects as influencers of sexual violence in the conflicts and denounces Western

1. Graduada em Relações Internacionais e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás; Contato: jadecassius.jc@gmail.com.

2. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás; Contato: talitasoares.st@gmail.com.

epistemologies that generalize gender relations in non-Western and Third World contexts.

Keywords: War. Democratic Republic of the Congo; Political Economy; Sexual Violence; Matriarchy; Postcolonialism.

RESUMEN

El artículo evalúa la violencia sexual en los conflictos vigentes en la República Democrática del Congo desde un enfoque de la economía política, analizando el capitalismo, el extractivismo mineral y el imperialismo como mecanismos de influencia sobre la violencia sexual en la RDC. Para ello, la

investigación hace un marco histórico y compara perspectivas de género, postcoloniales y africanas sobre las variables actuantes en el país, relacionando y criticando las interpretaciones teóricas mencionadas. Finalmente, observa los aspectos económico-políticos como influenciadores de la violencia sexual en los conflictos y denuncia epistemologías occidentales que generalizan las relaciones de género en contextos no occidentales y del Tercer Mundo.

Palabras clave: Guerra. República Democrática del Congo; Economía Política; Violencia Sexual; Matriarcado; Postcolonialismo.

1 INTRODUÇÃO

O artigo fará uma análise econômico-política da guerra e da violência sexual nos atuais conflitos na República Democrática do Congo (RDC). A pesquisa busca entender como a violência sexual na RDC pode ser trabalhada a partir de uma perspectiva econômico-política centrada em epistemologias africanas. Para tanto, terá como enfoque uma abordagem que considere as nuances do capitalismo, do extrativismo mineral, do imperialismo e das questões de gênero na interpretação dos conflitos da região e como esses temas influenciam a questão da violência sexual.

A metodologia da pesquisa é qualitativa, considerando a impossibilidade deste arcabouço teórico ser analisado a partir de uma abordagem quantitativa. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas, como livros e artigos acadêmicos, com foco em abordagens pós-coloniais e africanas sobre gênero, capitalismo, imperialismo e guerra, a partir da análise triplíce de Chioma Oruh (2015), a qual engloba a teoria crítica Africana de Reiland Rabaka, a abordagem do neocolonialismo de Kwame Nkrumah e a visão sobre matriarcado africano de Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume. Além disso, as informações obtidas foram interpretadas a partir de um estudo de caso interpretativo, formando um quadro teórico de associação, correlação e crítica entre teorias pós-coloniais e africanas concernentes ao escopo da pesquisa. Adicionalmente, foram utilizadas abordagens africanas para avaliar e criticar análises feministas ocidentais sobre a violência sexual no Congo e o impacto das

narrativas feministas sobre estupro no Congo, da comercialização deste discurso e da atuação de organizações humanitárias na perpetuação da instabilidade na região e na erosão da agência de atores locais, os quais devem ser fortalecidos a partir de iniciativas locais, matrifoais, cooperativas e nacionalistas. É importante mencionar, por fim, que o termo “Congo” e a sigla “RDC” serão utilizados para se referir à República Democrática do Congo, visando a praticidade.

Para trabalhar essas abordagens, o texto está dividido em três partes teóricas e analíticas. A primeira fornece uma contextualização histórica sobre a República Democrática do Congo, apontando a construção histórica da exploração, da influência de atores externos no país e, ao final, situação de violência sexual e a abordagem econômico-política.

Em sequência, o segundo tópico aprofunda-se na fundamentação teórica, trazendo uma crítica sobre a abordagem feminista ocidental e a interpretação das problemáticas congoleas a partir de uma epistemologia africana, com enfoque em críticas pós-coloniais sobre teoria crítica Africana, neocolonialismo e matriarcado (incluindo os sistemas de produção matriarcais), exploradas a partir do tripé teórico Rabaka-Nkrumah-Diop/Amadiume trabalhado por Oruh (2015).

Por fim, o terceiro tópico relaciona história e teoria ao apontar as conexões entre os fatores econômico-políticos da violência sexual com as abordagens africanas trabalhadas — neste contexto, a atuação do feminismo como meio de perpetuação da hegemonia ocidental, inclusive por intermédio do “ONGuismo”, será criticada em face às possibilidades de resolução e de busca por autonomia sob epistemologias africanas e soluções matrifoais. Dessa maneira, visamos avaliar as compreensões sobre a economia política da guerra, considerando e criticando epistemologias ocidentais e não ocidentais (pós-coloniais, terceiro-mundistas e africanas) na compreensão do *explanandum*³. Além disso, citamos iniciativas locais que buscam lidar com as questões de conflito e violência sexual na região, a partir de abordagens matrifoais e/ou com perspectivas inclusivas de gênero.

3. Cenário a ser estudado.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O CONGO

Chioma Oruh (2015) destaca que o maior problema que envolve o Congo é o colonialismo. As mazelas da região — guerra, corrupção, instabilidades, exploração — são consequências da condição de colonialismo clássico e, posteriormente, neocolonialismo. No centro deste problema, estão Estados estrangeiros do Norte Global e Estados fronteiriços que perpetuam o cenário de instabilidade. Vários conceitos devem ser (e serão, no próximo tópico) compreendidos para entender a profundidade dos problemas no país, mas este momento será reservado para a compreensão histórica.

A RDC tem um longo passado colonial, perpetrado pelo rei belga Leopoldo II de 1877 a 1908 e, posteriormente, pelo Reino da Bélgica até 1960, no qual o extrativismo representou um papel central nas relações econômico-políticas do Estado e da sociedade. As consequências da colonização e da exploração dos recursos nativos — como borracha, marfim e ouro —, por meio da opressão, massacre, estupro e servidão dos nativos, reverberam até os dias atuais. Esse legado histórico de violência e extrativismo perpetuou um cenário de exploração que continua a se manifestar nas décadas pós-independência, com atores militares, paramilitares, políticos e econômicos aproveitando-se de instabilidades regionais para explorar o país (Silva, 2012). Assim, a busca incansável serviu e serve como mecanismo de manutenção da instabilidade, por financiar e incentivar conflitos (Malomalo, 2019).

Após os processos de independência, Mobutu Sese Seko chegou ao poder no Congo e instaurou um governo autocrático que durou mais de 30 anos. As bases deste governo foram lançadas sobre a exploração dos minérios do país, incluindo-o cada vez mais no comércio internacional legal e ilegal dos recursos naturais (Silva, 2012). O poder de Mobutu ruiu em 1997, após a curta Guerra de Libertação que colocou Laurent-Désiré Kabila no poder. Inicialmente, Kabila vendeu direitos de exploração para empresas e atores internacionais, todavia, após medidas protecionistas, limitou o acesso de seus aliados, especialmente Ruanda e Uganda, aos minérios e matéria-prima do território congolês (Prunier, 2009). Estes países se viram desfavorecidos pelas políticas do novo presidente e, como consequência, tentaram realizar um golpe no Congo para destituir Kabila em 1998 (Ribeiro, 2022). Ruanda e Uganda começaram a financiar milícias e grupos paramilitares que lutavam con-

tra o governo congolês, como o grupo rebelde Mai Mai (Banwell, 2020; Prunier, 2009). Iniciou-se, assim, um movimento em cadeia que enriqueceu diversos grupos armados e Estados estrangeiros, transformando uma guerra local em um conflito de alcance quase que continental, o qual ficou conhecido como Guerra Mundial Africana (1998–2003).

Joseph Kabila, filho de Laurent Kabila, chegou ao poder em 2001 após a morte de seu pai (Prunier, 2009). Em 2002, em meio ao aumento das tensões com a entrada no conflito de milícias extra-nacionais de países vizinhos, Joseph Kabila tenta iniciar o processo de paz com os Estados africanos e a comunidade internacional ao propor um acordo que engloba um processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (Silva, 2012). Entretanto, por falta de planejamento adequado, o acordo falha. Apenas em 2003 há uma conclusão para a guerra que vitimou milhões de pessoas, com o Acordo de *Sun City*.

Apesar do fim do conflito, o Congo ainda passa por tensões armadas na região leste do país, abrangendo especialmente as províncias de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Essas tensões são motivadas por questões étnicas, limitações na agência e atuação estatal e pelo quadro da exploração mineral na região, extremamente rica em recursos, como ouro, diamantes, coltan e cobalto (Malomalo, 2019; Silva, 2012). Sobre este último ponto, de maior interesse para a pesquisa, os minérios são fontes importantes de riqueza para as partes envolvidas na guerra (Ribeiro, 2022). Empresas de vários países (como Suíça, EUA, Dinamarca, etc.), além dos diversos grupos e Estados envolvidos com os conflitos na região, fazem parte dessa rede de comércio mineral (Silva, 2012). Esse contexto ilumina a problemática das relações neocoloniais sobre o Congo, que será trabalhada nos próximos tópicos, e como, em virtude da exploração capitalista, a violência sexual contra mulheres é perpetuada.

É a partir dessa contextualização que o artigo utiliza uma abordagem econômico-política. O cenário de exploração no Congo representa uma conjuntura de capitalismo, na qual o acesso a recursos minerais e, conseqüentemente, o lucro, atuam como objetivos a serem alcançados a qualquer custo, inclusive por meio da violência. A violência, incluindo a violência sexual, é utilizada como meio de se alcançar objetivos extrativistas no leste da RDC, para que comunidades saiam de seus territórios e abram espaço para

novos locais de extrativismo (Leatherman, 2011; Banwell, 2020). Em virtude destes interesses, a região é marcada por insegurança e instabilidade, uma vez que a busca incessante por riqueza serve para financiar uma guerra que propaga violência contra civis e, no escopo do artigo, mulheres (Leatherman, 2011).

3 TEORIA TRÍPLICE DE ÁFRICA, GÊNERO E NEOCOLONIALIDADE

Várias feministas ocidentais já estudaram as tensões no Congo e a violência sexual relacionados ao quadro econômico-político da região. Diversas fontes acadêmicas abordam a marginalização e vitimização feminina mediante diferentes lentes teóricas. True (2012) destaca as desigualdades econômicas como uma das causas significativas de marginalização e vitimização das mulheres. Leatherman (2011) e Meger (2014) argumentam que a exploração econômica contribui para a perpetuação da violência, enquanto Meger (2014) e True (2012) apontam que a violência pré-existente é exacerbada pelos conflitos em curso. Sjoberg (2013) explora como as relações de poder associadas ao gênero estão interligadas com questões político-econômicas. Além disso, Hearn (2004) discute a acumulação de poder e recursos pelos homens, o exercício de poder e domínio associado à masculinidade, e a associação dos homens com o poder. Essas abordagens são parte de uma compreensão mais ampla da opressão feminina, vista como um resultado de construções econômico-políticas que moldam a estrutura social do gênero (True, 2012). Algumas autoras feministas, inclusive, tratam de perspectivas pós-coloniais em suas análises, entendendo a gravidade dos processos coloniais e suas consequências na atualidade (Banwell, 2020; Leatherman, 2011; Meger, 2014).

Todavia, elas pecam em excluir e ignorar perspectivas sobre gênero que consideram interpretações diversas sobre as relações entre homens e mulheres, além de homogeneizá-las. Desse modo, a crítica direcionada a autoras ocidentais compartilha da mesma raiz: homogeneização. Conforme Mohanty (2017), além de fazer generalizações sobre a situação das mulheres, elas são retratadas como vítimas passivas, incapazes de se mobilizar e efetuar mudanças significativas. Por consequência, apresentam abordagens simplistas para lidar com a questão da violência de gênero, sem considerar a diversidade de contextos sociais e sem analisar as condições espe-

cíficas que poderiam influenciar as estratégias de enfrentamento. Supõe-se que todas as mulheres, vítimas do desenvolvimento econômico liberal, são um grupo coerente e invariável, sem considerar fatores como etnia, classe social, nacionalidade, interesses políticos e aspirações. No mundo real, essa ideia generalista seria inconcebível, pois mulheres são agentes de impacto social, possuem seus próprios objetivos, ideais e pretensões.

Em seguimento, Mohanty (2017) expõe as relações de poder proporcionais à visível marginalização sofrida pelo discurso plural feminista do Terceiro Mundo, reputado como guetos pelos discursos feministas ocidentais. Essa hierarquização está intrinsecamente relacionada aos processos históricos que moldaram a organização pós-colonial global, os quais foram fortemente influenciados pelo legado do colonialismo europeu, neocolonialismo e imperialismo. Diante disso, é essencial avaliar e investigar as consequências dessas influências hegemônicas e ocidentais do Norte Global nas estruturas políticas, sociais e econômicas do Sul Global, bem como na interferência nos padrões atuais de pensamento. Compreender as raízes contemporâneas do imperialismo e colonialismo se torna fundamental para analisar a dinâmica das relações de poder entre o Norte e o Sul Global. Essa análise se estende ao âmbito feminista, onde a predominância das perspectivas do Norte pode ocultar ou negligenciar as vozes e experiências das mulheres do Sul, limitando a diversidade e a abrangência das lutas femininas em escala global (Kerner, 2017).

As interpretações de gênero no contexto africano vão além da binaridade ocidental entre homem e mulher e das relações de opressão entre homens e mulheres (Amadiume, 1997; Malomalo, 2019; Oyěwùmí, 2004). Isso se torna ainda mais delicado no contexto congolês. Oruh (2015) entende que as particularidades dos conflitos no Congo, somadas ao contexto histórico, as relações de capitalismo, colonialismo, neocolonialismo e gênero, demandam uma análise que vai além das abordadas por compreensões feministas. Portanto, para a RDC, é preciso considerar uma perspectiva pós-colonial a partir de uma **epistemologia africana** em âmbito de gênero e de análises econômico-políticas. Para tratar sobre África, neocolonialismo e gênero, Oruh (2015) utiliza uma análise tríplice: Reiland Rabaka como base teórica da teoria crítica Africana, Kwame Nkrumah sobre neocolonialismo, e Cheikh Anta Diop e Ifi

Amadiume para tratar do matriarcado⁴ africano. Além disso, critica o feminismo e outras abordagens ocidentais que tentam tratar sobre questões africanas e congolesas.

A teoria de Reiland Rabaka (2010) serve como uma fundação centrada em estudos africanos para unir cientificamente o neocolonialismo e o matriarcado africano. Para tanto, por meio de uma teoria revolucionária, a teoria crítica Africana visa promover a prática política e ativismo social em nome de uma transformação social radical. Isso por meio do desenvolvimento de uma sociedade 1) ética, 2) igualitária e 3) anti-imperialista, que expressa o que precisa ser mudado, as estratégias e esforços revolucionários para esse fim e os agentes e agências que realizariam essa transformação. Oruh (2015) aponta que, com essa teoria, é possível demonstrar que o feminismo é utilizado para perpetuar uma hegemonia imperialista no Congo por meio de políticas e práticas neocoloniais (Oruh, 2015, p. 11).

Para a autora, o feminismo dominante está intrinsecamente ligado à economia política que rege o trabalho das mulheres no Sul Global. Esta visão sublinha as desigualdades raciais que têm suas origens na escravidão e nas ações coloniais subsequentes do século XX. Em consequência, os homens africanos foram especialmente prejudicados pelo racismo e pelo imperialismo, o que perpetuou um sistema de opressão e exploração. Na ausência de uma análise crítica adequada, os povos do mundo da maioria⁵ enxergam frequentemente o feminismo como um movimento que os divide e contraria seus interesses comuns. Nesse contexto, a incorporação da ideologia feminista na África e em sua diáspora serviu como um recurso para o imperialismo manter sua relevância política, ao utilizar o feminismo para seus próprios fins. O imperialismo emprega a retórica feminista para justificar intervenções políticas e militares, manipular narrativas, criar divisões internas nos movimentos

4. O paradigma do matriarcado, que analisa o matriarcado e o patriarcado africano, é uma tese extensa cuja análise integral não cabe no escopo do artigo, então buscou-se resumir o principal de sua formulação.

5. O termo foi introduzido na década de 1990 pelo fotógrafo e ativista de Bangladesh, Shahidul Alam. Alam enfatizou a necessidade de substituir expressões como “terceiro mundo” ou “mundo em desenvolvimento” pelo conceito de “Maioria Mundial” ou “mundo da maioria”, para refletir de forma mais precisa a realidade da maior parte da população global. Ele afirmou: “Eu não queria ser o terceiro de nada. Certamente não escolhemos vocês (Norte global) para ser o ‘Primeiro Mundo’ e nós para sermos o ‘Terceiro’” (Shafaieh, 2022, tradução livre).

de libertação e deslegitimar críticas, ocultando suas verdadeiras intenções e perpetuando outras formas de opressão e exploração (Oruh, 2015).

Como grande parte das diversas teorias críticas desenvolvidas para apoiar a pesquisa acadêmica, este estudo aplica um método rigoroso não simplesmente destinado a encontrar falhas em um determinado assunto, mas também a transformar e desenvolver “uma sociedade anti-imperialista ética e igualitária” ao (1) apontar aquilo que precisa ser transformado (ou seja, um novo paradigma na compreensão das contradições de gênero fora do feminismo); (2) descrever quais estratégias e táticas podem ser mais úteis na transformação (ou seja, uma revisitação do matriarcado pré-colonial); e (3) articular quais agentes de mudança são capazes de realizar a mudança radical/revolucionária necessária para transformar a vitimização do povo do leste da RDC, com ênfase nas mulheres e meninas como jogadoras-chave na restauração da autonomia econômica (ou seja, descolonização).⁶ (Oruh, 2015, p. 11, tradução livre).

Em seguida, Oruh (2015) parte para a abordagem neocolonial. Conforme Nkrumah (1967), apesar do colonialismo tradicional não ser mais viável em virtude dos processos de independência, o neocolonialismo toma forma como o último estágio da dominação colonial. Isso significa dizer que, apesar de um Estado independente ter teoricamente o domínio de sua soberania, a sua economia — e, conseqüentemente, seu sistema político — é controlada por forças externas. Kwame Nkrumah teria como base de suas ideias o questionamento dos desafios de como descolonizar (Oruh, 2015, p. 13). Para tanto, uma maneira de descolonizar seria por meio da adoção de concepções africanas sobre gênero.

A partir disso, o paradigma do matriarcado africano é trabalhado. Diop (1987) entende por meio desse paradigma o papel feminino central ao trabalho, à riqueza e à herança material (Oruh,

6. Like much of the variety of critical theories developed to support academic research, this study applies a rigorous method not simply aimed at poking holes at a subject matter³⁴ but also to transform and develop “an ethical egalitarian anti-imperial society” by (1) pointing out that which needs to be transformed (i.e. a new paradigm in understanding gender contradictions outside of feminism); (2) describing what strategies and tactics might be most useful in transformation (i.e. a re-visitation of precolonial matriarchy); and (3) articulating which agents of change are capable of carrying out the necessary radical/revolutionary change to transform the victimization of the people of eastern DRC, with emphasis on the women and girls as key players in restoring economic autonomy (i.e. decolonization).

2015). Pioneiro na abordagem, ele define a construção do matriarcado e do patriarcado utilizando uma abordagem histórica sobre disponibilidade de recursos para povos antigos e a produção econômica ligadas ao desenvolvimento de estruturas matriarcais e patriarcais de gênero, chamada Teoria do Berço. Conforme a teoria, as primeiras comunidades humanas surgiram na África Oriental e começaram a migrar para outras regiões e constituir novos povos, com culturas influenciadas pela forma em que viviam. A partir desse processo, houve a separação entre dois polos que delimitaram as construções de gênero: Norte e Sul. O primeiro representava o berço setentrional e fazia referência aos indo-europeus e/ou arianos, e o segundo, o berço meridional, que referenciava as sociedades instaladas na África Oriental.

As sociedades setentrionais migraram para as estepes eurasiáticas, regiões em que eram forçadas a serem nômades em virtude da escassez de recursos para sobrevivência. Com isso, um sistema de comunidades tribais expansionista e motivado a lutar por territórios e recursos emergiu. Surgem, aqui, os ideais de valorização dos guerreiros, da força e da luta, a partir dos quais o homem se torna o protagonista em sua comunidade, enquanto a mulher, sem participação ativa na conquista de recursos, tem papel secundário (Diop, 1987; Jesus, 2016). Por sua vez, as comunidades meridionais se instalaram no vale do Nilo, região fértil e com ampla disposição de recursos. Nessa economia agrícola, a mulher — com participação ativa na produção de sua comunidade — possuía papel primordial e semelhante ao do homem na sobrevivência do grupo, tendo um importante valor econômico e social. Dessa forma, no berço meridional, o matriarcado se desenvolve, com os princípios desta região valorizando a paz e a justiça em detrimento da guerra (Diop, 1987).

Posteriormente criticado e apoiado por outros pensadores africanos, como Amadiume (1997), Oyëwùmí (2004) e Malomalo (2019), um dos pontos centrais na pesquisa de Diop (1987) se refere ao patriarcado africano, que se fortaleceu após a entrada de culturas imperialistas na África, especialmente após a colonização europeia. Depois da assimilação dos preceitos culturais europeus na África, realizada forçadamente pela colonização e pelo imperialismo, os sistemas matriarcais e seus meios de produção — horizontais, comunitários e matrifocais — foram oprimidos e uma conjuntura de patriarcado — tóxica, masculinizada e militarizada — emergiu, o que hoje resulta em conflitos violentos e agressivos

especialmente no que concerne a aspectos de gênero (Amadiume, 1997; Diop, 1987; Malomalo, 2019).

A partir dessa compreensão, Oruh (2015) entende que uma maneira de lidar com as questões relativas às vulnerabilidades de meninas e mulheres no leste do Congo é retornar aos conhecimentos e às políticas fundamentados nos sistemas de produções matriarcais. Sobre esses sistemas, Oruh (2015) aponta Ifi Amadiume como protagonista da base teórica. Conforme Amadiume (1997), o sistema de produção matriarcal, embasado em práticas comunitárias, horizontais e matrifocais, foi, além de oprimido pelos sistemas patriarcais europeus capitalistas, apagado e esquecido de forma deliberada nos estudos sociológicos africanos. Essa unidade de produção era comum — mas de maneira diferenciada — a todas as estruturas sociais tradicionais africanas, sendo suprimida pela chegada do sistema de produção capitalista. Isso harmoniza com a afirmação de Escobar (1995) sobre sistemas nativos de produção, na qual o capitalismo tem como uma de suas características a imposição da epistemologia ocidental de produção sobre as sociedades dominadas, e as unidades produtivas locais, consideradas “camponesas” ou “tradicionais”, são substituídas por uma de viés capitalista.

Nesse sentido, as compreensões de gênero e os sistemas de produção matriarcais foram substituídos por novas estruturas capitalistas, patriarcais, exploratórias e opressoras (Amadiume, 1997). No caso da RDC, o início desse processo pode ser determinado desde o colonialismo de Leopoldo II, rei da Bélgica, no fim do século XIX (Oruh, 2015). A partir da exploração local de recursos, a restrição de direitos femininos sobre a posse de terras e a produção, além dos direitos limitados a elas, os sistemas matriarcais de produção e agricultura foram solapados por uma abordagem capitalista e exploratória da produção, que deliberadamente retirava o valor do trabalho feminino e a posse das terras das mulheres, e os entregava aos homens (Lauro, 2020; Chengu, 2015). Esse cenário se torna ainda mais tangente quando é apontado o papel primordial de mulheres nos processos de produção agrícola no Congo. Durante a década de 1990, a força de trabalho feminina representava aproximadamente 80% da produção agrícola. No entanto, durante a Segunda Guerra do Congo, o país enfrentou uma grave escassez de alimentos, uma vez que as plantações se tornaram áreas inseguras devido aos conflitos armados e à vio-

lência, incluindo a violência sexual, perpetrada contra mulheres (Kisangani, 2012; Prunier, 2009).

Assim, Oruh (2015) entende que as análises sobre o Congo, cuja história foi afetada pela dominação e exploração capitalista, seus sistemas de produção alterados por esta hegemonia e cujas consequências perduram até hoje, devem ser feitas sob uma perspectiva africana, não feminista, sobre gênero e neocolonialismo. Essa tese considera que o feminismo, até mesmo o feminismo negro, falha em compreender de forma aprofundada as consequências do imperialismo e as interpretações de gênero que vão além da binaridade ocidental. Além disso, como supracitado, serve como mecanismo de perpetuação da hegemonia ocidental no país. Como afirma Hountondji (2008), por seu aspecto regional e político, o estudo de África deve “ir a par com uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, com uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento” (Hountondji, 2008, p. 158). Portanto, uma epistemologia africana precisa ser utilizada para se falar sobre o continente e suas especificidades regionais.

4 MATRIFOCALIDADE, ECONOMIA E VIOLÊNCIA SEXUAL NO CONGO

Antes de relacionar o arcabouço teórico com o problema da violência sexual, uma contextualização é necessária. Hoje, as tensões no leste do Congo são marcadas por diversas nacionalidades atuando de maneira violenta e ilegal na região em nome do lucro, por intermédio da exploração dos recursos minerais congolezes (Meger, 2014; Silva, 2012). Esse extrativismo é algo integral tanto à guerra quanto ao problema da violência sexual (Leatherman, 2011). Forças militares, rebeldes e paramilitares na região lutam entre si para obter o controle da extração mineral, visando o financiamento de suas atividades por meio da inserção no comércio global.

Nesse território, a violência massiva destruiu as infraestruturas necessárias para a vida em comunidade, como escolas, hospitais e habitações (Silva, 2012). Além disso, ao livrar a região de habitantes por meio da agressão, expressa também pela violência sexual, as forças armadas interessadas puderam explorar os recursos minerais disponíveis, como as minas de coltan, ouro e outros minerais, e

realizar parcerias com multinacionais interessadas nestes produtos (Banwell, 2020; Leatherman, 2011). Essas multinacionais fomentam os conflitos e perpetuam as guerras, estabelecendo parcerias com grupos locais, predominantemente as Forças Armadas da RDC (FARDC), milícias e grupos rebeldes, para garantir o acesso às áreas de extração no Congo. Esse cenário é altamente lucrativo para os grupos que controlam as minas, incentivados a manter a violência devido aos benefícios financeiros que ela proporciona (Banwell, 2020). Logo, a relação entre violência sexual e economia política no contexto da RDC se explica pelo uso do estupro como uma ferramenta para facilitar o acesso às zonas de exploração, por meio do afastamento forçado de comunidades das regiões de extrativismo.

Notam-se alguns pontos importantes no aspecto econômico. Conforme Oruh (2015), a história colonial no Congo passou por diversas transformações, mas o controle imperialista sobre a economia persistiu (Oruh, 2015, p. 38) — a autora aponta que isso representa uma história contínua de extorsão. Desde o período colonial, passando pela ditadura de três décadas de Mobutu, pelas guerras da década de 1990, até a atualidade, algo central nas inquietações e conflitos congolese foi a busca pelos recursos do território. Essa busca, realizada por atores internos e externos, incluindo nações africanas vizinhas, como Ruanda, e multinacionais, limitou a atuação de líderes locais em processos de construção de paz (especialmente na década de 1990) e a agência popular para lidar com as implicações da guerra.

Malomalo (2019) reconhece essa situação como resultado da falta de combate das memórias dos Estados coloniais e escravistas pelos Estados africanos, uma vez que estes governos não conseguem lidar com as crises de suas nações de maneira eficiente. O cenário torna-se ainda mais fragilizado quando a economia da guerra na República Democrática do Congo (RDC) foca na desestabilização da região em nome da exploração capitalista. Este contexto é sustentado por uma complexa rede violenta de comércio mineral que envolve milícias locais, grupos rebeldes, paramilitares e empresas transnacionais (Ribeiro, 2022). Essa estrutura, como meio de alcançar seus objetivos extrativistas, fomenta a violência sexual em massa (Leatherman, 2011). Para além de uma arma, a violência sexual em conflitos se torna uma ferramenta para que o ciclo da competição e exploração capitalista continue se repetindo. O estupro se transforma na base da economia política da violência

nas novas guerras, abrindo espaço para o terror e para novas rotas de comércio paralelo de recursos minerais (Leatherman, 2011).

Além disso, a agência de organismos ocidentais e movimentos feministas com base em nações do Norte Global que “ajudam” a região, o fazem de maneira a perpetuar a dependência e gerar gentrificação local e retorno financeiro aos países ocidentais. Oruh (2015) argumenta que as iniciativas ocidentais — que não consideram as práticas matriarcais de produção para reestruturar uma sociedade a partir de uma base produtiva matrifocal —, as quais chama de “ONGuismo”⁷, postulam práticas econômicas que afetam mais essas comunidades do que as auxiliam, porque não consideram as especificidades das populações congolenses e, muitas vezes, ignoram ou diminuem as razões econômico-políticas neocoloniais da violência sexual.

[...] ONGuismo é uma indústria construída para auxiliar no desenvolvimento enquanto causa subdesenvolvimento; e faz isso criando um ciclo muito difícil de reverter tanto ideologicamente quanto economicamente. No entanto, um retorno ao princípio matrifocal de modo de produção, empoderando as comunidades locais para se auto-organizarem e resolverem a crise em seu próprio interesse, estabelecendo os termos do envolvimento internacional, seria o ideal mais elevado. (Oruh, 2015, p. 110, tradução nossa).⁸

Essas organizações seriam mais um grupo de atores externos que atuam na região e lucram com as mazelas da RDC. Ao utilizar a narrativa moral feminista da violência sexual como uma forma de violência preeminente durante os últimos 20 anos de tensões no Congo (Oruh, 2015, p. 3), criam uma “comercialização do estupro”. Esse fenômeno envolve o uso da narrativa de violência para financiar ONGs e organismos locais, que buscariam combater essa agressão, gerando uma dependência que segue padrões coloniais clássicos. Conforme Cohen, Kıpçü e Khanna (2008), o “ONGuismo” representa uma armada de atores não estatais, com grande força global, que substituem governos na ação em regiões assoladas por crises econômicas e securitárias. Como consequência des-

7. Versão traduzida para o português do termo “NGOism”.

8. NGOism is an industry build to aid in development while causing underdevelopment; and doing so by creating a cycle very difficult to reverse both ideologically and economically. However, a return to the matri-focal principle mode of production, empowering the local communities to self-organize and resolve the crisis in their own interest and setting the terms of international involvement would be the highest ideal.

sa substituição, as ONGs assumem o papel estatal em funções essenciais, como saúde, segurança, educação e bem-estar, erodindo a capacidade de Estados de lidar com essas questões, criando um ciclo de dependência e tornando-se os “novos colonialistas” deste século (Cohen; Kūpçū; Khanna, 2008, n.p.). Além disso, a comercialização da narrativa do estupro que financia estes organismos cria uma rede internacional lucrativa de estrangeiros que consubstancia a antiga e constante rede de exploração de recursos minerais congolese, e o faz ao criar um complexo industrial que assegura a presença de atores externos no Congo. Esses atores criam redes de comércio e turismo ao agirem na região, e promovem soluções embasadas no mercado e em abordagens ocidentais para recuperação econômica das vítimas da guerra (Oruh, 2015).

Dessa maneira, o que pode se inferir sobre a violência sexual no leste do Congo, e da violência na totalidade da história do país, é a raiz profunda na exploração neocolonial e capitalista. O interesse nos riquíssimos recursos naturais/minerais da RDC por parte de atores do Norte Global e, também, da vizinhança centro-africana chancela o quadro contínuo de tensões. Além disso, as ditas soluções levantadas por agentes humanitários cuja interpretação do problema do estupro no Congo parte de uma epistemologia ocidental e da mercantilização da violência sexual servem como mecanismo de perpetuação desta mazela e da neocolonialidade.

Em contrapartida, a partir de resoluções matrifocais para a questão da violência sexual, pode-se buscar uma abordagem mais adequada e sensível ao contexto local, que valorize e integre as práticas culturais e sociais das comunidades congolese. As práticas matrifocais, que enfatizam a centralidade das mulheres e das estruturas comunitárias baseadas na igualdade e na cooperação, oferecem um modelo alternativo que poderia promover uma verdadeira transformação social e econômica na região (Oruh, 2015). Desse modo, Justine Masika Bihamba, conhecida como Madame Justine, uma das mil mulheres propostas para o Prêmio Nobel da Paz em 2005, lidera uma coalizão de mulheres que, embora não se defina como feminista, tem em vista estabelecer alianças globais e regionais para obter poder político, utilizando empréstimos condicionados como estratégia. Sua abordagem visa a recuperação do poder que o colonialismo subtraiu da África, promovendo a aliança e a cooperação entre homens e mulheres. Essa perspectiva, fundamentada em princípios de nacionalismo, oferece uma alternativa

que a ideologia feminista tradicional muitas vezes não contempla (Oruh, 2015, p.181).

Em suas intervenções sociais, Madame Justine inicia seus agradecimentos aos homens presentes, reconhecendo seu papel e colaboração com as mulheres. Esse gesto ressalta a complexidade da masculinidade africana. Embora o feminismo hegemônico enfoque frequentemente a “brutalidade intrínseca aos homens africanos” no contexto da crise do estupro na RDC, uma perspectiva alternativa e autêntica é apresentada por mulheres africanas (Oruh, 2015). Esta perspectiva valoriza a liderança positiva, segura e revolucionária — seguindo ideais de Rabaka (2010) —, exemplificada pelos líderes dos movimentos de independência anticoloniais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. De Nkrumah a Lumumba, passando por Cabral e Sankara, a liderança desses homens enuncitava maior destaque ao papel das mulheres africanas 1) nos esforços de libertação nacional, 2) na articulação acerca da restauração da autoridade econômica das mães, particularmente na África rural, e, por fim, 3) em nunca subestimar a ameaça que o capitalismo monopolista representa ao minar todos os meios existentes e potenciais para melhorar as condições dos estados recém-liberados por meio do neocolonialismo. Notavelmente, muitos desses líderes depostos, como Patrice Lumumba (Bouwer, 2010), tinham políticas progressistas em relação à participação das mulheres no projeto de libertação nacional na África (Oruh, 2015).

Oruh (2010) também sublinha a urgência de uma identificação nacional que integre a participação ativa das mulheres no projeto de construção da nação, a qual Madame Justine considerou como uma prioridade essencial. Baseando-se na experiência das mulheres na Libéria e no seu engajamento abrangente, que superou divisões religiosas e de classe, Madame Justine defendeu a implementação de estratégias similares na RDC. Adicionalmente, ela promoveu o conceito de organização de gênero duplo, envolvendo homens sobreviventes e incentivando sua participação nas atividades de sensibilização (Oruh, 2015).

Nesse viés, Madame Justine e os líderes da SFVS, ou *Synergie des Femmes pour les Victimes des Violences Sexuelles* (Sinergia das Mulheres para as Vítimas de Violência Sexual), uma organização de mulheres que trata dos direitos femininos e daquelas vítimas de violência sexual com base em Kivu do Norte (OMCT, 2024), se destacam na preservação dos valores matrifocais. O conceito de

“matrifocal” refere-se a uma estrutura social onde as mulheres desempenham um papel central, particularmente na organização da família e na administração comunitária. Em tais sistemas, as mulheres, especialmente as mães, têm um papel proeminente na vida social e econômica, evidenciado pela sua influência na gestão dos recursos econômicos, no cuidado e na educação das crianças, e na mediação de conflitos (Amadiume, 1997; Oyěwùmí, 2004). A organização comunitária é guiada por valores que reconhecem a importância das mulheres na manutenção e transmissão das normas culturais e sociais. Madame Justine e a SFVS exemplificam esse compromisso ao integrar mulheres rurais como parceiras no trabalho, superando as divisões que a “femocracia”⁹ pode criar em outros contextos políticos. Embora existam diferenças de classe, essas disparidades não parecem afetar negativamente a colaboração em prol de objetivos comuns voltados para a assistência aos pobres e marginalizados (Oruh, 2015).

Outra organização criada por mulheres congoleesas, que mostra a importância da agência de iniciativas populares regionais é o Movimento das/os¹⁰ Sobreviventes de Violência e Violências Sexuais na RDC. Fundado em 2017 por sobreviventes congoleesas de violência sexual e com estrutura de gestão e comissão organizadora composta 100% por estas sobreviventes, o movimento busca se expressar na luta contra a agressão sexual no Congo, com enfoque no leste do país, especialmente nas províncias de Nord e Sud Kivu (Mouvement des survivant.e.s, 2017a; 2017c). Entre suas iniciativas, destacamos as campanhas de conscientização realizadas em meio à sociedade civil (em escolas, igrejas, comunidades, por exemplo), as ações de *advocacy* pelos direitos das sobreviventes feitas às autoridades nacionais, a assistência a vítimas, a cooperação com movimentos de sobreviventes de outros países, como Iraque, Coreia do Sul, Guiné-Conacri, Uganda, Burundi, entre outras (Mouvement des survivant.e.s, 2017b).

Além dela, para demonstrar a força da cooperação entre homens e mulheres congoleeses, há a Fundação Mukwege. Ela foi criada em 2016 pelo Dr. Denis Mukwege, ginecologista congolês e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, visando acabar com a violência sexual

9. Domínio exclusivamente feminino.

10. Os artigos estão em feminino e masculino, considerando a tradução do francês (dos/das: des) e reconhecendo que as vítimas tanto de violência quanto de violência sexual do conflito são homens e mulheres.

em conflitos ao redor do mundo (Mukwege Foundation, 2023). O foco da iniciativa é tratar sobreviventes de violência sexual utilizada como arma de guerra, por meio de cuidados holísticos e compensação para incentivar a reconstrução da vida das sobreviventes. Adicionalmente, desenvolve projetos internacionais de *advocacy* e campanhas globais, visando uma mudança sistêmica contra a violência sexual. A fundação se inspira no trabalho de Mukwege e no hospital Panzi, onde ele atua (Mukwege Foundation, 2023).

Ademais, há a Fundação Panzi, irmã da Fundação Mukwege. Foi criada em 2008 por Mukwege, para dar suporte holístico a vítimas de violência sexual e a mulheres com problemas ginecológicos atendidas pelo hospital de mesmo nome (Panzi Foundation, 2021b). Outrossim, a fundação promove diversas iniciativas para combater a violência sexual na RDC e oferece auxílio às vítimas de estupro. Entre essas iniciativas estão treinamentos de empreendedorismo, clínicas móveis, assistência socioeconômica a comunidades afetadas pela mineração, promoção de políticas e regulamentações responsáveis no setor, educação para sobreviventes e seus filhos, entre outras (Panzi Foundation, 2021a). Entretanto, destaca-se que uma abordagem política dessas iniciativas, representada pela SFVS com Madame Justine, é necessária para complementar os trabalhos existentes, afirmando a representação matrifocal (Oruh, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da situação na República Democrática do Congo revela uma complexa interdependência entre exploração econômica, neocolonialismo e violência. O legado colonial, caracterizado pela exploração dos recursos sob o domínio de Leopoldo II e do Reino da Bélgica, estabeleceu uma base para a perpetuação de instabilidade e saque, que continua até os dias atuais, alimentada por atores tanto internos quanto externos. A incessante busca por minerais como coltan e ouro tem exacerbado conflitos e violência sexual, transformando esses crimes em instrumentos de controle das áreas de exploração e de financiamento das atividades dos grupos armados. Nesse contexto, o feminismo ocidental, desconsiderando frequentemente as especificidades culturais e históricas africanas, revela-se inadequado para abordar as complexas dinâmicas de opressão e violência enfrentadas pelas mulheres congoleesas.

A crítica de Oruh (2015) sublinha a necessidade de uma reavaliação das abordagens feministas convencionais, sugerindo uma perspectiva mais coerente com as realidades africanas e o matriarcado pré-colonial. O conceito de “ONGuismo” demonstra como as intervenções ocidentais, em vez de mitigar a situação, podem intensificar a dependência e a marginalização local. A teoria crítica Africana de Rabaka, o neocolonialismo de Nkrumah, e o matriarcado de Diop e Amadiume, com seu enfoque na descolonização e na valorização dos sistemas matriarcais, oferecem uma alternativa promissora para a transformação social e para o enfrentamento das crises contemporâneas na RDC.

Portanto, para abordar de maneira efetiva a violência sexual e outras formas de opressão nessa região, é imperativo adotar uma perspectiva que reconheça a influência do neocolonialismo e as dinâmicas de poder globais, ao mesmo tempo, em que promove soluções alinhadas com as práticas e epistemologias locais. A integração de uma epistemologia africana e a valorização das práticas matrifocais podem contribuir para uma abordagem mais eficaz e justa, visando a restauração da autonomia e da dignidade das comunidades congoleesas.

Em suma, as resoluções matrifocais oferecem uma abordagem promissora para enfrentar a violência sexual na RDC, ao valorizarem e integrarem as práticas culturais e sociais das comunidades congoleesas. Essas resoluções enfatizam a centralidade das mulheres e as estruturas comunitárias baseadas na igualdade e cooperação, promovendo uma verdadeira transformação social e econômica. Madame Justine Masika Bihamba exemplifica essa abordagem, liderando uma coalizão de mulheres que busca alianças globais e regionais para recuperar o poder subtraído pelo colonialismo, promovendo a cooperação entre homens e mulheres. Essa perspectiva nacionalista, que muitas vezes não é contemplada pela ideologia feminista tradicional, destaca a importância de estratégias políticas locais para complementar as iniciativas existentes, como as desenvolvidas pela Fundação Mukwege e pela Fundação Panzi. Portanto, ao adotar práticas matrifocais, é possível criar soluções mais eficazes e sensíveis ao contexto local, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa na RDC.

Em conclusão, a relevância acadêmica deste estudo reside em sua capacidade de enriquecer o debate sobre colonialismo, neocolonialismo e gênero, proporcionando novas perspectivas teóricas e

práticas para a abordagem e resolução das crises enfrentadas pela República Democrática do Congo. Ao oferecer uma análise crítica e uma reavaliação das abordagens existentes, o trabalho contribui significativamente para o desenvolvimento de estratégias mais contextualizadas e eficazes para a promoção da paz e da justiça social na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADIUME, Ifi. **Reinventing Africa**: Matriarchy, Religion and Culture. London: Zed Books, 1997.

BANWELL, Stacy. Chapter 2: Conflict-related Sexual Violence in the DRC. In: BANWELL,

Stacy. **Gender and the Violence(s) of War and Armed Conflict**: More Dangerous to be a

Woman? United Kingdom: Emerald Publishing Limited, 2020, p. 43-63.

BOUWER, Karen. **Gender and Decolonization in the Congo**: The Legacy of Patrice Lumumba. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

CHENGU, Garikai. The Capitalist Origins of the Oppression of African Women. **CounterPunch**, 2015. Disponível em: <https://www.counterpunch.org/2015/03/06/the-capitalist-origins-of-the-oppression-of-african-women/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

COHEN, Michael; KÜPÇÜ, Maria F.; KHANNA, Parag. The New Colonialists. **Foreign Policy**, 2008. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-new-colonialists/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

DIOP, Cheikh Anta. **A Unidade Cultural da África Negra**: esferas do matriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica. Edições Mulemba: Luanda, 1987, 2. Ed., p. 25-50.

HEARN, Jeff. **From Hegemonic Masculinity to the Hegemony of Men**. Feminist Theory, v. 5, n. 1, p. 49-72, 2004.

HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 149-160, 2008.

JESUS, Jorge Henrique Almeida. **O Despertar da África**: As ideias historiográficas e políticas de Cheikh Anta Diop. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

KERNER, Ina. **Relations of difference**: Power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories. Current Sociology, v. 65, n. 6, p. 846-866, 2017.

KISANGANI, Emizet François. **Civil Wars in the Democratic Republic of Congo, 1960-2010**. London: Lynne Rienner Publishers, 2012.

LAURO, Amandine. Women in the Democratic Republic of Congo. **Oxford University Press USA**, 2020.

LEATHERMAN, Janie L. **Sexual Violence and Armed Conflict**. Cambridge: Polity, 2011.

MALOMALO, Bas'Ilele. Fronteiras De Violências Nos Corpos Das Mulheres Na República Democrática do Congo. **Sociedade em Debate**, v. 25, n. 1, p. 29-46, 2019.

MEGER, Sara. Toward a Feminist Political Economy of Wartime Sexual Violence. **International Feminist Journal of Politics**, v. 17, n. 3, p. 416-434, 2014. DOI: 10.1080/14616742.2014.941253.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais**. Tradução de Maria Isabel de Castro Lima. In: BRANDÃO, Isabel (org.) *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas* (1984). Florianópolis, EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017a. L'Equipe. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/lequipe.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017b. Nos Activites. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/activeacutes.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOUVEMENT DES SURVIVANT.E.S. **Mouvement des survivant.e.s**, 2017c. Página inicial. Disponível em: <https://mouvement-survivantes-rdc.weebly.com/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MUKWEGE FOUNDATION. **Our Mission**. Mukwege Foundation, 2023. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/the-mission-of-the-dr-denis-mukwege-foundation/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MUKWEGE, Denis. **Le Discours de Lauréat Du Prix Nobel 2018 Denis Mukwege**. Mukwege Foundation, 2018. Disponível em: <https://www.mukwegefoundation.org/discours-prix-nobel-de-la-paix-2018-denis-mukwege/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

OMCT. **Synergie des Femmes pour les Victimes des Violences Sexuelles (SFVS)**. OMCT, s.d. Disponível em: <https://www.omct.org/fr/membres-du-reseau/synergie-des-femmes-pour-les-victimes-des-violences-sexuelles-sfvs>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ORUH, Chioma Mary. **Imperialism, Rape and the Congo Predicament**. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Howard University, Washington, D.C., 2015.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric*

Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms.** CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PANZI FOUNDATION. **Panzi Foundation**, 2021a. Our Initiatives. Disponível em: <https://panzifoundation.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PANZI FOUNDATION. **Panzi Foundation**, 2021b. Página Inicial. Disponível em: <https://panzifoundation.org/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PRUNIER, Gérard. **Africa's World War: Congo, the Rwandan Genocide, and the Making of a Continental Catastrophe.** New York: Oxford University Press, 2009.

RABAKA, Reiland. **Africana Critical Theory: Reconstructing The Black Radical Tradition**, From W. E. B. Du Bois and C. L. R. James to Frantz Fanon and Amílcar Cabral. Lanham: Lexington Books, 2010.

RIBEIRO, Paula Fleck. **Estupro Como Estratégia De Guerra: A Experiência Da República Democrática do Congo.** Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Curitiba: Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba, 2022.

SHAFATIEH, Charles. Shahidul Alam on the Majority World. **Harvard Design Magazine**, 2022. Disponível em: <https://www.harvarddesignmagazine.org/articles/shahidul-alam-on-the-majority-world/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Igor C. **Congo: A Guerra Mundial Africana.** 1ª edição. Porto Alegre, RS: Editora Leitura XXI / CEBRAFRICA, 2012.

SJOBERG, Laura. **Gendering Global Conflict: Toward a Feminist Theory of War.** [s.l.]: Columbia University Press, 2013.

TRUE, Jacqui. **Old and New Tactics of War: Sexual Violence in Armed Conflict.** Pp. 145-168. Cap. 7. In: "The Political Economy of Violence against Women". Oxford University Press, 2012.

O uso da violência sexual em conflitos armados como tática de guerra e a jurisdição do tribunal penal internacional

The use of sexual violence in armed conflicts as a war tactics and the jurisdiction of the international criminal court

El uso de la violencia sexual en los conflictos armados como táctica de guerra y la competencia de la corte penal internacional

Isabella Pereira Carvalho de Lima¹

Recebido em: 08 de outubro de 2022

Aceito em: 20 de abril de 2024

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar o uso da violência sexual como tática de guerra em conflitos armados, e compreender a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre esse uso da violência sexual, por meio do exame de como o tema se inseriu na jurisdição internacional. Assim como observar o conflito armado na Bósnia-Herzegovina de 1992 a 1995. O estudo foi elaborado através do método dedutivo, com análise baseada em pesquisa bibliográfica e qualitativa sobre o tema. Dessa forma, esse estudo demonstra que, quando essa violência é aplicada com objetivos políticos e militares dentro de um conflito armado, ela pode ser vista como uma tática de guerra.

Palavras-chave: Conflitos armados. Violência sexual. Direito internacional. Tática de guerra.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the use of sexual violence as a tactic of warfare in armed conflicts and to understand the jurisdiction of the International Criminal Court over this use of sexual violence by examining how the issue has entered international jurisdiction. It also examines the armed conflict in Bosnia-Herzegovina from 1992 to 1995. The study was conducted using the deductive method, with analysis based on bibliographic and qualitative research on the topic. This study shows that when violence is used for political and military purposes in an armed conflict, it can be considered a tactic of war.

Keywords: Armed conflicts. Sexual violence. International law. War tactic.

1. Isabella Pereira Carvalho de Lima (Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IESB. Email: isalima201453@gmail.com).

RESUMEN

El objetivo de este estudio es analizar el uso de la violencia sexual como táctica de guerra en los conflictos armados y comprender la jurisdicción de la Corte Penal Internacional sobre este uso de la violencia sexual, examinando cómo ha entrado esta cuestión en la jurisdicción internacional. También examina el conflicto armado en Bosnia-Herzegovina de 1992 a 1995. El estudio se ha realizado

mediante el método deductivo, con un análisis basado en investigaciones bibliográficas y cualitativas sobre el tema. Este estudio demuestra que cuando la violencia se aplica con fines políticos y militares dentro de un conflicto armado, puede considerarse una táctica de guerra.

Palabras clave: Conflictos armados. Violencia sexual. Ley internacional. Táctica de guerra.

1 INTRODUÇÃO

Uma prática comum em cenários de conflitos armados, a violência sexual era vista, no início do século XX, como uma das consequências negativas e inerentes do estado de guerra, não sendo necessariamente entendida como uma tática de guerra em si, e consequentemente não recebendo a devida atenção da agenda internacional. Tal percepção passa a se alterar a partir dos conflitos posteriores à Segunda Guerra Mundial, e de estudos acadêmicos que se aprofundaram na questão da violência sexual enquanto uma tática deliberada de guerra. A partir disso, o tema entra na agenda e na jurisdição internacional, com o propósito de que essa violência fosse mitigada e evitada.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar o uso da violência sexual como tática de guerra em conflitos armados usando o caso da Bósnia-Herzegovina entre 1992-1995, a partir do entendimento de que essa violência constitui uma prática de guerra. Ademais, visa compreender a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre o uso da violência sexual por meio da observação de como o tema se inseriu nas discussões e decisões dessa instituição. O estudo foi elaborado através do método dedutivo, com análise baseada em pesquisa bibliográfica e qualitativa sobre o tema.

O artigo é estruturado em três partes, mais introdução e conclusão. Iniciando-se com o referencial teórico-conceitual, no qual serão trabalhadas as implicações teóricas do problema levantado e os elementos que compõem o fenômeno, além da construção teórica do objeto observado. Nessa etapa, será analisada a categorização da violência sexual como arma de guerra. Subsequentemente, na terceira seção, se descreverá o contexto da problemática escolhida. Nessa seção, se analisará como a violência sexual como tática de

guerra se inseriu na jurisdição internacional. E por fim, a quarta seção se encerra com a análise do tema proposto. Nessa parte, se observará o uso da violência sexual no conflito armado da Bósnia-Herzegovina.

2 A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO TÁTICA DE GUERRA

A definição de violência sexual do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da Organização Mundial da Saúde (2002) afirma que ela pode se manifestar de quatro maneiras diferentes (World Health Organization, 2002 apud Chun; Skjelsbæk, 2010): 1) a partir de um ato sexual; 2) a partir da tentativa de se obter um ato sexual; 3) a partir de avanços ou comentários sexuais indesejados; e 4) por fim, a partir de atos de tráfico humano.

Essas práticas sempre foram executadas através da coerção, e contra a sexualidade de uma pessoa, podendo ser praticado “por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, e em qualquer ambiente” (World Health Organization, 2002 apud Chun; Skjelsbæk, 2010, p. 1). Está incluída na definição também o estupro e outras formas de agressão que envolvam um órgão sexual (Chun; Skjelsbæk, 2010).

O uso da violência sexual em conflitos armados pode ser visto como uma tática de guerra a partir da sua aplicação para o alcance de objetivos políticos e militares (ONU, 2013). O estupro, por exemplo, não é um ato privado nem acidental em conflitos sob regimes repressivos², mas desempenha uma função tática como instrumento para atingir propósitos militares ou políticos (Human Rights Watch, 1995 apud Skjelsbæk, 2001).

Segundo Tickner (2001, p. 49), a teoria feminista das Relações Internacionais pressupõe uma antologia e epistemologia diferente em relação aos estudos de segurança convencionais, como a tomada do ponto de vista do indivíduo na definição de segurança, e a descrição em termos de gênero da “busca de segurança dos Estados”. Importando-se, portanto, com “o impacto da guerra sobre as mulheres e os civis em geral” e buscando entender “como a segurança de indivíduos e grupos é comprometida pela violência” (Tickner, 2001, p. 48). Nesse sentido, a questão do estupro durante conflitos

2. O relatório da Human Rights Watch (1995), citado pela autora, aborda apenas regimes repressivos, não incluindo assim regimes democráticos, por analisar o uso do estupro não só como arma de guerra, mas também como uma ferramenta de opressão política.

armados não só é um tema de importância, como também é vista enquanto uma “estratégia sistemática militar” de guerra (Tickner, 2001, p. 50).

A execução da violência sexual como estratégia de guerra ocorre quando um grupo armado, em um conflito, acredita que ela é uma forma eficaz de aterrorizar ou punir um grupo-alvo (Wood, 2006). Mesmo que às vezes não seja explicitamente ordenada, ela é tolerada (Wood, 2006). E pode ser adotada de duas formas distintas: “pela tortura sexual ou humilhação de pessoas detidas por grupos armados” ou “pela violência sexual generalizada contra um grupo-alvo” (Wood, 2006, p. 331). Essa última forma de aplicação da violência pode ser vista em alguns conflitos étnicos, a partir de sua utilização por muitos grupos envolvidos com a movimentação de habitantes etnicamente definidos (Wood, 2006).

Nordstrom (1996) argumenta que o intuito do estupro em cenários de conflitos armados é o de atacar as construções centrais de identidade e segurança das vítimas, assim como de quebrar o tecido da sociedade. Sendo o estupro um ataque no corpo político de uma comunidade, com o fim de controlar processos sociopolíticos inteiros pela paralisação deles (Nordstrom, 1996).

Fundamentando-se nisso, a autora propõe uma divisão entre processos políticos e construções culturais a partir da ontologia culturalmente construída do estupro³, para a diferenciação do uso dele como tática de terror em duas formas. Se o estupro é aplicado como esforço para minar “a resistência e fazer cumprir a aquiescência política”, ele se insere como um processo político (Nordstrom, 1996, p. 148). Já se o estupro é usado com base em ameaças à segurança ontológica⁴, ele se insere como uma construção cultural (Nordstrom, 1996).

Tétreault (1997) segue a mesma linha de raciocínio ao afirmar que a prática do estupro em conflitos armados, assim como a utilização de outros tipos de violência sexual mediadas pelo Estado, é um meio de destruir nações através do desmantelamento da vida comunitária e da organização das famílias, assim como por meio da vergonha. Sendo também uma estratégia de conflito, orquestra-

3. A autora afirma que a ontologia do estupro é “uma ontologia que é culturalmente constituída, ligando assim o político e o pessoal” (Nordstrom, 1996, p. 148).

4. A autora usa o termo segurança ontológica quando se refere “às suposições fundamentais da vítima sobre a segurança do mundo”, estando nisso também inserido o valor que a vítima dá a si mesma (Nordstrom, 1996, p. 151).

da e ordenada por líderes militares e políticos (Tétreault, 1997). A autora identifica como uma das motivações para o uso da violência sexual em conflitos armados, a “conexão social e simbólica entre a castidade feminina e a integridade do grupo” (Tétreault, 1997, p. 203). Estando essa motivação ligada a percepção de que o papel da mulher incorpora conceitos de comunidade, nacionalidade e construções complexas de família (Tétreault, 1997).

Chun e Skjelsbaek (2010) utilizam as premissas de Seifert (1994) para elaborar um quadro sobre as quatro hipóteses que poderiam explicar o uso frequente da violência sexual em ambientes de conflito. Segundo esses autores, a aplicação dessa violência pode ser explicada como: (1) uma “parte integral do estado de guerra”; (2) uma arma de “terror e vingança, usada para causar humilhação sobre os opositores masculinos e para a reafirmação da própria masculinidade”; (3) “uma forma de destruir a cultura do oponente”; (4) e como “um resultado da misoginia” (Seifert, 1994 apud Chun; Skjelsbæk, 2010, p. 2).

Partindo do pressuposto de que a ocorrência da violência sexual em conflitos armados reflete problemáticas de “assimetria de poder, patriarcado, masculinidade e a desvalorização das mulheres”, Stark e Wessells (2012, p. 677) argumentam que a utilização da violência sexual em tempos de guerra pode ser considerada a partir de três perspectivas: (1) como uma forma sistemática de agressão contra comunidades; (2) como uma arma estratégica, política e ideológica; (3) e como uma hiper expressão do machismo e das normas de gênero.

Os autores também afirmam que a aplicação sistemática da violência sexual já foi utilizada em conflitos armados com a finalidade de se realizar uma limpeza étnica, citando em específico os casos da guerra do Kosovo (1998-1999) e da guerra civil em Ruanda (1990-1994). Esse uso em específico está relacionado com situações em que os perpetradores, quando guiados por ideologias supremacistas e racistas, veem a violência sexual como uma forma de proteger seu próprio grupo étnico, enquanto desumaniza o outro grupo (Stark; Wessells, 2012).

O conceito de limpeza étnica pode ser entendido como a transformação de uma área que apresenta diversas etnias, em uma área etnicamente homogênea, a partir do uso da força ou da intimidação para a remoção de pessoas de determinados grupos da área (United Nations, 1995 apud Salzman, 1998). Essa limpeza seria

realizada por vários meios, estando entre elas, a violência sexual (United Nations, 1995 apud Salzman, 1998).

O estupro pode refletir políticas de limpeza étnica em vários níveis (Niarchos, 1995). A partir do seu uso como meio de coagir o nascimento de crianças de ascendência étnica mista, de deslocar a população local pelo medo, e de desmoralizar e destruir (Niarchos, 1995). Se o objetivo for a destruição de uma cultura, as mulheres se tornam alvos dos crimes de violência sexual pela posição cultural delas, e pelo seu papel de importância na estrutura familiar (Seifert, 1994 apud Niarchos, 1995). Os efeitos desse uso do estupro variam de acordo com o contexto social e cultural em que estão inseridas essas mulheres (Niarchos, 1995). Por conseguinte, a questão étnica pressupõe o ponto de vista epistemológico, como o definido por Skjelsbaek (2001), de que outras identidades interagem com a identidade de gênero⁵ das vítimas, como a etnia, a afiliação política e a religião.

Skjelsbaek (2001) cita Agger e Jensen (1993), para afirmar que os efeitos subsequentes da ocorrência de violência sexual estão ligados a noções de identidade masculina e feminina. Com base nisso, a autora conclui que a violência sexual teria como objetivo atingir as capacidades vitais das mulheres. Chegando-se a essa conclusão a partir de pressupostos identitários, os quais a autora denomina de “mitos”, como a associação da identidade feminina a uma “doação de vida”, e da identidade masculina a um “anulamento da vida” (Skjelsbæk, 2001, p. 220). A autora cita como um exemplo da aplicação da violência a partir dessa percepção, a fecundação forçada que ocorria em campos de estupro no conflito da Bósnia-Herzegovina (Skjelsbæk, 2001).

Apesar disso, a autora reforça que a identidade sociocultural da mulher não está “exclusivamente ligada a suas habilidades de procriação”, ao argumentar que elas podem se tornar alvos por serem a maior parte da população civil que resta em locais de zonas de guerra e de conflitos armados (Skjelsbæk, 2001, p. 222). Assim, elas irão se constituir no público-alvo da violência sexual, se o obje-

5. “[...] o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas [...] Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres” (Scott, 1995, p. 75).

tivo da campanha de guerra for o ataque a população civil. Essa estratégia se torna efetiva se o propósito for a disseminação do medo e a demonstração de controle (Skjelsbæk, 2001).

Baaz e Stern (2013) atentam para a diferenciação e distinção entre as motivações de grupos armados para o uso da violência sexual, já que uma estratégia militar que seja uniforme e universal, e que seja compartilhada por todos os grupos armados e militares em todos os contextos, não existe. Tal distinção também é útil para a enfatização do fato de que “os contextos e motivações para se engajar na guerra são diferentes” (Baaz; Stern, 2013, p. 69). Apesar de que elas não indicam os diferentes significados atribuídos às estratégias e táticas militares (Baaz; Stern, 2013).

Os autores argumentam que há costume em avaliar o uso estratégico, ou não, do estupro por grupos armados através do exame dos objetivos, se são de curto ou longo prazo (Baaz; Stern, 2013). Um objetivo de longo prazo, como o de futuramente governar civis, diminui a tolerância e o encorajamento à violência sexual, já que o uso dela reduziria a possibilidade de se obter legitimidade e apoio pelas populações do determinado local (Wood, 2009 apud Baaz; Stern, 2013). Já grupos armados que possuem como objetivo a extração de recursos, não agiriam para a diminuição da ocorrência da violência sexual, já que seus objetivos não envolveriam ações de governança, nem o ganho da popularidade entre os civis (Wood, 2009 apud Baaz; Stern, 2013).

3 A INSERÇÃO DO TEMA NA JURISDIÇÃO INTERNACIONAL

Conforme foi dito na seção anterior, o uso da violência sexual contra mulheres em cenários de conflito não é um fenômeno novo. Os estatutos e julgamentos de tribunais de crimes de guerra⁶, até a década de 1990, falharam em mencionar esses crimes, havendo uma mínima incorporação e inapropriadas caracterizações deles (Askin, 2003; De Londras, 2010). Sellers (2008) aponta que a violência sexual já era mencionada em termos proibitivos nos estágios iniciais do direito humanitário internacional.

Entretanto, a definição de tais crimes e sua proibição estava relacionada à continuidade da funcionalidade dos segmentos civis da

6. “Os crimes de guerra consistem em violações graves do Direito Internacional Humanitário, que compreende os tratados e os costumes sobre os meios ou condutas na guerra” (Ramos, 2014, p. 333).

sociedade durante os conflitos armados, e não tinham relação com as noções de valor do indivíduo e com as noções de direitos humanos modernos (Sellers, 2008). Tal como havia a percepção de que a violência sexual era um subproduto natural dos conflitos, portanto ela não era vista como um ato criminoso em si (Chun; Skjelsbæk, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, apesar das amplas documentações de ocorrências de violência sexual durante os conflitos, no decorrer dos tribunais de Nuremberg (1945-1946) e Tóquio (1946-1948), tais crimes não receberam atenção especial (Askin, 2003). Nas transcrições do tribunal de Nuremberg, não há a menção das palavras “estupro” e “mulheres” em nenhum título ou subtítulo do índice de 732 páginas do julgamento (Askin, 2003).

Já no julgamento do Tribunal de Tóquio, há a menção da palavra “estupro” no subtítulo “atrocidades” nos “cinco índices suplementares ao conjunto de vinte e dois volumes que documentam o julgamento” (Askin, 2003, p. 8). A citação desse crime só ocorreu quatro vezes (Askin, 2003). Entretanto, é preciso apontar que durante o Tribunal de Tóquio, condenaram-se dois generais japoneses por crimes de guerra ligados a violência sexual, mais precisamente, pela não prevenção aos estupros em massa que ocorreram na cidade ocupada de Nankin, na China (Martín; Lirola, 2013). Outros casos envolvendo os exércitos japoneses, apesar de fartamente documentados⁷, foram ignorados e não geraram punições (Martín; Lirola, 2013).

A trajetória do direito internacional humanitário no pós-guerra culminou nas Quatro Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949⁸ (Sellers, 2008). Com a Quarta Convenção, a Convenção relativa à proteção das pessoas civis em tempos de guerra (1949), há pela primeira vez, no discurso jurídico internacional, o levantamento da proteção específica contra a violência sexual (Crawford, 2017).

Mais especificamente, no artigo 27 (Tratamento: I. Observações Gerais) da primeira sessão, pertencente à terceira parte (Sta-

7. Como o caso das “mulheres de conforto”, termo adotado pelo governo japonês para se referir às “cerca de 200.000 jovens coreanas e outras asiáticas” que foram “mobilizadas para servir soldados japoneses em bordéis militares estabelecidos na China e em outros países asiáticos e países do Pacífico durante a Guerra da Ásia e do Pacífico (1932-45)” (Min, 2003, p. 938).

8. Convenção (I) para a Melhoria da Condição dos Feridos e Doentes nas Forças Armadas em Campo; Convenção (II) para a Melhoria da Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no Mar; Convenção (III) relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra e Convenção (IV) relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra (International Committee Of The Red Cross, 2022).

tus e Tratamento das Pessoas Protegidas) do texto oficial (Geneva Convention, 1949). O artigo proclama a proteção especial das mulheres contra “qualquer ataque em sua honra, em particular contra estupro, prostituição forçada ou qualquer forma de atentado ao pudor” (Geneva Convention, 1949, p. 179).

Em 1977, as Convenções são complementadas e expandidas a partir do primeiro e segundo Protocolos Adicionais⁹ das Convenções de Genebra (1977). Neles, a proibição explícita ao estupro foi reiterada para conflitos armados de caráter internacional ou nacional (Sellers, 2008). Entretanto, não houve “dispositivos legais para definir o uso de estupro e outras formas de violência sexual durante os conflitos como crimes específicos” (Chun; Skjelsbæk, 2010, p. 1). Assim como a abordagem da questão a partir da “honra” fez com que não houvesse comprometimento institucional e financeiro, nem condenações políticas aos crimes de violência sexual, já que tal percepção leva a sugestão de que tais crimes são condenáveis, mas inevitáveis (Crawford, 2017).

Portanto, é apenas através da formação dos Tribunais Criminais Internacionais da antiga Iugoslávia (1993), e de Ruanda (1994), que o uso sistemático do estupro em cenários de conflito é caracterizado como “um crime de guerra, uma forma de tortura e/ou um ato de genocídio” (Mackinnon, 2006 apud Carter, 2010, p. 344). Como também a existência da definição do que seria a violência sexual em conflitos armados, no âmbito do direito internacional humanitário, passa a existir apenas depois dos julgamentos de ambos os Tribunais (Campbell, 2007 apud Das; Singh, 2021).

Os dois Tribunais foram estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU para instaurar processos contra crimes de tortura, crimes de genocídio e crimes contra a humanidade¹⁰, portanto,

9. Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I), de 8 de junho de 1977. Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção das vítimas de conflitos armados não internacionais (Protocolo II), 8 de junho de 1977 (International Committee Of The Red Cross, 2022).

10. “Os crimes contra a humanidade foram introduzidos no Direito Internacional pelo Estatuto de Londres de 1945. Foi o art. 6º, “c”, do Estatuto do Tribunal que definiu serem “crimes contra a humanidade” o assassinato, o extermínio, a escravidão, deportação e outros atos inumanos cometidos contra a população civil antes da guerra ou durante esta [...] Foi feita a menção a “antes” e “durante” a guerra [...] A evolução do conceito de crime contra a humanidade fez com que esse vínculo com a situação de guerra fosse eliminado” (Ramos, 2014, p. 332).

por violações das Convenções de Genebra de 1949, ocorridos durante os conflitos nos territórios da Bósnia (1992-1995), no caso do Tribunal Criminal Internacional da antiga Iugoslávia (1993), e Ruanda (1990-1994) (ONU, 2015). O Tribunal da ex-Iugoslávia foi o “primeiro tribunal de crimes de guerra criado pela ONU e o primeiro tribunal internacional de crimes de guerra desde os tribunais de Nuremberg e Tóquio” (International Criminal Tribunal For The Former Yugoslavia, 2017).

Os estatutos de ambos os tribunais abordam o estupro como crime contra a humanidade. O Tribunal para a ex-Iugoslávia cita em seu estatuto, no artigo 5 (Crimes contra a Humanidade), o estupro como crime contra a humanidade (United Nations, 2009). O Tribunal de Ruanda também cita o estupro em seu estatuto no artigo 3, destinado aos crimes contra a humanidade. Além de citar o estupro, a prostituição forçada e qualquer outra forma de assédio em seu artigo 4, destinado as violações as Convenções de Genebra e ao Protocolo Adicional II das Convenções (United Nations, 2007). A questão, portanto, também foi abordada, por ambos, em seus julgamentos.

Em 2001, o Tribunal para a ex-Iugoslávia considerou culpado um acusado de estupro como crime contra a humanidade, tornando-se assim o primeiro tribunal internacional a realizar tal feito (Chun; Skjelsbaek, 2010). É nesse mesmo julgamento que o Tribunal define os elementos objetivos do crime de estupro em conflitos armados, sendo eles

“(I) A penetração sexual, ainda que leve: (a) da vagina ou ânus da vítima pelo pênis do perpetrador ou qualquer outro objeto usado pelo autor; ou (b) da boca da vítima pelo pênis do autor (II) Por coerção ou força, ou ameaça de força contra a vítima ou uma terceira pessoa” (Chun; Skjelsbaek, 2010, p. 01).

Em outra decisão futura, o Tribunal expande essa definição a partir de três categorias que classificariam o crime de estupro quando

“(I) A atividade sexual é acompanhada de força ou ameaça de força à vítima ou a um terceiro; (II) A atividade sexual é acompanhada de força ou outra variedade de circunstâncias especificadas que tornam a vítima particularmente vulnerável, ou que negam sua capacidade de fazer uma recusa informal; (III) A atividade sexual ocorre sem o consentimento da vítima” (Chun; Skjelsbaek, 2010, p. 02).

Por sua vez, o Tribunal para Ruanda considerou culpado um acusado de estupro como instrumento de genocídio, atrelando, portanto, o genocídio e a violência sexual em uma condenação (Bluen,

2016). Também é nesse mesmo julgamento que o Tribunal define o que seria o crime de violência sexual, incluindo o estupro como “qualquer ato de natureza sexual cometido contra uma pessoa sob circunstâncias coercitivas [...], e pode incluir atos que não envolvam penetração ou mesmo contato físico” (Das; Singh, 2021, p. 5).

Apesar desses avanços, as estatísticas dos dois Tribunais em relação aos processos e condenações revelam números escassos (Das; Singh, 2021). Em relação ao Tribunal para a ex-Iugoslávia, até 2016, dos “setenta e oito acusados indiciados por crimes de violência sexual, apenas trinta e dois foram condenados”, isso revela que “do total de indiciados por crimes de violência sexual, apenas quarenta e um por cento foram condenados” (Das; Singh, 2021, p. 6). Em relação ao Tribunal para Ruanda, dos cinquenta e dois acusados de crimes sexuais, quarenta e três avançaram para julgamento (Das; Singh, 2021).

Os Tribunais também não estavam imunes a críticas, na medida em que foram estabelecidos por resoluções do Conselho de Segurança da ONU, e não por meio de tratados internacionais multilaterais, o que “poderia prejudicar (pelo menos em parte) o estabelecimento concreto de uma justiça penal internacional de caráter permanente” (Mazzuoli, 2019, p. 1412). Apesar disso, eles influenciaram fortemente a criação do Estatuto de Roma, e os crimes documentados durante os conflitos em Ruanda e na antiga Iugoslávia, assim como a reação internacional frente a esses crimes, também exerceram influência para a abordagem da violência sexual nesse estatuto¹¹ (Altunjan, 2021).

O Estatuto de Roma, oficialmente denominado de Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, foi aprovado em 17 de julho de 1998, na Conferência Diplomática de Plenipotenciários da ONU, em Roma (Mazzuoli, 2019). O Estatuto tinha como objetivo a constituição de um “tribunal internacional com jurisdição criminal permanente, dotado de personalidade jurídica própria, com sede em Haia, na Holanda” (Mazzuoli, 2019, p. 1416). É só em 1º de julho de

11. É importante assinalar que, poucos anos após o Estatuto de Roma, outras medidas que abordavam a proteção contra a violência sexual em conflitos armados passaram a existir. Como a Resolução 1325, que foi aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança das Nações Unidas e que tinha como objetivos “proteger os direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade de gênero em operações de manutenção da paz, e aumentar a participação das mulheres nas atividades de pacificação, antes, durante e depois do conflito armado” (Fritz, 2010, p. 341).

2002 que o tratado entra em vigor, estabelecendo o primeiro tribunal criminal internacional permanente para o julgamento de indivíduos por crimes de genocídio e de guerra, assim como por crimes contra a humanidade, o Tribunal Penal Internacional (Spees, 2003).

Segundo Mazzuoli (2019), o Tribunal Penal Internacional possui quatro características, sendo elas: o nível supraconstitucional que o Estatuto detém frente às ordens domésticas; a independência, já que o Tribunal “independe de qualquer tipo de ingerência externa”; “o caráter subsidiário frente às jurisdições penais internas”, já que só há a intervenção da jurisdição universal quando o direito criminal interno não intervir; e a justiça automática, pelo Tribunal não depender de nenhum aceite, por parte dos Estados, em relação a sua competência jurisdicional (Mazzuoli, 2019, p. 1418).

Sobre a violência sexual, o Estatuto de Roma a cita no artigo 7º (Crimes contra a Humanidade), classificando-a como um crime contra a humanidade (International Criminal Court, 2011). O Estatuto denomina como crime contra a humanidade quaisquer dos atos citados no artigo 7º quando cometidos “como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra qualquer população civil, com conhecimento do ataque” (International Criminal Court, 2011). As formas de violência sexual citadas no artigo 7º são “o estupro, a escravidão sexual, a prostituição forçada, a gravidez forçada, a esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável” (International Criminal Court, 2011).

A violência sexual também é citada no artigo 8º do Estatuto, na categoria de crimes de guerra, quando esses forem cometidos “como parte de um plano ou política ou como parte de uma comissão em larga escala de tais crimes” (International Criminal Court, 2011, p. 5). O Estatuto define o crime de guerra como qualquer violação grave, contra um indivíduo ou uma propriedade, das Convenções de Genebra de 1949.

A violência sexual aparece nas segunda e quinta categorizações desses crimes, que os classificam, respectivamente, como “outras violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflito armado, dentro da estrutura estabelecida do direito internacional” e como “outras violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados” que não sejam de caráter internacional, “dentro do quadro estabelecido de direito internacional” (International Criminal Court, 2011, p. 7-8).

As formas de violência sexual citadas no artigo 8º são as mesmas do artigo 7º, tendo como fator diferencial, a citação de qualquer violência sexual que também seja uma grave violação das Convenções de Genebra de 1949, na segunda categorização (International Criminal Court, 2011). E a citação de qualquer violência sexual que também seja uma grave violação do artigo 3¹² das quatro Convenções de Genebra, na quinta categorização (International Criminal Court, 2011).

4 O CONFLITO ARMADO NA BÓSNIA-HERZEGOVINA E A AGENDA INTERNACIONAL

A guerra na Bósnia-Herzegovina (1992-1995) influenciou a agenda internacional sobre o emprego da violência sexual em conflitos armados (Crawford, 2017). Uma ampla divulgação se sucedeu, por meio de grupos de direitos humanos¹³ e pela mídia internacional, das atrocidades que ocorreram no conflito, como o uso sistemático do estupro e outras formas de humilhação sexual e tortura (Crawford, 2017). Esforços políticos passaram, então, a existir “para tratar a violência sexual durante a guerra como um crime contra indivíduos autônomos”, e para o reconhecimento da possibilidade do uso da violência sexual de forma sistêmica (Crawford, 2017, p. 42).

A Bósnia-Herzegovina, antes da guerra, era uma das seis repúblicas constitutivas da República Socialista Federativa da Iugoslávia, junto com a Croácia, a Macedônia, o Montenegro, a Sérvia e a Eslovênia (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012). O regime da Iugoslávia “era essencialmente [...] aliado ao pluralismo econômico [...]” e possuía “relativas liberdades intelectuais” (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012, p. 16). O poder era descentralizado, e o Partido Comunista propagava a mentalidade da “Irmandade e Unidade” entre as nações eslavas do Sul, com o foco em uma “cidadania baseada na identidade” (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012, p. 16).

A Federação começa a se desintegrar com a morte de seu líder, Josef Broz Tito, e outras sucessões de acontecimentos, como escândalos de corrupção dentro do Partido Comunista, a queda do Muro

12. O artigo 3, presente nas Quatro Convenções de Genebra de 1949, aborda os conflitos de caráter não internacional (International Committee Of The Red Cross, 2022).

13. Como o Human Rights Watch e a Anistia Internacional, que desenvolveram relatórios sobre os crimes cometidos no conflito.

de Berlim, a queda nas conquistas sociais e econômicas, e a chegada ao poder de Slobodan Milošević na Sérvia (Finlan, 2004; Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012). Todos esses movimentos passam a alimentar as “aspirações étnico-nacionalistas” de diferentes etnias dentro do território (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012).

É importante apontar que, na Bósnia-Herzegovina, não havia uma etnia dominante, e a república era constituída basicamente de três etnias, sendo elas: os bósnio-muçulmanos, os bósnio-croatas (de maioria católica) e os bósnio-sérvios (de maioria ortodoxa) (Alves, 2013). Esses três grupos étnicos bósnios passam a ter posições diferentes sobre o futuro da república, na medida em que os bósnio-croatas e os bósnio-muçulmanos apoiam uma secessão da Bósnia do resto da Iugoslávia, e os bósnio-sérvios não (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012).

O pluripartidarismo surgiu em 1990, com a consequente formação de partidos étnicos¹⁴, representante das três etnias. Ocorre a formação de uma coalizão política entre esses partidos e eleições são realizadas. No mesmo ano, um muçulmano, Alija Izetbegovic, assumiu a presidência, através do sistema constitucional rotativo (Alves, 2013). Em 1992, ante a perspectiva de dissolução da federação da Iugoslávia, e o temor de que a Bósnia viesse a ficar dividida entre a Sérvia e a Croácia, o presidente eleito anuncia ao parlamento bósnio sua decisão pela busca da independência do país (Alves, 2013).

Os bósnio-sérvios engendram atos de boicote contra a independência no parlamento, o que dava a perceber que “havia um abismo entre as principais comunidades da Bósnia” (Silber; Little, 1997, p. 205-206). Apesar disso, o plebiscito pela independência foi aprovado em março de 1992, restando apenas a conquista do reconhecimento internacional (Alves, 2013). O reconhecimento foi estabelecido em abril do mesmo ano, pelos países da Comunidade Europeia, a partir da “argumentação infundada de que isso evitaria a guerra” (Alves, 2013, p. 113). No mesmo dia, iniciam-se os ataques à capital Sarajevo, perpetrados por atiradores sérvios “supostamente revidando a morte de um sérvio na véspera, por muçulmano, numa arruaça de jovens à saída de um casamento” (Alves, 2013, p. 113).

14. O Partido da Ação Democrática (SDA), muçulmano; o Partido Democrata Sérvio (SDS); e a União Democrática Croata (HDZ) (Alves, 2013).

As etnias no território bósnio não possuíam animosidades históricas, o abismo entre essas diferentes identidades nacionais, e o posterior sentimento de ódio mútuo, provém principalmente dos discursos nacionalistas e da manipulação política sérvia para a justificação de “projetos de Estado e poder excludentes” (Loureiro, 2017, p. 95; Silber; Little, 1997). Além da fraqueza das instituições republicanas quando confrontadas com essas diferentes identidades, fortalecida com a existência dos partidos étnicos e sua popularidade (Silber; Little, 1997).

Silber e Little (1997, p. 209) afirmam que “uma diferença fundamental entre os três grupos nacionais era a percepção coletiva de sua experiência histórica.” Apesar disso, a interpretação dos diferentes períodos históricos do território, pelas diferentes etnias, conseguia coexistir¹⁵ (Silber; Little, 1997). As rivalidades iniciam-se a partir da fragmentação política da federação, e na Bósnia em específico, a partir de 1990, com o uso dessas diferentes percepções históricas como propulsoras do ódio (Loureiro, 2017; Silber; Little, 1997).

A guerra na Bósnia foi caracterizada “pelo nacionalismo extremo, pela violência e pelos crimes de guerra” (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012, p. 16). Houve muitas tentativas de todos os lados “para dividir territorialmente a Bósnia ao longo de linhas étnicas” (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012, p. 16). Os bósnios-sérvios e croatas tiveram apoio e direção dados pelas próprias Sérvia e Croácia, assim como pelos seus respectivos presidentes Slobodan Milošević (ex-Iugoslávia, agora República da Sérvia) e Franjo Tuđman (República da Croácia) que “desempenharam um papel significativo no esforço de guerra” (Kivimäki; Kramer; Pasch, 2012, p. 16).

Entrando especificamente na questão da violência sexual, ela foi cometida por todos os lados do conflito, portanto por sérvios, bósnio-sérvios, croatas e bósnio-muçulmanos (Skjelsbaek, 2012). Essa violência parecia ser diferente daquelas ocorridas em conflitos armados passados, por ser uma violência sexual relatada como

15. Um exemplo disso é a diferente interpretação que os muçulmanos e os sérvios possuíam sobre o período em que o Império Otomano dominava o território, entre os séculos XV ao XVIII (Alves, 2013; Silber; Little, 1997). Para os sérvios, o período otomano foi uma era de ocupação, já para os muçulmanos, o período foi marcado pela criação e ascensão “de sua própria elite particular” (Silber; Little, 1997, p. 209). “Por décadas, essas percepções contraditórias coexistiram, mas, em 1990, a ascensão do nacionalismo sérvio transformou a história na fonte do ódio” (Silber; Little, 1997, p. 209).

“sistemática e direcionada contra membros de diferentes grupos étnicos em uma escala maior do que havia sido documentada anteriormente em outras guerras” (Skjelsbaek, 2012, p. 64). Salzman (1998) argumenta que havia evidências de que essa violência era empregada de forma estratégica, e que não se tratava de atos aleatórios, mas sim de políticas de genocídio e limpeza étnica.

O termo ‘campos de estupro’ surge para designar os campos de concentração onde mulheres eram feitas prisioneiras e eram estupradas rotineiramente (Skjelsbaek, 2012). Prédios e construções como hotéis, restaurantes, hospitais e escolas serviam de locais para a instauração dos campos de estupro, que foram elaborados e usados por bósnios, sérvios e croatas (Skjelsbaek, 2012). As documentações sobre esses campos são vagas, pelas sucessivas dissoluções deles quando descobertos por organizações internacionais, e a instauração de novos em lugares desconhecidos (Skjelsbaek, 2012). Esse fato leva a uma variação do estudo sobre esses acontecimentos, que levaram a uma preponderância do escrutínio sobre as táticas bósnio-sérvias e sérvias.

Por trás da tática sérvia do uso da violência sexual, estava “uma política militar sistemática concebida e planejada [...] para efetuar a limpeza étnica dos muçulmanos do território sérvio” (Salzman, 1998, p. 355). O objetivo era a criação de uma “grande Sérvia”, que se trataria de uma região que alcançaria toda a Sérvia, a Bósnia-Herzegovina e a Croácia, sem a presença de não-sérvios (Salzman, 1998). A violência sexual era vista como um meio eficaz para o alcance desse objetivo, por conta da limpeza étnica que podia ser promovida através do estupro (Salzman, 1998).

Em 1992 a atenção da mídia internacional se volta aos acontecimentos na Bósnia, a partir das publicações dos relatos do jornalista Roy Gutman¹⁶ sobre as atrocidades que ocorriam em território bósnio (Hansen, 2000). O jornalista foi o primeiro a reportar campos de concentração administrados por sérvios. Entre 1992 e 1993, as histórias sobre os estupros em massa “de mulheres bósnias por forças sérvias foram para as primeiras páginas dos meios de comunicação e jornais ocidentais” (Hansen, 2000, p. 56).

16. Um desses relatos foi publicado no The New York Times, em 20 de dezembro de 1992, onde Gutman revisa as ações internacionais em relação aos acontecimentos na Bósnia. O jornalista afirma na reportagem que “após um ano de matança selvagem, estupros em massa, limpeza étnica e genocídio inquestionável, o mundo respondeu com todas as palavras certas. Mas a pergunta permanece: O que o mundo fará?” (Gutman, 2022).

Várias missões para a averiguação do uso do estupro, e sua subsequente documentação, foram organizadas entre o final de 1992 e o início de 1993. Em janeiro de 1993, a Anistia Internacional documentou que a violência sexual estava sendo usada de forma sistemática e organizada a partir da prisão de mulheres para serem estupradas (Amnesty International, 1993 apud Skjelsbaek, 2012).

No relatório da Anistia Internacional sobre o abuso sexual praticado por forças armadas na Bósnia, há o detalhamento de diferentes relatos de casos colhidos por meio de entrevistas conduzidas pela própria Anistia Internacional e por jornalistas, assim como por grupos de direitos humanos que trabalhavam no local (Amnesty International, 1993). O relatório divide os casos entre estupros que ocorriam em sequestros ou nos próprios locais em que as vítimas eram capturadas, estupros que ocorriam em prisões e estupros que ocorriam em detenções usadas com o propósito de se praticar o ato (Amnesty International, 1993).

A Comunidade Europeia, em fevereiro de 1993, reportou aos ministros de Relações Exteriores da Comunidade Europeia, e ao Conselho de Segurança da ONU, que a estimativa era de que 10.000 a 60.000 mulheres foram estupradas em território bósnio (UNSC, 1993 apud Skjelsbaek, 2012). A ONU também estabeleceu sua própria missão, através do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos, Tadeusz Mazowiecki, que concluiu que a violência sexual estava sendo usada para aterrorizar e degradar outros grupos étnicos (Skjelsbaek, 2012).

Skjelsbaek (2012) argumenta que há três particularidades nos relatórios de estupros do conflito bósnio que diferenciam essa violência de outras ocorridas em conflitos armados passados, e que sugerem “uma mudança na forma como a violência sexual na guerra passou a ser entendida” (Skjelsbaek, 2012, p. 77). A primeira delas é a criação e a introdução do termo “campos de estupro” nas documentações e nos relatórios internacionais, que indicam a intencionalidade da violência sexual e a interpretação dela como uma ferramenta de limpeza étnica (Skjelsbaek, 2012). A segunda é a noção, amplamente partilhada na comunidade internacional, de que o estupro poderia ser usado como arma de guerra. E a terceira, a do conflito ter ocorrido em território europeu, o que consequentemente fez com que a atenção ocidental fosse maior (Skjelsbaek, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar o uso da violência sexual em conflitos armados, a partir da compreensão de como ela pode se categorizar como uma tática de guerra. Demonstrou-se que, quando essa violência é aplicada com objetivos políticos e militares no âmbito de um conflito armado, ela pode ser vista como uma tática de guerra. Tendo o intuito de afetar diretamente o tecido social, desmantelando a vida comunitária daquela população. A aplicação sistemática da violência sexual também pode ter a finalidade de uma limpeza étnica, na medida em que desloca populações e promove o nascimento de crianças de ascendência étnica mista.

A partir da análise da jurisdição internacional, observou-se que apenas após a formação dos Tribunais Criminais Internacionais da antiga Iugoslávia (1993) e de Ruanda (1994), a violência sexual perpetrada de forma sistemática em conflitos armados foi caracterizada como crime de guerra, ato de genocídio e forma de tortura. O Tribunal Penal Internacional, instaurado em 2002, aprofunda a questão, abrangendo as formas de violência sexual passíveis de serem cometidas em conflitos armados e as classificando como um crime de guerra e um crime contra a humanidade.

A observação do conflito armado na Bósnia-Herzegovina (1992-1995) demonstrou que a agenda internacional foi influenciada em relação a percepção do uso sistemático da violência sexual em conflitos armados a partir desse conflito. Isso se deve principalmente pela divulgação das violências ocorridas dentro do território pela mídia internacional e por grupos de direitos humanos, assim como pela subsequente compreensão de que a violência sexual estava sendo usada de forma sistemática como política de limpeza étnica e de genocídio em grande escala.

REFERÊNCIAS

- ALTUNJAN, Tanja. **The International Criminal Court and Sexual Violence: Between Aspirations and Reality**. German Law Journal, v. 22, n. 5, p. 878-893, 2021.
- ALVES, José A. Lindgren. **Os novos Bálcãs**. Brasília: FUNAG, 2013.
- AMNESTY INTERNATIONAL. **Bosnia-Herzegovina: Rape and sexual abuse by armed forces**, 1993.
- ASKIN, Kelly D. **Prosecuting wartime rape and other gender-related crimes under international law: Extraordinary advances, enduring obstacles**. Berkeley J. Int'l L., v. 21, p. 288, 2003.

BAAZ, Maria Eriksson; STERN, Maria. **Sexual violence as a weapon of war?: Perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond**. Zed Books Ltd., 2013.

BLUEN, Kelly-Jo. **Globalizing Justice, Homogenizing Sexual Violence: The Legacy of the ICTY and ICTR in terms of Sexual Violence**. American Journal of International Law, v. 110, p. 214-219, 2016.

CARTER, Kathleen R. **Should international relations consider rape a weapon of war?**.

Politics & Gender, v. 6, n. 3, p. 343-371, 2010.

CHUN, Suk; SKJELSBÆK, Inger. **Sexual violence in armed conflicts**. Policy Brief, v. 1, 2010.

CRAWFORD, Kerry F. **Wartime sexual violence: From silence to condemnation of a weapon of war**. Georgetown University Press, 2017.

DAS, Miranda; SINGH, Sukhdev. **Crimes of Sexual Violence within International Criminal Law: A Historical Outline**. J. Pol. & L., v. 14, p. 1, 2021.

DE LONDRAS, Fiona. **Prosecuting sexual violence in the ad hoc international criminal tribunals for Rwanda and the former Yugoslavia**. In: **Transcending the Boundaries of Law**. Routledge-Cavendish, 2010. p. 306-320.

FINLAN, Alastair. **The collapse of Yugoslavia: 1991-99**. Osprey Publishing, 2004.

FRITZ, Jan Marie. **Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais**. Sociologias, p. 340-353, 2010.

GENEVA CONVENTION. **(IV) Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, 1949**. Disponível em: <https://ihl-databases.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/INTRO/380>. Acesso em: 23 abr. 2022.

GUTMAN, Roy. **What Has the World Done for Bosnia?; A Diary of Disgrace**. In: THE NEW YORK TIMES. The New York Times. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1992/12/20/opinion/what-has-the-world-done-for-bosnia-a-diary-of-disgrace.html>. Acesso em: 6 jun. 2022.

HANSEN, Lene. **Gender, nation, rape: Bosnia and the construction of security**. International Feminist Journal of Politics, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2000.

HUMAN RIGHTS WATCH. **THE HUMAN RIGHTS WATCH GLOBAL REPORT ON WOMEN'S HUMAN RIGHTS**. Human Rights Watch Women's Rights Project, 1995.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Rome Statute of The International Criminal Court**, 2011.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS. **The Geneva Conventions and their Commentaries**. In: International Committee of the Red Cross. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions>. Acesso em: 23 abr. 2022.

INTERNATIONAL CRIMINAL TRIBUNAL FOR THE FORMER YUGOSLAVIA. **About the ICTY**. In: UNITED NATIONS. International Residual Mechanism for Criminal Tribunals. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.icty.org/en/about>. Acesso em: 27 abr. 2022.

KIVIMÄKI, Timo; KRAMER, Marina; PASCH, Paul. **The dynamics of conflict in the multi-ethnic state of Bosnia and Herzegovina**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), 2012.

LOUREIRO, Juliana Albers Mendes. **Securitização da identidade e conflitos étnicos: antecedentes à guerra da Bósnia (1992-1995)**. 2017. 333 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MARTÍN, Magdalena; LIROLA, Isabel. **Sexual crimes in international humanitarian law**. Institut Català, 2013.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. Editora Forense, v. 12, 2019.

MIN, Pyong Gap. **Korean “Comfort Women” the intersection of colonial power, gender, and class**. Gender & Society, v. 17, n. 6, p. 938-957, 2003.

NIARCHOS, Catherine N. **Women, war, and rape: Challenges facing the international tribunal for the former Yugoslavia**. Hum. Rts. Q., v. 17, p. 649, 1995.

NORDSTROM, Carolyn. **Rape: Politics and theory in war and peace**. Australian Feminist Studies, v. 11, n. 23, p. 147-162, 1996.

ONU. **Sexual Violence: a Tool of War**. United Nations background note, 2013.

RAMOS, ANDRÉ DE CARVALHO. **Curso de direitos humanos**. Saraiva Educação SA, 2014.

SALZMAN, Todd A. **Rape camps as a means of ethnic cleansing: Religious, cultural, and ethical responses to rape victims in the former Yugoslavia**. Human Rights Quarterly, v. 20, n. 2, p. 348-378, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SELLERS, Patricia Viseur. **The prosecution of sexual violence in conflict: The importance of human rights as means of interpretation**. Women's Human Rights and Gender Unit (WRGU), 2008.

SILBER, Laura; LITTLE, Allan. **Yugoslavia: Death of a nation**. New York: Penguin Books, 1997.

SKJELSBÆK, Inger. **Sexual violence and war: Mapping out a complex relationship**.

European journal of international relations, v. 7, n. 2, p. 211-237, 2001.

SPEES, Pam. **Women's advocacy in the creation of the International Criminal Court: Changing the landscapes of justice and power**. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 28, n. 4, p. 1233-1254, 2003.

STARK, Lindsay; WESSELLS, Mike. **Sexual violence as a weapon of war**. Jama, v. 308, n. 7, p. 677-678, 2012.

TÉTREAULT, Mary Ann. **Justice for all: wartime rape and women's human rights**. Global Governance, v. 3, n. 2, p. 197-212, 1997.

TICKNER, J. Ann et al. **Gendering world politics: Issues and approaches in the post-Cold War era**. Columbia University Press, 2001.

UNITED NATIONS. **Statute of The International Tribunal For Rwanda**, 2007. Disponível em: https://legal.un.org/avl/pdf/ha/ictr_EF.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **Updated Statute of The International Criminal Tribunal for The Former Yugoslavia**, 2009. Disponível em: https://www.icty.org/x/file/Legal%20Library/Statute/statute_sept09_en.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

WOOD, Elisabeth Jean. **Variation in sexual violence during war**. Politics & Society, v. 34, n. 3, p. 307-342, 2006.

A atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto: Uma perspectiva da Governança Ambiental à vista do Sistema-Mundo Moderno

Brazil's Role in the Kyoto Protocol Discussions: A perspective on Environmental Governance in the Modern World-System

La actuación de Brasil en las discusiones del Protocolo de Kyoto: Una perspectiva de la Gobernanza Ambiental en el contexto del Sistema-Mundo Moderno

Ana Clara de Souza Andrade¹
Bianca Rodrigues Pereira²
Dillyan Figueiredo Tudisco³
Nathanny Isabella Ramos Ferreira⁴
Victorya Almeida Abreu⁵

Recebido: 26 de novembro de 2021

Aprovado: 11 de julho de 2022

-
1. Graduada do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: anacsouzaandrade@gmail.com
 2. Graduada do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: bianca.pereira.1264243@sga.pucminas.br
 3. Graduada do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: dftudisco@sga.pucminas.br
 4. Graduada do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: nathannyisabella@gmail.com
 5. Graduada do curso de Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: vaabreu@sga.pucminas.br

RESUMO

Com o desenvolvimento da globalização, os impactos ambientais decorrentes da industrialização e da exploração tornaram-se evidentes em função do avanço do capitalismo. Este artigo busca apresentar a postura brasileira frente às negociações no contexto da COP-3, que resultaram, em 1997, na assinatura do Protocolo de Kyoto por 84 países, que objetivavam, principalmente, a redução dos danos ambientais e a mitigação do aquecimento global. À vista disso, utiliza-se a teoria neomarxista do Sistema-Mundo Moderno de Wallerstein (2005) e os conceitos de governança ambiental global para analisar a conjuntura à época. Ou seja, a política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso em relação aos desafios ambientais, em um sistema internacional globalizado e capitalista.

Palavras-Chave: Protocolo de Kyoto. Governança Ambiental. Sistema-Mundo Moderno. Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

With the advancement of the phenomenon of globalization, the environmental impacts resulting from industrialization and exploration became evident due to the development of capitalism. This article seeks to present the Brazilian stance towards the negotiations in the context of COP-3, which resulted, in 1997, in the signing of the Kyoto Protocol by 84 countries, with the main objective of reducing environmental damage and mitigating global warming. In view of this, we use Wallerstein's

neo-Marxist theory of the Modern World-System (2005) and the concepts of global environmental governance to analyze the context at the time. That is, the foreign policy of Fernando Henrique Cardoso's government towards the environmental challenges on a globalized and capitalist international system.

Key-Words: Kyoto Protocol. Environmental Governance. Modern World System. Brazilian Foreign Politics.

RESUMEN

Con el desarrollo de la globalización, los impactos ambientales derivados de la industrialización y la explotación se han vuelto evidentes debido al avance del capitalismo. Este artículo busca presentar la postura brasileña frente a las negociaciones en el contexto de la COP-3, que llevaron, en 1997, a la firma del Protocolo de Kyoto por 84 países. El objetivo principal de estos países era la reducción de los daños ambientales y la mitigación del calentamiento global. En este análisis, se emplea la teoría neomarxista del Sistema-Mundo Moderno de Wallerstein (2005) y los conceptos de la gobernanza ambiental global para examinar la coyuntura de la época. Es decir, la política exterior del gobierno de Fernando Henrique Cardoso en relación con los desafíos ambientales en un sistema internacional globalizado y capitalista.

Palabras clave: Protocolo de Kyoto. Gobernanza Ambiental. Sistema-Mundo Moderno. Política Exterior Brasileña.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico e industrial trouxe avanços inegáveis para a história da humanidade, modificando todo o sistema internacional. Entretanto, os efeitos da globalização, como a industrialização desenfreada, a utilização em massa de combustíveis fósseis e a sede de expansão lucrativa do capitalismo originaram mudanças globais do clima que interferem negativamente no ecossistema, tornando-se desafios mundiais (Viola, 1998). Assim, as questões climáticas demandam ações coletivas entre os atores globais – estatais e não estatais – com o objetivo de abrandar tais

impactos negativos. Nesse sentido, as estratégias de negociação e os acordos multilaterais direcionados para a resolução dos desafios climáticos caracterizam a essência da Governança Ambiental Global (Farias *et al.*, 2013).

A questão ambiental ganhou maior destaque na agenda internacional a partir da Conferência de Estocolmo realizada em 1972 que deu origem à Cúpula da Terra (Rio 92), sediada no Rio de Janeiro em 1992. Sob essa lógica de cooperação e governança ambiental global, estabeleceu-se a Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima que propunha o controle da concentração de gases do efeito estufa (GEEs) na atmosfera terrestre. Ademais, tal Convenção influenciou o surgimento da Conferência das Partes (COP) em 1995, que ocorre anualmente com o intuito de mitigar o aquecimento global e as mudanças globais do clima (Giometti; Moreira, 2008).

A terceira COP, realizada no Japão em 1997, alertou sobre os problemas acerca do aquecimento global e propiciou a aprovação do Protocolo de Kyoto, que teve como objetivo a construção de metas direcionadas à “limitação e redução de emissões [de gases que agravam as mudanças climáticas] assumidos sob o Artigo 3, a fim de promover o desenvolvimento sustentável” (Brasil, 2005). Tais metas, além de terem sido distribuídas de forma diferente entre os países signatários, propuseram, por exemplo, o Comércio de Emissões. Esse mecanismo reforçou um “Mercado Global de Carbono”, caracterizado como um arranjo institucional no qual os Estados comercializam “créditos de carbono”, isto é, “ativos financeiros que representam o volume de CO₂⁶ reduzido ou removido da atmosfera por um projeto” (Farias *et al.*, 2013, p. 13).

Dentre os signatários do Protocolo de Kyoto encontra-se o Brasil que, ao aderir-lo em 1998, buscou se comprometer com as metas e com as consecutivas ratificações e emendas do mesmo. O acordo não previa objetivos específicos para o Brasil, pois era – e é – visto como um país em desenvolvimento. No entanto, a delegação brasileira participou ativamente dos debates e negociações do Protocolo de Kyoto e, por isso, destacou-se na agenda ambiental global (Lago, 2006). Assim, o Estado brasileiro atuou como uma liderança para a promoção da questão ambiental associada ao desenvolvimento. Isso porque, com o avanço do multilateralismo, o Brasil uti-

6. CO₂ é um gás do efeito estufa chamado de dióxido de carbono.

lizou sua condição de país em desenvolvimento para viabilizar não somente a união com economias semelhantes, mas para se mostrar ativo nos debates internacionais e se projetar como *global player*⁷ (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

À luz deste contexto, o objetivo do presente artigo é expor e compreender melhor a atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto, bem como seus posicionamentos e ações sobre a questão ambiental, tendo em vista sua posição semiperiférica no sistema internacional. A pergunta de partida para a contextualização deste estudo é: “à vista da Teoria do Sistema-Mundo Moderno e considerando os desafios da Governança Ambiental Global, como se deu a atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto (1997)?”. O presente artigo é estruturado em quatro seções principais referentes aos conceitos de Economia Política Internacional e de Governança Ambiental, às negociações pelas conferências ambientais, à política externa brasileira no período em questão e, por fim, à análise visando apresentar, de forma crítica, a postura brasileira no cenário internacional acerca da temática ambiental.

Diante disso, foi utilizada a teoria neomarxista do Sistema-Mundo Moderno (SMM), elaborada por Wallerstein (2005), com o objetivo de compreender a dinâmica política brasileira nas negociações que visam frear as mudanças climáticas à vista da percepção do sistema capitalista vigente. Assume-se, ainda, o entendimento da condição semiperiférica do Brasil como um produto do avanço dos centros e a compreensão da ordenação entre os Estados desenvolvidos e os periféricos, baseada em fatores econômicos.

2 TEORIA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO E GOVERNANÇA AMBIENTAL

Para a compreensão e análise da Economia Política Internacional, existem variadas lentes teóricas que partem de diferentes perspectivas acerca da relação entre a economia e a política no âmbito global. Assim, na década de 1970, emergiram teorias neomarxistas que, por trazerem metodologias que abarcam estruturas históricas e proporem a articulação entre os dois subsistemas do Sistema-Mundo capitalista – o político e o econômico –, geraram contri-

7. De forma geral, *global players* são atores globais que assumem a participação ativa no sistema internacional, maximizando suas vantagens em diferentes áreas (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

buições significativas para que fosse possível elaborar uma análise crítica da política externa brasileira. Nesse cenário, destaca-se, na Economia Política Internacional, a teoria do Sistema-Mundo Moderno tendo como um de seus principais idealizadores o cientista social Immanuel Wallerstein, que desenvolve uma abordagem baseada, a partir da perspectiva sistêmica, nas inter-relações entre os aspectos políticos, econômicos e sociais, e na divisão internacional em centro, semiperiferia e periferia (Gilpin, 2002; Vieira, 2018; Wallerstein, 2005).

Na perspectiva de Wallerstein (1974), um sistema possui características de um organismo vivo, com partes que interagem entre si. Assim, uma economia mundial compreende muitas culturas e variados grupos, que são unificados estruturalmente pela economia capitalista e pela divisão internacional de trabalho. O sistema é um todo que se move e se transforma, de modo que os atores não controlam suas consequências isoladamente, enfatizando como o capitalismo atingiu uma dimensão que ultrapassa as delimitações geográficas. O teórico ressalta o caráter capitalista do SMM, marcado pela acumulação incessante do capital, logo, é um processo contínuo e cada vez mais exploratório – seja de pessoas ou do meio ambiente (Wallerstein, 2005).

Cabe salientar que a teoria do Sistema-Mundo Moderno faz uma alusão ao imperialismo⁸, conceito elaborado por Lênin (2011) e reinterpretado à contemporaneidade por Wallerstein (2005). Nesse viés, embora denominados como Estados soberanos pelo acordo de Westfália, os países mais frágeis do sistema internacional – tanto no âmbito econômico, como no político e militar – são denominados como periferias. Isso porque, na prática, se tratam de países subjugados e pressionados pelos desenvolvidos, que por sua vez, exploram a população e o meio ambiente desses territórios, utilizando de uma mão-de-obra condicionada a ser barata. Assim, é possível exemplificar a situação de dependência entre os países, já que as periferias são postas como colônias modernas, cujo papel central é exportar matérias-primas aos centros. Dessa forma,

8. O conceito de Imperialismo pode ser definido como um fenômeno do desenvolvimento capitalista, cujos traços fundamentais são a existência de fortes monopólios; a fusão do capital bancário e industrial, que gera uma poderosa burguesia financeira; importância decisiva da exportação de capitais; esferas de influência e territórios criados e compartilhados pelas grandes potências capitalistas; e uma divisão territorial do mundo travada por uma luta intensa entre as grandes potência (Lênin, 2011).

para que as periferias consigam se manter na lógica capitalista, é imprescindível que explorem seus recursos naturais (Gilpin, 2002; Wallerstein, 2005).

Outro conceito desenvolvido pelo teórico do SMM é a ideia da semiperiferia, que caracteriza determinadas regiões com um papel econômico e político especial no sistema mundial moderno, parâmetro no qual é possível identificar o Brasil de 1997. A semiperiferia atua como um corredor entre os centros e as periferias, de forma a possibilitar o transporte de excedente entre os extremos, sendo um pouco mais desenvolvidas que as periferias, mas ainda subordinadas aos centros. Essa divisão (centro – semiperiferia – periferia) é feita a partir do entendimento da organização social do trabalho, levando a interpretação marxista ao nível do sistema internacional capitalista (Wallerstein, 1974).

O Brasil é abundante em recursos naturais, um grande exportador de matérias-primas e dispõe de um diversificado parque industrial. Por isso, entende-se o país como um Estado semiperiférico, ou seja, em uma posição intermediária na economia-mundo capitalista. Vale ainda notar que seu grande contingente populacional se depara com uma enorme desigualdade social e de renda, evidenciando a mescla de características do centro e da periferia (Ouriques; Vieira, 2017; Wallerstein, 2005).

Portanto, é possível compreender a interligação entre os Estados, as classes e a ordem sistêmica. Como se trata de uma teoria neomarxista, sua análise decorre das teses de Marx, sendo essencial destacar a concepção de materialismo histórico, na qual vê-se “impossível compreender onde estamos e como estamos sem o entendimento do que ocorreu antes” (Fernandes, 2020, p. 67). Assim, a atual estrutura do sistema é consequência do passado colonial e exploratório, que se torna nítida ao observar, por um lado, os países do centro que possuem, majoritariamente, um passado explorador e, por outro, as semiperiferias e periferias que são Estados, em grande maioria, historicamente explorados e colonizados. Com isso, estes Estados – e suas consequentes condições de dependência capitalista e baixo desenvolvimento econômico – são destacados como resultado dos interesses daqueles que os super exploram para benefício próprio (Wallerstein, 2005).

Diante do exposto, entende-se o desenvolvimento capitalista como um fenômeno intrinsecamente relacionado à exploração ambiental, em que a busca do lucro e a manutenção da posição no

sistema mundo é mantida em detrimento do meio ambiente, embora seja uma lógica insustentável a longo prazo. Nesse sentido, é possível avistar o esgotamento dos recursos naturais – que são imprescindíveis para a existência humana – para impulsionar o desenvolvimento capitalista, principalmente dos centros. Além disso, como os problemas ambientais não possuem fronteiras, suas consequências alcançam níveis globais. Por isso, é de extrema importância que os atores atuem de maneira responsável, conforme propõem as estruturas da Governança Ambiental (Wallerstein, 1974; Vogler, 2016).

Posto isso, Garret Hardin (1968) e Elinor Ostrom (1999) estipulam o conceito de bem comum global, o qual compreende que “bem comum” seria tudo aquilo que compartilhamos enquanto humanidade, como a água, o ar e a terra do planeta. No entanto, Hardin (1968) acredita que a utilização desses bens é feita de maneira que os indivíduos maximizem seu uso e, consequentemente, seu lucro, levando os recursos ao esgotamento no longo prazo, o que o ecologista pontua como “tragédia dos comuns”. Para solução da questão, o teórico cita a possibilidade da privatização dos recursos de forma que se determinem regras e limites para utilização ou da intervenção estatal a fim de conseguir o controle dos mesmos, limitando o uso dos bens comuns. Porém, ao contrário de bens comuns tradicionais – como pequenas propriedades –, o ar, a água e outros recursos ambientais não podem ser cercados e delimitados facilmente, o que dificulta sua proteção. Nesse sentido, o uso desenfreado dos recursos finitos da Terra resulta, inevitavelmente, na tragédia dos comuns. Tal questão seria um desafio para a política ambiental global (Hardin, 1968; Chasek; Downie; Brown, 2014).

Por outro lado, Ostrom (1999) argumenta a respeito da responsabilidade da permanência dos bens comuns globais e rebate Hardin (1968), alegando que o consumo de um determinado bem comum por somente uma parcela dos membros torna tal recurso menos disponível aos demais membros da sociedade. Assim, por se tratar de recursos naturais, é ainda mais complexo excluir ou limitar o acesso de usuários, o que nos permite inferir que nem todos os membros do grupo teriam acesso igualitário ao bem. Diante disso, a autora defende que, na prática, os indivíduos antevêm o processo de esgotamento dos recursos e, desse modo, propõem mecanismos de cooperação para evitar tal exaustão (Ostrom, 1999). Portanto, prevê-se acordos e conferências internacionais para o

meio ambiente de maneira que colaborem para a manutenção do patrimônio ambiental.

No entanto, é válido ressaltar que desgastes ambientais e extinções de florestas e rios não acontecem de forma homogênea pelo planeta, influenciando como os atores lidam com problemas relacionados ao meio ambiente. Diversos fatores políticos e econômicos, como objetivos de política externa e interna de um Estado, a atuação de organizações internacionais e as corporações influem na atuação de um ator nas questões ambientais. Ou seja, alguns Estados são menos motivados que outros a participarem de esforços internacionais para reduzir ameaças ao ecossistema. Nesse sentido, “a questão mais controversa desse tipo [de atitude] é a ligação entre os esforços para proteger o meio ambiente e aqueles [esforços] para promover o desenvolvimento econômico dentro dos países ou o comércio entre países” (Chasek; Downie; Brown, 2014, p. 49, tradução nossa)⁹.

Com o advento da globalização, Estados colocaram o desenvolvimento econômico como prioridade, afastando a proteção ambiental das principais preocupações dos países. Desse modo, os países desconsideram, por vezes, a possibilidade de escassez dos recursos e da degradação ambiental, prevendo que se a escassez acontecesse, o mercado responderia aumentando os preços dos produtos, o que reduziria a demanda e assim evitaria uma crise. Não haveria, portanto, necessidade de atuar de forma a evitar problemas ambientais (Chasek, Downie, Brown, 2014). No entanto, as limitações físicas e biológicas da Terra não correspondem à “mão do livre mercado”, logo, “certos impactos ambientais não podem ser remediados uma vez que ocorram, pelo menos não em escalas de tempo relevantes para os sistemas econômicos e políticos humanos” (Chasek; Downie; Brown, 2014, p. 133, tradução nossa)¹⁰.

Outro fator referente à importância da necessidade de se atentar à degradação ambiental diz respeito à segurança nacional dos Estados, uma vez que a ameaça ao meio ambiente pode contribuir para disputa por terras, causando guerras, pobreza, fome e refugia-

9. Do texto original em inglês: “The most controversial issue of this type is the link between efforts to protect the environment and those [efforts] to promote economic development within countries or trade between countries” (Chasek, Downie, Brown, 2014, p. 133).

10. Do texto original em inglês: “Certain environmental impacts cannot be remedied once they occur, at least not on timescales relevant to human economic and political systems” (Chasek, Downie, Brown, 2014, p. 133).

dos climáticos. Os Estados, tendo em vista a desigualdade na degradação, deveriam, portanto, se esforçar para atuar em conjunto, a fim de ajudarem aqueles que são significativamente mais afetados por algum problema ambiental e conservarem os recursos naturais. Nesse sentido, existem quatro características importantes dentro da Governança Ambiental: a atuação em colisões de barganha política, de forma que exista coerção no sistema internacional para a necessidade do cumprimento de acordos ambientais; a própria dinâmica do sistema internacional, que impõe certos modos de agir; a importância da análise de como o poder econômico influencia nas relações da Governança Ambiental; e, por fim, a relevância da opinião pública e do papel de ONGS como determinantes na atuação de atores internacionais, principalmente Estados, induzindo mudanças na política ambiental, uma vez que tais assuntos mobilizam o interesse político ativo de milhões de cidadãos (Chasek, Downie, Brown, 2014).

3 AS NEGOCIAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS

Com a intensificação das consequências negativas da industrialização a partir da década de 1960, boa parte da população dos países mais desenvolvidos começou a ter sua qualidade de vida afetada. Assim, a questão ambiental passou a ser considerada de forma mais ampla, como componente das esferas política, econômica e social (Lago, 2006). Nesse contexto, no ano de 1972 teve-se a primeira grande reunião da pauta ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo. Tal reunião, por um lado, serviu para alertar a comunidade internacional sobre a importância do meio ambiente e encorajar a criação de órgãos internacionais e nacionais voltados para a temática. Por outro, visou discutir possíveis meios de gestão ambiental para a alteração da forma do desenvolvimento econômico vigente (Mit-cham, 1995). Tudo isso foi desencadeado, principalmente, devido à pressão causada pela opinião pública, organizações não-governamentais e comunidades científicas dos países industrializados, enquanto representantes das áreas produtivas de países centrais e semiperiféricos se posicionavam contra qualquer revigoramento da legislação ambiental (Lago, 2006; Mota *et al.*, 2008).

Logo após a Conferência de Estocolmo, ainda na década de 1970, as crises do petróleo evidenciaram ainda mais a problemática ecossistêmica, com a possibilidade da escassez dos recursos

naturais e as consequências desastrosas que o modelo de desenvolvimento vigente poderia causar na economia mundial (Lago, 2006). Já no final da década de 1980, com a divulgação do Relatório Brundtland, em 1987, foi enfatizada a noção de que os problemas ambientais são transnacionais, ou seja, não se restringem aos limites fronteiriços e afetam diretamente o bem-estar da população mundial, sendo então necessário buscar meios de desenvolvimento sustentáveis. O Relatório também foi responsável por apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual propõe que o desenvolvimento econômico e social seja associado com a preocupação ambiental (Godoy; Pamplona, 2007).

Posteriormente, teve-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. A reunião foi responsável por colocar em pauta o desenvolvimento sustentável e atribuir a maior parte da culpa dos problemas ambientais aos países já desenvolvidos. As negociações foram ilustradas em sete princípios na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, dentre eles, se destaca a noção de “responsabilidades comuns mas diferenciadas” (CBDR-RC) (Lago, 2006; Mota *et al.*, 2008). Tal princípio é fundamental na compreensão do Protocolo de Kyoto e as atribuições definidas para cada grupo de Estados, considerando que as emissões de gases de efeito-estufa (GEE), independente de sua origem, se misturam na atmosfera. Por isso a ênfase de que os países mais industrializados deveriam se comprometer em maior grau, uma vez que poluíram e contribuíram significativamente com o aumento do nível das emissões e, consequentemente, para a intensificação das mudanças climáticas (Godoy; Pamplona, 2007).

3.1 As Conferências das Partes até o Protocolo de Kyoto

Na Rio 92, além do estabelecimento de deveres quanto ao desenvolvimento de programas nacionais acerca do meio ambiente, como pesquisas científicas e promoção de meios de conscientização pública, destaca-se a elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Nesse contexto, foram criadas as Conferências das Partes (COP), reuniões no âmbito da Convenção destinadas à tomada de decisões voltadas para os problemas ambientais e para as mudanças climáticas. As COPs, contando sempre com a participação brasileira, ocorrem anualmente des-

de o ano de 1995 e destacam a importância da interação constante entre os países membros da Convenção, tanto na discussão e formulação de novas metas, quanto na troca de informações relevantes a respeito dessa temática (Lago, 2006; Godoy; Pamplona, 2007).

A primeira COP foi realizada em Berlim no ano de 1995 e nela já foram indicados procedimentos para a contração da emissão de GEEs, bem como a proposta da criação de um código de conduta para os países membros. No ano seguinte, a COP 2, em Genebra, afirmou a necessidade da estipulação de metas obrigatórias de redução das emissões de GEEs, principalmente pelos países do centro. Por fim, na terceira Conferência das Partes realizada em Kyoto, no ano de 1997, foi assinado por 84 países o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 2005. Tal acordo une as discussões das Conferências Ambientais e as Conferência das Partes precedentes e propõe a diminuição da emissão de GEEs em pelo menos 5,2% – em relação às da década 1990 – entre os anos de 2008 e 2012, considerando as responsabilidades diferenciadas entre os Estados participantes (Lago, 2006; Godoy; Pamplona, 2007).

Nesse contexto, as responsabilidades no Protocolo são divididas entre os países desenvolvidos e economias em transição – Anexo I e Anexo II, respectivamente – e Estados em desenvolvimento – não-Anexo. Aos países Anexo I e II fica proposto um limite para as emissões de CO₂ e metas de redução; enquanto aos países não-Anexo, dentre eles o Brasil, não se estipula possibilidades de diminuição, mas encoraja-se o desenvolvimento de programas nacionais a fim de mitigar as mudanças globais do clima (Senado Federal, 2004; Andrade; Costa, 2008).

No intuito de auxiliar o cumprimento dessas metas, o Protocolo estabelece três grandes mecanismos: o de Desenvolvimento Limpo, o de Implementação Conjunta e o de Comércio Internacional de Emissões. Tais mecanismos consideram os custos econômicos para os países industrializados e objetivam a cooperação tecnológica entre países do centro e da periferia, bem como o investimento em projetos de redução de emissões em outros territórios. Ademais, foi acordado o comércio de créditos de carbono, em que os países assinantes, ao reduzirem suas emissões de CO₂, ganham créditos que podem ser vendidos aos países que precisam fechar suas metas de redução de emissões (Senado Federal, 2004; Farias *et al.*, 2013).

No mais, considera-se que apesar das longas negociações, o Protocolo deixou a desejar em algumas questões. Dentre elas, cabe

mencionar a atuação dos Estados Unidos no acordo que, embora participaram das discussões em primazia às suas questões econômicas e interesses nacionais, nunca chegaram a ratificá-lo. Além disso, houve o não cumprimento de metas de alguns países do Anexo I e, ainda, o atraso da articulação de metas de redução para países como China e Índia. Esses últimos, apesar de serem considerados parte dos não-Anexo, eram – e são – grandes responsáveis pelos níveis de emissão de CO₂ e, consequentemente, pelos malefícios ambientais e climáticos. Dessa forma, entende-se o Protocolo de Kyoto enquanto uma estrutura reguladora que enfrenta limitações para materializar com eficácia suas disposições. Isso se deve, de modo geral, à inexistência de sanções e punições às Partes que não o cumprem, dificultando a realização das metas sem mecanismos de *enforcement* e de *compliance*¹¹ eficazes (Andrade; Costa, 2008; Farias *et al.*, 2013).

4 ATUAÇÃO BRASILEIRA NAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS À LUZ DA TEORIA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO

Durante a conferência de Estocolmo (1972), o Brasil ainda não estava engajado em questões ambientais por considerar a associação com o meio ambiente como proveniente de ideologias de esquerda. Entretanto, mesmo não comprometido com a agenda ambiental, a posição brasileira se manteve firme ao defender seus interesses e, principalmente, a soberania sobre seus recursos naturais (Lago, 2006). Nesse período, o país encontrava-se no auge da ditadura militar, esbanjando a perspectiva do “milagre econômico”, marcado por uma grande concentração econômica, especialmente no setor financeiro. Apesar disso, o resto do mundo não via o Brasil com essa imagem de progresso econômico, e sim como um país sob um governo autoritário que desrespeitava os direitos humanos. Ainda assim, com o intuito de proteger sua soberania, o Brasil – mesmo com a imagem prejudicada internacionalmente – manteve posições firmes durante a Conferência de Estocolmo, defendendo os direitos das periferias e semiperiferias do sistema (Vizentini, 2013; Lago, 2006).

11. Por um lado, *compliance* se refere à cooperação e ao comprometimento dos atores em uma determinada temática. Por outro, mecanismos de *enforcement* buscam fazer com que as regras sejam cumpridas pelos atores envolvidos, desencorajando o não cumprimento de um determinado acordo (ZÜRN, 2013).

Como afirma Vizentini (2013), por um lado existia uma consciência das intenções imperialistas presentes no sistema mundo, o que fazia necessária a aproximação do Brasil com os países periféricos. Por outro lado, o governo ditatorial se colocava pró-Estados Unidos, o que se justifica pela diplomacia de interesse nacional, a qual visava se aproveitar ao máximo de brechas existentes no sistema internacional. Assim, a posição brasileira em Estocolmo teve uma abordagem de confronto, principalmente levando em conta o embate com os países do Norte Global ao sugerir que a forma de vencer o subdesenvolvimento era através de um desenvolvimento acelerado, enfatizando seu interesse de estabelecer relações bilaterais com países mais enfraquecidos economicamente (Lago, 2006).

Nesse contexto, dois presidentes atuaram durante o planejamento e execução da Conferência do Rio em 1992. José Sarney (1985-1990), com a redemocratização, preocupou-se com o meio ambiente no referente à criação do projeto Nossa Amazônia, demonstrando uma maior atenção quanto aos temas ambientais. Já no início da década de 90, sob a administração do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), a questão ambiental no Brasil foi implementada, não com a finalidade de corrigir os problemas, mas de modo a impulsionar a discussão dessas questões (Lago, 2006). Nesse momento havia uma forte dificuldade do Estado brasileiro em discutir os reais problemas que assolavam o ecossistema do país, como a agropecuária e o desmatamento. Quando se perguntava sobre a questão amazônica, a resposta era dirigida para o tema da soberania – pontos considerados inegociáveis durante o regime militar –, já que dois dos principais pontos da diplomacia brasileira à época eram a afirmação da soberania nacional e a defesa de seus interesses, que por sua vez coincidiram aos dos países periféricos do sistema (Sennes, 2003).

No mais, de uma maneira diferente da que se discorreu em Estocolmo, na Rio 92, o Brasil buscou ter uma posição de liderança. Abandonou a postura de enfrentamento e tomou uma posição assertiva para transmitir a imagem de uma liderança capaz de conciliar os entraves que aparecessem (Lago, 2006). Desse modo, o principal objetivo brasileiro nesse momento era criar um canal de comunicação com os países do centro do sistema, promovendo a cooperação entre os três âmbitos, ou seja, centro, periferia e semiperiferias, dessa vez buscando atuar de forma pragmática. Com isso, o Estado brasileiro buscou atuar em prol do meio ambiente e

proporcionar um cenário favorável para estabelecer acordos entre as nações. Portanto, entende-se que a posição do Brasil nas conferências que antecederam o Protocolo de Kyoto e a que veio no ano seguinte, em Joanesburgo na COP-4, acabaram por evidenciar o gradual envolvimento brasileiro nas questões ambientais (Lago, 2006; Brandão *et al*, 2015).

4.1 Questões ambientais no governo Fernando Henrique Cardoso: panorama da atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto

A atuação neoliberal no Brasil ocorreu inicialmente na gestão de Collor, que adotou valores como a limitação do Estado na economia, a liberalização comercial e privatizações, em ascendência na época devido à queda da União Soviética no contexto da Guerra Fria e, também, com o Consenso de Washington. Destarte, quando Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu a presidência em 1995, perpetuou a tal onda liberal, levando-a ao ápice no Brasil. No âmbito internacional, a abordagem neoliberal foi marcada principalmente por uma aproximação tanto diplomática quanto econômica aos Estados Unidos e a outros países do centro, também por uma tentativa de se adaptar às regras do sistema internacional dentro de instituições, como é o caso da ONU e da Organização Mundial do Comércio (Haffner; Wenzel, 2016).

Cervo (2008) nomeia a política externa de Fernando Henrique por meio de quatro paradigmas: o liberal-conservador, o desenvolvimentista, o neoliberal e o logístico. Assim, apesar do governo tentar se engajar no meio internacional, ao tomar uma posição de liderança e se envolver em discussões multilaterais, domesticamente havia muito conservadorismo em relação à discussão ambiental, presente desde a primeira conferência ambiental em 1972. Dessa forma, a atuação brasileira em Kyoto pode ser vista como uma tentativa de afirmar o direito ao desenvolvimento através da promoção de uma visão associada à sustentabilidade ambiental e movida pela crescente consciência ambiental no país por meio de políticas nacionais e estaduais (Cervo, 2008).

Ademais, um dos interesses nacionais que FHC buscava defender era a garantia da soberania sobre a região amazônica, principalmente para evitar que outros países – especialmente do centro – questionassem o uso econômico da Amazônia (Viola, 2002). Ain-

da, as políticas públicas do governo de FHC foram muito limitadas no que se referia à sustentabilidade, seguindo de forma mais expressiva seus anseios pelo desenvolvimento econômico neoliberal e colocando a questão ambiental em segundo plano. No mais, cabe salientar que a política agrícola federal desse governo prosseguiu sem resolver questões essenciais, como o desperdício de produtos na colheita, uso excessivo de agroquímicos, além de desconsiderar a questão da reforma agrária (Viola, 1998).

Outro objetivo do Brasil foi a multilateralização das relações, por isso, se engajou em diversos fóruns de discussões internacionais com o intuito de se tornar um ator relevante no sistema e conquistar a posição de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU (Cervo, 2008; Vinentini, 2013). Além disso, alinhado ao grupo dos G77¹², o governo brasileiro buscou defender os interesses dos países semiperiféricos e periféricos a fim de dissociar-se do termo “terceiro-mundista” atribuído aos países em desenvolvimento. Para tanto, atuou como liderança nas negociações do Protocolo de Kyoto e defendeu que as emissões de carbono deveriam ser calculadas não a partir da década de 1990, mas desde o final do século XVIII (Viola, 2002; Pecequillo, 2012). Sobretudo, o Brasil não ansiava alterar sua condição de país não-Anexo, principalmente porque, com base na diferenciação de metas entre Estados do centro, da semiperiferia e da periferia, desejava usufruir dos benefícios e investimentos que seriam provenientes dos países Anexo I (Balau; Souza, 2017).

Ainda na gestão de FHC, ocorreu a Cúpula de Joanesburgo (2002), sucessora do Protocolo de Kyoto, na qual o Brasil insistiu no discurso de que os países de centro deveriam assumir seus compromissos por eles estabelecidos durante a Convenção das Partes de 1997 (Lago, 2006). Os momentos finais do segundo mandato de FHC foram um tanto quanto conturbados, especialmente por conta do colapso financeiro e desmoralização do neoliberalismo no Brasil. Houve também a necessidade de profundas reformas sociais que conseguissem inseri-lo no contexto do jogo de poder presente no sistema internacional. A área ambiental do governo de FHC pode ser caracterizada, segundo Viola (1998), pela fragmentação e incompetência gerencial. Nesse sentido, a política externa brasileira

12. “Grupo dos 77” é, de modo sucinto, uma coalizão de nações em desenvolvimento, encaixadas no não-Anexo (Vogler, 2016).

foi incapaz de atingir o seu potencial desejado à época, visto que foi fortemente marcada por uma massiva exclusão social ao passo que se preocupava demasiadamente com suas políticas liberais (Vizentini, 2013). No entanto, apesar de existirem tais empecilhos, a delegação brasileira em Johannesburg demonstrou consistência e flexibilidade em seus posicionamentos, embora não tenha sido capaz de esconder o seu teor conservador. Sendo assim, nesse momento, a posição do governo brasileiro frente à agenda ambiental pode ser considerada cooperativa e propositiva (Lago, 2006).

O Brasil também garantiu uma posição confortável no debate acerca do meio ambiente ao liderar o discurso quanto às formas de energias limpas (Giometti, Moreira, 2008). Desse modo, enquanto o Protocolo de Kyoto estava estagnado por conta da pendente ratificação da Rússia e da quase inexistente mudança de posicionamento estadunidense, o Estado brasileiro mostrou a importância da cooperação internacional no contexto da mudança climática. Assim, nas negociações do Protocolo de Kyoto, a principal meta brasileira consistia em preservar o legado de ação conjunta da Rio 92, buscando garantir o princípio de responsabilidades diferentes para os signatários, estimular a cooperação e reforçar sua soberania sobre a parte da Floresta Amazônica em seu território (Lago, 2006).

Diante da conjuntura apresentada, é notório que os desafios ambientais globais se tornaram uma problemática que, devido sua complexidade, necessitam de uma atuação coletiva e colaborativa no sistema internacional para serem solucionados. Como visto, periodicamente, atores internacionais – estatais e não-estatais – se reúnem com o objetivo de discutir meios para a resolução das questões ambientais. Entretanto, os Estados possuem diferentes interesses, níveis e possibilidades de atuação, tanto no que se refere à emissão de gases poluentes, quanto às capacidades políticas e econômicas para a preservação do meio ambiente, fatores estes que prejudicam diretamente as negociações (Andrade; Costa, 2008).

Ademais, deve-se considerar a influência da dinâmica do próprio sistema internacional na Governança Ambiental à vista do Sistema-Mundo Moderno. Os países centrais podem ser vistos como os principais responsáveis pela degradação ambiental e pelo agravamento das mudanças climáticas, uma vez que se enriqueceram por meio da revolução industrial combinada à exploração dos recursos naturais da periferia e da semiperiferia. Além disso, por terem maior controle sobre as instituições internacionais, pos-

suem uma margem maior de atuação na promoção de resoluções de preservação ambiental. Tais condições interferem na maneira em que os acordos internacionais são formulados e, principalmente, na aquisição de legitimidade, podendo tornarem-se normas ou não (Chasek; Downie; Brown, 2014).

Visto que o meio ambiente pode ser tratado como um “bem comum global”, sua preservação torna-se um debate transnacional, uma vez que é passível de esgotamento ao longo prazo e que as consequências das mudanças climáticas não afetam os Estados de forma homogênea (Hardin, 1968; Ostrom, 1999). Logo, é necessária a cooperação entre os atores internacionais para a preservação ambiental e a mitigação das mudanças climáticas no intuito de evitar a “tragédia dos comuns” e a desigualdade no acesso aos bens naturais. Por conta disso, estabeleceu-se o Protocolo de Kyoto, que visando ser um pacto justo, tentou reconhecer a participação histórica dos países centrais na emissão de gases efeito-estufa. Assim, pelo princípio defendido pelo Brasil de responsabilidades comuns mas diferenciadas (CBDR-RC), dividiu-se as metas de mitigação salientando a necessidade do comprometimento dos países centrais (Anexo I e II), mas destacando a importância da atuação daqueles que são da periferia ou que ainda estão em desenvolvimento (não-Anexo) (Senado Federal, 2004; Andrade; Costa, 2008; Vogler, 2016).

No entanto, a atribuição do princípio de responsabilidade relativa não teve por base a elaboração de alguma metodologia para, de fato, investigar as culpas históricas de emissões dos países centrais. Ou seja, apenas as emissões de carbono a partir da década de 1990 foram consideradas – mesmo que estes países tenham se industrializado em um período muito anterior aos semiperiféricos e periféricos –, tendo, consequentemente, menores taxas de emissão na data delimitada no acordo. Houve também a desconsideração de metas para países não-Anexo, como o Brasil, que contribuem com a emissão de gases poluentes - e sua taxa de emissões antrópicas de efeito estufa (Senado Federal, 2004). E, principalmente China e Índia, que cresceram economicamente nesse meio tempo e hoje são grandes contribuidores para as emissões de gases efeito-estufa, bem como para as alterações climáticas (Andrade; Costa, 2008; Farias *et al.*, 2013; Vogler, 2016).

Sendo assim, as tentativas do Protocolo de Kyoto não foram totalmente satisfatórias enquanto mecanismos de controle de emissões de GEEs. Isso porque, como não estabelecia punições e

demais mecanismos de *enforcement*, o acordo não tinha como garantir que seus objetivos seriam devidamente cumpridos pelas Partes. Dessa forma, não conseguiu evitar a não ratificação de alguns Estados relevantes para a mitigação das mudanças climáticas, nem impedir a violação das metas propostas aos países do Anexo I (Andrade, Costa, 2008; Farias *et al.*, 2013).

Na tentativa de impulsionar o cumprimento das metas, o acordo estabeleceu três mecanismos que consideravam a cooperação tecnológica e os investimentos em projetos de redução de emissões entre os Estados-parte. Nesse sentido, o principal deles foi o de comércio internacional de emissões, que possibilitou a comercialização de créditos de carbono (Senado Federal, 2004; Farias *et al.*, 2013). Tal possibilidade reflete as dinâmicas intrínsecas do Sistema-Mundial Moderno capitalista no qual estamos inseridos, com a presença constante da busca por lucros por meio da exploração ambiental. Ou seja, ao fim, não existem diferenças positivas quanto à diminuição de emissões e apenas o lucro financeiro é tido como relevante, o que torna tal conjunto de mecanismos insuficiente (Grossi, 2009; Wallerstein, 2005).

O Brasil não considerava, de fato, a questão ambiental como algo importante até o final da década de 1990 (Viola, 2004). Isso especialmente porque o país, na gestão de FHC, presenciava um grande conservadorismo nacional quanto à pauta ambiental (Lago, 2006). Posto que o Brasil possui uma enorme riqueza ambiental, ainda é necessário enfatizar que também se trata de um dos grandes emissores globais de poluentes, principalmente ao se levar em consideração o desmatamento, a agropecuária e a queima florestal. Assim, as negociações brasileiras relacionadas à agenda ambiental global durante o governo de FHC foram orientadas pelo desejo de desenvolvimento no interesse nacional. Portanto, deu continuidade à política externa do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) de caráter neoliberal e que, frente aos desafios ambientais, associou aos poucos o desenvolvimento à sustentabilidade a fim de tentar evitar questionamentos acerca do uso comercial do meio ambiente, principalmente da região Amazônica. Esse enfoque deu-se, sobretudo, por perceberem que a pauta ambiental se tornaria cada vez mais relevante na comunidade internacional. Com isso, o Brasil exerceu uma posição cooperativa nas negociações do Protocolo de Kyoto, já que buscou defender os interesses das periferias e semiperife-

rias quanto à responsabilização de uma maneira mais equidária (Balau; Souza, 2017; Viola, 2002).

Em contrapartida, a gestão de FHC se alinhou com países desenvolvidos e usou o interesse dos Estados do centro do sistema como forma de barganha a fim de satisfazer seus objetivos nacionais. Entretanto, ao abordar pautas ambientais existe a aproximação com os países em desenvolvimento, validando as capacidades brasileiras de discussões e de atuação. Assim, o protagonismo de FHC justifica-se na tentativa de demonstrar o papel cooperativo que o Brasil poderia ter em discussões internacionais, principalmente ao considerar a ambição de se mostrar qualificado o suficiente para conquistar um assento permanente do Conselho de Segurança da ONU, mesmo sendo parte da semiperiferia do sistema (Lago, 2006; Vizentini, 2013). Tendo em vista a diferenciação das metas entre países do centro, da semiperiferia e da periferia, o Brasil desempenhou grande anseio em se manter como parte do grupo não-Anexo, pois assim poderia prorrogar os benefícios e investimentos provenientes do Anexo I. Por essa questão, o Brasil se aliou posteriormente a países como a África do Sul, Índia e China, que se encontram nessa mesma condição de emergentes econômicos internacionais (Balau; Souza, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos previamente apresentados e da pergunta de partida, “à vista da Teoria do Sistema-Mundo Moderno e considerando os desafios da governança ambiental global, como se deu a atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto (1997)?”, considera-se o Brasil enquanto um país da semiperiferia do sistema internacional que revelou um papel moderado nas negociações do Protocolo de Kyoto. O Estado brasileiro não participou de tal acordo apenas com o intuito de preservar o meio ambiente, e sim com o objetivo de se mostrar ativo nas negociações internacionais e obter vantagens econômicas e diplomáticas pela sua atuação. Nessa lógica, o Brasil defendeu ao longo das negociações os interesses das periferias, das semiperiferias e os dos centros, de maneira pragmática visando promover seus interesses nacionais.

Além disso, tendo em vista a busca inesgotável por lucros priorizada pelo sistema capitalista, as negociações ambientais ficaram em segundo plano, não existindo de fato soluções práticas para tais

problemáticas. Principalmente porque os países centrais – essenciais para a execução dos acordos – não tinham o interesse de controlar seus acessos aos bens comuns globais e limitar seus desenvolvimentos (Chasek; Downie; Brown; 2014). Desse modo, “as responsabilidades comuns, porém diferenciadas” defendidas pela delegação brasileira e a divisão de metas entre os países Anexo I e não-Anexo não foram suficientes para a resolução e podem ser consideradas atitudes superficiais e não uma solução que produziu efeitos concretos.

Portanto, a atuação do Brasil nas discussões do Protocolo de Kyoto se deu a fim de preservar o legado da Rio 92, buscando promover o princípio das responsabilidades diferentes para os signatários, ao mesmo passo que também visava garantir a soberania nacional sobre a Floresta Amazônica. Assim, especialmente nas negociações do protocolo de Kyoto, inferiu-se que o Estado brasileiro tentou se ascender como um ator relevante no sistema e buscou obter vantagens diplomáticas e econômicas na lógica capitalista do Sistema Mundial Moderno, se guiando pela premissa neoliberal que prioriza o lucro ao meio ambiente. Desse modo, é possível deduzir que o interesse nacional buscava se afirmar no Sistema-Mundo acima de suas preocupações ambientais¹³.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J.; COSTA, P. **Mudança climática, protocolo de Kyoto e mercado de créditos de carbono**: desafios à governança ambiental global. Organizações & Sociedade [online], v. 15, n. 45, p. 29-45, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000200002>. Acesso em: 07 out. 2021

BALAU, M; SOUZA, M. **Justiça Ambiental e Governança Global**: o caso do Brasil. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, [S. l.]. Área Temática: Instituições e Regimes Internacionais, p. 15, 2017.

BRANDÃO, L.; *et al.* **A Política Externa Brasileira Para o Meio Ambiente**: um estudo comparado da Rio-92 e da Rio+20. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA: estado e democracia em mudança no século XXI. 2015, Porto Alegre; UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/3.-BRAND%C3%83O-Luciana-Costa-A-Pol%C3%ADtica-Externa-Brasileira-para-o-Meio-Ambiente-um-estudo-comparado-da-Rio-92-e-da-Rio-20.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

13. Vale lembrar que, como não fazia parte do escopo de nossa pesquisa, neste artigo não foi desenvolvida uma análise mais aprofundada em relação ao perfil das emissões de GEEs, mudanças climáticas e suas repercussões nas condições socioeconômicas da população, embora tal questão seja de extrema relevância.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Protocolo de Quioto**: a convenção sobre mudança do clima: O Brasil e a convenção – quadro das nações unidas. Brasília: MCT, 2005. Apoio do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5445.htm. Acesso em: 09 nov. 2021.

CERVO, A. **Inserção internacional do Brasil**: Formação dos conceitos. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHASEK, P.; DOWNIE, D.; BROWN, J. Global Environmental Politics. **Colorado: Westview Press**, 6a ed., p. 47-62; 66-86, 2014.

FARIAS, L. *et al.* Mercado global de carbono e governança global do clima: desafios e oportunidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 11-27, jul./dez. 2013. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/29927>. Acesso em: 07 out. 2021.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo**: Um guia político para quem se importa. 3ª. ed. São Paulo: Planeta, 2020.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GIOMETTI, A.; MOREIRA, H. **Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de projetos em energia limpa**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/9RkZZcmTbc6mm8wRHHc5j3Q/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2021.

GODOY, S., PAMPLONA, J. O protocolo de Kyoto e os países em desenvolvimento. **PESQUISA & DEBATE**, SP, v. 18, número 2 (32) p. 329-353, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/11774>. Acesso em: 07 out. 2021.

GROSSI, M. A. Capitalismo e a questão ambiental: Contribuições da Tradição Marxista. **Libertas**. Juiz de Fora, vol. 3, p. 33-56, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18179/9430>. Acesso em: 12 out. 2021.

HAFFNER, J.; WENZEL, F. Política Externa do Governo FHC: da literatura aos fatos. In: **III SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Graduação e Pós-Graduação**. 2016. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.seminario2016.abri.org.br/resources/anais/23/1471560295_ARQUIVO_FernandaWenzeleJacquelineHaffner.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. **Science**, vol. 162, p. 1.243-1.248, 1968.

LAGO, A. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2006. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/903-Estocolmo_Rio_Joanesburgo.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

LENIN, V. **Imperialismo: Etapa superior do Capitalismo**. Navegando. 2011.

MITCHAM, C. The concept of sustainable development: its origins and ambivalence. **Technology in Somy**, v. 17, n. 3, p. 311-326, 1995.

MOTA, J. *et al.* Trajetória da governança ambiental. **Regional e Urbano**, p. 11-19, dez. 2008. IPEA. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5523>. Acesso em: 07 out. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

OSTROM, E. Coping with tragedies of the commons. **Annual Review of Political Science** 2, p. 493-535, 1999.

OURIQUES, H; VIEIRA, P. A condição semiperiférica do Brasil na economia mundo capitalista: novas evidências. **Carta Internacional**, 12(3), p. 199-228, 2017. Disponível em <https://doi.org/10.21530/ci.v12n3.2017.711> Acesso em: 09 nov. 2021.

PECEQUILO, C. S. **As relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SENADO FEDERAL. **Protocolo de Quioto e Legislação Correlata**. Coleção Ambiental, Brasília, v.3, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70328/693406.pdf?sequence=2>. Acesso em: 07 out. 2021.

SENNES, R. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

VIEIRA, R. Uma análise da história do Brasil pela economia política dos sistemas-mundo. **Gestão e Desenvolvimento**, vol. 15, núm. 2, p. 3-28, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5142/514253832001/html/>. Acesso em: 07 out. 2021.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. de; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12404>. Acesso em: 29 mai. 2022.

VIOLA, E. **A globalização da política ambiental no Brasil**, 1990-1998. Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lasa98/Viola.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VIOLA, E. Brazil in the context of global governance politics and climate change, 1989-2003. **Ambiente & Sociedade**, Brasília, v. VII, n. 3ª, p. 27-46, 17 jun. 2004.

VIOLA, E. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 50, p.26-46, out. 2002.

VIZENTINI, P. F. **A Projeção Internacional do Brasil: 1930-2012**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VOGLER, J. **Climate Change in World Politics**. New York: Palgrave Macmillan, p. 86-107, 2016.

WALLERSTEIN, I. (1974). **The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis**. *Comparative Studies in Society and History*, 16(4), p.387-415, 1974.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo**. Una introducción. Trad. Carlos Daniel Schroeder. México: Siglo XXI, 2005.

ZÜRN, M. **Globalization and Governance**. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (eds.) Handbook of International Relations. London: SAGE Publications, 2a ed., p.401-425, 2013.

A Comparative Analysis of the Chinese and US Financial System in Times of Global Economic Crisis: The COVID-19 Response

Uma análise comparativa do sistema financeiro chinês e dos EUA em tempos de crise econômica global: a resposta à COVID-19

Un análisis comparativo del sistema financiero chino y estadounidense en tiempos de crisis económica global: la respuesta al COVID-19

Nathan Cardoso Farinha¹

Recebido: 20 de junho de 2023

Aprovado: 04 de fevereiro de 2024

ABSTRACT

This article performs a comparative analysis of the US and Chinese financial system during the current global economic crisis. It examines the response of governments, the economic policies adopted, the regulatory measures implemented and the financing and investment mechanisms used. The similarities and differences between the two financial systems are discussed, highlighting implications for economic recovery. The research concludes that the US and China implemented different measures, reflecting their economic and political characteristics. Keywords: financial system, economic crises, USA, China.

RESUMO

Este artigo realiza uma análise comparativa do sistema financeiro dos EUA e da China durante a crise econômica global atual. Examina-se a resposta dos governos, as políticas econômicas adotadas, as medidas regulatórias implementadas e os mecanismos de financiamento e investimento utilizados. As semelhanças e diferenças entre os dois sistemas financeiros são discutidas, destacando as implicações para a recuperação econômica. A pesquisa conclui que os EUA e a China implementaram medidas distintas, refletindo suas características econômicas e políticas.

Palavras-chave: sistema financeiro, crises econômicas, EUA, China.

1. Graduado em Relações Internacionais em mar/2023 pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: nathanfarinha@hotmail.com.

RESUMEN

Este artículo realiza un análisis comparativo del sistema financiero estadounidense y chino durante la actual crisis económica mundial. Examina la respuesta de los gobiernos, las políticas económicas adoptadas, las medidas regulatorias implementadas y los mecanismos de financiamiento e inversión utilizados. Se discuten las similitudes y diferencias

entre los dos sistemas financieros, destacando las implicaciones para la recuperación económica. La investigación concluye que EE. UU. y China implementaron diferentes medidas, lo que refleja sus características económicas y políticas.

Palabras clave: sistema financiero, crisis económicas, EEUU, China.

INTRODUCTION

Global economic crises have had a significant impact on the financial systems of countries across the world. During the past few decades, the global economy has faced several major economic crises, such as the 1997 Asian crisis and the 2008 global financial crisis, which have had significant impacts on the world economy. More recently, the COVID-19 pandemic triggered a global economic crisis that significantly affected the financial systems of many countries around the world, including those of the United States and China.

As the world's two largest economies, the decisions taken by the US and Chinese governments in response to these economic crises have had a significant impact on global financial stability. In this context, a comparative analysis of the Chinese and US financial system can provide valuable insights into how these two financial systems performed during these global economic downturns and how they can contribute to global economic recovery.

The purpose of this article is to compare and contrast the Chinese and US financial system during the most recent global economic crises, such as those that occurred in 1997, 2008 and 2020, based on a review of existing literature and comparative analysis of relevant data. Specifically, this article seeks to answer the following research question: How do the Chinese and US financial systems compare in terms of economic and monetary policies, financing and investment mechanisms, and regulatory measures adopted during these global economic downturns?

In addition to the historical precedents of global economic crises, the contemporary landscape is marked by a distinctive challenge—an unprecedented convergence of economic turmoil and a global health crisis, exemplified by the COVID-19 pandemic. Unlike previous economic downturns, the current crisis is uniquely

characterized by the intertwining of economic challenges with a sanitary emergency. The intricacies of managing a dual crisis, where economic vulnerabilities are exacerbated by the complexities of responding to a public health emergency, introduce novel dimensions to the dynamics of financial systems.

The interplay between economic and health-related factors necessitates an examination of the strategies adopted by countries, particularly the United States and China, in navigating this intricate web of challenges. This article aims to shed light on the distinctive features and complexities arising from the amalgamation of an economic downturn with a health crisis, offering a nuanced understanding of the responses and implications for the financial systems of these two pivotal global economies.

In doing so, this article aims to provide a deeper understanding of how the US and Chinese financial systems performed during the recent global economic downturns and how they can recover and contribute to the global economic recovery. The implications of these findings will also be discussed for global financial stability and financial interdependence between the US and China.

LITERATURE REVIEW

US Financial System

The United States has one of the largest and most developed financial systems in the world. The US financial system is made up of a wide range of financial institutions, including commercial banks, investment banks, brokerage firms, insurance companies and pension funds, which serve a variety of financial needs of individuals, businesses and governments.

Commercial banks are the main source of financing for businesses and individuals in the United States. They are regulated by the Federal Reserve System, which is the central bank of the United States, created in 1913. According to Mishkin (2018), the FED is the most important institution in the US financial system, as it is responsible for overseeing the country's monetary policy, as well as financial stability and banking supervision. In addition, there are several other regulatory agencies that oversee the different components of the US financial system, such as the Securities and Exchange Commission (SEC) and the Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC).

Depository and Lending Activity	Federal Reserve	OCC	FDIC	State Banking Supervisors
Consumer Financial Products	CFPB	State Banking Supervisors		
Securities and Bonds Products	SEC			
Derivatives Products Exchange Based	CFTC			
Derivatives Products Over-the-Counter Based	SEC	CFTC		
Insurance Products	State Insurance Regulators			

Fonte: Bailly; Klein; Schardin (2017)²

In addition to commercial banks, the US has a shadow banking system known as shadow banking, which includes non-bank financial companies such as hedge funds, private equity funds and other financial institutions that are not regulated by the Federal Reserve System. According to Kashyap et al. (2008), this system has become more relevant in recent years and may eventually be responsible for some financial stability risks.

US brokerage firms and investment banks play a key role in the global capital market. These institutions provide financial intermediation services, facilitating the trading of stocks, bonds and other financial assets. The American capital market represents more than 40% of the entire global market value, being the most liquid in the world (Hull, 2018).

Additionally, insurance companies and pension funds are also important providers of financial services in the US. They offer life insurance, health insurance, property insurance and other types of insurance for individuals and businesses. Pension funds manage assets for retirement and other purposes and invest in a wide range of financial assets, including stocks, bonds and other assets.

The US has a long history of financial regulation, starting with the Glass-Steagall Act of 1933, which separated commercial banks from investment banks to avoid conflicts of interest and protect depositors. This law was repealed in 1999 with the Gramm-Leach-

2. Available at: <https://www.rsfjournal.org/content/3/1/20>

Bliley Act, allowing commercial and investment banks to merge again (White, 2009).

In recent years, the US financial system has been the subject of intense discussion, especially after the 2008 global financial crisis. Since then, there have been a number of regulatory reforms, including the 2010 Dodd-Frank Act, which sought to increase transparency and accountability in the US financial system.

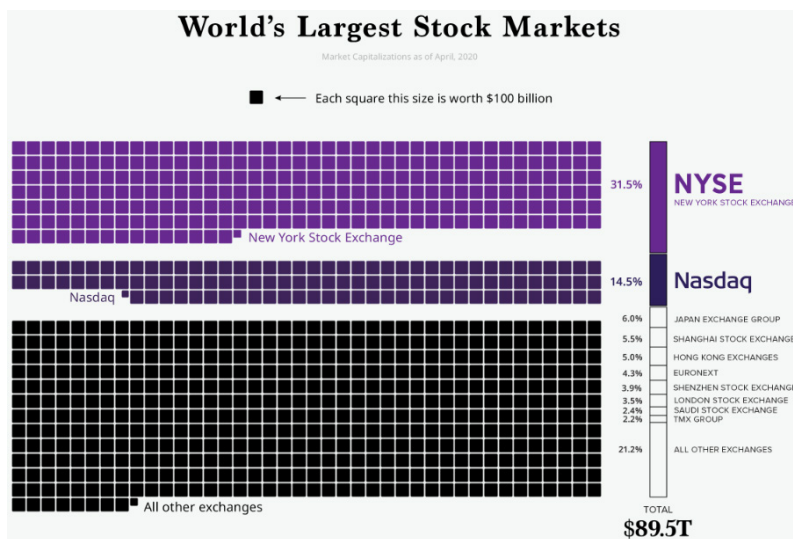
However, many argue that the US financial system still poses significant risks to global financial stability, especially given the interconnection and interdependence between financial institutions and financial markets. Therefore, the importance of continuing to monitor the performance of the US financial system in times of global economic crisis is urgent, especially in comparison with other global financial systems such as the Chinese financial system.

Chinese Financial System

The Chinese financial system is complex and highly regulated by the government. The country has gone through a process of financial liberalization and opening to the international market, but it is still considered an emerging market in terms of financial development. The Chinese financial system is composed of a large number of state and regional banks, in addition to a growing number of private and foreign banks (Allen et al., 2020). The People's Bank of China is the country's central bank and plays a key role in conducting monetary policy and overseeing the financial system.

Also, The China Banking Regulatory Commission (CBRC) supervises and regulates banking institutions, ensuring their stability and compliance with established policies. Similarly, the China Securities Regulatory Commission (CSRC) focuses on regulating the securities and futures markets, safeguarding investors' interests and maintaining market integrity. For insurance-related matters, the China Insurance Regulatory Commission (CIRC) assumes the role of regulator, overseeing insurance companies and promoting the healthy development of the insurance industry. These regulatory bodies work in conjunction with the People's Bank of China to establish comprehensive financial oversight (Huang, 2014).

In addition to state-owned banks, China also has a rapidly growing bond market. The Chinese bond market is the second largest in the world in terms of volume, behind only the US market (Amstad; He, 2019). However, China's stock market is still relatively small compared to other international markets.



Fonte: Visual Capitalist (2020)3

Additionally, one of the main characteristics of the Chinese financial system is the extensive use of directed credit mechanisms. According to Adams (2021), the Chinese government uses these mechanisms to channel credit to specific sectors of the economy, such as state-owned companies and infrastructure projects. The Chinese government also exercises tight control over the foreign exchange market. The Chinese currency, the renminbi, is controlled by the People's Bank of China, which operates under a managed exchange rate regime against the US dollar.

The Chinese financial system still faces some challenges, common in developing markets, such as the high leverage of state-owned companies and the lack of transparency in some areas of the financial market. In addition, the country is also undergoing a deleveraging process, which may affect economic growth in the short term (Liu, 2021).

3. Available at: <https://www.visualcapitalist.com/the-worlds-10-largest-stock-markets/>

The crises in the American financial system

The US financial system has faced several economic crises throughout history, with significant impacts on the country's economy and financial sector. Initially, the crash of 1929 was one of the most severe and long-lasting crises in US history. The resulting Great Depression had devastating effects on the US economy and financial system, leading to a drastic stock market crash and a wave of bank failures (Galbraith, 2009).

According to Rothbard (2000), the 1929 crisis was the result of a series of factors, but the main cause was the expansion of credit driven by the banking system. A loose monetary policy by the Federal Reserve has led to an excess of cash and credit in the economy, artificially inflating the prices of assets such as stocks and real estate.

Later, during the early 1980s, the US faced a financial crisis characterized by high interest rates, inflation, and economic recession. The financial sector was rocked by problem loans and widespread defaults, particularly in the real estate sector and the farmer loan market (Barnett, 2000). This bubble eventually burst, leading to the collapse of several financial institutions and a crisis of confidence in the banking system.

Finally, the 2008 financial crisis, also known as the «Subprime Mortgage Crisis», was triggered by a housing bubble and subprime mortgage loan defaults. The crisis had significant impacts on the American financial system, resulting in bankruptcies of major financial institutions, government bailouts and a global recession (Reinhart; Rogoff, 2009).

According to Reinhart and Rogoff (2009), the 2008 financial crisis was «the worst financial crisis since the Great Depression». The collapse quickly spread throughout the global financial system, resulting in failures of major financial institutions, a liquidity crisis and a global recession. As a result, the US government implemented various bailout and stimulus measures to stabilize the financial system and reverse the economic recession.

The crises in the Chinese financial system

China, like the US, has also faced challenges and crises in its financial system throughout its history. Although the Chinese fi-

nancial system has evolved significantly, some past crises have had a significant impact on the country's economy.

One of the most notable crises was the 1997 Asian financial crisis. The crisis originated in Thailand but quickly spread to other Asian countries. China was impacted considerably, and experienced a drop in economic growth in addition to significant pressures on its financial system during this period (Lardy, 1999).

The effects of the Asian crisis quickly affected the Chinese financial system, resulting in a devaluation of the yuan and capital flight. The Chinese government implemented capital control measures and stimulus policies to stabilize the economy and protect its financial system (Yongding, 2000).

Additionally, the 2008 global economic crisis also affected the Chinese financial system. According to Lardy et al. (2011), the 2008 global financial crisis had a significant impact on the Chinese economy, with the country experiencing a drop in exports, a decrease in foreign direct investment and a slowdown in economic growth. The Chinese government responded by implementing an economic stimulus package to boost domestic demand and spur growth.

The rescue economic and monetary policies

During past economic downturns, both the US and Chinese governments have implemented economic and monetary policies to mitigate adverse effects and encourage economic recovery.

In the midst of the 1997 Asian crisis, the Chinese government adopted measures to contain capital flight and prevent a devaluation of the yuan. According to Yongding (2000), China has implemented strict capital controls, including restrictions on capital outflows and foreign currency conversion. These policies were aimed at protecting exchange rate stability and strengthening the country's financial position.

During the 2008 global financial crisis, the US and Chinese governments also took steps to stabilize their financial systems and stimulate the economy. In the United States, the government implemented a financial rescue package known as the Troubled Asset Relief Program (TARP), which included capital injections in financial institutions and measures to strengthen financial regulation (Evanoff et al., 2011). In China, the government adopted

economic stimulus measures, including an infrastructure investment program and tax incentives to boost consumption and investment (Lin, 2011).

METHODOLOGY

The present research adopted a qualitative approach to carry out the comparative analysis of the US and Chinese financial system during the current global economic crisis. The methodology involved a systematic review of the existing literature, as well as the analysis of data and information available in reports, academic articles and reliable sources.

The systematic review of the literature identified previous studies on the US and Chinese financial systems, as well as the policies and measures adopted during previous economic crises. This review was essential to establish the theoretical basis of the research and identify gaps in existing knowledge.

In addition, data and information available in economic reports, government publications, reports from financial institutions and other relevant documents were analyzed. These data were used to evaluate the economic and monetary policies adopted by the US and Chinese governments, the financing and investment mechanisms used during the current global economic crisis, as well as the regulatory measures implemented to stabilize financial systems.

SIMILARITIES AND DIFFERENCES BETWEEN THE US AND CHINESE FINANCIAL SYSTEMS DURING THE CURRENT GLOBAL ECONOMIC CRISIS

The current global economic crisis triggered by the COVID-19 pandemic has affected the US and Chinese financial systems in similar and different ways. Both countries have faced significant economic challenges, but their financial structures and policy responses have some distinctions.

A similarity between the US and Chinese financial systems during the crisis is the pivotal role of central banks. Both the Fed and the BPC have played a key role in implementing monetary policies to stabilize the financial system and support the economy. According to Mosser (2020), central banks used a combination of lowering interest rates, injecting liquidity and buying assets to maintain financial stability during the crisis.

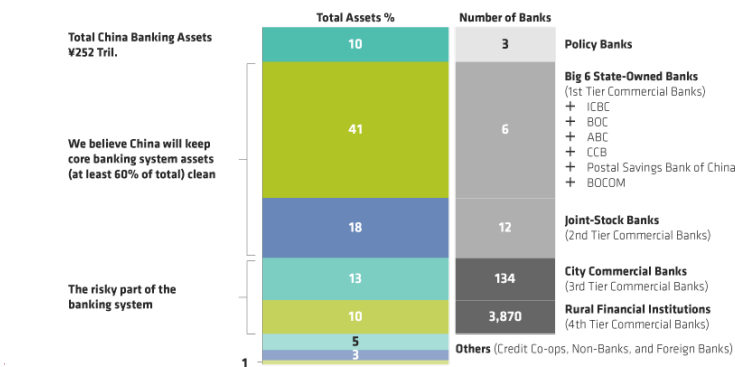
However, there is a contrast regarding the flexibility of monetary policies. The US Federal Reserve had a greater room for maneuver to adjust interest rates and implement quantitative easing measures (Rebucci et al., 2022). In China, the flexibility of monetary policies was limited due to a managed exchange rate system and concerns about financial stability (Fernández, 2021).

Another important difference was in the fiscal response adopted by the US and Chinese governments. While the US has implemented comprehensive fiscal stimulus packages to support the economy during the crisis, China has taken a more moderate approach. As highlighted by Liu et al. (2021), the US has launched massive fiscal stimulus packages, including direct payments to households, unemployment aid and support for businesses, with the aim of boosting aggregate demand. On the other hand, China has implemented more targeted support measures, such as preferential loans for small and medium-sized enterprises and specific tax incentives for strategic sectors (Liu et al., 2021).

Another notable contrast is in the instruments for implementing policies, given the differences in the structure of the financial sector in the two countries. State-owned banks play a central role in financial intermediation in China, as shown in Chart 2, while in the US, private commercial banks and non-bank financial institutions have a greater market share (Byrd, 2019).

China's Banking System: Asset Breakdown

The Risky Banks Are in the Low Tiers



As of December 31, 2018

Source: CBIRC, CEIC and AllianceBernstein (AB)

Fonte: Alliance Bernstein (2019)⁴

4. Available from: <https://www.alliancebernstein.com/library/are-distressed-small-banks-putting-chinas-banking-system-at-risk.htm>

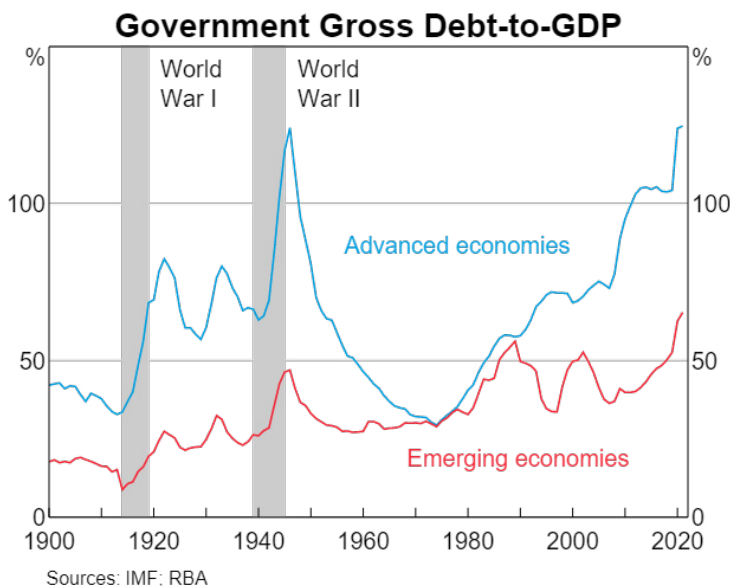
These differences in financial systems mainly reflect different policy and regulatory approaches adopted by the two countries. While the US has a more market-oriented system, China maintains greater state control and intervention in its financial system.

The impact

The economic and monetary policies adopted by the US and Chinese governments during the current global economic crisis have been the subject of analysis and debate. While some measures have been effective, others raise concerns and greater criticism.

In the case of the US, the implementation of massive fiscal stimulus packages was praised for its impact in mitigating the economic impacts of the crisis. According to Dean (2022), the US fiscal stimulus packages helped sustain the emergency needs to prevent a more severe economic contraction, being crucial to support families and companies affected by the crisis and stabilize the financial system.

However, some concerns have arisen regarding the increase in public debt and long-term fiscal sustainability. As mentioned by Mankiw (2022), rising fiscal deficits and perpetuating debt rollovers can lead to widespread global stress and put pressure on government's borrowing capacity. Therefore, the US may have to deal with an eventual imbalance between the necessary economic stimulus and long-term fiscal sustainability.



Font: RBA (2021)5

In the case of China, the approach taken with more targeted stimulus measures raised questions about the effectiveness and distribution of benefits. While preferential lending to small and medium-sized enterprises was lauded for supporting key sectors, some criticisms emerged regarding the efficient allocation of these resources. As pointed out by Liu (2021), one of the consequences was the increase in leverage widely existing in some sectors of the Chinese economy, such as the real estate market.

Furthermore, the significant presence of state-owned banks in China may also raise concerns in terms of competition and efficiency of the financial system. As highlighted by He and Liu (2020), the influence of national and local authorities could compromise the efficient allocation of emergency liquidity resources and create risks.

In summary, the economic and monetary policies adopted by the US and Chinese governments during the current global economic crisis have had positive impacts in mitigating the effects of the crisis. However, it is essential to carefully monitor the challenges related to public debt, the efficient allocation of resources and competition in the financial sector.

5. Available at: <https://www.rba.gov.au/publications/bulletin/2021/jun/the-global-fiscal-response-to-covid-19.html>

Financing and Investment Mechanisms during the Global Economic Crisis

During the current global economic crisis, the public and private sectors in the US and China have adopted a variety of financing and investment mechanisms to address economic challenges and promote recovery. A study of these mechanisms reveals some distinctive characteristics between the two economies.

In the US, the public sector has played a crucial role in providing finance and supporting infrastructure projects. The fiscal stimulus program implemented by the government included investments in sectors such as transportation, energy and telecommunications and the US sought to boost investment in infrastructure as a way to stimulate the economy and create jobs (Dean, 2022). The federal government has implemented relief programs such as the Paycheck Protection Program (PPP), which provides loans to businesses to help maintain jobs and operations during the crisis. Such initiatives were key to sustaining companies' liquidity and avoiding a broader financial crisis (Yellen, 2021).

In addition, the US private sector sought financing alternatives, such as increased loan issuance. Access to debt issuance by companies was more intense in the initial period of the crisis, while the supply of credit and the loan market deteriorated with the advancement of economic impacts (Deghi et al. 2021).

In China, the public sector has also played a significant role in financing infrastructure projects. The Chinese government promoted investments in strategic sectors, especially infrastructure. Unlike other international cases, such as the US itself, the Chinese government's financing and investment measures were more focused on the corporate level and less on maintaining household consumption (Liu, 2021).

In this sense, in the private sphere, liquidity resources were mainly destined to protect the capital of financial institutions and credit to small and medium-sized companies. The allocation of resources and investment projects promoted by the government took place, in greater volume, for sectors considered strategic in the Chinese economy, such as construction and technology companies (Liu, 2021).

In short, in both the US and China, the public and private sectors have used a combination of financing and investment mechanisms to address the current global economic crisis. These mechanisms included government aid programs, corporate bond

issues, preferential credit targeting, and tax incentives. The implementation of these strategies sought to sustain liquidity, support companies and boost economic recovery.

Regulatory Measures to Stabilize the US Financial System During the Current Economic Crisis

During the current economic crisis triggered by the COVID-19 pandemic, the US government has taken a series of regulatory measures to stabilize its financial system. It is essential to analyze these measures and compare them with those adopted during previous economic downturns to understand their effectiveness and approach.

Among the main regulatory measures taken during the current crisis were the easing of capital rules and the channeling of liquidity to financial institutions. The objective of these measures was to provide financial institutions with greater flexibility to deal with market volatility, maintain the supply of credit and guarantee the demands for redemption of resources by companies and families. The temporary easing of capital and liquidity rules helped ensure that banks and financial institutions continued to provide loans and financial support during times of crisis, to avoid side effects that result in greater economic impacts (Milsten; Wessel, 2021).

Comparing the regulatory measures adopted during the current crisis with those taken during previous crises, certain similarities and differences can be observed. For example, just like during the 2008 crisis, the US government implemented fiscal and monetary stimulus measures to support the economy and provide support to affected sectors. However, the current crisis required a more rapid and comprehensive response due to its global nature and rapid spread. As highlighted by Gopinath (2020), the current crisis required swift and coordinated action to stabilize financial markets and avoid a systemic crisis, as the severity and collapse across all sectors was characterized by a complete “shutdown” of economies due to restrictive measures, health crises and shocks in the production chain.

Furthermore, one of the biggest differences between the crisis caused by the Covid-19 pandemic and the financial crisis of 2008 is found in the nature and responsibility of their causes. The 2008 crisis had its origin in the distortions caused by credit ratings that were not consistent with the real risk of mortgages subprime and other shortcomings in financial market regulation. The Dodd-Frank Wall

Street Reform and Consumer Protection Act, implemented after the 2008 financial crisis, which brought important regulatory reforms, including the creation of financial supervisory agencies and the imposition of restrictions on the financial sector, reinforced regulatory measures such as the main palliative in order to prevent new similar collapses (Murdock, 2011). In turn, although aggravated by still persistent vices in the global financial system, the current economic crisis was triggered by a natural element, incapable of being largely mitigated by corrections and regulation of financial markets.

In summary, it is important to note that regulatory measures during the current crisis, compared to previous economic crises, such as 2008, were implemented in a more agile and flexible way. Comparing these with measures taken during previous crises, one can see the importance of regulatory easing, improved oversight and the need for a rapid and coordinated response. However, it is important to recognize that regulatory measures have encountered limitations and challenges not seen in previous crises, due to the nature of the current economic crisis, which involved a set of additional factors fundamentally distant from financial markets.

Regulatory Measures to Stabilize the Financial System in China During the Current Economic Crisis

Like the US, the measures adopted by the Chinese government to combat the current financial crisis also involved the easing of regulatory measures. The Chinese government implemented measures to increase access to liquidity and credit by companies, in acts that involved reducing coverage requirements for the provision of non-performing loans and increasing tolerance in bank conditions for credit (Qi, 2021).

Moreover, to bolster the stability of the financial sector during the ongoing economic crisis, China implemented targeted regulatory measures to address specific challenges. The Chinese government took notable steps to support small and medium-sized enterprises, recognizing their pivotal role in the country's economic fabric. Preferential lending programs were initiated to facilitate access to credit for these enterprises, ensuring the continuity of operations and sustaining employment levels (Liu, 2021). Additionally, the government introduced specific tax incentives strategically tailored to stimulate key sectors vital for economic recovery.

In response to the economic downturn, China's financial regulatory bodies, such as the China Banking Regulatory Commission (CBRC) and the China Securities Regulatory Commission (CSRC), collaborated closely with the People's Bank of China to implement flexible and adaptive policies (Li, 2023). These measures not only focused on immediate relief but also aimed at fostering long-term financial resilience. By reducing coverage requirements for non-performing loans, the government sought to mitigate risks in the banking sector and ensure the continued flow of credit to businesses (Li, 2023).

In contrast, during the 1997 Asian crisis, China adopted restrictive regulatory measures to prevent the spread of external financial crises. For example, China has strengthened capital controls and implemented currency risk management policies. These measures aimed to protect domestic financial stability and avoid negative impacts of the regional crisis (Yongding, 2000).

However, similar to the policies adopted in the midst of the current crisis, during the global financial crisis of 2008 China also adopted regulatory measures of greater flexibility to face economic challenges. The Chinese government implemented fiscal and monetary stimulus, including credit expansion and infrastructure investment. These measures helped boost domestic demand and maintain economic stability during the crisis (Lin, 2011).

In summary, during the current economic crisis, the Chinese government has relaxed financial control and credit provision regulatory measures to ensure the stability of the financial system. These measures are similar to those adopted during the 2008 crisis, however they differ from the restrictive measures adopted during the 1997 Asian crisis, demonstrating a change in the characteristics of Chinese policies of financial regulation in China for economic crises.

Economic Recovery Prospects for the US and China and the Role of Their Financial Systems

In the aftermath of the current global economic crisis, both the US and China face significant challenges in their pursuit of economic recovery. However, their financial systems play a key role in this process. It is important to assess the prospects for recovery and how these systems can contribute to it.

In the case of the US, the prospects for economic recovery are encouraging. The country has a robust and sophisticated financial

system, with the ability to mobilize resources to boost the economy. In addition, the Federal Reserve (FED), the US central bank, has taken aggressive measures in monetary terms to ensure financial stability. As mentioned by Chairman Jerome Powell (2021), the FED is committed to using all available tools to support the economy and promote recovery, ensuring price stability and maximum employment.

However, the American economy has faced some consequences due to the expansionist policies adopted, such as persistent inflation, which required a more rigorous increase in interest rates by the Fed (Smith, 2023). The precision of the central bank, in reducing the inflationary effects of the stimuli used during the pandemic without causing greater shocks in the financial system accustomed to a scenario of low interest rates and ample liquidity, will be the crucial point in making a possible recession in the American economy soon and the scenario returns to stability.

In the case of China, the prospects of economic recovery depend on the resumption of its growth. During the current crisis, as highlighted by this research, the Chinese government implemented measures and fiscal stimulus to boost domestic demand and support economic recovery, especially in sectors considered strategic, such as infrastructure. Furthermore, China has been focusing on boosting technological innovation and structural transformation to boost its position as a world economic power (IEDI, 2021).

In the context of the Chinese financial system, banks and other financial institutions are expected to play a vital role in economic recovery by providing finance and investment for strategic companies and projects. In addition, China is also promoting the internationalization of the Yuan (Liang, 2020) and seeking to strengthen its capital market, which can contribute to attracting investments and boosting economic growth. In this way, the development of the Chinese financial market plays a crucial role in the economic recovery and in the search for a more resilient economy (Byrd, 2019).

The biggest challenges for the Chinese recovery lie in structural and geopolitical issues. The attempt to restore normality in international trade and in the global production chain, crucial for China, faces the conflict in Ukraine and other global issues as additional challenges to the shocks caused by the pandemic (Sacks, 2022). Additionally, China needs to address internal issues in its financial system, such as leverage in some sectors of its economy, such as real estate (Liu, 2021).

CONCLUSION

This research aimed to comparatively analyze the financial system of the United States and China during the current global economic crisis, in addition to exploring the regulatory measures adopted by both countries, the financing and investment mechanisms used and the prospects for economic recovery.

In this sense, the US and Chinese financial systems faced challenges during the current global economic crisis and both countries have taken regulatory measures to stabilize their financial systems and address the economic challenges.

During the crisis, the US government implemented significant fiscal stimulus and market support measures to boost domestic demand and spur economic recovery. The robust US financial system has played a crucial role in the economic recovery, providing finance and liquidity for businesses and individuals.

China adopted the easing of regulatory measures to guarantee access to liquidity and credit, especially for essential economic sectors to the Chinese economy. In addition, the Chinese government implemented fiscal and monetary stimulus, aiming to boost domestic demand and promote economic recovery. China's financial system has played an important role in supporting small and medium-sized enterprises and protecting the capital of financial institutions.

Although both countries adopted stimulus and rescue policies in response to the economic shock caused by the pandemic, in a comparative analysis it was possible to list some important contrasts in the characteristics of these measures: 1) The execution of monetary policy in the US was larger and more comprehensive in relation to the limitations of Chinese monetary policy; 2) The fiscal measures adopted in the US were aimed more generally at the economy, reaching mainly families, while in China, the fiscal stimulus were more targeted, especially at small and medium-sized companies in key sectors of the Chinese economy; 3) Given the difference in the structure of the financial system in the US and China, the instruments for implementing the policies adopted by China were more concentrated in the government sector, while in the US the participation of the private financial sector was more relevant.

Finally, the prospects for economic recovery for the US and China after the current global economic crisis are challenging. The economic policies adopted and the resilience of their financial sys-

tems play a key role in this recovery. Collaboration between the two countries, both in terms of economic policies and financial cooperation, can contribute to a stronger global economic recovery.

In summary, this research has demonstrated the importance of the US and Chinese financial systems in economic stabilization and recovery during the current global economic crisis. The regulatory measures adopted by the governments, the financing and investment mechanisms used and the prospects for economic recovery are key elements to be considered in understanding and analyzing the financial system of these two countries.

A comparative analysis of the US and Chinese financial systems during the current economic crisis can contribute to a better understanding of the mechanisms and policies adopted by both countries to face the economic challenges. This could provide useful insights for policymakers, regulators and financial institutions in their search for the most effective strategies to stabilize and boost the economy, as they encounter many contrasts in the policies adopted by the two countries.

It is worth noting, however, that the current global economic crisis is an ongoing event, and new information and developments will emerge constantly. Thus, it is important to consider that the conclusions of this study may evolve as new data and information become available, and consequently allow the research observations to be extended to explore the long-term impacts of the policies and actions adopted by the US and by China, as well as the consequences of these measures for financial stability and sustainable economic growth.

REFERENCES:

- ADAMS, Nicole et al. China's Evolving Financial System and Its Global Importance'. **RBA Bulletin**, September, 2021.
- ALLEN, Franklin; QIAN, Jun "QJ"; GU, Xian. An overview of China's financial system. **Annual Review of Financial Economics**, v. 9, p. 191-231, 2017.
- AMSTAD, Marlene; HE, Zhiguo. Chinese bond market and interbank market. **National Bureau of Economic Research**, 2019.
- BARNETT, Barry J. The US farm financial crisis of the 1980s. **Agricultural history**, v. 74, n. 2, p. 366-380, 2000.
- BYRD, William. **China's financial system: The changing role of banks**. Routledge, 2019.

DEAN, Phil. The Unprecedented Federal Fiscal Policy Response to the COVID-19 Pandemic and Its Impact on State Budgets. **California Journal of Politics and Policy**, v. 14, n. 1, 2022.

DEGHI, Andrea; SENEVIRATNE, Dulani; TSURUGA, Tomohiro. Corporate funding and the COVID-19 crisis. **International Monetary Fund**, 2021.

EVANOFF, Douglas D.; KAUFMAN, George G.; DEMIRGUC-KUNT, Asli (Ed.). **The International Financial Crisis: Have The Rules Of Finance Changed?** World Scientific, 2011.

FERNÁNDEZ, Miguel Ángel Echarte et al. Central Banks' Monetary Policy in the Face of the COVID-19 Economic Crisis: Monetary Stimulus and the Emergence of CBDCs. **Sustainability**, v. 13, n. 8, p. 1-18, 2021.

GALBRAITH, John Kenneth. **The great crash 1929**. Boston, Massachusetts: Houghton Mifflin Harcourt, 2009.

GOPINATH, Gita. The great lockdown: Worst economic downturn since the great depression. **IMF Blog**, v. 14, 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/04/14/blog-weo-the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression>> Acesso em: 26 mai. 2023.

HE, Zhiguo; LIU, Bibo. Dealing with a Liquidity Crisis: Economic and Financial Policies in China during the Coronavirus Outbreak. In: **Impact of COVID-19 on Asian Economies and Policy Responses**. Singapura: World Scientific, 2020.

HUANG, Robin Hui. 10 Institutional structure of financial regulation in China in: **Institutional structure of financial regulation: theories and international experiences**. New York, NY: Routledge, 2014.

HULL, J. C. **Fundamentals of Futures and Options Markets**. 9 ed. New York: Pearson, 2018.

IEDI. O 14º Plano Quinquenal Chinês: transformando a China em potência industrial e tecnológica. **Carta IEDI**, ed. 1094, 16 julho 2021. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1094.html. Acesso em: 28 maio 2023.

KASHYAP, Anil; RAJAN, Raghuram; STEIN, Jeremy. Rethinking capital regulation. In: Proceedings-Economic Policy Symposium-Jackson Hole. **Federal Reserve Bank of Kansas City** 2008, p. 431-471, 2008.

LARDY, N. R. **China's Unfinished Economic Revolution**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 1999.

LARDY, Nicholas R.; SUBRAMANIAN, Arvind. **Sustaining China's economic growth after the global financial crisis**. Washington, DC: Peterson Institute, 2011.

LI, Qi. Mechanisms of the Impact of COVID-19 on Financial Risk and Governance Responses in China Based on Big Data. In: **Proceedings of the 2nd International Academic Conference on Blockchain, Information Technology and Smart Finance (ICBIS 2023)**. Atlantis Press, 2023.

LIANG, Yan. RMB internationalization and financing belt-road initiative: An MMT perspective. **The Chinese Economy**, v. 53, n. 4, p. 317-328, 2020.

LIN, Justin Yifu. New structural economics: A framework for rethinking development. **The World Bank Research Observer**, v. 26, n. 2, p. 193-221, 2011.

LIU, Kerry. COVID-19 and the Chinese economy: impacts, policy responses and implications. **International Review of Applied Economics**, v. 35, n. 2, p. 308-330, 2021.

LIU, Kerry. Deleveraging China. **International Review of Applied Economics**, v. 35, n. 1, p. 91-109, 2021.

LIU, Yawen et al. Countermeasures against economic crisis from COVID-19 pandemic in China: An analysis of effectiveness and trade-offs. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 59, p. 482-495, 2021.

MANKIW, N. Gregory. Government debt and capital accumulation in an era of low interest rates. **National Bureau of Economic Research**, 2022.

MILSTEIN, Eric; WESSEL, David. What did the Fed do in response to the COVID-19 crisis. **Brookings Institution**, v. 17, 2021.

MISHKIN, F. S. **The Economics of Money, Banking, and Financial Markets**. 12 ed. Boston: Pearson, 2018.

MOSSER, Patricia C. Central bank responses to COVID-19. **Business Economics**, v. 55, p. 191-201, 2020.

MURDOCK, Charles W. The Dodd-Frank Wall Street reform and consumer protection act: What caused the financial crisis and will Dodd-Frank prevent future crises. **SMUL Rev.**, v. 64, p. 1243, 2011.

POWELL, Jerome H. Monetary Policy in the Time of COVID. Board of Governors of the **Federal Reserve System (US)**, 2021.

QI, Wen. Economic Recovery from COVID-19: Experience from the People's Republic of China. **ADB BRIEFS**, n. 184, p. 1-6, 2021.

REBUCCI, Alessandro; HARTLEY, Jonathan S.; JIMÉNEZ, Daniel. An event study of COVID-19 central bank quantitative easing in advanced and emerging economies. In: Essays in Honor of M. Hashem Pesaran: Prediction and Macro Modeling. **Emerald Publishing Limited**, p. 291-322, 2022.

REINHART, C. M., & ROGOFF, K. S. **This time is different**: Eight centuries of financial folly. Princeton University Press, 2009.

ROTHBARD, Murray N. **America's Great Depression**. Auburn, Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2000.

SACKS, David. What Is China Learning From Russia's War in Ukraine?. **Foreign Affairs**, 2022.

SMITH, Colby. Federal Reserve implements quarter-point rate rise and signals potential pause. Financial Times, Washington, 03 maio 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/1cf3225c-f3cf-46c1-aaa6-44501f7f5617>. Acesso em: 26 mai 2023.

WHITE, Lawrence J. Gramm-Leach-Bliley Act of 1999: A Bridge Too Far-Or Not Far Enough, **Suffolk University Law Review**, v. 43, p. 937, 2009.

YELLEN, J. Statement Before the Senate Committee on Banking, Housing, and Urban Affairs. **U.S. Department of the Treasury**, 2021.

YONGDING, Yu. China's deflation during the Asian financial crisis, and reform of the international financial system. **ASEAN Economic Bulletin**, p. 163-174, 2000.

Chamada de artigos

FRoNteira, Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, publicada pelo Curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, dirige-se aos estudantes de cursos de graduação de Relações Internacionais do Brasil – embora aceite artigos de graduandos em outros cursos e/ou de fora do país. Projetada para ser um fórum permanente de expressão e debate entre estudantes, a revista tem como objetivo estimular a iniciação científica. A sua qualidade, reconhecida pelo processo de classificação Qualis/Capes, é assegurada por um Conselho Editorial composto por professores e pesquisadores de todo o país.

Entrega de artigos

A Revista Fronteira opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

Normas de produção

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema da Revista Fronteira, em que o(s) autor(es) deverão cadastrar suas informações, como, por exemplo, nome completo do autor, o curso de graduação a que está vinculado, telefone e e-mail de contato.

A Fronteira atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1 - O autor deve estar cursando, obrigatoriamente, o nível de graduação ou ter concluído o curso há, no máximo, um ano;
- 2 - Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3 - Todo e qualquer artigo enviado à Revista Fronteira será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4 - Os artigos devem ser gravados e impressos em Word, com texto digitado em espaçamento duplo, Times New Roman e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30 mil e 50 mil caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e palavras e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além

disso, devem ser acompanhados por abstracts, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

- 5 - Os quadros e gráficos devem ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;
- 6 - As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;
- 7 - Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;
- 8 - As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em negrito. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;
- 9 - Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf);
- 10 - A Fronteira se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;
- 11 - Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que a Revista Fronteira e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

12 - Autores que solicitarem o arquivamento do artigo durante o processo de submissão ficarão em quarentena mediante novo processo de avaliação.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935. Para mais informações, favor enviar e-mail para fronteira@gmail.com.

Atenciosamente,

Conselho Executivo da Revista *Fronteira*.

Prof. Javier Alberto Vadell
Prof. Leonardo César Souza Ramos
Ana Rachel Simões Fortes
Fabiana Freitas Sander
Fabiana Kent Paiva
Júlia Clara Lúcio de Araújo
Juliana de Faria Campos
Letícia Maria Antunes do Carmo
Matheus de Abreu Costa Souza
Pedro Diniz Rocha
Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes
Victor de Matos Nascimento
Vinícius Tavares de Oliveira